

Janeiro 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 A mecânica consta entre os cursos mais procurados nos centros de formação	7
1.2 Presidente defende mais pólos de desenvolvimento pesqueiro	7
1.3 Sérgio Luther promete dar mais atenção aos musseques	8
1.4 Emprego é o maior desafio de Angola e Moçambique	9
1.5 Deputados autorizam actualização dos salários	10
1.6 INSS ainda sem condições para pagar subsídio de desemprego	10
1.7 Deputado da CASA-CE defende subsídio de desemprego	11
2. MICROFINANÇAS	12
2.1 Banco Prestigio avança para crédito de investimento	12
2.2 BNA declarou falência dos bancos Mais e Postal	12
2.3 BNA encerra bancos Mais e Postal por insuficiência de capital	13
2.4 Quiosques do Xikila Money encerram a partir de segunda-feira	14
2.5 O crédito à produção e ao agro-negócio	15
2.6 Trinta por cento do crédito no país está em incumprimento, diz BNA	15
2.7 Crédito agrícola terá maior cobertura	16
2.8 Revogar as licenças ou multar aos bancos Mais e Postal é a questão	17
2.9 Há necessidade de reduzir números de bancos com a fusão, defende economista	18
2.10 A INSS obteve receitas de Kz 167 mil milhões em 2018	19
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 Na rota do abacaxi: de camiões para a mesa ou revenda	20
3.2 É uma “mina a céu aberto que alimenta tubarões”	21
3.3 O sector informal e o resgate	23
3.4 “Operação Resgate” melhora imagem do bairro Calemba II	24
3.5 Imagem do dia	25
3.6 “Estrangeiros não retornaram às antigas áreas de garimpo”	25
3.7 Há cada vez menos divisas nas ruas da capital Luanda	26
3.8 Os desafios do sector informal	27
3.9 Proibida a circulação de mini autocarros na Centralidade do Kilamba	28
3.10 Venda de peças de automóvel agora é feita de forma clandestina no mercado dos Kwanzas	29
3.11 Ingrata é a luta contra a pobreza	29
3.12 Mercado informal continua a ser praticado em várias ruas	30
3.13 Associação dos Vendedores Ambulantes alerta para os malefícios da Operação Resgate no seio da classe	31
3.14 "Operação Resgate" incrementa acções	31
3.15 Desactivadas bancas de venda de peças de automóvel no mercado dos Kwanzas	32
3.16 Lubango cria uniformes para identificar fiscais	32
3.17 Falta de vagas nas escolas públicas gera manifestação de zungueiras	33
3.18 "Operação Resgate" encerra 39 igrejas	33
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	35
4.1 Lei do Orçamento Geral corta direitos e regalias	35
4.2 “Precisamos ser mais focados e disciplinados na execução daquilo que programamos”	35

4.3	MPLA prevê monitorar execução do Orçamento	40
4.4	Orçamento da província com receitas mais baixas	41
4.5	Taxa de circulação gera mais receitas	41
4.6	Endividamento público vai registar queda significativa	42
4.7	Orçamento da AN aprovado à porta fechada	44
4.8	Meia dúzia de imprecisões no OGE 2019 que apontam para a necessidade de uma melhor fiscalização ex-nate pelos deputados	44
4.9	Mais de 20 mil crianças vão entrar no sistema de ensino	46
4.10	Ministério da Educação está distraído com número de crianças em fase escolar	46
4.11	Governo poderá rever o Orçamento do Estado	47
4.12	Medidas de austeridade poderão causar tensões sociais	48
4.13	UNITA defende uma auditoria ao concurso público na Saúde	48
4.14	“Novo preço do crude pode sofrer inflexões”	49
4.15	Revisão do OGE 2019 vai reduzir despesas públicas	50

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 52

5.1	JLO governara Luanda por interposta pessoa?	52
5.2	Município confronta Joana Lina com denúncias de administradores «candongueiros»	53
5.3	UNITA com experiências estrangeiras para autarquias de 2020	54
5.4	Governo prioriza Luanda nas eleições autárquicas	55
5.5	Eleições autárquicas prioridade do MPLA	55
5.6	Cidadãos denunciam à PGR má gestão da Administração do Lobito	56
5.7	Era impensável desviar 500 mil USD	57
5.8	MPLA augura por bons resultados nas autarquias locais de 2020	57
5.9	MPLA reafirma a prioridade na preparação das autarquias	58
5.10	ADRA defende equilíbrio na selecção dos municípios para as autarquias	59
5.11	Autarquias: UNITA diz-se aberta para receber candidaturas independentes	60
5.12	MPLA deve começar a preparar autárquicas	61
5.13	Novo governador quer acabar com falsos sobas	62
5.14	ADRA questiona processo autárquico com ministérios desarticulados	62
5.15	Candidatos às autarquias devem ter aceitação social	63
5.16	UNITA prepara participação no poder local	64
5.17	APN abre candidaturas independentes nas eleições autárquicas	64
5.18	Sociedade civil e poder político	65
5.19	Deputados começam a discutir autarquias em Fevereiro	66
5.20	Poder local licencia pequenos negócios	66

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 68

6.1	Cobrança de IPU este mês	68
6.2	Predial Urbano pago até ao fim deste mês	68
6.3	Elaboração de planos directores' municipais é a meta	69
6.4	Catambor, um bairro com vista privilegiada	69
6.5	Construção de moradias sociais está na prioridade do Fundo Habitacional	72
6.6	Sérgio Luther promete dar mais atenção aos musseques	74
6.7	Buila inicia processo de levantamento dos candidatos à centralidade da Quilemba	74
6.8	Proibida a circulação de mini autocarros na Centralidade do Kilamba	75
6.9	Cidadãos divididos em relação ao pagamento do Imposto Predial	76
6.10	Mártires de Kifangondo, onde morava certa elite colonial	78
6.11	Famílias devem aceitar proposta de realojamento	81
6.12	País emitiu 1.547 licenças de construção em um ano	82
6.13	“A vergonha não está na zunga com certeza”	82
6.14	"A diversificação é crucial"	86
6.15	Luanda busca soluções para problemas crónicas	87
6.16	Plano Metropolitano de Luanda analisado em Conferência da Rádio Mais	88

6.17	Existe um certo monopólio na fiscalização de empreitadas	89
6.18	Moradores do Baleizão à espera de alojamento	89
6.19	Programa de 200 fogos habitacionais concluído no Cubal e no Bocoio	90
6.20	Arrecadações do IPU crescem 15 por cento	90
6.21	Plano Metropolitano de Luanda abordado em conferência	91

7. TERRA 92

7.1	Benguela prepara emissão de terra para camponeses	92
7.2	Os conflitos de terra e o poder das municipalidades	92
7.3	Famílias devem aceitar proposta de realojamento	93
7.4	Administração de Benguela junta-se ao SIC para conter ocupação ilegal de terreno	94
7.5	Jurista acusa Administração de Benguela de envolvimento na ocupação ilegal de terrenos	95
7.6	Desapropriação de terras inviabiliza cooperativas	96
7.7	Administração acusada de incentivar conflitos de terras em Benguela	97
7.8	Fazendas paralisadas preocupam o Governo	97
7.9	Apenas 25 por cento da população do Huambo possui BI	98
7.10	Moradores do Baleizão à espera de alojamento	98
7.11	Terrenos na orla marítima	99
7.12	Reabertura de praias por ora privatizadas requer estudo ambiental preventivo	99

8. SERVIÇOS BÁSICOS 101

8.1	Capital continua igual a si mesma	101
8.2	Cólera	102
8.3	Abastecimento de água é prioridade para 2019	103
8.4	Contentores de lixo estavam a transbordar	103
8.5	Zenza-do-Itombe está sem água há um ano	104
8.6	Governo garante pagar dívida com operadoras	104
8.7	Água potável chega à comunidade do Ludy	105
8.8	Andulo está sem água mais de dez dias	105
8.9	Pode-se fazer dinheiro com o lixo, senhores...	106
8.10	O problema da escassez de água	106
8.11	Problema da falta de água fica solucionado este ano	107
8.12	A maka do lixo	108
8.13	Bairro Uíge sem água há nove meses	108
8.14	Rescova radiografou as valas de drenagem	109
8.15	GPL já pagou 28 mil milhões da dívida às operadoras	109
8.16	N'zagi sem água potável há mais de dez anos	110
8.17	Cidadãos já são mais amigos do ambiente	111
8.18	Administração incentiva limpeza do município	111
8.19	Municípios de Malanje com mais água potável	112
8.20	País passa a exportar materiais recicláveis	112

9. GÉNERO E VIOLENCIA 113

9.1	Polícia quer pôr fim às "cifras negras" no Sequele	113
-----	--	-----

10. AMBIENTE 114

10.1	Prevenção da malária em época chuvosa	114
10.2	Exportações de madeira para a Espanha e Rússia	114
10.3	Ravina ameaça engolir conduta da Central de Abastecimento de Água	114
10.4	Fraca educação ambiental contribui para a proliferação do lixo plástico	115

10.5	Governador inspecciona áreas vulneráveis à chuva	116
10.6	A seca agudiza crise alimentar a três mil famílias nos Gambos	117
10.7	Seca compromete colheita de cereais	118
10.8	Lançado programa para reduzir efeitos da seca	118
10.9	Ravinas avançam na Boa Esperança III	119
10.10	Um milhão de angolanos afectados pela seca no Sul	119
10.11	Sequele planta mais de quinhentas árvores	120
10.12	Chuva mata cinco pessoas	120
10.13	Governo anuncia medidas de emergências contra seca	121
10.14	Governo busca soluções para combate à seca no Cunene	122
10.15	Vítimas da enxurrada em Cabinda recebem assistência das autoridades	122
10.16	Entrepósito de Madeira de Luanda começa a dar resultados financeiros	123
10.17	Populações afectadas recebem alimentação	124
10.18	Negócio da madeira rende USD 19 milhões em três meses	124
10.19	Reabertura de praias por ora privatizadas requer estudo ambiental preventivo	125

I I. MIGRAÇÃO **127**

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA **127**

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA **128**

13.1	China mais próximo dos países de língua portuguesa	128
13.2	População carenciada recebe apoio de chineses voluntários	128
13.3	Dois chineses suspeitos da' morte de compatriota	129
13.4	China elogia as reformas levadas a cabo por Angola	129
13.5	"Relações Angola China estão na fase de consolidação"	130
13.6	USD 10 milhões da China a caminho de Angola	131
13.7	Os investidores chineses têm USD 10 mil milhões para o mercado nacional	131
13.8	Trocas com a China crescem 21 por cento	132
13.9	China doa dinheiro a projectos agrícolas	132
13.10	Comércio entre China e CPLP rende mais de USD 134 milhões em 2018	133
13.11	China disponível para formar quadros	133

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 A mecânica consta entre os cursos mais procurados nos centros de formação

Jornal Economia e Finanças
4 De Janeiro de 2019

O aumento das contribuições na Segurança Social, introduzido desde a última quarta-feira, sobre o salário líquido, ou seja, o salário de base acrescido aos subsídios foi considerada oportuno, no entanto peca face ao contexto económico em que nos encontramos.

De acordo com o economista Sabino da Conceição, a aposta do Estado deve incidir na recuperação do poder de compra do cidadão, a contas com uma inflação galopante desde 2016, face à crise económica resultante do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Por outro, reconheceu que os actuais descontos vão contribuir na estabilidade financeira dos reformados e mitigar o défice. Já o economista, José Joaquim Buidi, as políticas económicas do Estado acarretam medidas de compensação, daí o suposto reajuste do salário por um lado e a introdução de medidas como estas por outro. Nesta conformidade, o cidadão não vai sentir os efeitos do reajuste salarial anunciado tão-pouco do aumento dos descontos na pensão de reforma, mas que os resultados para os reformados são positivos e vai permitir capitalizar o Estado, criando reservas e reduzir a pressão sobre o petróleo, razão pela qual se pode considerar, a medida acertada, concluiu. Dados postos a circular indicam que o salário que era pago a muitos pensionistas da Caixa de Segurança Social, com mais de 30 anos de trabalho, era desolador face à natureza dos diplomas que vigoraram até à entrada em funções de novos instrumentos jurídicos. Com a entrada em vigor deste novo diploma, para trás fica a política de descontos que incidiam apenas sobre o salário base penalizando o pensionista na hora de receber o subsídio de reforma, aliado a longas filas intermináveis no BPC.

No entanto, o presidente da AIA, José Severino, olha para o diploma como oportunidade para instituir um regime de cobrança mais justo, no seu entender. Severino defende que os contribuintes com mais rendimento devem pagar mais, uma cobrança que ajuda as finanças públicas. No seu entender, o

processo de capitalização a partir das contribuições vai diminuir a dependência do petróleo.

I.2 Presidente defende mais pólos de desenvolvimento pesqueiro

Jornal de Angola
5 De Janeiro de 2019
Texto: Fonseca Bengui

O Presidente João Lourenço orientou ontem a criação de mais pólos de desenvolvimento pesqueiro no Porto Amboim (Cuanza-Sul), Luanda, Ambriz (Bengo), Nzeto e Soyo (Zaire) e Cabinda, no quadro da luta contra a pobreza e contra a fome.

Ao conferir posse aos novos ministros das Pescas e do Mar e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, João Lourenço apontou como exemplo daquilo que deve ser feito no sector os pólos de desenvolvimento pesqueiro do Tômbwa (no Namibe), e a Bata Farta (Benguela)

"Mas o desafio é estender a indústria pesqueira para o resto do país", sublinhou o Presidente da República. "Angola tem uma extensa costa marítima. É preciso que repliquemos o que se vem fazendo nos últimos anos nesses dois pontos que citei para outras localidades", recomendou.

O Presidente da República, que na sua intervenção dedicou mais tempo ao Ministério das Pescas e do Mar, espera que o sector se organize no sentido de aumentar o volume de capturas e aumentar o emprego. "As pescas, a exemplo da Agricultura, pode ser uma importante fonte de emprego para os cidadãos nacionais", sublinhou.

O Chefe de Estado recomendou que a política de concessão de licenças seja utilizada como forma de atrair investimento, sobretudo nas infra-estruturas em terra, infra-estruturas de frio, processamento de pescado, para que o produto chegue com qualidade aos consumidores no país como a parte que for exportada.

"Dai a razão de termos apostado na ministra que acaba de ser empossada para esta pasta. Confiamos que seja capaz de fazer isso, não num dia, mas o importante é ir dando passos corajosos neste sentido. E o segredo é, repito, privilegiar aqueles que invistam não nas embarcações, mas sobretudo nas infra-estruturas em terra".

Resgate dos valores

Em relação ao Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que passa a ser assumido por Faustina Fernandes Inglês de Almeida Alves, o Presidente destacou o seu importante papel na luta pelo resgate dos valores.

"É evidente que toda a sociedade deve estar engajada nesta luta do resgate dos valores, mas o Ministério tem, em princípio, a primazia na condução desta mesma luta", salientou.

Em relação à Agricultura, acrescentou o Chefe de Estado, já muito temos falado. "A Agricultura e as Pescas devem ser os maiores empregadores, devem contribuir para a redução da fome e pobreza", disse, lembrando que o sinal dado este ano foi o aumento em cerca de cinco vezes mais a quota do OGE atribuída ao sector da Agricultura, particularmente à Agricultura Familiar.

Governadores

Em relação às províncias, João Lourenço encorajou o governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova, a não ter medo de enfrentar o novo desafio.

"O desafio é grande, mas não tenha medo de enfrentar esse desafio. Estamos aqui todos para ajudá-lo a si e aos outros dois governadores que vão para os dois Kwanzas", disse João Lourenço, dirigindo-se a Sérgio Luther Rescova, que estreia nas funções governativas. "Confiamos nas personalidades que acabamos de nomear e empossar", disse o Chefe de Estado, que justificou as referências a Luanda por ser a capital do país e a maior urbe com quase um terço da população do país.

As províncias, disse, são importantes, até porque temos às portas as futuras eleições autárquicas e temos de estar cada vez mais fortes.

Além de Sérgio Luther Rescova, foram empossados Adriano Mendes de Carvalho, para o cargo de governador do Cuanza-Norte e Job Castelo Capapinha, que vai dirigir o Cuanza-Sul, em substituição de Eusébio de Brito Teixeira.

Conselho da República

Numa outra cerimónia, também no salão nobre do Palácio Presidencial, o Chefe de Estado conferiu posse aos novos membros do Conselho da República, indigitados na quarta-feira. Trata-se de Luísa Damião (em representação do partido MPLA), José Carlos Manuel de Oliveira Cunha e Suzete Francisco João. Carlos Cunha é empresário, enquanto que Suzete João é a líder da Igreja Teosófica Espírita.

Na cerimónia, assistida pelos demais membros do Conselho da República, João Lourenço considerou que o órgão estava "demasiadamente masculino", e que com as indicações feitas pretendia, de alguma forma, também, corrigir essa situação que, sublinhou, "em nada nos honra".

O Chefe de Estado considerou 2019 um "ano determinante para os grandes desafios" que o país tem. "Esperamos receber de vós, dos antigos membros do Conselho, dos novos membros do Conselho da República, os conselhos necessários para podermos ultrapassar as situações difíceis que o nosso país, infelizmente, ainda vai enfrentar", sublinhou.

O Conselho da República é composto pelo vice-PR, presidentes do Parlamento, Tribunal Constitucional, PGR, antigos Chefes de Estado, presidentes dos partidos com assento parlamentar e dez cidadãos designados pelo PR.

I.3 Sérgio Luther promete dar mais atenção aos musseques

Jornal de Angola

9 De Janeiro de 2019

Texto: Carla Bumba

O novo governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova Joaquim, prometeu ontem dar mais atenção aos subúrbios, musseques ou zonas periféricas, por concentrarem a maioria da população.

Sérgio Luther, que discursava no acto de passagem de pastas com o ex-governador, Adriano Mendes de Carvalho, defendeu, igualmente, que "o poder real de governar Luanda deve ser entregue aos municípios e distritos".

No acto presidido pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, o novo responsável máximo do "Palácio da Mutamba" instou as administrações municipais a assumirem o papel de estarem, em primeira instância, ao serviço do cidadão.

"É legítimo e normal que o cidadão de Luanda entenda que a solução dos seus problemas está no Governo Provincial ou mesmo no senhor governador provincial", admitiu Sérgio Luther, defendendo no entanto que "temos que trabalhar juntos para inverter, paulatinamente, esta visão consolidada".

O mais novo governador na história de Luanda - tem apenas 38 anos - manifestou confiança aos

administradores municipais e distritais e pediu' que trabalhem juntos com respeito mútuo, disciplina, humildade, organização, muito sacrifício, sem arrogância, vaidade, intrigas e calúnias, mas com muito diálogo, respeitando a crítica construtiva.

Quem assim não o fizer, avisou, estará a autoexcluir-se do grupo de trabalho. "A população de Luanda merece esta nossa dedicação e vai nos apoiar se agirmos desta forma, com inclusão, isto é, sem olhar para outros factores de diferença social que possam existir", defendeu.

1.4 Emprego é o maior desafio de Angola e Moçambique

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2019

O emprego é o maior desafio para Angola, Moçambique e outros oito países do sul do continente, segundo um estudo da União Africana (UA) e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre políticas de crescimento em África.

O relatório designado “Dinâmicas do Desenvolvimento em África - Crescimento, Emprego e Desigualdade 2018”, estima que 16,5 milhões de pessoas em Angola, África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabue não têm trabalho.

O universo deste conjunto de dez países do Sul de África a que se refere o estudo é de 177 milhões de pessoas, o que representa 14 por cento da população no continente africano, de acordo com estatísticas da UA. O documento prevê que 1,1 milhões de pessoas consigam entrar no mercado do trabalho em cada ano até 2030.

O primeiro relatório da UA e OCDE que aborda as relações entre crescimento, emprego e desigualdades em África e as implicações nos quadros estratégicos, assinala o problema da diversificação económica, salientando que “vários países dependem muito do sector mineiro, que é volátil e cria poucos empregos”.

A criação limitada de empregos, a incompatibilidade de competências e as barreiras que são colocadas para iniciar ou fazer crescer novos negócios são razões avançadas no estudo para justificar as taxas de desemprego de longa duração de 15 a 35 por cento nos países que compõem a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Nos países não membros da SADC, grande parte dos trabalhadores não tem recursos financeiros ou qualificação para entrar no mercado de trabalho.

“A maioria dos trabalhadores está no sub-emprego, principalmente na agricultura e serviços de baixo valor agregado”, constataram os investigadores que elaboraram o relatório.

O documento refere que “a diferença entre os homens e a participação feminina na força de trabalho permanece grande” em Angola, África do Sul, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabue.

O documento refere também que Angola foi o país do sul de África com mais investimento estrangeiro directo de 2000 até 2016.

Conjuntamente com o Zimbabue e Sudão, Angola atraiu o maior número de projectos de investimento directo da China, entre o conjunto dos 54 países africanos. Moçambique ficou muito perto dos 30 por cento de investimento médio estrangeiro de 2000 a 2016 em percentagem do PIB, no sul de África. Nesse período de 16 anos, o investimento externo directo representou 21.200 milhões de dólares em 2016, o que reflecte um crescimento face a 2009, em que se ficou por 6.900 milhões de dólares.

Desigualdades sociais

De acordo com o relatório, África cresceu mais do que a América Latina e as Caraíbas entre 2000 e 2017, mas esse crescimento económico não proporcionou emprego suficiente, tendo aumentado a desigualdade.

Além de considerar que “os empregos de qualidade permanecem escassos”, o relatório aponta que o continente africano “experimentou fortes taxas de crescimento económico” no período analisado, com a média de 4,7 por cento ao ano. O documento apresenta a América Latina e as Caraíbas com 2,8 por cento de crescimento económico, enquanto o desenvolvimento da Ásia (sem a China) superou pouco mais de 7 por cento.

Em África, as razões do crescimento fundaram-se na “subida dos preços das matérias-primas, a melhoria da gestão macro-económica e as estratégias para diversificar as economias”.

1.5 Deputados autorizam actualização dos salários

Jornal de Angola

25 De Novembro de 2019

Texto: Gabriel Bunga

Os deputados à Assembleia Nacional autorizaram ontem o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, a actualizar os salários da função pública.

A decisão dos parlamentares consta do Projecto de Lei de Autorização Legislativa que permite ao Presidente da República legislar sobre os princípios gerais relativos à organização e aplicação da estrutura indiciária das tabelas salariais e dos subsídios ou suplementos remuneratórios da função pública.

Os deputados votaram o projecto de Lei com 172 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. De acordo com o relatório parecer da Assembleia Nacional, a actualização dos salários da função pública visa corrigir as de igualdades salariais existentes entre os funcionários e agentes administrativos enquadrados nas mesmas categorias e que têm o mesmo perfil profissional.

"O ajustamento salarial na função pública, fundado no princípio de equidade salarial, constitui um elemento fundamental, pois, minimiza as carências das famílias que estão em situação de elevada instabilidade

D económica, reanima a auto estima profissional dos funcionários públicos e dignifica a pessoa humana", refere o relatório de fundamentação. Os parlamentares reconhecem que, no actual contexto do país, mesmo com reajustamento salarial, a relação entre a melhoria das condições e o poder de compra dos funcionários públicos ainda está longe de ser uma realidade. "De 2014 até agora, houve uma quebra considerável no poder de compra, os preços dos produtos aumentaram significativamente e os salários subiram apenas 10 por cento", sublinha o relatório.

Os parlamentares questionaram o facto de não lhes ter sido distribuída a tabela onde consta o ajustamento de todas as categorias salariais da função pública.

O secretário de Estado da Administração Pública e Emprego, António Francisco Afonso, disse que a tabela indiciária vai do índice 100 como mínimo, ao 1.120, máximo. "O índice mínimo corresponde ao vencimento mínimo de 33.598,36 kwanzas e o índice máximo, corresponde ao salário de 444.997,58 kwanzas", esclareceu.

Para os cargos de direcção e chefia, referiu, o vencimento mínimo é de 250.837kwanzas e o máximo é de 394.173kwanzas. António Afonso disse que não foram feitos ajustamentos aos cargos políticos. Esclareceu que não houve aumento de salários por não se ter mexido no índice salarial mínimo.

"O que fizemos foi ajustar o intervalo de classe entre os índices remuneratórios para que pudéssemos justificar algum ajustamento para cobrir o poder de compra dos funcionários públicos", disse o secretário de Estado.

1.6 INSS ainda sem condições para pagar subsídio de desemprego

Jornal de Angola

25 De Janeiro de 2019

Texto: Edivaldo Cristóvão e Carla Bumba

O aumento da taxa contributiva em 15 por cento por cada trabalhador possibilitaria que todos os desempregados pudessem receber as devidas prestações na segurança social, numa altura em que a taxa de desemprego no país ronda os 21 por cento.

De acordo com o ministro da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, a definição da taxa contributiva depende de um estudo salarial, para gerar equilíbrio entre a receita e a despesa.

Jesus Maiato citou, como exemplo, países que têm uma taxa de desemprego acima de cinco por cento, que não conseguem estabelecer medidas para o pagamento do subsídio de desemprego, referindo que "o volume de despesa com o desemprego em prestações é muito elevado".

"Se decidirmos que todos os desempregados recebam prestações na segurança social, teríamos de aumentar a taxa contributiva para até 15 por cento de cada trabalhador", explicou.

Jesus Maiato disse que a situação do desemprego é assegurada pelo INSS, através da adopção de políticas activas de emprego, executada através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), com programas de micro créditos.

Jesus Maiato realçou que Cinfotec do Rangel foi financiado pelo INSS no âmbito da política activa de emprego, bem como outras despesas relativas à formação profissional.

O ministro garantiu que a partir deste ano, o INSS vai receber do Orçamento Geral do Estado seis mil milhões de kwanzas, para financiar programas de ajuda à empregabilidade. O programa de financiamento vai servir para a construção e reabilitação de centros de formação profissional, micro créditos, financiamento de estágios de formação, acções de empreendedorismo e a criação de uma plataforma electrónica, na qual os profissionais devidamente certificados pelo INEFOP vão poder estar inscritos e promover o seu negócio.

"Esses benefícios serão financiados pelo INSS, para assegurar a protecção do desemprego", assegurou Jesus Maiato.

Ao invés de pagarmos dinheiro às pessoas, financiamos políticas activas de emprego até que um dia a taxa de desemprego baixe", assegurou o ministro.

1.7 Deputado da CASA-CE defende subsídio de desemprego

Novo Jornal

25 De Janeiro de 2019

Deputado pela CASA-CE, Makuta Nkondo criticou nesta quarta-feira a ausência de políticas de subsídio de desemprego para o cidadão, afirmando que as discussões em torno dos salários na Assembleia Nacional não defendem as causas da maioria da população.

Durante a discussão do Projecto de Lei de Autorização Legislativa - que autoriza o Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo, a legislar sobre os Princípios Gerais Relativos à Organização e Aplicação da Estrutura Indiciária das Tabelas Salariais e dos Subsídios ou Suplementos Remuneratórios da Função Pública, aprovado com 170 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção de Makuta Nkondo, o parlamentar disse que não está interessado nos aumentos dos salários dos funcionários públicos.

Makuta Nkondo perguntou "porque é que também não vemos um pouco o lado do povo? Até quando haverá subsídios para todos os angolanos como fazia Kadhafí? Uma mulher grávida com o filho que, mesmo no ventre, já tinha uma pequena conta. O petróleo é para todos nós, as receitas do petróleo têm que ser distribuídas a todos os angolanos".

O deputado pela CASA-CE disse ainda que "o povo está sempre a ser posto de lado e nunca é visto". "Quando dissemos que somos representantes do

povo, temos que pensar neles e não é só na boca que Makuta Nkondo é representante do povo. Enquanto ando de Lexus, há outros que estão a ser mordidos pelas cobras nas lavras e, mesmo nas cidades, há casas onde as panelas nunca mais foram postas ao fogão, e alguns nem fogão têm", lamentou.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Banco Prestigio avança para crédito de investimento

Jornal Visão

4 De Janeiro de 2019

Segundo o seu administrador, Manuel Nicolau Diogo, o banco está agora em condições de apostar na concessão de crédito de investimento, por haver uma "almofada financeira".

Em declarações explicou que até agora o banco concede apenas crédito de curto prazo para apoio às operações de tesouraria de clientes.

Até 21 de Dezembro de 2018, o Banco Prestígio tinha um capital social mínimo que rondava os AKz 2,5 mil milhões, cinco milhões abaixo do agora exigido pelo BNA.

A adequação dos fundos próprios regulamentares surgiu na sequência do aviso n.º 212018 do Banco Central, publicado em Fevereiro de 2018, que orientava todos os bancos comerciais a aumentarem o capital social, de AKz 2,5 mil milhões para 7,5 mil milhões de kwanzas.

Até 31 de Dezembro último, quem não cumpriu a orientação do Banco Central deixará de operar no país.

O administrador do Banco Prestígio, Manuel Nicolau Diogo, referiu que antes mesmo do aviso do BNA já havia por parte do banco a pretensão de aumentar o capital social, mas só não o fez devido às dificuldades decorrentes da crise.

Referiu que os bancos que iniciaram a sua actividade em 2014 se confrontaram com o desequilíbrio macroeconómico, uma situação que afectou a sua actividade e o Banco Prestígio não ficou de fora.

Apesar das dificuldades apresentadas, reiterou apoiar a iniciativa de estabilização do sistema financeiro nacional e do desenvolvimento económico e social do país”, da o banco ter cumprido com a orientação do BNA.

O banco iniciou actividade em 2015, tendo registado naquele ano um resultado negativo, mas no ano seguinte (2016) apresentou lucro líquido de AKz 36 milhões.

Em 2017 aumentou para AKZ 278 milhões e em 2018 o valor antes do imposto atingiu AKZ 2,3 mil milhões.

Consta também das perspectivas do Banco o aumento do número de balcões de investimento, tendo como prioridades os locais onde existe iniciativas de negócios e movimentação de capitais, para atracção de potenciais investidores.

Mencionou o Talatona, município de Belas, Gika como sendo os locais prioritários para as instalações de balcões de investimentos, de modo a reduzir a dependência de apenas um balcão: de investimento, localizado na Avenida Rainha Nginga, no município de Luanda.

No aviso de Fevereiro, o governador do BNA, José de Lima Massano, determinou o aumento do capital social mínimo legal para 7,5 mil milhões de kwanzas, medida que passou a ser a "condição indispensável" para os bancos operarem em Angola.

Para tal, os bancos operadores com capital inferior ao novo mínimo exigido podiam aumentá-lo mediante a "emissão e subscrição de novas acções": ou por via da "incorporação no capital social de reservas legais, reservas livres ou resultados do exercício, desde que auditados"

Os bancos que não alcançassem os mínimos previstos, segundo o aviso, poderiam fazer fusões ou ainda alienar a actividade a uma ou mais instituições bancárias autorizadas.

2.2 BNA declarou falência dos bancos Mais e Postal

Jornal de Angola

5 De Janeiro de 2019

Texto: Natacha Roberto e Isaque

Lourenço

Os bancos Mais e Postal estão declarados falidos por não cumprirem, até Dezembro, o aumento do capital social e de fundos regulamentares próprios para até 7,5 mil milhões de kwanzas, anunciou ontem, em Luanda, o governador do Banco Nacional de Angola (BNA).

José de Lima Massano afirmou à imprensa que a licença de operação dos dois bancos foi retirada, o que ocorre depois de terem sido concedidos 30 dias de moratória que terminaram a 31 de Dezembro de

2018. Até àquela data, os bancos mostraram-se incapazes de cumprir com as disposições.

"Tivemos situações de bancos em que foi necessário o BNA aplicar multas para garantir que a informação e planos de adequação de capitais acontecessem dentro dos termos e datas indicadas pela nossa instituição", disse.

José de Lima Massano adiantou que a retirada da licença de actividade financeira também descarta a possibilidade de serem realizadas fusões envolvendo qualquer desses bancos, por perderem a concessão para operar no mercado bancário angolano.

"Não se pode dizer que ocorreram actos de má gestão: os seus accionistas não conseguiram reunir os fundos necessários para o cumprimento de uma disposição que é base no funcionamento de qualquer instituição financeira bancária", esclareceu.

O governador do BNA informou que as medidas tomadas estão conferidas ao abrigo do aviso 2/2018 de 2 de Março, que eleva para 7,5 mil milhões de kwanzas o valor mínimo de capital social de fundos próprios para a realização de actividade bancária no mercado nacional.

"Em reunião ordinária do Conselho de Administração [do BNA] realizada a 2 de Janeiro de 2019, deliberou-se a revogação das licenças das instituições bancárias que cessam agora a sua actividade", disse.

Processo de liquidação

José de Lima Massano anunciou que uma entidade liquidatária será indicada pela Comarca Provincial do Tribunal de Luanda, que dará indicações sobre o tratamento aos depósitos de clientes, bem como de quaisquer outras obrigações ou direitos das referidas instituições, incluindo a regularização da situação laboral dos seus colaboradores. "Os órgãos de administração e demais colaboradores devem manter-se à disposição da entidade liquidatária, garantindo, assim, o encerramento ordeiro", afirmou.

Segundo o responsável, os activos ou passivos dos dois bancos poderão ser transferidos, vendidos ou cedidos a uma outra instituição no âmbito do processo de liquidação. "Vamos continuar a fazer o nosso exercício para assegurar a plena estabilidade do nosso sistema financeiro", referiu.

O governador revelou que o BNA realiza, este ano, uma avaliação dos activos dos bancos comerciais, uma disposição do memorando assinado com o FMI, no quadro do Programa de Financiamento Ampliado.

"Neste trabalho de assistência do FMI, será necessário fazer novos ajustamentos à estrutura de capitais dos bancos", sublinhou.

O aviso do banco central confirma que, dos 30 bancos autorizados a operar no mercado financeiro angolano, 28 conseguiram cumprir com os requisitos de adequação do capital social aos novos regulamentos.

Depósitos protegidos

A carteira de depósitos do Banco Postal é de seis mil milhões de kwanzas (19,3 milhões de dólares), e do Banco Mais é de 1.900 milhões de kwanzas (6,1 milhões de dólares), representa garantias suficientes para proteger os clientes que tinham depósitos nestes bancos.

De acordo com o vice-governador do BNA, Rui Minguêns, os dois bancos tinham ainda, no seu relato até 30 de Novembro de 2018, um crédito concedido de 250 milhões de kwanzas (811 mil dólares), para o Banco Postal, e 600 milhões (1,9 milhões de dólares), para o Banco Mais, o que também não constitui preocupação.

"Os bancos apresentam, em activos, condição financeira suficiente para garantir o reembolso aos respectivos depositantes", disse o vice-governador do BNA.

Rui Minguêns defendeu não existirem razões para perturbações no mercado, embora reconheça que possam vir a ocorrer pelo facto das duas instituições serem decretadas como falidas.

2.3 BNA encerra bancos Mais e Postal por insuficiência de capital

Jornal OPAÍS

5 De Janeiro de 2018

Texto: Iracema Kaliengue

O Banco Nacional de Angola (BNA) ordenou o encerramento dos bancos Mais e Postal por não cumprirem o instrutivo que orienta a capitalização dos bancos até 7,5 mil milhões de Kwanzas, prazo que terminou no passado dia 31 de Dezembro de 2018, de acordo como aviso número 2/2018, de 2 de Março.

Segundo o governador do BNA, José de Lima Massano, a medida tem efeitos imediatos, com o encerramento das agências dos referidos bancos ao nível nacional.

Com a declaração de falência, os bancos deixam de existir, no entanto, está assegurado o ressarcimento dos valores de depósito dos clientes, processo que deverá ser feito por uma instituição a ser indicada pelo juiz da causa, disse.

No mesmo âmbito, foram já retiradas as licenças que habilitavam as instituições a funcionarem no mercado nacional.

Importa referir que até 30 de Dezembro passado o Banco Postal possuía apenas 6 mil milhões de Kwanzas em depósitos de clientes, ao passo que a sua carteira de crédito está estimada em 253 milhões de Kwanzas.

O Banco Mais, outro que viu as suas portas encerradas, possuía 1.900 milhões Kwanzas em depósitos de clientes, ao passo que a carteira de crédito é de 600 milhões de Kwanzas.

"O destino que será dado aos activos dependerá da administração quando negociar com todos os credores. Em defesa do interesse público, gostaríamos de considerar prioritário o pagamento dos depósitos", disse Rui de Oliveira, vice-governador do BNA.

O alto responsável da banca nacional assegurou que os dois bancos, agora encerrados, possuem condições para proceder à devolução.

Banco Mais

O Banco Mais iniciou a sua actividade em Setembro de 2015, com uma única agência na província de Malanje, denominado Banco Pungo Andongo.

Em 2017, os estatutos do banco foram alterados e, além de ser aprovada a mudança de banco regional para nacional, foi ainda alterado o nome, passando a chamar-se Banco Mais.

Em 2017, o banco teve perdas de cerca de 1,66 mil milhões Kz, um agravamento face aos prejuízos de 1,23 mil milhões Kz em 2016.

Banco Postal - um banco popular

O Banco Postal arrancou em Março de 2007 com 150 quiosques Xikila Money e 50 no Huambo, a par de quatro agências.

Em Setembro do ano passado foi feito um investimento de cerca de 18 mil milhões de Kz para a abertura de novos pontos Xikila Money em 16 províncias do país em falta.

Quanto ao BANC, outra instituição bancária que está em situação difícil para cumprir as exigências do

BNA, que está sob intervenção do Banco Central, José Massano avançou que "enquanto estiver na condição actual os requisitos de prudência ficam suspensos", acrescentando que "foram solicitados, pelos accionistas daquele banco, 30 dias para que uma solução possa ser encontrada e o banco devolvido aos accionistas".

Agências do BANC encerradas em Dezembro

No âmbito do processo de saneamento em curso, o Banco Angolano de Negócios e Comércio - já encerrou sete agências bancárias, concretamente, na Mutamba, Maculusso, Marginal, 11 de Novembro, Rocha Pinto, Viana, nas imediações da Igreja Metodista e no Quilómetro 25.

No total, o BANC contava com 23 agências. Neste momento, estão em funcionamento duas agências em Luanda, uma no Soyo-Zaire, outra em Santa Clara - Cunene, duas em Benguela, sendo uma na capital da província e outra no município do Lobito, e duas no Lubango, província da Huíla.

2.4 Quiosques do Xikila Money encerram a partir de segunda-feira

Jornal de Angola

5 De Janeiro de 2019

Texto: Natacha Roberto e Isaque

Lourenço

Os quiosques da rede Xikila Money instaladas nas províncias de Luanda e Huambo encerram a partir de segunda-feira, face ao aviso do BNA que declara como falido o Banco Postal.

Espalhados pelos passeios de avenidas e em largos de referência, as quiosques que captam depósitos e pagam operações de levantamento de até 20 mil kwanzas, com base no telemóvel do cliente, eram até à data uma iniciativa que agregava populares do segmento informal e de baixa renda.

A este respeito, o vice-governador disse que o BNA vai assegurar-se, junto da entidade liquidatária, que a iniciativa da rede Xikila, conhecida como banca no telemóvel ou mobile banking, possa ser retomada por outros operadores, por se tratar de uma nova forma de prover serviços bancários aos clientes.

O vice-governador insistiu em que, a partir de segunda-feira, em clara obediência ao aviso do BNA, as agências do Banco Postal e redes de quiosques Xikila estão proibidas de prestar atendimento ao público.

A entidade liquidatária, a designar pelo juiz responsável pelo caso, é que vai indicar a forma de contacto dos clientes. É junto destes que os clientes vão confirmar os seus depósitos para que sejam ressarcidos.

"A população vai acolher esta medida com muito mais confiança no nosso sistema, porque vai perceber que ele está bem regulado e que as regras são claras para todos os operadores e são para serem aplicadas e cumpridas", declarou.

Desde que iniciou a sua actividade, em Setembro de 2016, e com o lançamento do primeiro segmento de negócio, o pagamento por telefone, o banco captou mais de 125 mil clientes e cerca de 1.600 estabelecimentos comerciais.

Dois funcionários do Xikila Money, que pediram o anonimato, garantiram a este jornal que até terem largado, por volta das 17 horas de ontem, não tinham tomado conhecimento da informação de falência, nem de um eventual desemprego.

2.5 O crédito à produção e ao agro-negócio

Jornal de Angola
7 De Janeiro de 2019

Os bancos comerciais são instituições importantes em qualquer economia. Os bancos têm a importante função de captar poupanças para concederem crédito a potenciais investidores. O investimento privado é gerador de riqueza e de empregos. Quando há muitos a depositar as suas poupanças em bancos, mas estes têm a possibilidade de conceder empréstimos para investimentos.

Os bancos são instituições que podem alavancar as economias e, no caso de Angola, em que existem muitas instituições bancárias, que até têm lucros fabulosos, estas podem ajudar a crescer a economia, por via do crédito à produção.

Há no país inúmeras empresas. Pequenas e médias, que foram à falência, mas que não precisam de muito dinheiro para voltarem à actividade produtiva. Acontece, porém, que o crédito bancário em Angola é muito caro, o que leva a que os empresários não estejam dispostos a contrair dívidas junto dos bancos.

Será necessário, nesta altura, em que se quer impulsionar a actividade produtiva privada, para que um número elevado de desempregados sejam absorvidos pelo sector empresarial, que se pense, como alguém ligado à actividade empresarial sugeriu,

na criação de um banco destinado a financiar pequenas e médias empresas, com juros bonificados.

Temos no país empresários com muita vontade de realizar projectos produtivos nas cidades e no campo. É verdade que há ainda alguma desconfiança em relação a pessoas que se lançam na vida empresarial, por causa de um passado em que indivíduos, pretensamente "empreendedores", não passavam de meros acumuladores de recursos financeiros, tomados de empréstimo, mas que não eram aplicados na produção de bens e serviços.

Temos entretanto de acreditar que há empresários angolanos honestos, que sabem gastar bem o dinheiro que pedem emprestado a bancos. Há angolanos que, não tendo grandes fazendas, têm realizado actividade produtiva no campo e vivem disso, sustentando as suas famílias e abastecendo o mercado. Trata-se de agricultores que trabalham arduamente e que tudo fazem para colocar, eles próprios, os produtos que saem das suas lavras no mercado. São facilmente identificáveis os que trabalham realmente a terra e os que, tendo ocupado enormes fazendas, algumas delas da dimensão de alguns países do mundo, nada fazem em prol do desenvolvimento rural.

Há angolanos que querem relançar o agro-negócio no país. Angola já foi auto-suficiente em muitos produtos agrícolas, ao ponto de os exportar em grande quantidade.

Hoje, para que possamos subir por esses patamares de outrora, precisamos de relançar o crédito à economia, sobretudo através da banca.

2.6 Trinta por cento do crédito no país está em incumprimento, diz BNA

Novo Jornal
25 De Janeiro de 2019

Trinta por cento do crédito concedido pela banca comercial nacional está em situação de incumprimento ou malparado, um nível que o Banco Nacional de Angola (BNA) considera "bastante alto", mesmo para os países da África Austral.

A posição foi assumida quarta-feira, 23, pelo vice-governador do BNA, Manuel Tiago Dias, questionado pela Lusa após o encerramento da Conferência sobre Financiamento ao Sector Privado, promovida pelo banco central, tendo referido que, para se ultrapassar a situação, é necessário o reforço e

a consolidação da banca e a resolução dos "pendentes do Estado" para com o sector empresarial.

"O crédito malparado foi objecto de uma grande análise durante a apresentação feita na conferência pelo Departamento de Supervisão Bancária do BNA, que chamou a atenção dos participantes para o nível bastante alto do crédito malparado, que se situa na ordem dos 30%", afirmou.

Tiago Dias, porém, referiu desconhecer qual o montante em causa, admitindo também desconhecer o "peso" do fenómeno no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

"E é bastante alto se formos a compará-lo com aquilo que são os indicadores de países próximos de nós, os situados na nossa região [da África austral], que também viveram situações difíceis de crise a um dado momento do seu desenvolvimento económico e social", acrescentou.

Tiago Dias indicou ser "importante" basear as soluções no diagnóstico que tem sido feito.

A consultora Boston Consulting Group, no entanto, fazendo o ponto da situação do crédito malparado em Angola, avançou que até 2017 o total de crédito vencido correspondia a 250 mil milhões de kwanzas, sendo o Banco de Poupança e Crédito (BPC) responsável por mais de 80% deste valor.

Os dados avançados pela consultora americana na Conferência sobre Financiamento ao Sector Privado, indicam que entre os anos 2013 a 2017 o crédito malparado no sistema bancário nacional mais que duplicou, atingindo 32% do total de crédito cedido em diversos segmentos da vida económica do país.

A Boston Consulting Group entende que a resolução do crédito malparado passa por três fases: Apoiar o sistema, acelerar a recuperação e garantir a sustentabilidade. Sendo que cada uma destas fases exige medidas concretas começando pela injeção de capital.

2.7 Crédito agrícola terá maior cobertura

Jornal Economia e Finanças

4 De Janeiro de 2019

Texto: Adérito Veloso

O Ministério da Agricultura e Florestas perspectiva para o ano agrícola 2018/2019 maior eficiência no processo de facilitação do acesso ao crédito agrícola e do aprovisionamento e distribuição dos factores de produção.

O desejo foi manifestado pelo titular da pasta Marcos Alexandre Nhunga, na mensagem de fim-de-ano 2018, no acto realizado, recentemente, em Luanda, onde destacou que a presente época agrária, espera-se que decorra em alinhamento às principais metas definidas no plano de desenvolvimento nacional 2018-2022.

Frisou que tal como a campanha agrícola transacta prevê-se continuar a discutir com as instituições competentes para a institucionalização do crédito fiscal aos combustíveis para o sector bem como a incorporação de novas famílias camponesas ao processo produtivo.

Perspectiva-se o aumento das áreas de correcção de solos (maior abrangência em termos regionais assim como da disponibilidade de sementes melhoradas e fertilizantes no quadro das estratégias em vigor e aumento da capacidade de assistência técnica com o incremento do número das Escolas de Campo (ECAs).

O destaque será também dado para o aumento da capacidade de mecanização agrícola na preparação de terras (através do aumento de tractores e do incremento do número das brigadas de mecanização), além da melhoria e aumento do movimento cooperativo.

Incremento da produção Marcos Alexandre Nhunga entende que face ao contexto actual da economia angolana serão adoptadas medidas e estratégias que promovam o incremento da produção agrícola e industrial, de forma a aumentar a oferta dos produtos que compõem a cesta básica, nomeadamente a fuba de milho, farinha de trigo, arroz e óleos alimentares.

"Neste enquadramento, além da criação de postos de trabalho e de riqueza nacional, há necessidade de se regular, dinamizar e sustentar a intenção e criação de uma reserva alimentar estratégica, com um efectivo controlo dos preços a praticar, com o consequente impacto no aligeirar do custo de vida das populações, sobretudo as mais carenciadas", sublinhou.

O ministro salientou que com a nova visão e sensibilidade do Executivo em alocar para o sector, para o próximo ano, um orçamento de cerca de 1,6 por cento do Orçamento Geral do Estado global, abrem-se novas perspectivas para que o sector seja cada vez mais valorizado e satisfaça os anseios das nossas populações, em produzir mais e melhor.

Anunciou igualmente que está em fase de conclusão e programado para discussão no I trimestre de 2019 as carreiras do sector agrário, com vista a valorizar e dar mais dignidade aos nossos técnicos.

Sector florestal

Para o segmento florestal, Marcos Alexandre Nhunga, revelou que pretende-se dar continuidade à implementação das medidas disciplinares da actividade florestal, nomeadamente, a conclusão da construção dos entrepostos de produtos florestais e seu pleno funcionamento. Está também em forja, a avaliação da capacidade técnica, financeira e idoneidade das empresas de exploração florestal, a elaboração dos regulamentos complementares da lei de bases de florestas e fauna selvagem, a implantação do regime de exploração florestal por contrato de concessão florestal, bem como a reabilitação e construção dos viveiros florestais.

"O sector deverá dedicar uma atenção particular ao programa de fomento e modernização da apicultura, devido ao papel que o mel e seus sub produtos podem desempenhar no processo de diversificação da economia nacional", disse.

Investigação agrária

No capítulo da investigação agrária, o ministro disse que está em curso o projecto de reorganização do sistema de investigação agrária.

Neste âmbito, foram concluídos os projectos de implantação dos primeiros seis centros de investigação, nomeadamente o centro de investigação de milho, feijão e soja da Chianga, no Huambo, o de mandioca, batata-doce e amendoim (Malanje), de caprinos e ovinos do Lau (Malanje), de gado de leite da Humpata (Huíla, de café do Amboim (Cuanza Sul) e o centro de bioveterinária do Huambo.

2.8 Revogar as licenças ou multar aos bancos Mais e Postal é a questão

Jornal Expansão

11 De Janeiro de 2019

Texto: Michel Pedro

O Banco Mais e o Banco Postal, as duas instituições bancárias que viram o Banco Nacional de Angola (BNA) retirar-lhes as licenças bancárias por incumprimento da exigência de adequação de capital social, contestam a decisão alegando que esta irregularidade deve ser sancionada com multas e não com a revogação da autorização de funcionamento.

Um entendimento que não é pacífico. O artigo 15.0 da Lei Base das Instituições Financeiras (LBIF) alínea

c) estabelece como imperativo para as instituições financeiras bancárias com sede em Angola "ter capital social não inferior ao mínimo legal", que actualmente é de 7,5 mil milhões Kz. Já o artigo 29.0 refere que se "se deixar de se verificar algum dos requisitos estabelecidos no artigo 15. o da presente Lei, a autorização da instituição financeira bancária pode ser revogada".

O diploma prevê ainda a revogação de licenças, de acordo com a alínea f) do artigo 29.º, "se a instituição violar as leis e regulamentos que disciplinam a sua actividade ou não observar as determinações do BNA, pondo em risco os interesses dos depositantes e demais credores ou as condições normais de funcionamento do mercado monetário, financeiro ou cambial".

Bancos dizem que sanção passa por multas

Para o jurista Moses Caiáia, a punição com uma multa, nos termos da alínea b) do art. 151 da LBIF, que pune a contravenção que consista na violação de normas relativas à realização do capital social, seria a "medida mais acertada". Posição também defendida pelos accionistas do Banco Postal, que invocam o nº1 do art. o 135. o da mesma lei para dizer que "somente após se verificar que a adopção de providências extraordinárias de recuperação da sociedade não produziram resultado, o BNA poderá requerer ao Procurador-geral da República a falência da sociedade". Perante esta situação, os accionistas do Banco Postal "demonstram o seu mais profundo desacordo com a decisão tomada pelo BNA e comunicada aos órgãos do banco uma hora antes" e "consideram recorrer às instâncias judiciais competentes de forma a verem consagrados os seus direitos".

Mais comedido, o Banco Mais anunciou que continuará "com as diligências necessárias junto da autoridade reguladora" mas não só. Sem entrar em detalhes, o banco diz que as diligências também continuarão junto das "demais instituições para que a situação seja resolvida a contendo, no respeito pela legalidade e pela defesa da confiança no sistema financeiro angolano".

A revogação da licença aos dois bancos põe em causa 640 postos de trabalho, 570 dos quais afectos ao Banco Postal - ver ilustração.

A respeito da punição a aplicar, presidente da Associação de Bancos de Angola (ABANC), Amílcar Silva, crê que se está a comparar duas situações de natureza diferente que acontecem por decisão do BNA, enquanto órgão regulador do sistema bancário. Na sua visão, "os bancos só podem estar em

funcionamento desde que demonstrem, a todo o momento, que cumprem com a regra do capital mínimo obrigatório, garante da sua fiabilidade e credibilidade, perante a economia e o sistema, sem o qual, não podem funcionar".

Por outro lado, "os Bancos devem cumprir com as normas de serviço vigentes e quando a supervisão no exercício da sua actividade de fiscalização verificar que o não faz, são penalizados com multas", conclui o interlocutor.

A respeito dos aumentos de capital, uma fonte do BNA disse ao Expansão que tem havido reuniões regulares com os bancos visados "desde Fevereiro". A fonte avança ainda que o aumento de capital do BPT seria realizado "com dinheiro domiciliado num banco no Dubai, mas o departamento de compliance da instituição financeira daquela cidade 'chumbou' a saída do dinheiro para Angola",

O Expansão solicitou esclarecimentos ao BNA, mas não obteve resposta.

2.9 Há necessidade de reduzir números de bancos com a fusão, defende economista

Jornal O PAÍS

8 De Janeiro de 2019

Texto: Patrícia de Oliveira

Os bancos Postal e Mais encerraram partir de ontem, Segunda - feira, 7, as suas actividades por incumprimento do aviso 2/2018, do Banco Nacional de Angola (BNA), que obrigava o aumento do capital social e dos fundos próprios regulamentares de AKZ 2,5 mil milhões para 7,5 mil milhões, até Dezembro último. De acordo com o economista Silvestre Francisco, o Banco Nacional de Angola (BNA) agiu de acordo com as normas, pelo facto de os bancos Postal e Mais não cumprirem com os requisitos exigidos. Em sua opinião, muitos bancos encontram-se com problemas de constituição e têm práticas de tráfico de influências e não observam transparência nas suas actividades.

"O país possui muitos bancos para a economia que temos. Há necessidade de reduzir os números de bancos com a fusão entre eles", referiu, O economista acredita que muitos gestores usam os bancos para sustentarem os seus próprios negócios, pelo facto de criarem dificuldades aos clientes na aquisição de divisas e outros serviços que normalmente são prestados por bancos.

"Muitos bancos precisam de auditoria porque não têm requisitos' nem capacidade de funcionar e cumprir com o seu papel", explica.

Segundo ele, a fusão entre os bancos é recomendável para o crescimento da economia, pois torna sustentável, poderá aumentar a capacidade de liquidez, inteirar-se dos problemas das famílias e das empresas. Com a fusão, os bancos estão mais fortes e preparados para exercer o seu verdadeiro papel na economia.

Para Silvestre Francisco, quando existe um grande número de instituições bancárias existe branqueamento de capitais, o excesso de bancos torna disfuncional a economia.

Clientes do Banco Postal no Huambo manifestam-se Centenas de clientes do Banco Postal, na sua maioria moto-taxistas e pequenos comerciantes, concentraram-se esta manhã diante do palácio da governadora da província do Huambo, exigindo a restituição do seu dinheiro.

Os clientes, que pretendiam obter esclarecimentos acerca dos seus depósitos, começaram por se concentrar no balcão da agência bancária, nas proximidades do palácio, mas sem sucesso, por encontrarem as portas fechadas e sem a presença dos funcionários.

Daí rumaram, aos gritos "queremos o nosso dinheiro", para o principal portão de acesso ao palácio, onde já se encontrava um cordão de segurança, formado por polícias de intervenção rápida e de ordem pública.

Em funcionamento na província do Huambo, há quase dois anos, o Banco Postal, com 'Sede na província de Luanda, oferece o serviço Xikila Money, uma novidade também no mercado angolano, onde as contas eram abertas com o número do telemóvel, ajudando, por esta via, a efectuar pagamentos de serviços de televisão, telefone e demais.

Também tinha um produto denominado comércio e empresário, vocacionado ao crédito a clientes empresariais, pequenas e médias empresas, Xikibook, um serviço do Xikila Money que permite aos clientes operacionalizarem as suas contas a partir do Facebook, a qualquer momento.

Contudo, no comunicado afixado na agência bancária lê-se que os depósitos e quaisquer outros interesses dos clientes, fornecedores e prestadores de serviços estão salvaguardados, sendo que nos próximos dias será prestada toda e qualquer informação que advém da decisão do Banco Nacional de Angola.

2.10 A INSS obteve receitas de Kz 167 mil milhões em 2018

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2019

Texto: Brenda Sambo

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo Secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira.

Segundo o dirigente, que discursava na abertura do seminário sobre "Apresentação dos Regimes Jurídicos de Vinculação, contribuição e Regularização da Dívida da Protecção Social Obrigatória", foram também realizadas algumas despesas operacionais no valor de 193 mil milhões Kwanzas, equivalentes a uma variação na ordem dos 17% em relação ao ano anterior.

De acordo com o responsável, Executivo delineou no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 a modernização do Sistema de Protecção Social Obrigatório, assente em medidas para que nos próximos cinco anos se possam alcançar os objectivos, entre os quais assegurar a sustentabilidade financeira e o equilíbrio do Sistema de Protecção Social Obrigatório (PSO).

Com o referido diploma, acrescentou, o Executivo vai colmatar o vazio existente no ordenamento jurídico, relativamente às cobranças de dívidas à Segurança Social, resultante do incumprimento das contribuições, juros demora e das multas, de modos a garantir os recursos financeiros necessários para o pagamento das prestações futuras aos segurados inscritos no PSO.

INSS com novo estatuto de pagamentos

Entre várias formas de pagamentos aprovados em diplomas constam o pagamento voluntário integral, o pagamento voluntário em prestações através de estabelecimento de acordo com o prazo de 60 meses, salvo algumas excepções previstas na lei e o processo em execução.

Ressaltou também o pagamento voluntário em prestações que foi concebido especialmente pelo Executivo para os contribuintes devedores que se encontram em situação económica difícil e que possam fazer os seus pagamentos à dívida da Segurança Social e neste âmbito beneficiar de 50% da redução dos juros.

"Com os novos instrumentos normativos o INSS pretende normalizar, regularizar e mais ainda

responsabilizar aquelas empresas que insistirem no incumprimento", reforçou.

Além dos instrumentos citados acima, o diploma estabelece ainda outras formas de pagamento, nomeadamente o valor da venda de bens penhorados em processo de execução, a dação em pagamento de créditos ou bens moveis ou imóveis, a compensação de créditos entre outros.

Aumento das contribuições

Na sua intervenção, Manuel Moreira referiu ser necessário aumentar a base de sistema de contribuições' a regularização da dívida à Segurança Social e melhorar a governação e eficiência dos Sistema de Segurança Social por forma a assegurar a sua sustentabilidade.

Para já, adianta que o Sistema de Protecção Social Obrigatório (PSO) promove a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, garantindo a substituição dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias em situações de perda ou mesmo diminuição do rendimento' bem como em situações de aumento de encargos.

"O Sistema de Protecção Social Obrigatório é um sistema contributivo assente no regime financeiro de repartição simples, edificado, entre outros princípios, no da solidariedade", descreveu.

Sublinha que "nos últimos 20 anos o sistema tem-se revelado essencial numa melhor distribuição de rendimento nacional, na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento social e da coesão social no país", afirmou.

Em termos de cobrança pessoal estima-se que o Sistema' de Protecção Social Obrigatório gerido pelo Instituto de Segurança Social cobria em Dezembro de 2018 mais de 24,3% da população activa, abrangendo mais de 155 mil contribuintes.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Na rota do abacaxi: de camiões para a mesa ou revenda

Jornal de Angola

3 De Janeiro 2019

Texto: Kindala Manuel

Na estrada de areia que dá acesso à Praça do Catinton, no bairro Gamek, Distrito Urbano da Maianga, é visível o movimento da venda de abacaxi feito maioritariamente por senhoras, que, por cima das carrinhas, despacham o produto a grosso e por unidade, para revendedores e outros interessados.

Num perímetro de quase 200 metros do arame que limita a unidade da FANA (Força Aérea Nacional) está perfilado um conjunto de 11 carrinhas de diferentes marcas, com destaque para os modelos da Mitsubishi, Fuso e Canter, a par dos Hyundai, uns recém-chegados outros a terminar a venda, numa disposição que vai dar à entrada da Praça do Catinton.

O negócio envolve produtores (camponeses fornecedores), grossistas (as senhoras que compram em várias províncias), retalhistas que vendem em praças e outros ainda que revendem o produto fatiado, deambulando pelas ruas de Luanda.

A maioria das vendedoras que comercializa diariamente o abacaxi em carros que estacionam nesta zona traz o negócio do Centro e Sul do país, com maior incidência para as províncias de Benguela e Cuanza-Sul.

Num escaldante sol das 11 horas da manhã, prenúncio do fim-de-semana que dá entrada à festa natalícia, o senhor Jorge Cacondo disputa com demais senhoras a escolha da melhor fruta. Porém, a dona do negócio não concorda com a bagunça.

"Se for assim, não compro mais. Se não me deixas escolher o produto da minha preferência, vou pegar noutra", desabafa, chateado, o senhor Jorge, depois de ter já escolhido abacaxi no valor de sete mil kwanzas, do carro da dona Teresa. Esta responde, do alto da carroçaria, em tom firme: "cliente que compra não escolhe muito; não aturo quem escolhe muito e aperta demais as minhas frutas".

Proprietário de um restaurante em Luanda, Jorge Cacondo faz compras de abacaxi semanais no perímetro do Catinton. Prefere comprar dos carros aí

estacionados por considerar mais barato e pela possibilidade de escolher a melhor fruta. No seu restaurante, usa o abacaxi para produzir cocktails, em conjunto com outras frutas.

Por seu turno, dona Mariana está no negócio há mais de quatro anos. Compra dos carros e revende por unidades, "zungando" com um carro de mão pelas ruas de Luanda. Depois de o senhor Jorge sair, coube a vez a ela e a algumas amigas de escolher pacientemente, desarrumando a montra da dona Teresa, ao ponto de algumas frutas caírem da carrinha para o chão, "mexendo" novamente com a vendedora.

"Estão a desfazer demais as montras. Se não querem comprar, vão para outro carro. Tenho família para sustentar; não me estraguem o negócio", reclama, furiosa, dona Teresa. Volta e meia abre um monte de palha, onde guarda o abacaxi ainda não exposto na montra, a fim de aumentar a oferta e assim satisfazer o desejo dos clientes.

Entretanto, o seu discurso não deixou de merecer resposta. "É sempre assim, tem mania de rabugenta", reagiu dona Mariana, que, rapidamente, subiu de tom, para acrescentar: "pensa que só você é que sofre e tem família? Rodeamos Luanda, debaixo do sol, para vender o negócio, porque também precisamos de sustentar os nossos filhos. Ouviu"?

Este último desabafo da compradora repôs a ordem no lugar. Dona Teresa vende numa carrinha Hyundai, que transporta mais de três mil cabeças de abacaxi. Natural do Bocoio, Benguela, disse à nossa reportagem que o negócio que faz é de risco e de muito sacrifício.

A jovem Ana Chimuma, natural de Benguela, disse que, por norma, ela e suas companheiras recolhem a fruta das fazendas situadas em Bocoio, Monte Belo e outras, da mesma região, até encherem as carrinhas. O frete de uma carrinha Mitsubishi Canter varia entre 140 a 150.000 kwanzas. Já a viatura da mesma marca, modelo Fuso, por ter a carroçaria mais longa e com autonomia para carregar mais de 4.000 cabeças de abacaxi, é alugada ao preço de 170 mil kwanzas, para o percurso de Benguela a Luanda.

As vendedoras não quiseram dizer que margem de lucro têm. "Este é um negócio que não tem muito ganho. É apenas para garantir a panela em casa", explica a jovem Ana Chimuma, conhecida por Chinha, mãe de dois filhos. De acordo com a nossa interlocutora, que falava à nossa reportagem enquanto atendia por cima da carrinha, nos dias em que não tem havido muitas viaturas a comercializar, todo produto que habitualmente traz acaba em

menos de três dias de vendas. Os preços não variam entre os carros. Três abacaxis do tamanho médio são vendidos a 500 kwanzas. Quem compra em grandes quantidades ganha uma cabeça. O abacaxi acima do tamanho médio é vendido a 200 ou 250 kwanzas, enquanto o menor vai a 100 kwanzas.

Entre os compradores, surgiu de forma inusitada o jovem João Massati, que comprou apenas um abacaxi ao preço de 100 kwanzas, com finalidade de degustar com a namorada. João disse que faz isso todas as sextas-feiras para partilhar em momentos especiais com a parceira.

Retalhistas “peregrinam” por Luanda

Encostada entre as rodas de uma das carrinhas, dona Fernanda Domingos Cambanga descascava o terceiro abacaxi, para em seguida cortá-lo em quatro metades. Ela faz parte do grupo de vendedoras que compra a fruta dos carros e a revende em fatias, numa marmita, durante longas peregrinações pelos vários pontos de Luanda, com maior destaque no centro da cidade. Compra três unidades de abacaxi a 500 kwanzas e vende um quarto da fatia a 50, alcançam o lucro de 100 kwanzas por cabeça.

Para rentabilizar o negócio, dona Fernanda disse que o grupo de oito senhoras, no qual está integrada, faz “quixiquilas” semanais. Cada uma entrega aos sábados o valor de 2.500 kwanzas, perfazendo 20 mil, para uma beneficiária, em sistema rotativo.

Dona Margarida compra abacaxi no mercado do Catinton e revende transportando num carrinho de mão por vários pontos de Luanda. Compra habitualmente cinco cabeças do tamanho acima do médio, a 1000 kwanzas, e revende-os a 350 ou 400 kwanzas cada. Ao cabo de um ano a comercializar o abacaxi pela cidade, refere como constrangimentos as perseguições diárias dos fiscais.

“Além do produto, também têm levado os carrinhos, acção que dificulta a continuidade do negócio. A situação não está fácil. Temos o “Resgate” e os fiscais atrás de nós. O marido perdeu emprego. O lápis, o caderno para as crianças e a comida para casa saem daqui deste negócio. O que fazer?”, interroga-se a senhora.

José Francisco, 36 anos, motorista de uma carrinha, transporta o negócio de abacaxi há três anos e justifica o preço que cobra com a distância e o mau estado da Estrada Nacional 100, que liga Benguela a Luanda. Natural de Benguela e pai de quatro filhos, explica que, devido aos inúmeros buracos que a via apresenta, a maior parte dos veículos que faz o transporte de mercadoria neste percurso tem

constantes avarias nas suspensões e danos em pneus e rolamentos. Por ser uma das principais vias de comunicação e de escoamento de produtos do país, pede às autoridades de direito uma intervenção com brevidade.

Além do estado da via, que tira o sossego de quem sustenta a família carregando mercadorias pelas estradas que cruzam o país, Matias Domba, 32 anos, reclama do excesso de controlos da Polícia nesta estrada. O motorista conta que de Benguela a Luanda existem mais de 12 controlos. Da Canjala ao Sumbe existem mais de cinco e os restantes do Cabo Ledo a Luanda.

“Esta situação tira-nos o sossego mano. É um negócio de risco, no qual temos tido muitas despesas para o conserto das avarias, por conta do mau estado da via. O excesso de controis tem feito muitos colegas desistirem de transitar nesta rota”, revela Matias, acrescentando que, para continuarem no negócio, alguns circulam de madrugada.

Abacaxi no Sul do país

Após a plantação, o florescimento da planta do abacaxi ocorre durante 18 meses. Neste ciclo, são necessários aproximadamente três meses para os frutos atingirem a fase de colheita, com o pico entre os meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, considerada época de melhores resultados. O Bocoio é considerado o principal produtor de abacaxi em Angola, com 359.68 toneladas/ano, que abastecem o mercado nacional. Quanto a destino, Luanda tem sido a província onde é escoada a maior produção proveniente do Sul do país.

3.2 É uma “mina a céu aberto que alimenta tubarões”

Jornal Visão

4 De Janeiro de 2019

Texto: Saviola Suka

Mensalmente, segundo apurou Visão, o mercado arrecada mais de 120 milhões de kwanzas na cobrança e 80 por cento deste valor não entra aos cofres do Estado acabando de ser distribuídos por algumas figuras de relevo.

“Todos comem neste mercado, razão pela qual o mercado não é entregue a sua proprietária, mesmo com decisões judiciais” disse ao Visão uma fonte da administração municipal de Viana.

Alguns funcionários do mercado do KM30 exigem que a Procuradoria-Geral da República deve «urgentemente» fazer um inquérito sobre a gestão do mercado que factura diariamente mais 100 mil kwanzas.

“O mercado é lavra da mãe Joana. Todos fins-de-semana saem envelopes para os chefes”, denunciam alguns funcionários do mercado.

Contornos do mercado

Depois de terem sido ignoradas as decisões do ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, do actual governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, e o Tribunal Provincial de Luanda, pela Administração municipal de Viana, o dossier sobre a disputa do Km30 continua sem solução.

O litígio que envolve a cidadã Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda e a Administração municipal de Viana na disputa da titularidade do mercado de Km30 tem mais de 11 anos e Cidália Cabinda estranha a forma como a Administração Municipal de Viana desafia tudo e todos no caso do mercado do Km30, não obstante a intervenção das entidades competentes.

Depois de o Tribunal Provincial de Luanda ter condenado a Administração Municipal de Viana e o antigo administrador José Moreno a apresentarem as contas da gestão do mercado do Km 30, estes desobedeceram à decisão continuando a gerir o mercado.

Mas Cidália Cabinda não cruza os braços e promete lutar “até às últimas consequências”, dizendo ter confiança na resolução definitiva do caso no actual Executivo liderado pelo Presidente João Lourenço.

Cidália de Matos Baptista de Sousa Cabinda, proprietária do mercado, já havia instaurou um processo contra O Estado (Administração Municipal de Viana) e José Manuel Moreno Mendes Fernandes, antigo administrador municipal de Viana, na forma de acção especial de contas sob a forma do processo sumário.

A sentença chegou em forma de um acórdão favorável para a autora da queixa.

Segundo o tribunal, os documentos juntos aos autos provam que Cidália de Matos Baptista de Sousa Cabinda foi responsável do mercado do Quintalão, no município de Viana que, com a autorização dos órgãos competentes, foi transferido para o KM 28/30.

Administração de Viana faz orelhas moucas às ordens da Presidência e do tribunal.

Face à resistência da Administração de Viana que continuou a gerir o mercado como se nada tivesse acontecido, no dia 21 de Outubro de 2017, o ex - presidente da República, José Eduardo dos Santos, ordenou ao ex-governador de Luanda, Francisco Higinio Carneiro, que fosse feita a entrega do espaço.

“Nos termos da Lei nº02, de 14 de Janeiro, Lei sobre impugnação dos actos administrativos, informamos que recebemos a reclamação da senhora Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, subscrita pelos seus representantes legais, através da qual vem requer a legalização do terreno onde hoje encontra-se a funcionar a praça do Km30, com isenção dos pagamento e taxas referente ao processo”, lia-se na carta do ex-presidente José Eduardo dos Santos.

Segundo o documento, a referida reclamação foi objecto de uma apreciação da qual “concluimos que, o governador de Luanda deve criar, com a máxima urgência, as condições materiais para devolver a posse do referido terreno a favor da reclamante, assim como praticar as medidas para a legalização do espaço, com isenção de taxas legais nos termos permitidos por lei, de forma a compensa-la dos prejuízos causados durante o litígio”

Dando cumprimento à orientação do ex - presidente, o actual governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, escreveu à administração municipal de Viana através do ofício nº70S/GGPL/2017, avisando-a sobre a entrega da gestão do mercado do Km30 à antiga proprietária.

“Na sequência da decisão judicial emanada pelo Tribunal provincial de Luanda Sala do Civil e Administrativo 1 a Secção em 26 de Junho de 2017, com relação a situação jurídica que envolve a administração de Viana e a cidadã Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, que reivindica a prestação de contas e outras questões aflorada em juízes”, diz a carta o governador datada aos 23 de Outubro de 2017.

“Tendo em conta que a luz da dita decisão, surge uma orientação superior visando solucionar administrativamente e de modo célere o conflito”, acrescenta a carta que apela a Administração municipal de Viana a providenciar a concessão para gestão e exploração do mercado do Km30 a favor da senhora Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda.

Cidália Cabinda provou ser a proprietária do espaço, construído em 2006, em Viana, mas foi “forçada a

abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno”, por razões que diz desconhecer.

Segundo conta, o actual mercado surgiu após o antigo da Estalagem, de que também foi proprietária, ter sido encerrado em 2004, sob ordens expressas do GPL, por se situar num local que dificultava o tráfego rodoviário e provocava vários acidentes, na via Luanda-Viana.

3.3 O sector informal e o resgate

Jornal Economia e Finanças

4 De Janeiro de 2019

Texto: Elias Gomes

É fácil comprar "Ndendó" em Angola. De Miconje (Cabinda) ao Dirico (Quando Cubango), da Baía dos Tigres (Namibe) ao Luau (Moxico), vendedores perfilados em passeios, competem lado a lado, com o mesmo objectivo que é de vender "Ndendó". Para quem não está aconchegado com este linguajar oriundo do Congo Democrático, refere-se ao petisco, pincho ou churrasco feito à base de frango ou peru e assado em tambores improvisados, amplamente comercializado nas cidades do país, principalmente por estrangeiros.

É apenas um exemplo, não sendo dos mais dramáticos sobre o alcance do laxismo reinante em Angola, com a subversão dos mais elementares princípios de convivência sã, a ponto de necessitarmos de um regaste.

"Recaptare", palavra do latim traduzida por "resgate", significa literalmente "valor pago para comprar algo de volta". Há um preço a pagar pelo regaste. Que caminho a seguir para resgatar a nossa Nação? Como alcançá-lo? Em minha opinião, três factores são preponderantes para o êxito da famigerada "Operação Resgate".

Primeiro: deve haver um diálogo construtivo entre as partes envolvidas.

O Estado angolano deve romper em definitivo com o modelo burocrático weberiano de gestão pública, também conhecida como Progressive Public Administration (PPA), por ser auto referencial e considerar o sujeito das políticas públicas um mero usuário, privando-o do direito de ser participe do seu destino. Urge reformular o desenho organizacional do Estado, tornando-o mais compliance com os fundamentos do desenvolvimento local, através do empowerment das comunidades, elevando os cidadãos à condição de parceiros, e portanto, alinhar

à sua conduta a valores de eficiência, accountability e flexibilidade.

Segundo: devemos reconverter o mercado informal e não extirpá-lo. Como defende o economista Alves da Rocha: "Mais do que esvaziar as ruas de zungueiras. Angola precisa de alteração estrutural e competitiva dos seus sistemas produtivos". Que ocorra à medida que o trabalho muda de um sector "tradicional" improdutivo, actividades como agricultura de subsistência ou pequeno comércio para actividades modernas e capitalistas.

Terceiro: há que haver enfoque integral.

Os propósitos da "Operação Resgate" devem ser duradouros e não apenas um discurso de charme ou mera odisséia sazonal. Devem ser intemporais e incorporados nos valores da Nação, convertendo-os em hábito e costume, espirando uma nova imagem de marca para o país.

É facto que existe concorrência desigual entre os agentes dos sectores formal e informal, pois os últimos não pagam impostos, mas convinha nos lembrarmos que pelas razões do seu surgimento, considera-se no nosso contexto o mercado informal, um mal necessário.

A queda do preço das commodities interrompeu a transformação estrutural e a oferta de emprego no sector formal, ganhando cada vez mais expressão o informal. E as estatísticas corroboram enfaticamente: cabe ao sector informal o peso pesado de "empregar" mais de 60 por cento da população activa.

Ciente de que o Estado não existe o suficiente para os resgatar, precisamos de encontrar soluções que privilegiam o bem comum. Sem violência popular e sem coerção policial, aproveitando a capacidade de "destruição criativa" dos nossos empreendedores.

Diferentemente do que muitos pensam, os fins não justificam os meios. Apenas um pacote de medidas factíveis, como as constantes do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022. Apoio ao fomento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), concessão de crédito e Criação de Cooperativas vão justificar o tão desejado resgate. Angola pode aprender com o exemplo de outras regiões e países, mas caberá a cada filho da terra pagar o preço e seguir um caminho diferente.

3.4 “Operação Resgate” melhora imagem do bairro Calemba II

Jornal de Angola

9 De Janeiro de 2019

Texto: Paulo Caculo

O comércio informal no bairro Calemba II, no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, ganhou uma nova imagem, com a circulação automóvel e de peões a melhorar significativamente, nos últimos dias, no âmbito da "Operação Resgate".

O surgimento de novos mercados na zona veio organizar o comércio local, tendo os vendedores ambulantes e quitandeiros abandonado a venda desorganizada que praticavam no passado nas ruas, aderindo ao incentivo da administração do distrito.

No passado, circular pela via do Calemba II, em direcção à Viana, tornava-se difícil devido ao mercado, que se localizava na estrada principal do bairro. A venda era feita em praça a céu aberto, sem regras e onde os vendedores chegavam a disputar, por meio de uma tremenda confusão, os passeios e a via com transeuntes e automobilistas.

O mercado do Calemba II deixou de existir. Para trás fica a imagem de uma zona de venda que não deixa, certamente, saudades aos moradores e frequentadores do bairro, sobretudo aqueles que circulavam diariamente pela via, enfrentando vários transtornos causados pela presença da praça a céu aberto, próximo ao entroncamento que interliga Viana, Camama, Sapú e Cidade Universitária.

A imagem hoje é completamente diferente. A praça desapareceu e consigo foram também os vendedores e toda a azáfama que se fazia sentir no local. O trânsito faz-se muito mais rápido e os cidadãos espelham satisfação pelos resultados produzidos pela "Operação Resgate", que veio ajudar a organizar o negócio informal e sensibilizar os comerciantes para a necessidade imperiosa de adoptarem novos modelos de comportamento.

Na ânsia de tentar perceber onde param os cidadãos que faziam o negócio no local, o *Jornal de Angola* apurou que a maioria aderiu ao "Mercado do Meio", localizado no município de Talatona, distrito da Cidade Universitária.

A nova área de comércio informal, construída num espaço com cerca de 5.600 metros quadrados, foi erguida com o propósito de acudir a grande procura de vendedores da zona, disse o administrador Melo dos Santos.

O espaço com cobertura, inclui 400 bancadas 10 lojas, 14 nentodomercado, sobretudo pelo facto de ter ajudado a acabar com o comércio desordenado que se fazia muito próximo à rotunda do Calemba II.

De acordo com Celestina Dias, 54 anos, vendedora de tuba, as pessoas no mercado do Calemba II estavam expostas ao perigo de algum dia serem atropeladas por uma viatura desgovernada.

"Aqui estamos melhor. No Calemba II as condições não eram as melhores. Havia muita confusão e o negócio não corria como a gente pretendia. Temos que agradecer ao Governo pela iniciativa de incentivar as pessoas a fazerem a venda no interior dos mercados. Espero que outras vendedoras sigam o mesmo exemplo", disse.

Manuel Amadeu, 30 anos, vendedor de acessórios de telefone, referiu que a organização do pessoal que veio do Calemba II para os mercados oficiais reduziu a delinquência no bairro, já que havia muitos focos de prostituição, roubo e outros crimes na antiga praça.

"Temos feito melhor o nosso negócio aqui. Há muito que precisávamos de um local seguro para vendermos as nossas mercadorias. Acredito que mais gente vem para aqui, porque a venda nas ruas tem muitos riscos.

Antes vendia nas ruas, mas cheguei a perder muitas coisas", lamentou o jovem, ex-vendedor ambulante.

Fonte da administração do distrito disse ao *Jornal de Angola* que o antigo mercado local, no passado, atingiu contornos preocupantes, porque ali se fazia de quase tudo, desde a prostituição ao cometimento de crimes diversos e havia igualmente denúncias de consumo de drogas.

Melo dos Santos disse que o perímetro em que está o mercado era uma zona muito escura e a delinquência fazia morada, com muitos assaltos, a partir das 18 horas. Com a implantação daquela infra-estrutura, os moradores conseguem ficar até às 22 horas nas ruas, "porque colocamos iluminação ao longo de toda a via e no próprio mercado", destacou.

3.5 Imagem do dia

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2019



3.6 “Estrangeiros não retornaram às antigas áreas de garimpo”

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2019

Texto: Garrido Fragoso

Os cidadãos estrangeiros que abandonaram recentemente o país de forma compulsiva e voluntária, no quadro da "Operação Transparência", não estão a retomar às antigas áreas de garimpo nas províncias da Lunda - Norte, Lunda-Sul e Moxico.

A garantia foi dada ontem à imprensa, em Luanda, pelo porta-voz da "Operação Transparência", comissário António Bernardo, no final da reunião da Comissão de Apoio ao Conselho de Segurança Nacional de Combate à Imigração Ilegal e Tráfico ilícito de Diamantes, orientada pelo ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República.

Autoridades tradicionais do Lucapa denunciaram no mês passado que estrangeiros ilegais que tinham abandonado as áreas de garimpo na Lunda - Norte, no quadro do processo de repatriamento voluntário, estariam a regressar de forma clandestina.

Em declarações à imprensa, à margem da visita que o governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala,

efectuou aquela região para constatar o andamento da "Operação Transparência", os sobas Alberto Ndjimi e Cassacala Ngunda afirmaram que estrangeiros identificados como cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) continuam a regressar e, no período nocturno, fazem o garimpo, com o patrocínio dos chamados "boss" e com a conivência de agentes da ordem destacados no local.

"A notícia despoletada por uma autoridade tradicional de haver o retorno de estrangeiros às antigas áreas de garimpo não corresponde à verdade", declarou António Bernardo, afirmando que as 300 casas de compra e venda de diamantes, incluindo as 90 cooperativas intervencionadas no quadro da "Operação Transparência" continuam completamente encerradas. O comissário admitiu, contudo, que, dada à longa extensão das fronteiras angolanas, não é possível que as mesmas não sejam sistematicamente violadas. "Não podemos dizer que as nossas fronteiras, de repente, ficaram intangíveis e que ninguém as transpõe. Não é verdade!", afirmou António Bernardo, indicando que as províncias de Malanje e da Lunda-Norte possuem, juntas, mais de 1.400 quilómetros de fronteira (fluvial e boa parte terrestre), e as linhas limites de fronteira entre um país e outro são muito próximas (8 a 15 quilómetros).

"Assistimos todos os dias à entrada de um número não tão alto, mas considerável de cidadãos estrangeiros no país, mas estes não estão a ocupar as zonas já por nós desmanteladas no quadro da Operação Transparência", esclareceu António Bernardo, que anunciou, para a partir da próxima semana, a intensificação das operações na Lunda-Norte, que nos últimos tempos conheceram "certo abrandamento", devido a problemas técnicos.

António Bernardo elogiou a aprovação, na terça-feira, pela Assembleia Nacional, da nova Lei de Imigração, que promove o investimento, o turismo, e vários outros segmentos de negócios que podem trazer dinheiro ao país.

"Com a aprovação do diploma, não há razões para que os cidadãos estrangeiros proa curem caminhos ilegais para entrarem no país, e muito menos buscarem actividades ilícitas no território nacional", referiu o comissário.

Cabinda excluída temporariamente da operação devido à situação no RDC

A Operação Transparência, que visa desarticular toda a actividade ilícita de diamantes e conter a imigração ilegal, vai em breve estender-se para todo o território, com excepção da província de Cabinda, segundo o porta-voz da Comissão de Apoio ao Conselho de

Segurança Nacional de Combate à Imigração Ilegal e Tráfico Ilícito de Diamantes.

Em declarações à imprensa, no final da reunião do órgão que orienta o Posto de Comando Avançado da "Operação Transparência", António Bernardo justificou a exclusão de Cabinda com o facto desta região estar muito próxima das "áreas de decisão" do país vizinho (RDC), que neste momento vive um processo delicado. "Não seria bom que neste momento desenvolvêssemos acções nesta direcção", esclareceu o comissário António Bernardo, sublinhando entretanto que Cabinda não está fora da cogitação da operação.

O encontro também decidiu estender a "Operação Transparência" ao mar, e orientou a criação de um corpo, que doravante vai desenvolver uma "intensa actividade" de fiscalização na orla marítima nacional, com vista a repor a ordem institucional neste segmento importante da vida económica e política do país. Numa primeira fase, a "Operação Transparência" foi realizada em sete províncias. Na segunda fase foi estendida para o Bengo, Luanda, Moxico e Zaire. A fase seguinte vai abranger todo o país, com início em Benguela e passagens pelo Cuanza-Norte, Cunene, Huambo, Huíla e Namibe.

O porta-voz da operação disse que a necessidade de estender a "Operação Transparência" para as províncias do sul do país prende-se com o facto de existirem "sinais evidentes e claros" de migração e actividades produtivas ilegais nalgumas províncias da região. "Com o cuidado que se requer, vamos estender a operação para estas províncias e buscar, no mais curto espaço de tempo, a reposição da ordem nas mesmas", afirmou.

Bens apreendidos

Um dos cinco pontos da agenda da reunião de ontem visou analisar os procedimentos a observar em relação a todos os bens apreendidos até ao momento durante a "Operação Transparência", tais como monetários, diamantes, meios rolantes e não rolantes de apoio à actividade de exploração ilegal de diamantes.

Segundo António Bernardo, a orientação baixada é que a solução deve passar por decisão judicial. "A questão será tratada em fórum judicial. Tão logo o assunto transite em julgado ou tenha solução administrativa, os meios serão encaminhados de acordo com as decisões que forem tornadas"; referiu António Bernardo, acrescentando que a reunião também avaliou o ponto de situação dos processos de responsabilização criminal de todos os acusados de práticas ilícitas de exploração de diamantes.

3.7 Há cada vez menos divisas nas ruas da capital Luanda

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2019

Texto: Vânia Inácio

A venda de divisas em alta escala no mercado informal, verificada no passado, parece continuar a reduzir a cada dia que passa.

A reportagem do JE foi às ruas da baixa de Luanda onde há ainda focos de mulheres reunidas com venda camuflada de resmas de papel, tinteiros ou bijuterias. A constatação é de que, apesar do câmbio continuar alto, com uma variação de 37 a 41 mil kwanzas por cada 100 dólares e 40 a 45 mil kwanzas por cada nota de 100 euros, é visível a carência na aquisição do mesmo.

É caso para se afirmar que as medidas do BNA para normalizar o sistema financeiro até ao momento estão a surtir os efeitos desejados.

Segundo as "kinguilas", a procura pela moeda estrangeira ainda não melhorou, apesar de se ter sentido ligeiro desafogo.

"Hoje ainda conseguimos até 200 euros por dia, quando há três meses podíamos ficar dias sem nenhum", disse Regina Mateus, kinguila há 7 anos, nas imediações da Mutamba.

O cenário é igual um pouco por toda parte, onde a maioria das kinguilas, como alternativa, optam por vender recargas telefónicas "para não faltar o pão na mesa", confessam.

Quanto à proveniência do pouco que conseguem, segundo as kinguilas, ainda continua a ser através de funcionários dos bancos comerciais.

BNA altera as regras

A recente subida do limite máximo de venda de moeda estrangeira a cidadãos residentes cambiais para o equivalente a 8.000 euros (oito mil euros) por viagem, confirma a inversão dos níveis de procura de moeda externa, o que aponta para a pretendida normalização cambial.

O novo ajuste tem como objectivo conferir maior segurança e previsibilidade ao acesso à moeda estrangeira disponível, segundo um comunicado publicado pelo Banco Nacional de Angola na sua página de internet.

Desde 2014, em face ao ambiente sucessivo de crises económicas, que o limite de venda de divisas para

maiores de 18 anos, vem sendo alterado, chegando a ser reduzido para 4.500 euros por ano. Os ajustes, até ao momento actual, passaram por uma redução de o equivalente a 10 mil dólares (2016), contra o equivalente a 15 mil dólares, antes da fase crítica que o país atravessa. Já antes desta alteração, até o início deste ano, os viajantes residentes cambiais só podiam comprar o equivalente a 500 euros por mês e 4.500 euros por ano, um valor que em nada bonificava a população em geral.

Consta, igualmente, do documento a recomendação do BNA de os bancos comerciais aderirem preferencialmente ao sistema de cartões de pagamento internacionais para a cobertura de despesas no exterior, bem como reitera a obrigatoriedade de conformidade sobre os limites globais anuais para operações cambiais de natureza privada.

3.8 Os desafios do sector informal

Jornal de Angola
11 De Janeiro de 2019

As implicações da prática reiterada das actividades informais na economia nacional são deveras preocupantes, estima-se segundo o PDN 2018-2022 que as respectivas práticas representam acima de 40 por cento do total da economia nacional, o que impacta negativamente o normal funcionamento da economia e reduz cada vez mais a capacidade de arrecadação de receitas fiscais para os cofres do Estado. O mesmo documento ainda enfatiza que a economia informal é determinante em cerca de 75 por cento da população do país.

As actividades informais representam um conjunto de práticas exercidas pelos agentes económicos à margem das regras de controlo imposto pelo Estado e as transacções económicas e financeiras que daí resultam não são registadas nas estatísticas e contas públicas.

A prática reiterada deste tipo de actividades não pode ser encarado como um fenómeno atípico e estranho à nossa realidade, visto que as mesmas já vêm desde o período colonial, com o passar do tempo agudizaram-se na etapa da organização socialista da actividade produtiva e infelizmente a sua dinâmica explosiva manteve-se no período da deficiente transição do modelo económico socialista para o capitalista (livre iniciativa).

A economia informal abarca dois tipos de agentes económicos: em primeiro lugar encontramos os que lutam pela sobrevivência e que não possuem capacidade financeira, académica e organizativa para

formalizar a sua actividade, e em segundo lugar encontramos os agentes económicos informais audazes que tentam a todo custo evitar o cumprimento das obrigações fiscais, e encontram na informalidade a estratégia para aumentar as suas margens de lucro.

Durante muito tempo, os mercados informais sempre foram os locais que albergavam a actividade informal na sua maioria, com excepção os ardinhas e um reduzido número de ambulantes que comercializava os seus produtos nas avenidas mais congestionadas da cidade de Luanda.

O fenómeno começou a ganhar contornos alarmantes com o encerramento do mercado Roque Santeiro, que era considerado na altura o maior mercado de África a céu aberto com fluxo financeiro estimado em dez milhões de dólares anuais e garantia acima de mil empregos, infelizmente objectivo pretendido com o encerramento do referido mercado e a sua transferência para o mercado do Panguila não foi alcançado por diversas razões que os vendedores alegam como a distância, a reduzida aderência dos compradores e muito mais

O actual cenário consubstanciado na redução da actividade económica em termos quantitativo e qualitativo e consequentemente o encerramento de inúmeras empresas, assim como a capacidade inelástica do sector público absorver a força de trabalho activa, estes condicionalismos disfuncionais do mercado, propiciam um ambiente de alastramento das actividades informais, em que o referido sector responde positivamente e acolhe a força motriz da sociedade não captado pela economia formal.

Importa lembrar que o pai da economia Adam Smith no ensaio "A natureza é causa da riqueza das nações" não foi motivado a estudar e pesquisar o fenómeno inerente a pobreza dos povos, até porque sabia que a pobreza é o estado natural das coisas e que surge na ausência de uma actividade económica, a sua motivação foi sim investigar como os humanos eram capazes de sair da pobreza e gerar riqueza, ou seja as razões que levam uns países a ficarem mais ricos que outros.

Diante da complexidade do assunto em causa "informalidade económica", torna-se contraproducente desperdiçar recursos que já são escassos tentando combater os efeitos, enquanto que poderíamos centrar as atenções nas causas e de forma visionária engendrar políticas públicas integradas visando solucionar o problema de uma forma mais eficiente, como a implementação de um plano de acção para a reconversão da economia informal.

O maior desafio actualmente do Estado não deve ser combater a actividade informal especificamente (comerciantes ambulantes e zungueiras), a pertinência da problemática reside na capacidade de formalização das actividades informais, reforçando o desempenho institucional à nível transversal para a formalização das respectivas actividades.

A economia informal em Luanda apresenta uma capacidade de resiliência extraordinária, por ser o meio por intermédio do qual se desenvolve o espírito de criatividade e empreendedor da maior parte da população, pese embora ao facto das referidas actividades serem realizadas fora das normas impostas pelo Governo, é preciso admitir que a dimensão assustadora que atingiu o sector informal em Luanda, resulta da ineficiente capacidade do Estado suprir as falhas de mercado que ocorrem actualmente na economia, nomeadamente: o desemprego, a elevada burocracia para a constituição e legalização da actividade económica, a deficiente formação dos agentes económicos envolvidos no sector, a complexa organização funcional da autoridade tributária que torna ineficiente e moroso o processo declarativo e de liquidação fiscal do contribuinte e a excessiva concentração populacional na cidade de Luanda.

O assunto é extremamente complexo e multidisciplinar, tentar resolve-lo improvisadamente poder-se-á adiar a sua solução eficiente e criar efeitos perversos para a economia.

3.9 Proibida a circulação de mini autocarros na Centralidade do Kilamba

Jornal Visão

11 De Janeiro de 2019

Texto: João Salvador

Agastados com a decisão, os taxistas sustentam que, estão a ser proibidos de exercerem uma actividade que dura há mais de oito anos naquele local, quando foram autorizados pela administração.

Segundo os cidadãos, no último sábado, 05, foram apanhados com as 'calças nas mãos' quando estavam ser interpelados por agentes de Viação e Trânsito, dos quais receberam a informação que nenhum mini autocarro poderia circular na Centralidade do Kilamba.

Segundo apurou o *Jornal Visão*, mais de 20 motoristas e cobradores dirigiram-se a vários órgãos de comunicação social, para mostrarem as suas

inquietações, pois afirmam não saber qual é o real motivo desta medida.

"Não fomos informados os motivos pelos quais não podemos entrar no Kilamba, e em contrapartida, os nossos carros estão licenciados. O Ministério dos Transportes deu as licenças para podermos exercer a actividade de táxi, e o porque é que não podemos entrar no Kilamba", questionaram os taxistas visivelmente agastados.

Jorge Caçamba, taxista da rota Kilamba / Golf II e vice-versa, garante que está medida vai prejudicar não só os taxistas, mas principalmente a população que frequenta a Centralidade. "O que será destas populações com a proibição da circulação dos mini autocarros que ajudam na locomoção de um lado para outro?", sublinhado que com os seus serviços ajudam os cidadãos ao preço de 100 a 150.00kzs por viagem, sobretudo dos estudantes, solicitando que ao se tomar uma medida deve se pensar também na população que passa muita dificuldade.

Quem já está a sofrer com a situação é a cidadã Mira de Carvalho, utente " e funcionária da Centralidade do Kilamba. Segundo disse, com os mini autocarros gasta apenas 300.00kzs por dia, mas daqui por diante vai passar a gastar 600.00kzs diariamente.

"Fazendo os cálculos doravante vou passar a gastar mensalmente a kz 18.600.00, só para o meu táxi", sublinhou, para depois garantir que é muito dinheiro a ser gasto numa altura que o que recebe não compensa.

Polícia Nacional sabe do caso

O porta-voz da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, disse em conferência de imprensa que os condutores de mini autocarros que forem encontrados a exercer o serviço de táxi na Centralidade do Kilamba, vão ser responsabilizados civil e criminalmente, adiantando que é uma proibição que decorre da própria lei.

"O transporte remunerado é regulado pelo decreto presidencial, N°154 / 2010, e rege-se no seu artigo 74, do qual prevê as multas para aqueles veículos realizarem transporte remunerado de forma inadequada" garantindo que as cargas podem ser urbanas, inter-urbanas, inter-municipais ou inter-provinciais.

Mateus Rodrigues sublinha que os mini autocarros estão autorizados a realizar o transporte inter-provincial ou inter-municipal, no caso concreto do Kilamba, seria o transporte inter-urbano no qual os mini autocarros não estão autorizados, mas sim os Hiace, vulgo azul e branco.

3.10 Venda de peças de automóvel agora é feita de forma clandestina no mercado dos Kwanzas

Jornal Machete

11 De Janeiro de 2019

Texto: Mário Cassanda

A venda de peças de veículo automóvel no mercado dos Kwanzas, no município do Cazenga, em Luanda, agora passou a ser feita clandestinamente sob o olhar silencioso da administração do referido mercado, depois de no passado dia 30 de Novembro, ter sido proibida pelas autoridades no âmbito da "Operação Resgate": segundo denúncias que chegaram à redacção do Manchete,

A nossa equipa de reportagem deslocou -se, esta semana, ao referido mercado a fim de apurar o facto e colhermos mais pormenores. Constatamos que diariamente os vendedores concentram-se no interior do estabelecimento, precisamente no antigo local em que exerciam a actividade, esperando pelos clientes.

Trata-se, porém, do mesmo método utilizado pelos vendedores de medicamentos, de maneira a escapar das operações policiais} as mercadorias passaram agora a ser comercializadas a partir das residências onde são armazenadas, localizadas nas cercanias do mercado.

O negócio funciona da seguinte maneira: o cliente solicita o tipo de peça que pretende e o vendedor vai à busca, trazendo poucos minutos depois e, de seguida, ambos fecham o negócio aonde acharem conveniente e seguro longe dos olhos dos agentes da ordem. "Estamos aqui no mercado todos os dias, caso estiver a precisar qualquer tipo de peça" confessou-nos um vendedor, julgando que fôssemos clientes.

Importa salientar que, a proibição de venda de peças de viaturas em mercados informais e na via pública consta num decreto presidencial, datado de Junho de 2018, com o objectivo de travar a onda de roubo de viaturas, que nos últimos tempos tem vindo a crescer no país.

O mercado dos Kwanzas é apontado pelas autoridades como sendo, também um dos maiores pontos de recepção de venda de materiais roubados, tendo sido detectado vários casos pela Polícia e que resultaram na detenção dos autores. A semelhança dos extintos mercados dos Correios e Alfa Cinco, nos Kwanzas, a venda de peças de carros é igualmente dominada por cidadãos estrangeiros, particularmente os da República Democrática do Congo.

Contactada a administração do mercado dos Kwanzas, esta negou que estaria a ser conivente quanto ao regresso silencioso dos antigos vendedores no interior do seu estabelecimento. Segundo a fonte, a venda de peças de veículo automóvel está definitivamente proibida neste mercado.

"A nossa instituição trabalha permanentemente com a Polícia no âmbito da "Operação Resgate": pelo que são detidas duas a três pessoas diariamente, suspeitas de venderem peças clandestinamente": declarou a fonte, anunciando que nos próximos dias também será proibida a venda de carne de caça no mercado dos Kwanzas, uma orientação que consta de um decreto da administração municipal do Cazenga em parceria com o Ministério do Ambiente.

3.11 Ingrata é a luta contra a pobreza

Jornal O PAÍS

13 De Janeiro de 2019

Texto: Valdemiro Caprichoso

Caro director,

Muitas vezes nos condoemos com a dor das chamadas zungueiras. Digo chamadas zungueiras porque muitas delas não zungam, abrem bancadas de venda em frente às casas de outras pessoas e fazem, num abrir e piscar de olhos, uma nova praça. Também costumam a fazer o mesmo às portas de supermercados e bancos. Elas vendem quase todo o tipo de produtos, principalmente frutas e hortícolas. O mais normal, até porque não pagam impostos, nem nada que se pareça, era que elas praticassem preços mais justos, mais baratos que nas superfícies comerciais. Assim, elas teriam a preferência dos clientes. Mas não é isso o que elas fazem.

Na verdade, acho que em Angola o facilitismo está mais do que instalado, toda a gente quer ganhar dinheiro e ficar rica numa só venda. Ninguém quer ir ganhando dinheiro, com trabalho e esforço, como deveria ser normal. Imagine-se que as ditas zungueiras paradas (zungueiras de estaca) vendem três abacates pequenos a 500Kz, em Luanda, mas nas superfícies comerciais posso, com este valor, levar cinco ou seis. Assim é com o mamão a banana, etc.. Naturalmente que prefiro comprar numa loja organizada, que paga impostos onde, presumo, há boas condições de armazenamento e acondicionamento dos produtos, já para não falar da higiene.

Portanto, com o risco de ser politicamente incorrecta, a luta contra a pobreza em Angola vai levar muito tempo, porque há pobres que não querem sair dela

com trabalho, estão à espera de uma golpada que lhes resolva a vida de uma vez, estão sempre à espera de sacar algum de alguém. Isto é muito triste. As igrejas e assistentes sociais deveriam falar com elas e explicar -lhes que se querem ganhar dinheiro devem ser competitivas.

Valdemiro Caprichoso Caxito

3.12 Mercado informal continua a ser praticado em várias ruas

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2019

Texto: Rodrigues Cambala

A circulação de viaturas, à entrada do Campus Universitário da Universidade Agostinho Neto (UAN), na estrada da Camama, faz-se com lentidão. É hora de ponta. As duas faixas são repartidas entre veículos automóveis e vendedores ambulantes.

Os zungueiros ocupam alguns lugares do asfalto, ou seja, uns ao lado do separador de betão, outros do lancil e a maioria em pé, no centro, na linha transversal descontínua, de cor branca.

Os rostos amuados dos automobilistas, resultantes dos constrangimentos do trânsito, não condizem com os dos vendedores, que expõem e apregoam tudo o que vendem.

Cada paragem, mais curta que seja, realizada por um condutor, para adquirir algum produto, é razão suficiente para aumentar a fila de viaturas no engarrafamento.

Uma mulher de lenço pintalgado tem uma grelha de ventoinha à cabeça, contendo várias garrafas de água e refrigerantes. Aligeira-se a caminhar de uma faixa para outra, sem o mínimo receio de colidir com as viaturas. O rosto enrugado e o corpo caquético levam a deduzir que a mulher tem mais de 50 anos.

Mal uma passageira de táxi grita por água, sem que a viatura seja imobilizada, observa-se uma concorrência entre os vendedores e, ali, vale a impetuosidade de cada um. A anciã quase não alcançava os clientes, mas não desiste.

O sprint na "zunga" é quase sempre ganha pelos rapazes calejados. As viaturas são obrigadas a andar em ziguezague, para desviar o ambulante e as quantidades das mercadorias deixadas num saco plástico. À berma da estrada e com apitos por entre os lábios, três agentes de trânsito vão sibilando e acenando para os automobilistas serem mais rápidos, quando a lentidão parte de vendedores ambulantes.

Os mercados informais estão montados nas principais estradas. Na presença de agentes da ordem, os vendedores ambulantes expõem, sem pudor, filmes pornográficos e até roupas íntimas.

A estrada da Camama é, durante todo o dia, fértil em venda ambulante. Na rotunda, debaixo do viaduto, um grupo de vendedoras ocupa até os passeios com bacias de refrigerantes, bolos e pães, sob o olhar silencioso de dois agentes da ordem pública, que, em pé, trocam um dedo de conversa e sorrisos à mistura.

Antes de atingir a Pedro de Castro Van-Dúnem, no Golf 2, os zungueiros apresentam-se em massa, sem temores da fiscalização da Administração Municipal ou da Polícia.

Na estrada Deolinda Rodrigues, sentido Viana - Largo da Independência, os automobilistas também vêem-se obrigados a fugir dos vendedores e dos produtos comercializados por estes, poisados no asfalto. Os ambulantes deixaram o Largo da Independência e comercializam, agora, os seus produtos entre a pedonal da Lactiangol e da Shoprit, onde os engarrafamentos são cíclicos, sobretudo às manhãs.

O mercado dos Correios, muito conhecido por ser o centro de venda de peças de reposição de viaturas, apresenta-se sujo e com o mesmo movimento de mecânicos de ocasião, zungueiras, intermediários, clientes e carros mal estacionados.

Não obstante o espaço, que anteriormente era de venda livre, continuar desactivado, os vendedores de peças e os intermediários mantêm -se firmes aos arredores. Alteraram o modus operandi. Quem não tem um estabelecimento, pelo menos tem guardado os seus produtos dentro de algumas residências no interior do bairro. Desta forma, as peças desmanchadas nas viaturas roubadas continuam a ser comercializadas no local de sempre.

No Rangel, na rua das Pedrinhas, famosa pela venda ambulante de frescos, não baixou a actividade das vendedoras. Os produtos já não ficam expostos na rua, mas são mantidos no interior das residências e de um quintal transformado em mercado.

Ao longo da rua que desemboca ao mercado dos Congolonses estão, provavelmente, um pelotão de agentes da ordem pública. Nem por isso, a venda é inibida. Algumas mulheres expõem pequenos sacos com pedaços de carne a escassos metros dos agentes da Polícia.

"Daqui ninguém nos tira!" Esta frase parece ser o slogan das zungueiras da zona de São Paulo. É a maior em termos de venda ambulante e em termos de

caos. Nem mesmo os agentes da Brigada Canina e da Ordem Pública e os fiscais da administração local conseguem dar sossego aos transeuntes e moradores da área. Um cão possante conduzido por uma agente ao longo do passeio, não afugentou as zungueiras.

3.13 Associação dos Vendedores Ambulantes alerta para os malefícios da Operação Resgate no seio da classe

Jornal O PAÍS

16 De Janeiro de 2019

Texto: Domingos Bento

O secretário-geral da Associação dos vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL), Celestino Cangombe, revelou que, nos últimos dias, é crescente o agravamento das dificuldades sociais no seio desta franja da sociedade que dependia da venda ambulatória para sobreviver. Porém, desde a entrada em cena da Operação Resgate, em Novembro do ano passado, o responsável atestou que assiste-se a um crescer de complicações que tem estado a embaraçar a vida de muitos dos seus associados.

Segundo o líder associativo, que falava durante um encontro com os seus associados, a grande maioria dos vendedores ambulantes, depois de terem sido retirados compulsivamente das ruas, não conseguiram espaços nos mercados espalhados por Luanda de forma a prosseguirem com as suas vendas. Já os poucos que conseguiram lugar viram os seus produtos usurpados pelos fiscais e policias, o que impossibilita a continuidade da actividade comercial.

No entanto, diante do cenário caótico, Celestino Cangombe alertou para os perigos que estas dificuldades estão a casuar no seio das famílias e na estabilidade social e solicita a intervenção das autoridades no sentido de redefinir e regular as políticas públicas no que à venda ambulante diz respeito. Tal como deu a conhecer, muitas mulheres que dependiam da venda ambulante estão a enveredar pelo caminho da prostituição para continuarem a sustentar as suas famílias. Já os homens estão a olhar para a criminalidade e para o alcoolismo como vias alternativas para seguirem com a vida.

Para Celestino Cangombe, a Operação Resgate, apesar de apresentar-se como um instrumento de reposição da legalidade social, tem vindo a falhar por atacar os problemas e não as causas. Assim sendo, referiu, muitos dos agentes inseridos nesse processo preocupam-se mais em agredir e receber os haveres dos vendedores ambulantes do que apresentarem

soluções que possam ajudar na continuidade da sobrevivência dos cidadãos mais desfavorecidos"Se por um lado temos parte das vias de Luanda mais fluidas, com menos agitação, por outro lado temos o crescer das dificuldades em muitas famílias. É preciso garantir e criar-se bases para as pessoas continuarem a sobreviver. E infelizmente houve falhas graves neste sentido quando se implementou a Operação Resgate", notou.

3.14 "Operação Resgate" incrementa acções

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2019

Texto: César André

Depois de um breve interregno, por causa da Quadra Festiva, a Polícia Nacional volta a incrementar, a nível de todo o país, as acções em torno da "Operação Resgate", deu a conhecer ontem, em Luanda o comandante-geral da corporação, Paulo de Almeida.

O comissário-geral, Paulo de Almeida que falava durante a abertura do Conselho Consultivo da Polida Nacional, reconheceu algumas insuficiências, erros e dificuldades dos seus efectivos durante o ano de 2018. Paulo de Almeida assumiu a responsabilidade das insuficiências, cometidas pela corporação, mas chamou a atenção para a necessidade de "corrigir muitas coisas mas", acrescentando que o mais importante foi conseguir conter e reduzir as cedências ascendentes do crime em Angola.

Para o presente ano o comandante geral disse que a Polícia Nacional pretende focar a sua atenção na unidade e disciplina dos seus efectivos, na formação do pessoal a todos os níveis, na revisão e actualização do modelo de policiamento, como nas zonas urbanas, periféricas e suburbanas.

Neste ano, o Ministério do Interior vai também focalizar a sua atenção na reorganização, funcionamento e atendimento nas esquadras e postos policiais, na protecção e defesa do pessoal que, no exercido da sua função de manter a ordem e tranquilidade públicas, põem em risco a sua vida e carreira profissional. Paulo de Almeida destacou a valorização dos quadros e a proximidade do cidadão, como sendo uma das prioridades.

"Precisamos melhorar a nossa estrutura funcional para sermos mais eficientes, e definir bem o nosso papel", disse o comandante-geral da PN, para quem os actuais instrumentos jurídicos que regem a

actividade da corporação "já não dão respostas às nossas preocupações".

3.15 Desactivadas bancas de venda de peças de automóvel no mercado dos Kwanzas

Jornal Manchete

18 De Janeiro de 2019

Texto: Mário Cassanda

A administração do mercado dos Kwanzas, no distrito do Hoji-ya-Henda, município do Cazenga, iniciou nesta terça-feira, 14, a desactivação de mais de cem bancadas onde eram exercidas a venda de peças de automóvel. Segundo apurou o *Manchete*, a acção visa colocar fim definitivo desta actividade que nos últimos meses voltou a ser feita de forma clandestina naquele estabelecimento comercial, depois de em Novembro do ano passado, ter sido proibida pelas autoridades no âmbito da "Operação Resgate". Segundo uma denúncia que chegou ao conhecimento deste jornal, dava conta que voltaram a frequentar o interior do mercado e sentavam-se por cima das bancadas em que vendiam esperando pelos clientes.

De maneira a escapar das operações policiais, os mesmos optaram por comercializar as mercadorias a partir das residências onde fazem o armazenamento, utilizando as instalações do mercado apenas como ponto de encontro com os clientes. Uma fonte da administração do mercado dos Kwanzas garantiu que o local agora vago, dará lugar a comercialização de outros produtos que não seja peça de veículo automóvel.

3.16 Lubango cria uniformes para identificar fiscais

Jornal O PAÍS

24 De Janeiro de 2019

Texto: João Katombela

Os habitantes do município do Lubango passarão a exercer maior controlo sobre as acções dos fiscais e contarão com um método de denúncia mais eficaz, com a implementação de novos uniformes, anunciou, na Terça-feira, Armando Vieira.

O administrador municipal disse, à saída da audiência que concedeu a vendedeiras ambulantes, que os uniformes serão codificados através de números fixados em locais de fácil visualização. Segundo o gestor público, com a mudança de uniformes

pretende-se fazer com que haja facilidade na denúncia dos fiscais que durante o exercício das suas funções excedam os limites impostos pelas normas vigentes.

"Tomamos conhecimento de que muitos fiscais têm exagerado na sua actuação e outros há que se apropriam dos bens apreendidos. Para acabar com esta prática, vamos distribuir uniformes bem enumerados para que o lesado ou qualquer pessoa que queira denunciar tais práticas possa facilmente identificar o agente infractor", explicou.

Por outro lado, Armando Vieira lamentou o comportamento de alguns vendedores na reacção às acções da fiscalização, tendo revelado que na última Sexta-feira um agente foi gravemente ferido. "Temos um fiscal que foi atacado pelos vendedores ambulantes e está em tratamento médico", disse.

No entanto, para os vendedores ambulantes o encontro foi menos produtivo, por considerarem que a Administração Municipal do Lubango não satisfaz as suas expectativas.

As esperanças caíram em "saco roto", pois o administrador do Lubango reiterou que o seu elenco vai continuar a combater a venda ambulante no casco urbano da cidade. "Não vamos tolerar vendas anárquicas aqui na cidade do Lubango. Esta decisão advém da Operação Resgate que ainda está em curso. Vamos continuar a defender a boa imagem da cidade", disse Armando Vieira.

Entretanto, esta decisão da Administração Municipal do Lubango não foi bem acolhida pelos presentes na reunião, que contou com a participação de funcionário de diferentes órgãos do Estado.

As vendedoras reafirmam, num tom desafiador, que vão prosseguir com as suas actividades comerciais na cidade, por ser com assim que sustentam as suas famílias.

"Eu sou pai e mãe ao mesmo tempo, como poderei sustentar os meus filhos? Se é aqui onde eu ganho a vida, o Governo quer que eu vá me prostituir para dar pão aos meus filhos"? desabafou uma das vendedoras.

Outras, porém, gritavam em uníssono que não deixariam as ruas da cidade para ir aos mercados do Mutundo e do Rio Namgombe. "Ou nos matam ou quê! Ou nos matam ou quê", cantavam.

3.17 Falta de vagas nas escolas públicas gera manifestação de zungueiras

Jornal O PAÍS

26 De Janeiro de 2019

Texto: Domingos Bento

Um grupo de 80 zungueiras manifestou-se ontem, em Cacuaco, na sede da Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL) para exigir o enquadramento dos seus filhos nas escolas públicas.

Segundo as mulheres, desde que foram retiradas das ruas, de onde exerciam a actividade de venda ambulante, enfrentam sérias dificuldades financeiras e, por isso, não conseguiram matricular os seus filhos nas escolas privadas. Porém, diante das dificuldades, as vendedoras uniram-se para exigirem, por via da AVAL, associação que as defende, iniciativas que possam enquadrar os seus educandos nas escolas públicas.

De acordo com as senhoras, apesar de as matrículas nas escolas públicas serem gratuitas, ainda assim as vagas só estão a ser obtidas mediante pagamento de valores. Conforme frisaram, por falta de dinheiro, não conseguiram matricular os seus filhos, situação que está a criar embaraço na vida dos menores que correm o risco de perderem o ano lectivo 2019-2020.

Diante do cenário caótico, as mulheres zungueiras exigem da AVAL, enquanto organização da sociedade civil, contactos permanentes com as direcções municipais de Educação, de forma a que os seus filhos sejam enquadrados.

"Nas escolas públicas tudo se paga. E já não estamos a vender. Não temos dinheiro. Não podemos permitir que os nossos filhos percam o ano. É por isso que estamos a exigir que o Estado fale connosco, porque as nossas crianças estão em risco de ficar em casa", desabafou Maria de Fátima.

Por seu turno, Rosa Manuel disse que, enquanto não se resolve a situação do enquadramento dos seus filhos nas escolas públicas, o grupo vai levar o pretexto às ruas de Luanda com regularidade, até que tenham uma resposta positiva. A senhora, mãe de três filhos, explicou que sempre optou em matricular as crianças em escolas privadas pelo facto de as públicas serem bastante concorridas, o que torna difícil a disponibilidade de vagas.

No entanto, era com o dinheiro da venda ambulante que conseguia pagar as propinas e outros custos inerentes à formação dos filhos. E desde que foi forçada a abandonar as ruas, na sequência da

Operação Resgate, em curso em todo o país, Rosa afirmou estar a enfrentar sérias dificuldades, o que a impossibilita de custear as propinas.

"O Estado tem que olhar para a nossa situação, não podemos ter os nossos miúdos desamparados", disse.

Limitações condicionam acções

Já o presidente da AVAL, José Cassoma, disse que a sua organização tem programas de apoio aos filhos dos seus associados, mas devido às dificuldades de verbas algumas acções encontram-se suspensas.

De acordo com o responsável, apesar de as instituições públicas se mostrarem sempre indisponíveis ao diálogo, a sua organização tem trabalhado de forma a encontrar vagas nas escolas públicas e privadas para os filhos dos vendedores ambulantes. Neste sentido, explicou, estão em curso negociações a nível das direcções municipais da educação de Viana, Cazenga e Cacuaco, para ver se, mediante um pedido especial, se consegue enquadrar mais filhos de zungueiras no presente ano lectivo.

Porém, caso não se encontre uma solução nas escolas públicas' José Cassoma fez saber que a sua organização vai direccionar as atenções às escolas privadas espalhadas pelos bairros de Luanda, a fim de nessas instituições enquadrar-se os menores mediante uma redução das propinas.

"É um programa de auxílio que já desenvolvemos há anos. Mas, como sabe, os necessitados são muitos. E nós não conseguimos atender a todos. Não somos uma organização governamental. Somos apenas parceira do Estado e funcionamos com muitas limitações.", reforçou.

3.18 "Operação Resgate" encerra 39 igrejas

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2019

Texto: Arão Marfins

Um total de 39 igrejas que funcionava ilegalmente, na província da Huíla, foi encerrado desde o começo da "Operação Resgate", em Novembro de 2018, até Dezembro do mesmo ano, informou, ontem, à imprensa o director do Gabinete Provincial da Cultura, Osvaldo Lunda.

"A lei prevê o encerramento das igrejas ilegais, mas também as legais que funcionam em locais impróprios. Portanto, foi nesta senda que encerramos igrejas legais que funcionavam em lugares inadequados. A finalidade é a criação de condições

para os fiéis realizarem os cultos com segurança e em melhores condições", disse Osvaldo Lunda.

O responsável esclareceu que, não foi estabelecido um prazo para a reabertura das igrejas encerradas. " Os responsáveis das igrejas encerradas têm de criar condições, à luz da lei, e apresentarem às autoridades para a decisão da reabertura ou não", frisou.

Osvaldo Lunda informou que das mil e 108 igrejas ilegais regista das na província da Huíla, 94 já apresentaram pedidos para a sua legalização, estando neste momento o órgão sob a sua tutela a averiguar a documentação e todos os pressupostos para responder aos pedidos.

"Temos conhecimento de que muitas igrejas e ceitas encerradas, que solicitaram a sua reabertura, praticavam actos contrários aos princípios bíblicos. Devo dizer que estas vão estar definitivamente fechadas", avisou.

A título de exemplo das práticas indevidas de algumas igrejas, fez saber que, recentemente, um suposto pastor enganou um ancião albino de que, com a ajuda de Deus, este poderia mudar a cor.

"É contra estas práticas que visam extorquir o pacato cidadão, que estaremos vira dos. Vamos travar todos os falsos pastores ou profeta, advertiu, adiantando que os teimosos vão enfrentar barras do tribunal".

Osvaldo Lunda disse que a decisão final para a legalização de uma igreja é da competência da estrutura central. "Ao nosso nível aqui na província fazemos as averiguações necessárias encaminhamos à estrutura central em Luanda que decide ou não sobre a legalização destas igrejas" , disse o responsável da Cultura.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Lei do Orçamento Geral corta direitos e regalias

Jornal de Angola

4 De Janeiro de 2019

A Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2019 (Lei nº 18/18, de 28 de Dezembro) procedeu a cortes a alguns direitos e regalias de titulares de cargos políticos, magistrados e outros beneficiários.

O diploma, que justifica a medida com a "premente necessidade de consolidação e estabilização orçamental", suspende os subsídios de manutenção de residências para todos os beneficiários, bem como a atribuição de veículos do Estado para o apoio à residência aos titulares de cargos políticos, magistrados e outros beneficiários.

De acordo ainda com a lei, publicada no Diário da República nº 192, de 28 de Dezembro, constam igualmente entre os direitos e regalias suspensos o subsídio de reinstalação para todos os beneficiários. Suspensa está igualmente a subvenção mensal vitalícia a beneficiários remunerados de forma cumulativa, salvo se o beneficiário optar por receber exclusivamente a subvenção mensal vitalícia.

Durante o exercício económico de 2019 são, igualmente, restringidos os subsídios de instalação em 50 por cento para todos os beneficiários, e o de estímulo, cujo pagamento deve ocorrer em parcela única.

A Lei nº 18/18 reduz para dois o número de empregados domésticos para titulares de cargos políticos, magistrados e outros beneficiários. Mudanças registam-se igualmente nas viagens. Os bilhetes de viagem dos titulares de cargos políticos, magistrados, deputados e respectivos cônjuges passam da primeira classe para a classe executiva, enquanto os dos titulares de cargos de direcção e chefia passam da classe executiva para a económica.

O diploma sublinha que a suspensão e restrição de subsídios de instalação e a redução do número de empregados domésticos não se aplicam aos magistrados judiciais e do Ministério Público, nem

aos oficiais de Justiça. A restrição do subsídio de instalação em 50 por cento não se aplica aos deputados a Assembleia Nacional.

O subsídio de estímulo deve ser suportado pela respectiva unidade orçamental apenas quando se verificar que a mesma possui receitas próprias.

A lei esclarece ainda que, durante o exercício económico de 2019, o Presidente da República deve aprovar um quadro legal sobre o sistema de atribuição gratuita de combustível a vários destinatários, devendo o mesmo obedecer aos princípios da racionalidade financeira e orçamental e da eficiência económica.

O Orçamento Geral do Estado de 2019 está avaliado em cerca de 11.3 mil milhões kwanzas, reflectindo um aumento de 7.2 por cento relativamente ao OGE do ano passado. Para este ano, segundo o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, prevê-se uma taxa de inflação acumulada abaixo de 23 por cento, claramente abaixo da taxa prevista no OGE do ano passado, que foi de 28.8 por cento.

Manuel Nunes Júnior, que falava durante a aprovação, na generalidade, do Orçamento Geral do Estado, garantiu que o OGE para o ano em curso foi projectado para a recuperação e criação de mais emprego para imprimir um maior desenvolvimento do país e a melhoria do bem-estar dos cidadãos.

As previsões macroeconómicas para 2019 assinalam a retoma do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma taxa de 2.8 por cento em termos reais, segundo o ministro de Estado. Este crescimento é suportado por uma taxa de crescimento do PIB petrolífero de 3.1 por cento, incluindo o gás natural, e 2.6 por cento para o PIB não petrolífero.

A receita fiscal não petrolífera, sustentou, resultará entre outras medidas da introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na segunda metade do próximo ano, da regularização das dívidas.

4.2 “Precisamos ser mais focados e disciplinados na execução daquilo que programamos”

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2019

Texto: Cândido Bessa

Entrevista a Manuel Nunes Júnior

O OGE 2019 foi elaborado com base no preço do petróleo a 68 dólares e aprovado numa altura em que

o preço já estava abaixo dos 60. Por que é que não se optou por uma revisão com base num preço mais realista?

Foi uma questão muito discutida durante o debate do OGE 2019 na especialidade. A questão que se colocava era decidir uma alteração do preço de referência do petróleo naquela altura ou mais tarde. A posição que acabou por prevalecer e que consta da Resolução aprovada pela Assembleia Nacional, a respeito do OGE 2019 é a de que deveríamos observar o comportamento do preço do petróleo no mercado internacional, nos primeiros meses deste ano de 2019 e se a tendência baixista se mantivesse, então aí impunha-se uma revisão ao orçamento. Parece-nos ser a solução mais prudente dada a grande volatilidade e também imprevisibilidade do comportamento do preço desta mercadoria.

Como é que as famílias, principalmente as mais desfavorecidas, vão sentir este que é, na prática, o primeiro OGE do Executivo do Presidente João Lourenço?

Como sabe fui durante cinco anos, de 2012 a 2017, presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, que trata, entre outros aspectos, da apreciação dos orçamentos do Estado pelo Parlamento do nosso país. A questão que era recorrentemente colocada pelos parceiros sociais durante esse período obedecia às consultas a fazer aos mesmos, de maneira a decidirmos sobre os orçamentos do Estado se deveriam ter lugar antes de o documento ser apreciado e aprovado pelas instâncias competentes do Executivo. Assim tal exercício teria mais utilidade porque as suas contribuições estariam ainda a tempo de ser consideradas nas propostas de orçamento a submeter ao Governo. Devo dizer, com satisfação, que este exercício foi feito pela primeira vez.

E quais foram as reivindicações dos parceiros e até que ponto foram atendidas?

Foi feito um encontro com os parceiros sociais antes da submissão do OGE de 2019 ao Conselho de Ministros. Nesse encontro, os parceiros sociais manifestaram claramente a posição de que o orçamento deveria priorizar o sector social e a revitalização do sector produtivo, em particular o da agricultura. E estes são efectivamente os sectores priorizados no OGE de 2019. Mesmo num ambiente de contracção da despesa, o OGE para 2019 projecta um aumento de 18,7 por cento da despesa social, com grande incidência na Saúde que passa de um peso no total das despesas, de 3,63 por cento em 2018 para cerca de 6,6 por cento no OGE de 2019, da Educação que passa dos actuais 5,41 por cento

para 5,83 por cento. Pode dizer-se que é pouco, mas o importante é a tendência, a trajectória que está a ser seguida. O objectivo é chegarmos em 2022 com uma participação da Saúde de 15 por cento, no total da despesa do Estado e de 20 por cento para a Educação. São metas que podem parecer ambiciosas, mas vamos trabalhar para isso de ano para ano.

Qual foi o entendimento para o sector produtivo?

Houve aumento em todos os sectores ligados à vida produtiva do país, com especial realce para a Agricultura, cujo orçamento para 2019 é cinco vezes superior ao registado em 2018. Esta aposta na Agricultura (sobretudo da Agricultura familiar) é crucial para garantir o crescimento inclusivo de Angola, já que a Agricultura familiar representa cerca de 70 por cento de toda a produção agrícola do país. Com esta aposta na Agricultura, em particular da agricultura familiar, vamos aumentar a produção neste sector, principalmente a produção de alimentos, vamos substituir algumas importações e também vamos promover algumas exportações. Com isso vamos aumentar o emprego no meio rural, vamos aumentar os rendimentos dos cidadãos e combater a fome e a pobreza nas famílias angolanas. A isto é que se chama crescimento inclusivo, quando os benefícios do crescimento abrangem toda a sociedade, incluindo as camadas mais desfavorecidas.

Mas a classe empresarial também clama por incentivos...

Os nossos empresários são um factor essencial para o sucesso das nossas políticas económicas e sociais. Estamos a construir, em Angola, uma economia de mercado e o motor da mesma é o sector privado e não o Estado. O Estado deve exercer apenas o papel de órgão regulador e coordenador do processo de desenvolvimento. Os verdadeiros criadores de riqueza do país devem ser os empresários. Não se pode falar de uma economia de mercado sem empresários, sem pessoas empreendedoras, sem pessoas capazes de assumir riscos tendo como base os retornos que esperam obter dos investimentos que fazem.

Mas o que é que o OGE reserva para a classe empresarial?

No OGE de 2019 prevê-se uma importante medida de incentivo e apoio ao empresariado nacional. Estou a falar do regime excepcional de regularização de dívidas fiscais, aduaneiras e à segurança social. Com base neste regime excepcional todos aqueles com dívidas fiscais, aduaneiras ou à segurança social contraídas até 31 de Dezembro de 2017 e que por sua iniciativa as queiram regularizar, podem fazê-lo sem o

pagamento de juros, multas e custas processuais. Aqueles que em vez de prestações mensais quiserem pagar a totalidade da dívida de uma só vez, vão beneficiar de um desconto de 10 por cento sobre o valor total da mesma. Trata-se de uma medida importante que vai aliviar de modo significativo o peso fiscal dos nossos empresários.

O ano de 2019 será o que vai dar o arranque efectivo ao Programa de Apoio à Produção Nacional, de Substituição de Importações e de Promoção de Exportações (PRODESI). Este programa vai ser desenvolvido pelo sector privado e envolve a implementação das fileiras produtivas de 53 produtos, que já são produzidos em Angola, mas queremos aumentar a sua quota no mercado nacional face a produtos similares importados, bem como a incorporação de valor acrescentado local ao processo produtivo. Estão aqui incluídos produtos como o açúcar, carne de frango e derivados, carne de porco e derivados, carne seca de vaca, arroz, farinha de trigo, massa esparguete, fuba de milho, leite em pó, sabão azul, tilápia, mel, óleos de soja, de palma, de girassol e de amendoim, cerveja, sumos e refrigerantes, água de mesa e outros. Portanto, são produtos da cesta básica e não só.

Como é que isto vai funcionar?

Para estes 53 produtos seleccionados, que não os enumerei todos, vamos definir um prazo a partir do qual teremos de ter produção nacional suficiente e deixar de importar. Estamos a trabalhar neste sentido com as associações empresariais, numa interacção que se tem revelado a todos os títulos muito útil e também muito encorajadora. A protecção da produção nacional numa determinada etapa da sua existência é um acto necessário e que tem justificação na teoria económica. Embora existam teses contrárias, o que é certo é que os países que hoje são desenvolvidos numa determinada fase da sua história tiveram que defender o sistema produtivo. Caso não exista tal protecção que deverá ser feita em tempo oportuno e com uma duração apropriada, o país não terá jamais um sistema produtivo forte e competitivo. O Executivo vai anunciar muito proximamente um conjunto de medidas concretas para proteger os nossos produtores e a produção nacional.

Um ano depois, o Governo continua a trabalhar em matéria de legislação. O povo quer melhorias urgentes na Saúde, na Educação, na Segurança Pública, na qualidade de vida. Como responde às críticas de que o actual Governo está com muitas intenções e poucas realizações?

Não se pode fazer tudo num só ano. Mas devo dizer que no primeiro ano de governação, sob a liderança

do Presidente João Lourenço, já foi feito muito e a um ritmo muito acelerado. No discurso sobre o estado da Nação, proferido pelo Presidente João Lourenço na Assembleia Nacional, em Outubro do ano passado, foram apresentados os dados sobre a evolução recente do país em vários domínios. Não me vou referir em detalhe sobre os mesmos, mas quero sublinhar um aspecto que reputo de grande importância. Falámos muito em Estado de Direito, mas muitas vezes não temos a verdadeira noção do seu grande alcance. O Estado de Direito significa que ninguém na sociedade deve estar acima da lei. A lei deve ser aplicada a todos e de modo igual. Um país em que o direito não se aplica de igual modo a todos os seus cidadãos não cria as condições necessárias para o seu crescimento e para a sua prosperidade e os seus cidadãos não têm condições para desenvolver um modelo de crescimento económico inclusivo.

Numa sociedade onde as oportunidades não são iguais para todos, não se gera o clima de confiança necessário para atrair o investimento quer seja nacional como estrangeiro. Quando as oportunidades não são iguais para todos na sociedade, não haverá crescimento inclusivo e haverá talentos que não encontrarão espaço para o seu desenvolvimento e o país perde. Noutras palavras, não haverá uma sociedade competitiva. As oportunidades têm de ser iguais para todos.

Neste caso que medidas concretas foram tomadas?

Foram tomadas muitas medidas no sentido de combater práticas que não são saudáveis, nem recomendáveis para a gestão da vida do país e que por serem tão reiteradas estavam a tomar contornos de impunidade. Hoje neste domínio começa a viver-se um ambiente diferente em Angola. A nossa percepção, e a do resto do mundo, sobre nós começa a mudar. Isto é bom quer para nós, angolanos, quer para os estrangeiros que queiram investir no nosso país. A confiança nas instituições é um factor essencial para o funcionamento das economias e das sociedades modernas. Onde não há confiança não há investimento e onde não há investimento não há crescimento e desenvolvimento.

Que passos foram dados neste sentido?

No ano passado, foram dados passos muito importantes no sentido de restaurar a confiança dos agentes económicos no mercado angolano. Onde a inflação é muito alta, a taxa de câmbio bastante volátil e de trajectória imprevisível não haverá certamente confiança dos investidores neste mercado. Com as medidas adoptadas, o mercado cambial caminha para a sua normalização, com a diferença entre a taxa de câmbio oficial e a prevalecente no mercado paralelo a

diminuir consideravelmente. Os pagamentos em divisas atrasados estão a ser regularizados e os compromissos em moeda externa do país começam a ser honrados com regularidade.

A taxa de inflação está a diminuir prevendo-se que em 2018 venha a situar-se abaixo de 20 por cento, quando o OGE para aquele ano previa uma taxa de 28 por cento. Numa só palavra a confiança começa a instalar-se no mercado angolano e isto é muito bom para o investimento nacional ou internacional. O Programa de Estabilização Macroeconómica que estamos a implementar desde Janeiro do ano passado tem exactamente o objectivo de restaurar a confiança dos agentes no mercado e está a ser conduzido com sucesso. Este programa vai agora ser apoiado técnica e financeiramente pelo Fundo Monetário Internacional. Com o aumento da confiança dos agentes no ambiente económico, temos agora de avançar de modo cada vez mais vigoroso para o aumento da produção nacional. Temos de deixar de importar o que pode ser produzido em Angola. Quando importamos, sobretudo em grandes quantidades, estamos a criar emprego nos países que produzem os bens e que exportam para nós e não estamos a criar emprego em Angola de que tanto necessitamos. Só com o aumento da produção nacional poderemos aumentar o emprego e assim aumentar os rendimentos das populações e por conseguinte, aumentar a qualidade de vida dos angolanos e combater a fome e a pobreza.

Quais as principais fragilidades da economia angolana?

A grande fragilidade da economia angolana está na sua grande dependência dos recursos provenientes do petróleo. Cerca de 95 por cento das receitas em moeda externa e cerca de 70 por cento das receitas tributárias de Angola provêm do petróleo. É por isso uma economia muito vulnerável a choques externos, derivados das variações do preço deste produto no mercado internacional. Nota-se na nossa economia uma grande correlação entre o preço do petróleo no mercado internacional e o crescimento económico do país. Quando os preços estão em alta o crescimento económico é forte e dinâmico e quando os preços estão em baixa o crescimento económico é débil ou mesmo inexistente.

Pode dar alguns exemplos?

Sim, entre 2003 e 2008, quando o preço do petróleo esteve em alta, o crescimento médio de Angola foi de 10,9 por cento. Nesse período o sector petrolífero teve um crescimento médio anual de 13,4 por cento e o sector não petrolífero de 9,1 por cento. Já no período de 2009 a 2017 quando o preço do petróleo

baixou, sobretudo a partir de 2014, a taxa média de crescimento foi mais baixa, ao redor de 3,7 por cento. O sector petrolífero teve um crescimento médio de 0,4 por cento, enquanto o sector não petrolífero teve um crescimento de 5,8 por cento. Fica assim clara a grande correlação entre o preço do petróleo e o desempenho da nossa economia. Esta é uma realidade que temos de alterar, de modo a criar em Angola uma economia forte e mais sustentada. E para termos uma economia mais sustentada têm de ser outros os factores determinantes do crescimento em Angola e não apenas o petróleo. Mais uma vez torna-se evidente a grande necessidade de avançarmos com sucesso e rapidez com o PRODESI.

A dívida vai ultrapassar os 70 por cento do PIB. Com este tamanho e tipo de economia esta trajectória de endividamento é sustentável?

Deixe-me elaborar um pouco sobre aquilo a que se designa de dinâmica da dívida. Há aqui três factores a considerar: o crescimento económico, as taxas de juro e o chamado deficit primário (a diferença entre as receitas e as despesas do Estado sem ter em conta as despesas com juros). Quando as taxas de juro a pagar são superiores as taxas de crescimento económico de um país, este país tem de gerar um superavit primário para que a dívida seja sustentável. Um país com despesas superiores às receitas e que ao mesmo tempo evidencie taxas de juro superiores às taxas de crescimento económico, este país verá a sua dívida crescer infinitamente. Trata-se de uma situação não sustentável.

Qual é a situação de Angola?

Com a crise económica e financeira iniciada em 2014, Angola tem evidenciado taxas de crescimento económico baixas e nos anos de 2016 e 2017 as taxas de crescimento foram mesmo negativas. Para o ano de 2018 prevê-se uma certa recuperação, mas mesmo assim a taxa de crescimento será negativa num valor que poderá ficar no intervalo (-1,1% a -0,4%). Angola é, portanto, um país que paga em relação à dívida contraída, taxas de juro superiores ao crescimento económico e que ao mesmo tempo, durante vários anos tem apresentado saldos fiscais primários negativos. Trata-se de uma situação realmente complicada. Os deficits sistemáticos resultaram num aumento dos níveis de endividamento do país, tendo a dívida pública passado de menos de 30 por cento do PIB em 2013 para mais de 70 por cento do PIB em 2017. Uma situação difícil a que tivemos de fazer face com firmeza.

Por isso, no âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica, fizemos os ajustes fiscais que irão

permitir que no futuro o país passe a apresentar saldos orçamentais primários positivos. Já há resultados encorajadores neste sentido. Se em 2017 tivemos um deficit fiscal de 6,3 por cento do PIB, para 2018 prevê-se um superavit de 0,4 por cento. Para este ano, o superavit é ainda maior, de 1,5 por cento do PIB.

Por outro lado, prevê-se também que a partir deste ano Angola inicie uma trajectória de crescimento económico positivo, prevendo-se uma taxa de crescimento de 2,8 por cento. Para o período 2018-2022 prevê-se uma taxa média de crescimento de 3 por cento. A combinação de taxas de crescimento positivas com superavits primários das contas fiscais, fará com que gradualmente Angola possa apresentar uma posição fiscal mais favorável. Estamos a trabalhar seriamente para isso.

A falta de qualificação da mão-de-obra nacional é uma discussão antiga. O que está a ser feito para ultrapassar o problema? Com que medidas?

Este é um sector fundamental para o nosso desenvolvimento. Para que os investimentos a fazer na nossa economia tenham o retorno esperado é muito importante que o factor produtivo mais importante que é o homem exista quer em termos de quantidade como de qualidade. Neste domínio temos de dar passos corajosos para aumentar de modo significativo a qualidade do Ensino praticado no país a todos os níveis. Há muitos factores que contribuem para a qualidade do Ensino, mas parece-me não haver dúvidas de que o mais importante é a qualidade dos professores. Posso mesmo dizer que sem professores com qualidade não há Ensino de qualidade. Este ano foi aprovado o Programa Nacional de formação de pessoal docente. O principal objectivo deste programa é garantir que as funções docentes na Educação pré-escolar, no Ensino primário e em cada disciplina do I e II ciclos do Ensino secundário (geral, técnico-profissional e pedagógico) sejam asseguradas, em cada província, por docentes devidamente qualificados e com bom desempenho. À implementação deste Programa será dada a máxima prioridade a partir deste ano e iremos buscar as melhores parcerias internacionais, de modo a que neste domínio trabalhem com as melhores práticas que o mundo nos pode oferecer. Temos de assegurar que o nosso sistema de ensino permita aos nossos jovens competir em pé de igualdade numa escala regional e global.

O que explica que um país que produz mais de um milhão de barris de petróleo por dia e com uma população de apenas 25 milhões de habitantes e maioritariamente jovem tenha tanta pobreza e uma economia tão fraca?

Como lhe disse, não podemos ter uma economia dependente de um só produto de exportação. Um só produto a gerar recursos financeiros externos. O petróleo, embora seja importante no que respeita à geração de recursos financeiros, é um sector pouco intensivo em mão de obra. Cria poucos empregos. O número de pessoas empregadas no sector petrolífero em Angola não ultrapassará os 100 mil. Um país é tanto mais próspero quanto mais pessoas estiverem empregadas e com rendimentos suficientes que lhes permitam ter uma vida digna. A melhor maneira de distribuir o rendimento nacional é a criação de empregos. E só se criam empregos por meio dos investimentos, quer sejam nacionais ou estrangeiros. Temos de aumentar o emprego na Agricultura, na Agro-indústria, na Indústria transformadora, nas Pescas, no Turismo, etc. Só assim é que teremos um crescimento económico realmente sustentado, capaz de gerar prosperidade para todos. O programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), foi elaborado com este propósito, o de desenvolver a economia não petrolífera. Este é um programa que não pode falhar porque dele depende o futuro do país.

Mas a crise internacional, por si só, explica esta desestruturação que se assiste na economia nacional?

Para um país com uma economia pequena, aberta ao mundo e com um só produto de exportação, certamente que o que se passa no resto do mundo tem uma grande influência sobre nós, sobretudo no que respeita à cotação do petróleo no mercado internacional. Sobre isso não há dúvidas. É um facto objectivo. Agora sejamos claros: para que possamos melhorar de verdade, temos de ser capazes de rapidamente transformar os recursos que estão debaixo da terra em riqueza em cima da terra. Só assim teremos uma verdadeira economia, uma economia sustentada e capaz de gerar prosperidade para o seu povo. Quando a riqueza que está no nosso subsolo for transformada em riqueza à superfície, com boas escolas, boas universidades, bons hospitais, com capital humano altamente qualificado, então poderemos dizer que a nossa economia está estruturada para servir o seu povo. Vamos chegar lá. Temos de ser rigorosos, focados e disciplinados. Outros países conseguiram e nós também vamos conseguir.

O Executivo anterior deixou 15 mil milhões de dólares de Reservas Internacionais Líquidas (RIL). Para um país como Angola, qual é o impacto deste montante na economia?

Tem sido explicado em várias ocasiões que as Reservas Internacionais Líquidas não podem ser confundidas com recursos de tesouraria. As Reservas Internacionais Líquidas são importantes para a reputação e credibilidade externa do país, mas não podem ser usadas para pagamentos dos gastos correntes do Estado. As Reservas Internacionais Líquidas não podem ser usadas para pagar os salários da função pública, por exemplo. Para um país como Angola em que cerca de 95% das suas receitas em moeda externa e cerca de 70 por cento das receitas tributárias provêm do petróleo, quando se fala em Finanças públicas, o indicador mais importante a considerar é a Conta Única do Tesouro em moeda externa. É daí que vêm os recursos para o Estado fazer face aos seus pagamentos correntes, tais como os salários da Função Pública, os fornecedores do Estado e as empreitadas ligadas aos investimentos públicos.

A Conta Única do Tesouro em Moeda Externa caiu de 15,86 mil milhões de dólares americanos em 2013 para 6,98 mil milhões de dólares americanos em Setembro de 2017, isto é, atingiu nessa altura os valores mínimos dos últimos quatro anos. Quando se fala em pagamentos correntes do Estado é este indicador que deve ser considerado e não as Reservas Internacionais Líquidas.

Quando é que as famílias vão começar a sentir o impacto das medidas em curso?

As medidas tomadas no ano passado têm apresentado resultados encorajadores no que respeita à diminuição das taxas de inflação e da normalização do mercado cambial. São dois factores importantes para a melhoria do ambiente de negócios. O factor decisivo, no entanto, será o investimento na economia real, na agricultura, pescas, indústria, turismo, etc.

O investimento leva ao crescimento económico e com crescimento económico cria-se emprego e é o emprego que garante os rendimentos dos cidadãos. Quanto mais pessoas estiverem a trabalhar e a auferir salários dignos, maior será o grau de satisfação das famílias. Temos de trabalhar para aumentar o número de empregos na economia. É com o aumento de empregos e dos salários que as pessoas sentirão mudanças nas suas vidas. E isto vai acontecer. Estamos a trabalhar para isso.

O poder de compra está a cair cada vez mais e ao mesmo tempo cobram-se mais impostos. Não são medidas anti-sociais, diferentes das que o Governo prometeu?

A inflação quando é muito alta funciona como um imposto sobre aqueles que têm as poupanças em numerário. Diminui o poder de compra daqueles que detêm os seus recursos em cash. Como já referi, as taxas de inflação têm estado a diminuir, graças às medidas adoptadas pelo Executivo, o que significa que neste aspecto estamos no bom caminho. Ainda há muito a fazer, mas estamos no bom caminho. Quanto à questão dos impostos, a Reforma Tributária está focada sobretudo em assegurar que a nossa base tributária seja competitiva a nível regional, e que contribua para a redistribuição de riqueza ao mesmo tempo. O Executivo continuará a centrar os esforços de arrecadação nos contribuintes de maior relevância e ajustar a legislação tributária para proteger as camadas sociais com rendas mais baixas.

Por que se abandonou a prática de actualização dos salários em função da inflação esperada? Como e quando se vai começar a compensar esta perda de poder de compra dos salários?

De facto, em termos reais, não se procedeu a ajustamentos salariais nos últimos três anos. Deve, no entanto, ter tido conhecimento da decisão da Comissão Económica do Conselho de Ministros que aprovou no mês de Outubro, o ajustamento do índice salarial dos funcionários públicos. Este ajustamento vai implicar um aumento em 12 por cento, do valor global da folha de salários em 2019. Trata-se de recursos avultados, para um país que como sabemos está ainda a atravessar sérios problemas nas suas contas fiscais. Iremos continuar a fazer o possível para assegurar que o servidor público receba um salário justo, o que passa pelo aumento do crescimento económico e da produtividade do país.

4.3 MPLA prevê monitorar execução do Orçamento

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2018

Texto: Venâncio Victor e Eduardo Cunha

O Comité Provincial do MPLA em Malanje garante que em 2019 vai fazer um maior acompanhamento dos programas de investimentos públicos, monitorização da execução do Orçamento Geraldo Estado e a implementação dos programas do sector produtivo.

A garantia foi dada sábado, em Malanje, pelo primeiro secretário provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", num encontro com militantes. O político apontou ainda a implementação dos programas de reabilitação de infra-estruturas básicas, com realce para estradas, pontes, energia e águas, como prioridades.

Consta ainda das tarefas preconizadas para este ano o acompanhamento dos gestores públicos para que tenham uma gestão eficiente e exemplar dos bens e do erário público.

Norberto dos Santos defendeu a criação de mecanismos que conduzam as estruturas do MPLA à concertação com a sociedade civil, organizações sócio-profissionais, bem como com as comissões de moradores. Estas acções, salientou, só serão materializadas se houver, no seio do partido, espírito de unidade, coesão e disciplina, que considerou como sendo os "elementos fundamentais para a vida do partido em Malanje".

Para tal, acrescentou, urge a necessidade de combater a intriga, a calúnia e difamação que destroem o relacionamento harmonioso.

O primeiro secretário do MPLA pediu aos presentes para despirem-se destes comportamentos negativos para melhorar o que está bem e corrigir o que está mal, com base no empenho de todos no combate à corrupção, à impunidade, nepotismo e à bajulação, males que afectam o normal funcionamento das instituições.

O político referiu que o ano vai ser de grandes desafios, devido a realização das assembleias de renovação de mandatos, bem como à preparação dos quadros para as eleições autárquicas, previstas para o próximo ano.

4.4 Orçamento da província com receitas mais baixas

Jornal de Angola

22 De Janeiro de 2019

Texto: Domingos Calucipa

O orçamento do Cunene, inicialmente estabelecido em 39.481 milhões de kwanzas para financiar projectos socioeconómicos, sofre um corte de cerca de 30 por cento, para 27.636 milhões, de acordo com informações da 1ª Reunião Ordinária do Governo Provincial realizada ontem, em Ondjiva.

A medida resulta de reajustamentos orçamentais adoptados devido ao comportamento das receitas

públicas em face do preço do barril do petróleo no mercado internacional, informo o Governo Provincial.

A província do Cunene dispõe, na base desta nova realidade, um orçamento consagrado a projectos da área social, como Saúde, Educação e Águas, entre as quais se contam as despesas de bens e serviços do Hospital Geral de Ondjiva, avaliadas em 722 milhões de kwanzas (dos 1.606 milhões aprovados inicialmente previstos) e do Gabinete provincial de Saúde com 905 milhões (2.262 milhões antes).

O município da Cahama que recebe 981 milhões de kwanzas, uma redução de 480 milhões, o Cuanhama 460 milhões (939 milhões), Curoca com cerca de 375 milhões (765 antes) e Ombadja com 597 milhões (contral.218 milhões).

Domingos Calucipa / Ondjiva

4.5 Taxa de circulação gera mais receitas

Jornal de Angola

22 De Janeiro de 2019

O volume das receitas arrecadado no ano passado com a cobrança da taxa de circulação cresceu 35 por cento, para 2,8 mil milhões de kwanzas, mais mil milhões que no ano anterior, revelou ontem, em Luanda, o director de Cadastramento e Arrecadação da Administração Geral Tributária (AGT).

Shinya Jordão declarou no acto de lançamento da cobrança da taxa de circulação de 2018 que pelo menos 40 por cento da receita do ano passado, quando foi cobrada da taxa de 2017, foi obtida por via do pagamento coercivo, entre 31 de Março e o mesmo de Dezembro.

O responsável indicou que a AGT persegue um volume de arrecadação de 4,8 mil milhões de kwanzas, duas vezes mais que o valor de 2016, apesar de que, na cobrança lançada ontem, o valor dos selos manter o mesmo que o do ano passado - um mínimo de 1.850 kwanzas, para os motociclos, e um máximo de 15.350, para pesados.

Shinya Jordão anunciou que, pela primeira vez, o prazo de cobrança voluntária vai estender-se, até ao dia 30 de Abril deste ano, ao contrário do limite anterior, que era até 31 de Março. Caso haja incumprimento do prazo, o automobilista paga uma multa de 50 por cento do valor do selo.

O director de Cadastramento e Arrecadação da AGT informou que os selos têm cores diferentes das do

ano passado, maior segurança e vêm impressos em papel especial.

Na ocasião, o chefe do Departamento de Contabilidade e Finanças do Fundo Rodoviário e Obras de Emergência, Ailton da Silva, explicou que a instituição arrecada 40 por cento do valor cobrado com a taxa de circulação, verba utilizada para a manutenção e conservação das estradas.

Em 2018, acrescentou, seis mil milhões de kwanzas foram gastos para a manutenção e conservação de estradas degradadas e que os encargos do Estado nesse domínio são superiores ao valor arrecadado com os selos.

Em representação da Direcção Nacional de Viação e Trânsito do Comando Geral da Polícia Nacional, o superintendente-chefe Carlos da Silva apelou aos auto-mobilistas a pagarem a taxa de circulação no prazo estabelecido, para evitarem a sujeição ao pagamento da multa prevista para essa infracção, de 105 Unidades de Correção Fiscal (UCF) ou 9.240 kwanzas.

4.6 Endividamento público vai registar queda significativa

Jornal de Angola

25 De Janeiro de 2019

Texto: Fonseca Bengui

O aumento do endividamento público, que era de 20 por cento nos últimos anos, em 2019 será apenas de dois por cento, ou seja, de 240 mil milhões de kwanzas, informou ontem o director Nacional da Unidade de Gestão da Dívida Pública, Walter Pacheco, no final da primeira sessão ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros. Walter Pacheco explicou que este ano começa o processo de estabilização e redução do endividamento público. O Executivo anunciou ontem a actualização das tarifas de energia eléctrica e dos transportes públicos.

O endividamento público para este ano vai aumentar em 240 mil milhões de kwanzas, o que representa apenas 2 por cento em relação ao ano anterior, informou ontem o director nacional da Unidade de Gestão da Dívida Pública, Walter Pacheco.

Em declarações à imprensa, no final da 1ª sessão ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, que aprovou o Plano Anual de Endividamento 2019 e as Linhas Gerais para a Estratégia de Financiamento do Estado, Walter Pacheco explicou que o aumento de 2 por cento

“representa uma queda significativa em relação à média registada nos últimos anos, que era de 20 por cento ao ano”.

Este ano, disse, começa o processo de estabilização e redução do endividamento público. O Plano de Endividamento, que é apresentado todos os anos, na sequência da aprovação do OGE, define o limite de endividamento do Estado.

Segundo Walter Pacheco, este Plano de Endividamento “é mais conservador do que nos anos anteriores”. “É a base de uma estratégia mais conservadora do endividamento, para começarmos a reduzir o peso do endividamento no OGE”, justificou.

Aquele funcionário sénior do Ministério das Finanças informou que o endividamento previsto no OGE de 2019 é de 3.9 biliões de kwanzas, mas, o Plano de Endividamento coloca um limite de 3.5 biliões.

Metade dos 3.5 triliões de kwanzas, explicou, será captado no mercado interno, por via da emissão de títulos e outra metade será no mercado externo, estando previstos 2 mil milhões de dólares para Eurobonds. A outra parte, acrescentou Walter Pacheco, resulta da captação das linhas de crédito que já foram contratadas.

O comunicado da reunião, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, refere que os dois documentos (Plano Anual de Endividamento 2019 e as Linhas Gerais para a Estratégia de financiamento do Estado) contêm os pressupostos que devem ser observados para assegurar a sustentabilidade do endividamento público a curto, médio e longo prazos. A Comissão Económica aprovou também o projecto de Decreto Presidencial que aprova as regras anuais de execução do OGE para 2019.

O diploma estabelece as regras que vão disciplinar a programação e a execução do OGE, com vista a melhoria da qualidade da despesa pública, o aprimoramento dos mecanismos de prestação de contas e garantir a dinamização do processo de disponibilização de recursos financeiros para a aquisição de bens e serviços pelas unidades orçamentais e órgãos dependentes.

Concessões petrolíferas

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou, ontem, o projecto de Decreto Presidencial que aprova a Estratégia Geral de atribuição de concessões petrolíferas para o período 2019-2025. Na mesma reunião foram apreciados os projectos de diplomas que atribuem à Concessionária Nacional, a Sonangol, os direitos mineiros para explorar,

desenvolver e produzir hidrocarbonetos líquidos e gasosos nas áreas de concessão dos blocos 30, 44, 45, 46, 47 e do bloco KON 16.

Os referidos diplomas, segundo o comunicado da reunião de ontem, serão submetidos à apreciação do Conselho de Ministros.

Angola vai passar a enviar anualmente 300 licenciados com mérito académico para as melhores universidades do mundo para programas de mestrado e doutoramento.

O programa, aprovado ontem pelo Conselho de Ministros, reunido na sua primeira sessão ordinária, orientada pelo Presidente João Lourenço, vai custar cerca de 11 mil milhões de kwanzas e mais um milhão de dólares.

O primeiro valor destina-se a atender ao pagamento de propinas e subsídios para a subsistência dos estudantes. O valor de um milhão de dólares serve como subsídio para a investigação científica e participação dos estudantes em eventos científicos.

Segundo a ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e Inovação, Maria do Rosário Bragança Sambo, as áreas prioritárias são as Engenharias, Tecnologias e Ciências da Saúde, consideradas deficitárias em termos de formação no país.

A ministra informou que o programa, a ser executado até 2022, arranca no próximo ano, por não estar incluído no orçamento do Ministério para este ano.

O objectivo, disse, é capacitar o país de quadros formados nas melhores universidades do mundo e assim reconhecer o mérito a estudantes ou a mestres que demonstrem ter um elevado desempenho.

Será criado um júri integrado por personalidades nacionais e estrangeiras com CV reconhecidamente válido no que diz respeito às capacidades para avaliar o mérito dos candidatos.

O candidato apurado deverá assinar um termo de compromisso no qual se compromete a regressar ao país após a conclusão do mestrado ou doutoramento. O programa vai beneficiar também estudantes que já estejam a frequentar uma universidade de renome internacional em cursos de mestrado ou doutoramento e que não dispõem de uma bolsa de estudo do Governo.

Na reunião de ontem, o Conselho de Ministros apreciou propostas de diplomas legais relativas à justiça militar, a serem remetidas à Assembleia Nacional.

Executivo actualiza preços de energia e transportes públicos. O Executivo vai actualizar as tarifas de venda de energia eléctrica e de prestação de serviços dos transportes públicos urbanos de passageiros, após a aprovação, ontem, pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, da proposta de ajustamento das tarifas de energia eléctrica e dos transportes públicos.

Segundo o comunicado da reunião orientada pelo Presidente João Lourenço, a actualização visa uma maior aproximação aos custos reais inerentes a estas actividades, tendo em conta a sustentabilidade económica dos sectores, bem como a redução dos subsídios indirectos atribuídos pelo Estado.

No domínio do comércio externo, a Comissão Económica apreciou e aprovou o projecto de Decreto Presidencial que institucionaliza a Janela Única do Comércio Externo da República de Angola.

Trata-se de um instrumento enquadrado no âmbito do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), de que Angola é parte integrante. O diploma visa otimizar e simplificar as actividades dos órgãos aduaneiros e outros envolvidos no controlo de fronteiras, permitindo a troca rápida de informações entre as administrações aduaneiras de diferentes países e facilitando o desembaraço de cargas.

A administradora da AGT (Administração Geral Tributária) Inalda Manjenje Conceição, disse que o sucesso da implementação da Janela Única do Comércio Externo depende do envolvimento de todos os operadores económicos e instituições públicas que concorrem para o comércio internacional.

Ainda na reunião de ontem, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou o projecto de Decreto Presidencial que cria o Conselho Nacional de Normalização Contabilística de Angola (CNNA), órgão público de natureza consultiva representado, a nível nacional, por entidades públicas e privadas interessadas no domínio da Contabilidade.

O Conselho tem a missão de emitir pareceres e recomendações, propor normas contabilísticas para os sectores empresarial e público, no sentido de uma harmonização com as melhores práticas internacionais.

4.7 Orçamento da AN aprovado à porta fechada

Novo Jornal

25 De Janeiro de 2019

Com um valor global avaliado em 35.655.273.385,00 Kz (trinta e cinco mil milhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e setenta e três mil e trezentos e oitenta e cinco kwanzas), os deputados aprovaram esta quinta-feira, 24, o Projecto de Resolução que aprova o Orçamento da Assembleia Nacional (AN) para o ano económico de 2019.

A votação final global aconteceu durante a segunda Reunião Plenária Ordinária da Casa das Leis, da segunda Sessão Legislativa, da IV Legislatura.

Um deputado que preferiu falar sob anonimato disse que, apesar de constar no regimento interno do parlamento, a reunião decorre à porta fechada "para não expor os deputados que, em certa medida, reclamam benesses". "Decorre à porta fechada porque às vezes os deputados defendem os seus interesses. É o momento em que os deputados defendem os seus direitos e, se o que se passa lá for à imprensa, é a imagem do deputado que fica manchada", explicou o parlamentar contactado pelo Novo Jornal. Entretanto, do orçamento global da

Assembleia Nacional consta a inscrição da dotação orçamental a atribuir aos órgãos dependentes, ou seja, a Provedoria de Justiça, no valor de 1.170.824.1103,00 Kz (mil milhões, cento e setenta milhões, oitocentos e vinte e quatro mil e cento e três kwanzas), e a Entidade Reguladora Comunicação Social Angolana (ERCA), com uma verba correspondente a cento e trinta e três milhões, quinhentos e dezassete mil e setecentos e quarenta e seis kwanzas.

Assim, o orçamento da AN para o exercício económico de 2019 passa a fixar receitas e despesas no valor de trinta e quatro mil milhões, trezentos e sessenta milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e trinta e seis kwanzas B.N.

4.8 Meia dúzia de imprecisões no OGE 2019 que apontam para a necessidade de uma melhor fiscalização ex-nate pelos deputados

Jornal Expansão

25 De Janeiro de 2019

Texto: Manuel Carlos do Nascimento

Foi publicado, no dia 28 de Dezembro de 2018, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício de 2019, depois de árdua discussão, análise e ajuste da proposta remetida pelo Poder Executivo, em Outubro de 2018, à Assembleia Nacional (AN).

A AN exerce na fase de discussão a primeira acção fiscalizadora do OGE. O objectivo é a correcção transversal dos vícios estruturais susceptíveis de afectar a eficácia orçamental, procurando adequar o orçamento ao contexto económico para reflectir o real quadro macroeconómico e social.

Ao analisarmos algumas normas constantes dos artigos da Lei n.º 18/18 de 28 de Dezembro que aprova o OGE para o exercício económico 2019, verificamos que, na sua construção, alguns aspectos terão escapado ao olho clínico dos nossos dignos representantes.

I No artigo 4.º da Lei do OGE 2019 não se estabelece um limite de endividamento, dando-se carta branca ao Titular do Poder Executivo (TPE) para contrair dívida até ao limite que entender; o que constitui uma verdadeira brecha, capaz de contribuir para a ineficiência da actividade económica e ao desempenho adequado da actividade do Executivo, que contava já no final do ano de 2018, com uma dívida pública avaliada em 91% do Produto Interno Bruto (PIE).

II No n.º 10 do artigo 9.º da Lei do OGE 2019, fala-se da eventual necessidade de actualização do valor da despesa realizada por meio da Unidade de Correção Fiscal (UCF). O que não deixa de ser espantoso quando, no pretérito ano de 2014, aquela mesma casa das leis, aprovou o Código Geral Tributário (CG T), estabelecendo no seu artigo 54.º, que havendo necessidade de actualização, competiria ao TPE, sob proposta do Titular do Departamento Ministerial responsável pelas Finanças Públicas, fazer a correção por meio do Coeficiente de Actualização Monetária Espanta-nos, pois, que se queira fazer actualização novamente com base na UCF. Terá sido a norma revogada ou já nos esquecemos da sua existência?

Mas adiante, na norma do n.º 13 do mesmo artigo, observa-se uma clara injustiça ao fazer-se depender a promoção da conclusão do recadastramento (que hoje não se sabe legal e materialmente qual o seu termo), quando o processo que começou em 2015 era suposto terminar em 2017; Dois anos para lá do prazo continuamos a prejudicar o interesse legítimo de promoção na carreira dos funcionários que já tanto suportaram, inclusivamente alguns morrem sem verem o seu sonho de carreira concretizado.

É fundamental que se evite a lentidão na actualização do processo de carreiras nas administrações Central e Local do Estado. A par da necessidade de moralização, motivação e valorização do exercício da função pública, fazer carreira significa mudança de vida e, quando o processo é caracterizado pela letargia, evidentemente choca com os interesses fundamentais, se tivermos em conta que o Estado deve promover a igualdade de direitos, de oportunidades entre todos os angolanos, fomentar a melhoria e o desenvolvimento humano, em suma assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais, o bem-estar e a elevação da qualidade de vida dos funcionários que querem ver seus salários melhorados.

No n.º 20, também do artigo acima referido, prevê-se, novamente, a aprovação de regras especiais para execução das despesas de segurança interna e externa. Nada contra. O que nos deixa pesarosos é que tem sido frequente o surgimento desta norma nos últimos OGE. Verdade, porém, é que não foram criadas tais regras até então, ou seja, nunca são aprovadas, mas materializa-se a execução da despesa. Esta lacuna que tem sido frequente desacredita o processo de controlo de execução do OGE.

Esperemos, pois, que quer o Tribunal de Contas quer a AN prestem atenção redobrada neste capítulo.

III O n.º 2 do artigo 10.º da lei do OGE 2019 estabelece que o TPE deve submeter ao Tribunal de Contas para efeito de fiscalização preventiva os contratos de qualquer natureza, de valor igual ou superior a 5,5 mil milhões Kz.

No n.º 3 define-se que as unidades orçamentais dos órgãos da administração Central e Local do Estado remetem para efeitos de fiscalização preventiva do Tribunal de Contas, os contratos de valor igual ou superior a 300 milhões Kz.

Enquanto o n.º 6 estabelece que sempre que as entidades públicas contratantes celebrem contratos ao abrigo de delegação de competência por parte do Presidente da República, na qualidade de TPE, os limites de valor a considerar para efeito de fiscalização preventiva são os definidos no n.º 2 do artigo referido, independentemente do órgão que execute a despesa.

Ora, não sendo possível, do ponto de vista da Constituição e do Direito Administrativo, o TPE delegar competência aos órgãos da Administração Indirecta (Institutos e Empresas) e da Administração Autónoma do Estado e uma vez que a delegação de poderes ocorre apenas dentro da mesma pessoa colectiva, a referência às entidades públicas deve dizer respeito aos órgãos da Administração Directa. Se assim é há um desajuste dos referidos números face à Constituição da República de Angola (CRA), baseado no argumento de que a Assembleia Nacional deve apenas definir o limite do TPE e não dos seus órgãos auxiliares (Vice-Presidente, Ministro de Estados, Ministros e outros), na medida em que estes exercem apenas competências delegadas do TPE.

IV No artigo 15.º da Lei do OGE 2019, curiosamente, faz-se referência, ao Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), quando em 2017 o Decreto Executivo n.º 365/17, de 27 de Junho, do Ministro das Finanças, insólita e ilegalmente substituiu o DAR (criado por uma lei hierarquicamente superior), pelo Documento de Cobrança.

V Da análise a alínea f) do n.º 2, do art.º 16.º da Lei do OGE 2019, transparece que se pretende tributar os rendimentos dos profissionais liberais em sede do Imposto de Selo, mas esqueceu-se de prever também uma alteração do Código do Imposto Sobre o Rendimento do Trabalho, para que os custos com o pagamento do Imposto de Selo sobre os rendimentos sejam deduzidos dos custos totais do rendimento dos profissionais liberais; à semelhança do que ocorre com o selo de quitação pago pelos sujeitos passivos do imposto industrial.

Na alínea g), do mesmo artigo, prevê-se a alteração do Código do Imposto de Selo, para que se possa incluir no âmbito da sua sujeição os contratos de prestação de serviços. Ora, hoje os contratos de prestação de serviços são selados ao abrigo da verba n.º 8 do Código de Imposto de Selo (CIS), pelo que não faz sentido uma nova sujeição, quanto muito tratar-se-ia de uma alteração da taxa.

VI Finalmente, os n.º 1 (alínea d)) e 2 (alíneas c) e d)) do artigo 19 da Lei do OGE incluem os magistrados no regime de suspensão e restrição de direitos e regalias, como atribuição de veículo do Estado para apoio a residência, redução do número de empregados e redução das classes dos bilhetes de passagem. Posteriormente o n.º 3 do mesmo artigo vem determinar que aquelas limitações não são aplicáveis aos magistrados judiciais e do ministério público. Pergunta-se: então por que razão foram incluídas na previsão da limitação da norma? Para criar uma falsa ilusão de que a suspensão" e as restrições abarcaram todos os seguimentos e grupos profissionais?

A nossa reflexão não pretendeu esgotar todas as questões que podiam ser igualmente tratadas, mas discorrer sobre algumas e demonstrar suficientemente que precisamos de olhar as questões orçamentais na globalidade, para assegurar uma economia integrada e capaz de levar o país para o crescimento e desenvolvimento pretendido por todos os angolanos.

4.9 Mais de 20 mil crianças vão entrar no sistema de ensino

Jornal de Angola

29 De Janeiro de 2019

Texto: Weza Pascoal

Mais de 20 mil crianças, na província do Cuando Cubango, vão ser inseridas no sistema de ensino a partir do próximo ano lectivo, informou, ao Jornal de Angola, o director do Gabinete Provincial da Educação, Miguel Canhime.

"Com o recrutamento de 1.140 professores para leccionarem em toda a província estimamos o enquadramento de mais de 20 mil crianças que estão fora do sistema de ensino", disse Miguel Canhime.

O sector da Educação, segundo Miguel Canhime, regista cerca de 40 mil crianças fora do ensino devido ao défice do número de docentes e de escolas. "Apesar de recebermos mais professores ainda continuamos a registar défice nesta vertente. A província necessita de mais três mil professores para

cobrir toda a sua extensão territorial", sublinhou o director provincial.

Miguel Canhime informou que este ano o sector que dirige vai contar com 200 mil alunos e 268 escolas definitivas. "Mais de um milhão e 500 manuais do ensino primário vão ser distribuídos em toda a província", adiantou Miguel Canhime que informou que 5.040 professores do ensino primário, I e II ciclos, dos quais 1.140 enquadrados no último concurso público realizado no ano passado, participam num seminário de capacitação pedagógica com a duração de dez dias. "Durante a formação, os docentes vão aprimorar técnicas metodológicas, didácticas e pedagógicas.

A finalidade é dotar os professores de competências para que tenham habilidades no processo de ensino", concluiu Miguel Canhime.

"Com o enquadramento de novos professores", prosseguiu, "as cadeiras técnicas que são leccionadas nos institutos técnicos profissionais serão ministradas, pois por falta de docentes estas especialidades não constavam no programa de ensino".

Miguel Canhime disse que mais de 65 processos dos novos processos estão pendentes no Tribunal de Contas, aguarda não a homologação por diversas razões, sendo uma das quais a falta de acreditação dos certificados pelo Instituto Nacional de Avaliação Acreditação e Reconhecimento de Estudo do Ensino Superior (INAAREES) para os candidatos formados no exterior.

Disse que o ano lectivo 2019 será especial, tendo em conta a realização dos exames nacionais da 6ª, 9ª, 12ª e 13ª classes. "Por este motivo, os docentes devem assimilar todos os conhecimentos que lhes serão ministrados no seminário de capacitação que está a decorrer, para poderem transmitir convenientemente a matéria aos alunos", exortou.

4.10 Ministério da Educação está distraído com número de crianças em fase escolar

Jornal OPAÍS

29 De Janeiro de 2019

Texto: Vivaldo Sachindecia

Caro director do Jornal OPAÍS, muito obrigado pela oportunidade. Gostaria de falar sobre algumas matérias que têm estado a ser veiculadas nos vários órgãos, tal como neste diário, sobre o 'Número de Crianças Fora do Sistema de Ensino no nosso país.

Sei que em alguns casos é por falta de vagas nas escolas. Penso que situações similares vão acontecer com alguma regularidade, uma vez que de certa forma o Ministério da Educação e, não só, não tem feito um acompanhamento do número de crianças a entrar na fase escolar, digo isto porque ou o número de escolas reduziu ou a população aumentou e o Governo esteve distraído, porque se assim não fosse, deviam aumentar o número de escolas de acordo com o aumento do número de crianças em fase escolar, de forma a responder à procura. Temos assistido a essa mesma situação no Ensino Superior, em que o número de vagas da única Universidade Pública nem responde a 20% do número de estudantes que possivelmente não vão poder ingressar no sistema de ensino, isso porque os custos dos colégios e universidades privadas em Angola é consideravelmente alto.

Desse jeito nos deparamo-nos com o seguinte dilema, das duas uma: o Estado vai criar condições para que no próximo ano aumente o número de salas de aulas e regular os preços das escolas privadas e universidades pensando no custo de vida e na inflação que se regista actualmente, ou vai permitir que muitas crianças e jovens fiquem em casa!

Penso que é caso de análise das entidades competentes, de forma a contornarem a situação, para o bem do país.

Vivaldo Sachindecá, Talatona.

4.11 Governo poderá rever o Orçamento do Estado

Jornal de Angola
30 De Janeiro de 2019

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, admitiu ontem, em Luanda, a probabilidade de o Governo proceder à revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), ainda no decurso do primeiro trimestre deste ano. "Queremos é ter precaução e cuidado necessário para que o preço que apresentarmos seja com alguma solidez e que não seja facilmente ultrapassado pela realidade", disse Manuel Nunes Júnior.

O governante justificou a medida com a "tendência baixista" do preço do barril do petróleo, que continua abaixo da previsão do Governo, estabelecida nos 68 dólares.

"Vamos entrar para o segundo mês do ano, estamos a analisar a situação e estamos numa posição de organizar já um Orçamento que tenha um preço de

referência do petróleo, que não seja aquele que apresentamos em Dezembro", disse. Actualmente, a cotação do barril de petróleo no mercado internacional ronda os 60 dólares.

De acordo com o governante; a perspectiva da revisão do OGE de 2019, cuja versão em vigor estima receitas e fixa despesas em 11,3 biliões de kwanzas, está expressa numa resolução entregue à Assembleia Nacional aquando da discussão da proposta.

"Onde o Executivo deveria continuar a acompanhar a evolução do preço do petróleo no mercado internacional e caso a tendência baixista do preço do petróleo se mantivesse aí sim o executivo deveria aparecer com um Orçamento rectificativo ou revisado", explicou.

Elaborado com o preço médio do barril de 68 dólares - previsão de receitas com a exportação petrolífera -, o Orçamento Geral do Estado foi aprovado pela Assembleia Nacional a 14 de Dezembro de 2018 e durante as discussões nas comissões especializadas do parlamento o Governo já aventava a possibilidade de avançar com um orçamento rectificativo.

Ontem, Manuel Nunes Júnior, que falava aos jornalistas no final da visita de constatação ao Entrepósito de Madeira de Luanda, no município do Icolo e Bengo, deu conta que o Governo já realiza "estudos e consultas" para a revisão do Orçamento no primeiro trimestre de 2019.

"Estamos a estudar um novo preço de referência e a fazer consultas com alguns organismos no mundo que são especializados nesta matéria para que o preço de referência que apresentarmos seja o mais próximo da realidade", argumentou.

Defendeu ainda "ser muito difícil fazer uma revisão do OGE perfeita", porque "até os grandes especialistas mundiais nesta matéria falham".

"Queremos é ter precaução e cuidado necessário para que o preço que apresentarmos seja com alguma solidez e que não seja facilmente ultrapassado pela realidade", adiantou.

De acordo com dados do relatório de fundamentação da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2019, o Governo angolano estimava a exportação de cada barril de crude a um preço médio a 68 dólares, face aos 50 dólares inscritos nas contas de 2018.

Impacto do preço do Petróleo

O sector petrolífero em Angola representa cerca de 80 por cento das receitas do Estado angolano.

Mesmo sendo incerto o impacto da redução da produção determinada pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), Vera Daves admitiu que a tendência está aquém do esperado.

A OPEP e a Rússia assinaram em Viena em Dezembro de 2018 um acordo para retirar do mercado 1,2 milhões de barris de petróleo bruto por dia para evitar uma oferta excessiva que baixe os preços do petróleo.

O sector petrolífero representa cerca de 80 por cento das receitas do Estado angolano. De acordo com dados do relatório de fundamentação da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, o Governo estima a exportação de cada barril de crude a um preço médio a 68 dólares, face aos 50 dólares inscritos nas contas de 2018.

Na previsão do Governo, a produção média diária de petróleo bruto em 2019, em Angola, será de 1,57 milhões de barris - em linha com a média dos últimos dois anos -, acrescida de 100.000 barris diários de LNG (gás natural).

4.12 Medidas de austeridade poderão causar tensões sociais

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2019

Provavelmente vamos enfrentar tensões, mas ao fim de dois anos vamos ver os benefícios", garantiu, ontem, em resposta à audiência após uma palestra no Instituto Real de Relações Internacionais Chatham House, em Londres.

Vera Daves falava das medidas previstas pelo Governo para cortar na despesa com o objectivo de reduzir o défice e equilibrar as contas públicas, como a eliminação de subsídios nos combustíveis, electricidade, água e transportes públicos.

Revisão do Orçamento

O Governo angolano terá "provavelmente" de rever o Orçamento de Estado se o preço do petróleo continuar abaixo da estimativa de 68 dólares.

"Quando apresentámos o Orçamento na Assembleia pensámos que estávamos a ser conservadores na estimativa do preço do barril do petróleo a 68 dólares", afirmou.

Porém, mesmo sendo incerto o impacto da redução da produção determinada pela Organização dos

Países Produtores de Petróleo (OPEP), admitiu que a tendência está aquém do esperado. "Ainda estamos confiantes, mas provavelmente vamos ter de rever o orçamento se a tendência se mantiver assim", indicou, durante a palestra intitulada "Reformas Económicas e Gestão Financeira em Angola".

O preço do barril de petróleo Brent, para entrega em Março, abriu ontem em baixa no mercado de futuros de Londres, a valer 60,87 dólares, menos 1,17% do que no fecho da sessão anterior.

"Medidas de austeridade não devem ser exponenciais"

O economista José Severino considerou ser uma preocupação latente quando o poder de compra atinge os limites mínimos, sobretudo no contexto actual em que o Estado procede a cortes de alguns subsídios de serviços básicos.

O também presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) acredita na possibilidade deste risco poder a vir a causar um cenário de tensões sociais com os reajustes dos serviços. "O Governo tem de ajustar os preços dos serviços, pois é imperioso. Mas tem de encontrar forma que não seja de modo tão exponencial como aconteceu, por exemplo, com o passaporte, levando a que pessoas com carências objectivas não tenham acesso aos serviços", disse.

Para Severino, as medidas de austeridade devem passar por diagnósticos dos custos reais, assim como a redução dos custos de alguns serviços como os transportes rodoviários, para melhorar a circulação e a velocidade dos autocarros.

"Temos que ter mais operadores, mais concorrência e os táxis tributados. Temos que ir buscar renda para cobrir custos", observou, para quem a revisão inclusive do Orçamento Geral do Estado (OGE) é pertinente e necessária se quisermos manter os serviços", esclareceu, tendo adiantado existir um instrutivo para a redução das despesas na ordem de 30 por cento.

"É um imperativo pertinente que tem que ser feito porque os recursos não são os mesmos" finalizou.

4.13 UNITA defende uma auditoria ao concurso público na Saúde

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2019

Texto: Bernardino Manje

A UNITA considera que foram registadas irregularidades no concurso de admissão de

profissionais de Saúde de 2018, por isso defende que seja conduzida, pela Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE) e pela Assembleia Nacional (6ª Comissão), uma auditoria ao processo.

A sugestão foi avançada ontem, em Luanda, pelo "governo sombra" da UNITA, durante uma conferência de imprensa presidida pelo vice-presidente do partido e "primeiro-ministro" do referido "governo", Raúl Danda.

Na ocasião, Maurílio Luiele, "ministro da Saúde" do "governo sombra", justificou a realização da auditoria com a necessidade de "se porem a nu as irregularidades que mancharam o processo (do concurso público) e se introduzirem as correções necessárias.

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, informou, na semana finda, a conclusão do concurso público que visava preencher cerca de 1500 vagas para médicos e perto de 600 lugares para os demais profissionais de Saúde.

No referido concurso, 825 médicos recém-formados foram reprovados e as respectivas vagas supostamente preenchidas por enfermeiros com formação superior. O Ministério da Saúde alega que a não admissão daqueles médicos deveu-se ao seu péssimo desempenho na prova teórica, parte integrante do concurso que compreendia três partes: cultura geral, ética em saúde e medicina geral

A UNITA, quer na voz de Raúl Danda quer de Maurílio Luiele, considera que uma avaliação teórica pontual, ainda que integrando as três temáticas acima referidas, não seria capaz de captar as competências técnicas e humanas dos profissionais recém-formados. Os dois dirigentes do maior partido da oposição consideram que o Ministério da Saúde usurpou as competências da Ordem dos Médicos de Angola, ao excluir os 825 médicos recém-formados. Maurílio Luiele vai mais longe, afirmando que há, inclusive, espaço para uma contestação judicial.

Numa altura em que o país carece de profissionais da Saúde, a UNITA recomenda que sejam admitidos todos os jovens médicos e que sejam submetidos a um período experimental de 6 a 12 meses, com acompanhamento rigoroso, já que o que os habilita a exercer medicina é a carteira profissional outorgada pela Ordem dos Médicos que eles já possuem.

A UNITA apela ao Ministério da Saúde no sentido de empreender um diálogo com o Sindicato dos Médicos.

4.14 “Novo preço do crude pode sofrer inflexões”

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2019

Nada garante que o preço do barril que vai estar na base da revisão orçamental não venha a sofrer novas inflexões, declarou ontem ao Jornal de Angola o investigador sénior do Centro do Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola Alves da Rocha, ao reagir ao anúncio de uma aprovável revisão do OGE ao longo deste trimestre.

Alves da Rocha considera que os parâmetros de uma revisão como a proposta pelo Governo envolvem receitas, despesas e todo "um esforço notável, podendo equivaler, no fundo, à elaboração de um novo OGE".

O investigador indaga, depois, se, a cada inflexão, o Governo haverá de fazer uma revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE).

"A melhor revisão que se pode fazer de um Orçamento de Estado é não haver revisão", porque esta "altera completamente as expectativas dos agentes económicos, que entretanto, começaram a elaborar as suas estratégias e os seus planos de negócio", afirmou.

Com o anúncio feito terça-feira pelo ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, os agentes económicos "vão congelar as suas decisões de investimento durante mais quatro ou cinco meses e a economia não vai funcionar", prevê Alves da Rocha.

O economista atribui a decisão de uma revisão baseada na erosão do preço do petróleo, à "doentia dependência orçamental do petróleo", constituindo também uma prova de que apesar de todos os programas consagrados à diversificação de economia, "muito pouco de concreto está a acontecer".

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, considerou que a revisão era previsível, mas solicitou que o Governo institua uma "Alta Autoridade Tributária" (AAT) que solucione na óptica da receita, com pelo menos duas novas imposições fiscais, para compensar a queda das receitas.

José Severino pede a imposição cobranças de 35 a 40 por cento sobre lucros de rendimentos de investimentos feitos com dinheiro do Estado (fuga de divisas no exterior, do peculato), grandes fortunas e

negócios financeiros (banca, seguros, telecomunicações, clínicas privadas e educação (salvo os de utilidade pública).

Solicita uma taxa de "Imposto sobre Latifúndios Ociosos" (ILSO) simbólica inicialmente, mas progressiva, a pressionar o uso racional das terras e a afastar os que "abocanharam milhares" de hectares, bloqueando oportunidades de crescimento para terceiros.

UNITA exige responsabilização

A UNITA exigiu o apuramento de responsabilidades pela aprovação, em Dezembro, de um Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 que, ao fim de um mês, será revisto, conforme anunciou o Governo.

Adalberto Costa Júnior, líder parlamentar da UNITA, recordou que o seu partido já esperava uma revisão do OGE de 2019 e que na altura da aprovação, pelo parlamento, "chamou repetidamente atenção ao executivo".

Questionou se a insistência no Orçamento aprovado foi "por teimosia, arrogância, insensibilidade, distração ou incompetência". Para o deputado da UNITA, têm de ser responsabilizados esses decisores, tendo em conta as "graves consequências" sobre os angolanos e o país.

4.15 Revisão do OGE 2019 vai reduzir despesas públicas

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2019

Texto: Miguel Kitare

Em Dezembro de 2018, quando o Executivo decidiu avançar com uma proposta de Orçamento Geral de Estado com o preço médio do barril de petróleo a 68 dólares, muitas vozes se levantaram, mas a equipa económica avançou confiante na subida depois dos cortes na produção.

Acontece porém que, mesmo depois de os países membros da Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo OPEP terem feito cortes, o preço do barril de Brent teima em não ultrapassar a barreira dos 65 dólares.

Ouvido por este jornal, o economista Precioso Domingos começa por separar as despesas de capital da corrente. Sublinha que "a redução das despesas de capital vai se traduzir pela retirada da carteira de alguns projectos de investimento em infra-estruturas por parte do Executivo", avança.

Precioso Domingos explica que as despesas de capital tem a função de alavancar a economia. Sendo reduzida, uma vez que as receitas serão inferiores em relação às despesas previstas no OGE, o crescimento económico será afectado.

"Terá que ser revisto em baixa, isso apesar de haver um optimismo para o ano em curso", referiu.

E, do ponto de vista das despesas correntes, o economista diz que há rigidez em termos de despesas com o pessoal. Para ele, haverá maior capacidade de manobra nas despesas com bens e serviços.

"Há margem de manobra para se cortar nas despesas correntes, pois havia previsão de corte, tendo acontecido ao contrário, com um aumento de 50%. Portanto, é aí onde se poderá cortar", indicou.

Entretanto, Precioso Domingos receia que possam ser feitos cortes sem um mínimo de critério, "sobretudo se for feito a partir da Mutamba, onde muita gente não conhece a realidade do país. Os municípios e as províncias têm despesas que não podem ser cortadas", defendeu.

Revisão prevista por analistas Antes e após a aprovação do OGE, o economista Yuri Quixina considerou a aprovação do documento com o preço de referência em 68 dólares uma decisão arriscada, tudo porque o barril de petróleo, maior produto de exportação de Angola, estava a ser comercializado a 60 dólares. No entanto, no actual cenário, o economista diz ser inevitável a revisão.

A mesma previsão teve José Severino. O interventivo dirigente associativo estimou, na ocasião, uma subida moderada para o preço da matéria-prima mais exportada por Angola e uma das mais procuradas no mundo.

"É muito arriscado avançar com preço de referência acima dos 60 dólares. E nós temos no OGE 68 dólares. A oposição contesta e é com alguma razão", avisou.

José Severino acreditava, na ocasião, o corte na produção petrolífera, acordado pelos países membros da OPEP animava o Executivo na sua decisão. No entanto, sempre vale mais prevenir. "Mesmo com os cortes é possível que o preço não suba tanto assim. E mesmo que haja recuperação ela pode não ser tão rápida", prévio.

Importa referir que o Executivo admitiu, no momento da apresentação do Relatório de Fundamentação do OGE que haveria revisão caso o preço do petróleo não atingisse a previsão inicial.

Petróleo em 61 dólares, cortes da OPEP "sem efeitos"

Desde o início do mês de Janeiro que os membros da OPEP decidiram pelo corte da produção, o preço do barril de petróleo ainda não ultrapassou os 65 dólares. Chegou inclusive a tocar os 57 dólares. 70 dólares era a previsão do países da OPEP, objectivo não atingido até ao momento.

Orçamento Geral do Estado fixa receitas e despesas no valor de 11.206.443.370.349,00 (onze mil milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e três milhões, trezentos e setenta mil e trezentos e quarenta e nove Kwanzas

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 JLO governara Luanda por interposta pessoa?

Novo Jornal

4 De Janeiro de 2019

Texto: Nok Nogueira

Há muito que governar Luanda tornou-se num bico-de-obra para a política nacional. O caso não é para menos; desde 2000 até aos dias que correm, a capital do país teve à sua frente 11 governadores. Destes só um largou o cargo com um índice de aprovação que, salvo melhor opinião, rondava os quase 100 por cento. De tal modo que, sempre que se nomeia ou exonera um governador de Luanda, se abrem sepulturas para recepcionar um corpo politicamente decrépito ou para aguardar pelo resto do que virá a ser uma imagem que, regra geral, deixa o poder bastante chamuscado.

Devido à sua importância e por se tratar da maior praça política do país, Luanda sempre se mostrou ingovernável, o que na perspectiva da Ciência Política constitui um estranho contra-senso e um fenómeno político contranatura, na medida em que as maiores praças políticas em democracia servem habitualmente para forjar ou servir de rampa de lançamento de políticos competentes e com carreiras promissoras para outros voos na administração do Estado. Temos um caso, que não é obviamente angolano, mas português, da Câmara Municipal de Lisboa, que tem funcionado como uma verdadeira montra política para primeiros-ministros e até Presidentes da República.

E porque é que Luanda se tem constituído num estranho caso de contra-senso na sociopolítica nacional? Porque o exercício do poder em Angola, além de se revestir de um conjunto de engrenagens atípicas relativamente à natureza política enquanto instrumento de gestão, constitui um entrave a si próprio por se ter adoptado, ao longo desses anos todos, o carácter antropófago como freio às ambições políticas individuais no seio do MPIA, o que, por um lado, mantém a hegemonia política de quem lidera o país ao mais alto nível, consolidando o seu poder absoluto.

Por outro lado, Luanda é também uma praça política que, ao longo dos anos que o MPIA já leva como

poder, serviu sempre para garantir a salvaguarda dos interesses' grupais e das principais elites políticas e económicas cuja riqueza e enriquecimento esteve sempre alicerçada nas garantias que o Poder Político lhes vinha proporcionando, bastando que a figura indicada para estar à frente da capital do país se mostrasse fiel depositário dos interesses daqueles que com ele estivessem, não se importando com as consequências políticas que daí pudessem advir. Ou seja, o estar no palácio provincial de Luanda sempre foi sinónimo de melhoria do status quo e não necessariamente o garante de construção de uma carreira política de sucesso.

É assim que ao longo dos anos não houve, pelo menos até hoje - e nunca foi levantada esta questão nestes termos -, uma estratégia por parte do MPIA de criar políticos de alta, craveira a partir de uma rampa de lançamento como Luanda enquanto principal praça política do país. Nunca pareceu interessar muito a quem lidera o partido e, neste caso, o país que surgissem outros nomes cuja importância e peso político os colocasse na linha directa de sucessão ou, pelo menos, num lugar de destaque onde fossem permanentemente tidos e achados como soluções alternativas, inclusive alternativas a quem esteja à frente do partido e/ou do país.

Daí que na anterior governação se defendia, e ainda há quem provavelmente defenda, que não havia ou não há políticos à altura do líder. Ora, isso é típico de um unanimismo que a anterior liderança inculcou na dinâmica partidária do MPLA, o que teve e tem até hoje custos altíssimos, na medida em que nenhum político com o mínimo de exposição tem tido coragem de fazer frente a essa barreira psicológica impeditiva. Curiosamente, a única pessoa que se mostrou disponível para enfrentar esse desafio é hoje aquela que se tornou Presidente da República e líder do partido.

Como compreender então que Luanda seja o chamado cemitério dos políticos? Porque nunca houve, da parte da mais alta esfera do poder, vontade política para que essas figuras fossem bem-sucedidas à frente da capital do país. A intenção foi sempre, a nosso ver, impedir os equilíbrios de força a nível do partido, evitando-se assim conglomerados de actores políticos com pergaminhos para ascenderem ao poder a partir de uma bem-sucedida carreira enquanto governantes.

Se ainda estivermos lembrados de Aníbal Rocha, um dos seus maiores pecados foi ter ganhado grande protagonismo na capital e, daí, passar a ser visto como um político com quem se poderia contar, competente. Em situação normal, se de facto o MPLA estivesse preocupado em forjar ou pelo

menos permitir que os seus militantes se afirmassem como verdadeiros quadros para o país, com base unicamente em critérios como competência, nunca Aníbal Rocha teria saído de Luanda nas circunstâncias em que saiu, porque representava um nível de excelência governativa que até hoje não se conhece na capital.

Não se percebe como é que um quadro que estava a contrariar a tradição de ingovernabilidade de Luanda tivesse sido exonerado. É mais: o que faz de Luanda uma cidade ingovernável não é a incompetência de quem a governa, mas a falência da estratégia política adoptada a partir do poder central, que está traçada ou condenada ao fracasso desde a sua origem. Porque não se percebe que nenhuma inteligência seja capaz de alterar o estado de coisas numa cidade que tem os maiores contribuintes, as maiores empresas do país, o maior bolo do orçamento geral do Estado destinado às províncias, as melhores condições de mobilidade, apesar do caos do trânsito, etc.

Se se tivesse que atribuir responsabilidade de facto sobre o fracasso da governação da capital do país, esta teria de ser assacada, na pior das hipóteses, ao MPLA, porque até hoje só os seus quadros a governaram, e na melhor das hipóteses ao titular do Poder Executivo, a quem tem competido nomear e exonerar esses quadros. Muito embora no final das contas estivéssemos diante do mesmo quadro de responsabilidade, pois sabemos que quem manda é uma única pessoa!

Uma questão de suma importância: até hoje, salvo raríssimas excepções, os quadros que governaram a capital do país não têm qualquer histórico político de excelência, porque fracassaram politicamente, mas o mesmo não se poderá dizer da condição económico-financeira dessas figuras. O que, em parte, justifica a "humilhação".

Cá para nós, à semelhança do que aconteceu em Setembro de 2017, relativamente à escolha da figura para vice-presidência do partido no poder - uma militante sem os pergaminhos de outros nomes que sempre se achegaram à frente -, a nomeação do novo governador de Luanda só poderá atender a um propósito específico: o de que será o próprio JLo a governar Luanda, mas por interposta pessoa, tal qual lidera o partido sem que a sua vice lhe faça sombra. Não há, à primeira vista, uma outra razão plausível para tal decisão. E é isso, quanto a nós, que faz de JLo um ente político exótico, porque dá permanentemente uma no cravo e outra na ferradura!

5.2 Múncipe confronta Joana Lina com denúncias de administradores «candongueiros»

Novo Jornal

4 De Janeiro de 2019

Texto: António Gaspar

A governadora da província do Huambo, Joana Lina, foi recentemente confrontada com uma série de denúncias nas quais foram visados administradores municipais, os quais foram acusados de praticar actividades de prestação de serviços ao Estado através de instituições de que são titulares.

Euclides Castro, um conhecido membro da sociedade civil daquela província, chegou a afirmar, durante um encontro com Joana Lina, decorrido naquela província, que "90% dos administradores municipais do Huambo são negociantes".

"De entre as várias preocupações que nós temos, as mais prementes são de facto a situação dos administradores candongueiros, que fazem negócios consigo mesmo", disse Euclides Castro perante os alegados titulares das respectivas empresas.

"Se fizermos aqui uma pergunta sobre a quem pertencem as empresas que prestam serviços a algumas administrações ou às próprias direcções, a resposta será uma: são deles [administradores municipais]".

Euclides Castro foi mais longe, ao questionar a directora da saúde daquela província a proveniência da empresa que presta serviço ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), do Governo provincial do Huambo.

"Senhora directora, pergunto ao director do GEPE, que se encontra aqui na sala, de quem é a empresa que presta serviço ao GEPE, ou seja, quem faz limpeza no GEPE? Como lá chegou? Foi a partir de um concurso público ou não? A quem pertence?", questionou o mesmo múncipe em representação dos demais, acrescentando:

"E preciso reflectirmos muito nisso porque esses são os maiores adversários da governação".

Perante tais afirmações, a governadora do Huambo chegou a interromper o múncipe, questionando-o se estava simplesmente a fazer uma afirmação gratuita ou a fazer uma afirmação categórica, ao que este respondeu:

"A diferença entre o Huambo e Benguela é que Benguela tem uma elite, nós no Huambo temos pessoas comercializadas e essas pessoas comercializadas são criadas por gestores que não estão aí porque têm vocação, mas porque vão fazer negócio com eles mesmos".

O também agente da Polícia Nacional (PN) apelou à necessidade de se evitar o surgimento de bairros que não obedeçam aos planos urbanísticos ou que não tenham infra-estruturas básicas, sob pena de estes virem a ser alvos de requalificação com custos elevados.

Não podemos, acrescentou, "confundir as coisas, pois é preciso trabalhar com brio e brilho em nome do povo e para o povo".

Euclides Castro não se coibiu perante a governadora e chegou mesmo a «pedir a cabeça» de um dos vices: "Ao vice-governador do Huambo, o senhor Sapalo, vou deixar-lhe um recado: eu acho que a melhor forma de ajudar a senhora governadora seria apresentar a sua demissão, porque ele não percebe nada do que está aí a fazer. Não estou a falar em vão".

Em relação ao crescimento da província, Euclides Castro considerou que o comboio do desenvolvimento já partiu, pelo que o dirigente que não teve a preocupação de o apanhar e perdeu a caravana. "Não é uma iniciativa isolada, é uma iniciativa que está a ser acompanhada por todos os outros auxiliares do titular do Poder Executivo e o Huambo não fica atrás", explicou.

5.3 UNITA com experiências estrangeiras para autarquias de 2020

Novo Jornal

4 De Janeiro de 2019

Texto: António Gaspar

O secretário para as Relações Internacionais da UNITA, Alcides Sakala, anunciou esta semana que a formação de quadros do seu partido em matéria de autarquias locais está a ser auxiliada por prelectores de países africanos e europeus, com o objectivo de se fazerem estudos comparativos a fim de potenciar o perfil dos autarcas e deputados.

Em entrevista ao Novo Jornal, Sakala disse que a interacção com os especialistas estrangeiros "vai permitir que "haja" uma "perspectiva mais ampla da importância das autarquias do ponto de vista da gestão e dos recursos diversos".

"Os formandos estão a colher o máximo de conhecimentos, particularmente no que diz respeito à gestão e aos recursos. Já realizámos dois seminários nos quais contámos, nomeadamente, com Cabo verde e também com uma delegação espanhola, que falou acerca da perspectiva do seu país em relação a gestões autárquicas", explicou Alcides Sakala.

Além das conferências já efectuadas, partido do Galo Negro tenciona realizar ainda este ano iniciativas do género com outros países dos continentes africano e europeu.

O também porta-voz lembrou que o foco da sua formação política para 2019 é de trabalhar para estar à altura dos desafios que as autarquias impõem, devendo ser "necessariamente realizadas em todo o território angolano".

"A Unita continua a defender o gradualismo funcional, partindo do princípio de que as eleições autárquicas têm de acontecer em todo o território nacional e de forma simultânea", disse, acrescentando que os governos autárquicos eleitos terão maior predisposição para levar avante as grandes reformas ao nível destas comunidades.

Analisando os assuntos que ficaram pendentes no ano transacto, Alcides Sakala referiu que no arranque do ano parlamentar o seu partido irá levantar novamente a problemática da implementação da reforma do Estado, assim como vai continuar a insistir na necessidade de se terminar com o processo de reintegração social de todos os ex-militares da UNITA.

Saliente-se que o secretário provincial da UNITA no Moxico, João Muzaza Caweza, explicou que o seu partido já elegeu os candidatos às autarquias de 2020 para os nove municípios que compõem esta província.

"O partido criou 143 brigadas de mobilização em todos os municípios e comunas, que passarão a explicar os planos da UNITA junto do povo e o estado do país no domínio social, económico e político".

ANTÓNIO GASPAR

5.4 Governo prioriza Luanda nas eleições autárquicas

Jornal OPAÍS

5 De Janeiro de 2019

Texto: Norberto Sateco

O Presidente da República, João Lourenço, defende maior preparação de todas as provinciais face ao processo das eleições autárquicas que o país pretende realizar no próximo ano.

Sem desprimor para as demais províncias, o Chefe do Executivo sublinhou que a prioridade em termos de atenção recairá para a cidade de Luanda, pelo facto de ser a capital do país e aglutinar quase um terço da população angolana.

João Lourenço falava na cerimónia de posse das novas ministras das Pescas e do Mar e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, de um secretário de Estado da Agricultura e Florestas e dos recém-nomeados governadores das províncias de Luanda, Cuanza-Norte e Cuanza-Sul, tendo encorajado o novo governador de Luanda, Luther Rescova, a não temer o desafio de governar a maior cidade de Angola.

"Não tenha medo de enfrentar este grande desafio nos estamos aqui para poder ajudá-lo", disse o Presidente Lourenço ao novo inquilino da cidade capital.

Mais pólos para aumentar captura do pescado

Para a nova ministra das Pescas e do Mar, Maria Antonieta Josefina Sabina Baptista, o Presidente João Lourenço pediu para adoptar políticas de concessão de licenças de modo a atrair o investimento privado e estrangeiro nas diferentes áreas, com destaque para as infra-estruturas e de processamento do pescado.

Neste domínio, o Titular do Poder Executivo apontou dois importantes pólos de desenvolvimento pesqueiro, designadamente o do Tombwa e o da Baía Farta, que deverão ser estendidos para outras províncias da costa litoral marítima com o objectivo de reduzir os índices de pobreza e fome no país.

"É preciso que repliquemos o que se vem fazendo nos pólos citados a outras localidades como, por exemplo, Luanda, Soyo, Ambriz e Cabinda", reconheceu.

Em relação a uma outra área que se apresenta como fundamental para o processo de diversificação económica, João Lourenço, referiu-se, como marco no ano passado, ao aumento da quota para

agricultura no OGE, que se viu quintuplicada para ser empregue no incremento da agricultura familiar.

O Chefe de Estado espera que a agricultura e as pescas sejam os maiores empregadores e contribuam para a redução da fome e pobreza. "Esperamos que o novo secretário de Estado ajude o ministro a colocar a agricultura familiar no lugar que merece", referiu.

Sociedade e valores morais

A sociedade apelou por maior engajamento na luta pelo resgate dos valores morais, apesar da responsabilidade ao nível do Executivo caber ao Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Na cerimónia foram empossados o secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, José Carlos Lopes da Silva Bettencourt, as ministras das Pescas e do Mar, Maria Antonieta Josefina Sabina Baptista e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Faustina Fernandes Inglês de Almeida Alves.

Tomaram posse os governadores de Luanda, Sérgio Luther Rescova Joaquim, do Cuanza-Norte, Adriano Mendes de Carvalho, e do Cuanza-Sul, Job Pedro Castelo Capapinha.

5.5 Eleições autárquicas prioridade do MPLA

Jornal de Angola

6 De Janeiro de 2019

Texto: Edna Dolo

O primeiro-secretário do MPLA em Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, apontou a realização das conferências de renovação mandatos e a preparação para as eleições autárquicas previstas para 2020 como dois dos grandes desafios que se avizinham para o partido na capital do país.

Adriano Mendes de Carvalho, que falavam cerimónia de cumprimentos de ano novo na sede municipal do partido na Ingombota, indicou igualmente o trabalho contínuo e árduo como uma das grandes estratégias do MPLA para o resgate da mística do partido em Luanda.

O político aproveitou a ocasião para homenagear os mártires da repressão colonial e considerou que, apesar de ser a maior praça política, Luanda tem características próprias. "Temos de ter esta mística em Luanda e mostrar que quem manda na capital é o MPLA".

O primeiro-secretário provincial de Luanda do MPLA, que na quarta-feira foi nomeado para o cargo de governador da província do Cuanza-Norte, reconheceu que o resgate da mística só será possível se se falar a mesma língua. "Devemos trilhar o mesmo caminho e estarmos no mesmo barco para não falharmos".

Na ocasião, o Comité Provincial de Luanda do MPLA reconheceu que os desafios que se colocam ao partido em Luanda são enormes, com destaque para a revitalização das organizações de base e a melhoria do sistema de acompanhamento dos militantes.

A preocupação, que consta de uma mensagem colectiva do Comité Provincial de Luanda do MPLA, dá conta de que o crescimento das fileiras do partido é bastante desafiador para o partido.

A mensagem, lida pelo segundo-secretário provincial do MPLA, Teodoro Quarta, sublinha que a intensidade da vida política na capital é crescente e envolve actores das mais diversas ideologias políticas e partidárias, pois é "aqui onde estão sedeadas todas as forças políticas da oposição que procuram, a todo custo, criar factos políticos negativos que visam obstaculizar o nosso programa de governação".

Teodoro Quarta disse que os membros do Comité Provincial de Luanda do MPLA esperam que o novo ano seja coroado de relevantes acções com vista a imprimir maior dinâmica à acção do partido na capital do país.

Na mensagem, os militantes do partido maioritário reafirmaram total disponibilidade e envolvimento no processo de preparação e realização das eleições autárquicas, previstas para 2020, na materialização do plano estratégico de recrutamento de novos militantes e na implementação do programa de formação política e ideológica anual.

5.6 Cidadãos denunciam à PGR má gestão da Administração do Lobito

Jornal OPAÍS

7 De Janeiro de 2019

Texto: Constantino Eduardo

Na carta, que o jornal PAÍS teve acesso, assinada por António Pedrito de Almeida, Francisco Alberto Ventura, Raúl Segunda Binga e Virgílio Manuel Bongue, ao antigo governante da cidade ferroportuária são-lhes imputadas uma série de acções danosas ao erário nos anos que vão de 2010 a 2016. Os cidadãos, por acharem grave, pedem a

intervenção não apenas da PGR, como também do Presidente João Lourenço.

De entre as várias acções expostas na missiva, Amaro Ricardo é acusado pelos subscritores de supostamente ter subtraído dos cofres do Estado 500 mil dólares e os ter dado ao cidadão Joaquim Teixeira, também conhecido por Quim Transflamingo, um montante para a aquisição de quatro autocarros. O indivíduo em causa apenas procedeu à entrega de um autocarro de marca Toyota Coaster, tendo o restante caído em parte incerta.

Acusam o ex-administrador de se ter aproveitado das verbas alocadas pelo Conselho de Ministros, de bens alimentares, bem como de materiais de construção destinados aos sinistrados da calamidade de 11 de Março de 2015, um desastre que ceifou muitas vidas. Num outro ponto da acusação, os subscritores dizem que Amaro Ricardo terá feito venda ilícita de terrenos na cidade dos flamingos.

PGR parte para a acção

Amaro Ricardo foi constituído arguido pela Procuradoria Geral em Benguela. Contactado pelo OPAÍS, Amaro Ricardo considera os seus acusadores de "desconhecidos e inexistentes" e revela que, confirma que em finais de 2018 foi ouvido pela PGR sobre alegadas práticas de má gestão à frente dos destinos da Administração Municipal do Lobito.

O ex-administrador, que não aceitou gravar entrevista, diz não temer nada, porquanto no antigo Governo, apesar de ter havido pessoas cujas práticas lesaram o interesse público, havia também gente bastante comprometida com as boas práticas de gestão e respeito pela coisa pública.

Ao OPAÍS disse que gostaria de esclarecer muitas coisas, mas ainda não chegou o momento para tal.

Entretanto, numa carta resposta a que também tivemos acesso, o antigo governante aponta o ano 2010 como sendo o início daquilo que considera ser o seu "calvário" por causa de: "primeiro, depois d(e) o Governo Provincial de Benguela ter dado razão à Administração do Lobito e à Comissão de Moradores no conflito entre estes e o cidadão Agostinho Justo Mega", relativamente à pretensão de se construir uma área comercial no espaço comum de um edifício habitacional no bairro do Compão, conforme Despacho do Governador Provincial OS114/DIGA/GPB/2010, de 18-11(Novembro).

Amaro Ricardo sublinha que ponto alto aconteceu em 2013, quando o cidadão Agostinho Mega, aproveitando-se de uma jornada de campo do então governador Isaac dos Anjos, fez circular no Lobito

informações de um possível envenenamento de que o governante visitante seria vítima durante a visita.

O assunto, disse, foi pronto e contundentemente esclarecido pelo Tribunal Provincial (do Lobito), culminando com a condenação do cidadão em causa a "4 meses de prisão suspensa e indemnização ao ofendido".

5.7 Era impensável desviar 500 mil USD

Jornal OPAÍS

7 De Janeiro de 2019

Texto: Constantino Eduardo

No documento, que antecede a sua constituição como arguido pela PGR do Lobito, como fez questão de revelar, Amaro Ricardo considera caluniosas e difamatórias as acusações a si dirigidas e começou por rebatê-las ponto a ponto.

Sobre o desvio de 500 mil USD, constante na acusação, refutou categoricamente, argumentando que a Administração do Lobito, à semelhança das demais municipalidades do país, na base de um contrato assinado com o então ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, recebera o equivalente a 5 milhões de dólares do Fundo de Gestão Municipal (FUGEM).

Dada a responsabilidade que impunha a gestão do referido valor, constituiu-se uma equipa para, de forma séria, gerir o fundo. A referida equipa era integrada por ele, o chefe de Repartição do Planeamento e Finanças (Manuel António Tchimbili) e um outro quadro que chefiava a área dos Serviços de Contabilidade, Mário Bongue.

À equipa cabia a elaboração de planos de aplicação, que eram aprovados pela Administração e submetidos ao Conselho de Auscultação e Concertação Social.

O pagamento era feito por via de cheque e exigia duas assinaturas' sendo uma do titular da Administração e outra do chefe de repartição do Planeamento e Finanças, pelo que, defende-se, "era impensável que pudesse retirar 500 mil USD como os seus acusadores fazem crer na carta endereçada à PGR".

"No plano de aplicação, constava, sim, a aquisição de um (repete-se, UM) autocarro de 50 lugares para apoio aos trabalhadores da Administração, avaliado em AO 13.680.000 (treze milhões, seiscentos e oitenta mil kwanzas). Para isso, foi contratada a

Empresa Transflamingo Service, LDA, que após problemas e demoras na importação' por minha orientação expressa foi várias vezes notificada (ver anexo 282/1.17.GAB. AMLI2010-09-21) e com queixa, por mim mandada fazer na PGR (ver anexo 711/1.17/SAMLI RJCA/2011, de 13.07)", explicou.

Tragédia de Março

Em relação à calamidade de 11 de Março, de há 3 anos, disse que as acusações não têm razões de ser.

O antigo homem forte do Lobito esclarece que é do conhecimento público que, em decorrência da tragédia de 2015, o então Presidente José Eduardo dos Santos, por via do antigo ministro do MAT, Bornito de Sousa, entregou um cheque equivalente a um milhão de dólares ao Governo Provincial de Benguela, à data dos factos representado por Isaac dos Anjos.

Entretanto, continuou, a forma de aplicação desses fundos, assim como o dossier relativo à gestão das doações e a construção de casas pode ser aferida "junto do Governo Provincial nos relatórios então elaborados", revelando, por outro lado, que, na altura, a Administração de que foi titular acusou a recepção de 3.791.000,00 (aproximadamente 37 mil USD, ao câmbio da altura), depositados no BCI, contanº33063809 10 1, bem como pequenas doações que serviram para a prestação dos primeiros socorros às vítimas.

Logo após a catástrofe, a sua Administração criou a Comissão Municipal de Atendimento às calamidades que se dedicou à gestão de todo o processo ligado ao município.

5.8 MPLA augura por bons resultados nas autarquias locais de 2020

Jornal OPAÍS

9 De Janeiro de 2019

Texto: Maria Custódia

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, assegurou ontem, em Luanda, que as eleições autárquicas previstas para 2020 afiguram-se para o MPLA como um desafio político incomensurável, que vai exigir de todos quatro pilares fundamentais: exemplo, dedicação, resiliência e perspicácia.

A responsável do partido dos camaradas exortou aos militantes, simpatizantes e amigos do partido MPLA a participarem activamente em todo o processo da institucionalização das autarquias locais.

"O reforço do papel dirigente do MPLA para apoiar o líder do partido e o Executivo no grande desafio de melhorar o que está bem e corrigir o que está mal deve constituir uma tarefa prioritária", advertiu.

Luísa Damião discursava no âmbito da cerimónia de cumprimentos de ano novo à direcção do MPLA na sede do partido. Referiu que a história vem demonstrando que este partido é vencedor e cabe a todos a grande responsabilidade de continuar nesta senda vitoriosa, o que implica uma boa preparação, de modo a alcançar bons resultados nas eleições autárquicas e continuar a responder aos anseios, às aspirações e às expectativas dos angolanos.

Apoio ao Executivo

O partido deverá continuar a apoiar o Executivo, disse Luísa Damião, na criação de condições para que o país dê um passo em relação ao aumento da oferta de bens e serviços, bem como na geração de empregos. De igual modo, por via do seu Grupo Parlamentar, apoiar a implementação do programa legislativo da Assembleia Nacional (AN) relacionado com o pacote legislativo autárquico.

Acrescentou ainda que pretendem continuar a apoiar as linhas mestras do combate contra a corrupção, nepotismo e a impunidade que o Estado angolano leva a cabo para eliminar todos os fenómenos que prejudicam o seu desenvolvimento e "minam" a aceitação nacional e internacional das suas instituições democraticamente constituídas.

A responsável manifestou a necessidade de se reforçar a relação com a sociedade civil, estreitando-a cada vez mais, de modo a consolidar o processo de construção de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e indivisível e continuar a trabalhar para moralizar a sociedade com alguns exemplos, comportamentos e atitudes, engajando, para o efeito, todos actores sociais e afirmando cada vez mais a cidadania.

OMA

Para a responsável, a Organização da Mulher angolana (OMA) deve reforçar o trabalho de maior inserção na sociedade, tornando-se numa maior organização, cada vez mais forte, dinâmica e a interpretar fielmente os anseios e as aspirações das mulheres angolanas, como guardiã e defensora dos nobres direitos da mulher angolana e continuar a fazer advocacia em prol da igualdade do género e do empoderamento da mulher.

Apelou também a esta organização para apoiar a mulher rural, sobretudo as jovens, incentivá-las a assumirem maior protagonismo na vida política,

económica, social e cultural, destacando a sua participação activa nas eleições autárquicas, bem como continuar a prestar o seu contributo na moralização da sociedade, no combate ao analfabetismo e na promoção da formação política, ideológica e profissional das mulheres.

Na educação para a saúde das mulheres nas comunidades, na educação das famílias no combate à violência doméstica, no fortalecimento da sua cultura jurídica e desenvolver acções que contribuam para a inclusão digital e incentivar o uso correcto das tecnologias de informação e comunicação.

JMPLA

Para o braço juvenil do partido, a JMPLA, Luísa Damião avançou a necessidade de se prestar especial atenção na preparação do seu VIII Congresso Ordinário, tendo sempre presente a estratégia de transição geracional que se vai operar na organização juvenil à luz da Carta Africana da Juventude que define 35 anos como idade limite para a juventude.

O encontro contou com a presença de militantes e membros do partido, com destaque para Roberto Victor de Almeida, Julião Mateus Paulo "Dino Matross" e António Paulo Kassoma, que até à última legislatura exerceram os cargos de vice-presidente e secretário-geral, respectivamente.

5.9 MPLA reafirma a prioridade na preparação das autarquias

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2019

Texto: Gabriel Bunga, Matias da Costa, Carlos Paulino

O MPLA continua a encarar a realização das eleições autárquicas como sendo o maior desafio político a enfrentar nos próximos tempos. A afirmação é da vice-presidente do partido, Luísa Damião, quando falava ontem durante a cerimónia em que recebeu cumprimentos de ano novo, na sede nacional daquele partido, em Luanda.

Luísa Damião exortou os militantes, simpatizantes e amigos do MPLA a participarem activamente em todo o processo de institucionalização das autarquias locais. "As eleições autárquicas previstas para 2020 afiguram-se, para o MPLA, como um desafio político incomensurável" que vai exigir de todos nós empenho, dedicação, resiliência e perspicácia", disse.

A dirigente partidária exortou os militantes do MPLA a aumentarem o rigor, a disciplina, a eficiência e

eficácia para se poder cumprir as tarefas programadas. Luísa Damião disse ainda que se deve aumentar o papel dirigente do MPLA para apoiar o líder do partido e o Executivo no grande desafio de "melhorar o que está bem e corrigir o que está mal".

A "número dois" na hierarquia do MPLA disse que todo o trabalho de apoio e de engajamento deverá ter como base a defesa dos ideais do partido, do seu líder, João Lourenço, e o reforço da imagem e prestígio do partido junto do povo angolano.

Luísa Damião considerou que o MPLA deverá apoiar o Executivo no aumento da oferta de bens e serviços e a geração de emprego. "Devemos reforçar a nossa relação com a sociedade civil, estreitando-a cada vez mais, de modo a consolidar o processo de construção de uma sociedade cada vez mais democrática, justa e inclusiva", advogou.

A vice-presidente do MPLA pediu maior atenção na realização das assembleias de balanço e renovação de mandatos a serem realizadas este ano nos Comitês de Acção do Partido, nas conferências comunais, distritais e municipais. Luísa Damião apelou a todos os militantes do MPLA a cerrarem fileiras em torno dos ideais do líder do MPLA e manter a unidade, a união e coesão, com vista a materialização do programa de governação do MPLA.

A vice-presidente disse ser necessário continuar a trabalhar para a moralização da sociedade com bons exemplos de comportamento e atitudes. "Devemos continuar a apoiar as linhas mestras do combate à corrupção, ao nepotismo e à impunidade que o Estado angolano leva a cabo, para eliminar todos os fenómenos que prejudicam o seu desenvolvimento e minam a aceitação nacional e internacional das suas instituições, democraticamente eleitas", defendeu.

A cerimónia de cumprimentos de ano novo, dirigida aos dirigentes, militantes e funcionários do MPLA contou com a presença dos antigos vice-presidentes do partido, António Pitra Neto e Roberto de Almeida, e dos dirigentes que já exerceram o cargo de secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, Marcolino Moco, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse" e Paulo Kassoma.

Combate à intriga

O maior mal que enferma a imagem do MPLA são as intrigas recorrentes no seio dos militantes, admitiu ontem, no Cuito, o primeiro-secretário provincial do Bié do partido.

Pereira Alfredo, que falava durante um acto em que recebeu cumprimentos de Ano Novo de membros do

Comité Provincial, defendeu que esta é uma realidade que se deve combater com urgência.

Segundo o político, ao MPLA cabem tarefas vitais que incidem na governação, daí que tenha defendido que "nunca devemos permitir, que o ambiente interno do partido seja beliscado por interesses inconfessos".

"Queremos união dentro do nosso partido. Foi sempre' essa a nossa maior divisa e, com determinação e corajoso, teremos de executar este desiderato", declarou.

Pereira Alfredo realçou que apenas a união entre militantes vai proporcionar sequências vitoriosas do partido, tendo apontado o actual contexto como o momento para se definir o que será o MPLA nos próximos tempos.

Sensibilização da população a primeiro secretário do Comité Provincial do MPLA no Cuando Cubango, Pedro Mutindi, pediu aos militantes do partido para trabalharem na sensibilização e mobilização da população para dotá-las de formação política necessária capaz de conquistar o maior número possível de autarquias na região.

Ao falar igualmente numa cerimónia de cumprimentos de Ano Novo, Pedro Mutindi disse ser necessário que os Comitês de Acção do Partido (CAP), a JMPLA, a OMA e os membros dos comités municipais e provincial do MPLA, dediquem uma especial atenção às eleições autárquicas, previstas para o próximo ano.

Para o efeito, referiu, é necessário que todos os militantes' simpatizantes e amigos do MPLA assumam um papel preponderante neste processo para que o partido vença nos municípios que serão seleccionados no Cuando Cubango.

5.10 ADRA defende equilíbrio na selecção dos municípios para as autarquias

Jornal OPAÍS

11 De Janeiro de 2019

Texto: Norberto Sateco

Os critérios de selecção dos municípios que farão parte da primeira fase nas eleições autárquicas, agendadas para o próximo ano, devem ser mais claros e equilibrados, diz o estudo sobre auscultação e educação sobre o pacote legislativo autárquico.

Sob égide da ADRA, o documento aponta a necessidade de serem revistos os critérios de selecção dos municípios nas autarquias, sobretudo a proposta que exige um determinado número de habitantes no município, correndo o risco de alguns serem excluídos.

IR "Devem diminuir para menos da metade, porque deste modo excluiria muitos municípios do país", observou.

Outra preocupação, recaí para uma maior clarificação e definição de percentagens em relação a cada categoria de município a seleccionar. Os participantes no estudo entendem também ser pertinente analisar a questão que diz respeito à possibilidade de se estabelecerem regiões ou serviços complementares entre eles.

"Há vários municípios menos desenvolvidos com potencial para serem seleccionados, mas não têm repartição fiscal e tribunais, dentre outras instituições, e não o terão até 2020", lê-se no documento, tendo sublinhado a necessidade de uma maior combinação de serviços, numa lógica de complementaridade, permitindo a sua inclusão, gerando, deste modo, confiança ao processo. Quanto aos municípios relegados para a segunda fase, recomenda -se a celebração de um entendimento, à despeito de critérios de selecção, podendo ajudar a programação de vários actores municipais. à capacidade eleitoral passiva, um dos temas bastante debatidos, por definir a candidatura do futuro presidente da câmara, o relatório refere ter sido consensual a ideia segundo a qual "só os filhos da terra o devem merecer."

"Mais assim, quem nunca veio aqui, não conhece o povo, como vai ser presidente da câmara?" afirmaram os participantes, que na visão dos especialistas reflecte um sentimento de exclusão acumulado ao longos dos anos.

O mesmo documento da ADRA recomenda que seja 'duro' o critério para apresentação de candidaturas, sobretudo no que diz respeito a assinaturas, filtrando o número para cada candidato conforme a população do município. "O Estado deve financiar as candidaturas dos futuros autarcas", diz o relatório, contrariando a proposta inicial do Governo.

Implantação das autarquias ADRA considera a implantação das autarquias locais como sendo um processo novo para o nosso contexto angolano, daí entender ser o mais prudente e pertinente o faseamento da sua criação no que à transferência de competências e atribuições diz respeito. "Temos que ver como as coisas vão funcionar para podermos corrigir aquilo que correu mal" lê-se.

Para eles, a institucionalização das autarquias é vista não como um processo isolado, mas consideram imperioso que ocorram outras medidas, em simultâneo' que permitam ao país lidar com esta nova realidade.

O mesmo relatório refere também existirem fortes dúvidas em relação ao futuro dos municípios que ficarem de fora nesta fase inicial, em função do histórico das segundas fases raramente acontecerem.

"Já aconteceu assim com o crédito, disseram que depois viriam ao nosso município, passaram as eleições e ninguém mais falou do assunto" lê-se. A organização não-governamental ADRA trabalha em prol do desenvolvimento das comunidades rurais com vista a garantir a sustentabilidade das famílias camponesas e também garantir a sua participação na vida política do país.

5.11 Autarquias: UNITA diz-se aberta para receber candidaturas independentes

Jornal O PAÍS

12 De Janeiro de 2019

Texto: João Katombela

UNITA na Huíla afirma estar aberta a receber candidatos independentes para concorrerem aos cargos de presidentes de câmara nos seus catorze municípios nas eleições autárquicas de 2020, segundo o seu secretário provincial, Augusto Samuel.

Em conversa que manteve recentemente com OPAÍS, no Lubango, informou que as referidas candidaturas só serão aceites se estiverem de acordo com o perfil pretendido por este partido.

Competência, influência no seio do eleitorado, honestidade, experiência de dirigismo, sem mácula em crimes de corrupção ou peculato são os requisitos exigidos aos cidadãos que pretendam concorrer a esses cargos.

O político disse que os que reunirem esses requisitos e cujas candidaturas sejam homologadas pela direcção do partido terão o apoio incondicional.

"A UNITA estará a aberta e disposta a apoiar aqueles cidadãos que garantam ou reúnam requisitos para resolver os problemas da comunidade", afirmou Augusto Samuel.

Documentação já aprovada Informou que o documento reitor para a selecção dos futuros autarcas já foi aprovado pela Comissão Política, mas

internamente ainda ninguém foi indicado ou manifestou o interesse em concorrer.

Até ao momento, segundo o responsável do maior partido na Oposição em Angola, conta com cerca de 5 mil quadros formados para as eleições autárquicas.

Informou que o partido que dirige tem vindo a registar um crescimento considerável, fruto de um trabalho de mobilização que se realiza em todas as circunscções.

Augusto Samuel informou que até ao momento são controlados em todo o território da província da Huíla aproximadamente 200 mil militantes.

5.12 MPLA deve começar a preparar autárquicas

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2019

Texto: João Dias

A vice-presidente MPLA, Luísa Damião, defendeu ontem, em Luanda, que o partido deveria começar a "aprimorar a máquina partidária" para fazer face aos desafios das eleições autárquicas em 2020 e as gerais em 2022.

Ao discursar no Comité Municipal de Luanda, na sequência das visitas que efectuou ontem aos comités municipal de Luanda e distritais da Samba e Maianga do MPLA, Luísa Damião disse ser a partir de agora que o partido deve começar a preparar as suas estruturas para vencer os dois pleitos eleitorais.

"O MPLA sempre foi um partido vencedor. Mas, para continuarmos a vencer, temos de trabalhar e o trabalho começa na base", afirmou Luísa Damião, para quem é fundamental que o partido continue a trabalhar na lógica da antecipação.

Para o efeito, disse ser necessário reforçar o trabalho de controlo e avaliação de funcionamento das estruturas do MPLA nos níveis intermédios e de base, com os olhos para as autárquicas de 2020. Luísa Damião referiu-se, igualmente, aos desafios à vista este ano, com realce para a realização das conferências para a renovação de mandatos, a preparação das eleições autárquicas em 2020, que segundo ela, devem constituir uma prioridade no trabalho político.

"Este ano vai ser desafiante.

Vai-se multiplicar o trabalho e vai exigir uma maior organização' o que passa, necessariamente, por uma análise do estado de organização e funcionamento

dos comités municipais, distritais, bem como de organizações como a OMA e JMPLA", lembrou Luísa Damião, na sua primeira visita a um comité municipal, desde a realização do sexto congresso extraordinário do partido, em Dezembro último.

A visita visou efectuar o levantamento das principais preocupações, estimular a promoção do trabalho político organizativo junto dos militantes, planos de trabalho trimestrais e revitalização dos grupos de acompanhamento e organizações de base.

Para Luísa Damião, é preciso continuar reforçar o trabalho político em Luanda para que o militante esteja mais próximo das comunidades, "para um MPLA cada vez mais forte e coeso". Sugeriu uma avaliação profunda da situação económica e social do município, dos distritos e dos bairros. Para tal, defende maior diálogo para identificar os problemas.

"É importante aprimorar os dados estatísticos", recomendou Luísa Damião, para quem, em função dos dados apresentados pelo município de Luanda, é preciso fazer um trabalho profundo de mobilização dos militantes.

Actualmente, no município de Luanda existem 382 mil militantes do MPLA, 148 mil da OMA, 347 mil da JMPLA. Porém, lembrou, só 200 mil militantes votaram no MPLA. Em face disso, a vice-presidente do partido entende ser fundamental fazer uma análise profunda e introspectiva para se saber as razões por detrás disso, para, de seguida, se poder reforçar o trabalho político em Luanda.

A vice-presidente do MPLA defendeu a materialização dos programas traçados. "Não bastam bons programas se não forem bem executados. Às vezes, concebemos bons programas, mas pecamos na sua materialização", admitiu Luísa Damião, adiantando que este é um problema que deve ser corrigido.

Mais militantes

A vice-presidente do MPLA defendeu que se deve prestar atenção ao recrutamento de novos membros e primar pela sua formação política e ideológica.

"Um bom militante do MPLA deve conhecer os estatutos do partido. Não nos podemos dar ao luxo de recrutar membros por recrutar sem fazer o devido acompanhamento", alertou.

Luísa Damião falou na necessidade de se dialogar mais para o fortalecimento do MPLA "Deve-se prestar atenção ao contributo de cada militante e ao desempenho dos comités de acção", defendeu a

dirigente, destacando a importância das comissões de bairros.

Apelou para a necessidade do militante do MPLA ser um exemplo no seu bairro. "Devem ser, também, protagonistas no combate à corrupção, ao nepotismo e à impunidade, e os primeiros a identificar os problemas nas suas comunidades. Devemos ser os primeiros a apoiar a acção do Executivo", disse.

Ainda ontem, o secretário-geral do MPLA, Boavida Neto, efectuou visitas às estruturas do partido no município de Belas.

5.13 Novo governador quer acabar com falsos sobas

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2019

Texto: Victor Pedra

O governador do Cuanza -Sul, Job Capapinha, quer um levantamento do número de sobas inscritos na Associação das Autoridades Tradicionais (ASSAT), para se acabar com os "fantasmas" e facilitar o trabalho do Governo.

Numa reunião, realizada sábado, com autoridades tradicionais residentes no município do Sumbe, um dia depois de receber as pastas como governador do Cuanza-Sul, Job Capapinha reconheceu que "a província vive um momento difícil" e pediu aos sobas para estarem preparados para ajudar o Governo a identificar os problemas que afectam as populações e assim discutir os programas para a busca de soluções.

Job Capapinha alertou os sobas inscritos na ASSAT e os membros do Governo a mudarem de mentalidade quanto à questão dos "falsos sobas", que de forma ilegal são incorporados na classe das autoridades tradicionais.

Essa situação acrescentou, preocupa o Governo e tem posto à prova o poder de alguns sobas, porque as fardas podem ser fabricadas em casa. "É importante combater este e outros males", salientou.

Segundo o governador, os subsídios pagos aos sobas é outra situação que deve ser analisada por parte do Estado, que está a ficar sem capacidade financeira. "É urgente e necessário que se comece a pensar noutras formas de os mesmos se auto-sustentarem como no passado", sublinhou o governador. As autoridades tradicionais, disse, não devem ficar dependentes dos subsídios que recebem do Estado, sem se saber o trabalho que cada um realiza na sua área de jurisdição.

Segundo Job Capapinha, os sobas não devem ficar estáticos, à espera do subsídio no final de cada mês, quando não prestam nenhum serviço útil à comunidade.

Job Capapinha garantiu, contudo, que pretende trabalhar com as autoridades tradicionais, por serem conhecedores dos vários problemas que enfermam a sociedade, considerando ser fundamental estabelecer um diálogo permanente com os que estão inscritos na Associação das Autoridades Tradicionais.

O governador pediu aos possíveis interlocutores que vão servir de ponte entre as autoridades tradicionais e o Governo a transmitirem as informações verdadeiras à maioria dos sobas na província, para não haver contradições e mal entendidos.

Encontro com jovens

No mesmo dia, o governador reuniu-se com representantes de organizações juvenis, tendo anunciado a retomada da realização do festival internacional de música e cultura (FestiSumbe), no sentido de devolver a dinâmica que a província granjeou.

O encontro serviu para convidar os jovens a participar de forma activa nas acções que pretende levar a cabo.

O governador lembrou que "a tarefa é longa e árdua", mas será possível se todos puderem dar as suas ideias para contribuir na edificação do Cuanza-Sul e melhorar as condições de vida das populações.

Job Capapinha pediu respeito, pontualidade, exemplo e capacidade de fazer, afirmando estar aberto para as associações ligadas às diferentes áreas da vida social, filantrópica e política para trabalharem com o Governo e ajudarem a melhorar a curto, médio e longo prazos a imagem da província.

O governador pediu igualmente aos jovens para deixarem as intrigas, fofocas e difamação, e disse que está aberto a críticas.

5.14 ADRA questiona processo autárquico com ministérios desarticulados

Jornal O PAÍS

17 De Janeiro de 2019

Texto: Norberto Sateco

A organização não-governamental angolana Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) levanta

dúvidas em relação à forma como está a ser conduzido o processo autárquico, uma vez que entende ser "clara a articulação" entre os ministérios.

As inquietações estão expressas no seu último relatório sobre Educação e Auscultação sobre o Pacote Legislativo Autárquico, em que sublinha a necessidade de o Executivo estabelecer alianças com outros sectores da sociedade no sentido da realização de determinadas tarefas, com realce para a educação sobre o processo autárquico.

O relatório, focalizado nas comunidades rurais do interior, chama a atenção para a necessidade da elaboração de um trabalho paralelo, em relação à questão "pertinente" da divisão administrativa do território nacional.

"Há que determinar uma nova organização administrativa com o surgimento de novos municípios, ou então, adopção de autarquias infra-municipais", refere o documento numa das suas passagens.

Comunas autónomas

AADRA, no seu documento, defende algumas comunas que devem ser preparadas para avançar como "entidades autónomas", mas só depois das primeiras eleições, devido à sua dinâmica económica, por um lado, e, por outro, por razões geográficas.

Este estudo concluiu junto das comunidades rurais a existência de expectativas em relação à possibilidade de resolução dos problemas com a implementação das autarquias, mas também constatou "desconhecimento, dúvidas e receios sobre as implicações para a vida das pessoas".

Em relação aos municípios que não serão seleccionados, nesta primeira fase das eleições autárquicas, a ADRA entende existir fortes receios sobre a possibilidade das segundas acontecerem, tudo por conta de experiências negativas do passado.

"Já aconteceu com o crédito, disseram que viriam para o nosso município, até hoje nunca mais falaram do assunto", afirmaram alguns dos inquiridos pelos especialistas da ADRA, durante a elaboração deste estudo.

5.15 Candidatos às autarquias devem ter aceitação social

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2019

Os candidatos do MPLA às eleições autárquicas previstas para 2020 deverão ter idoneidade, postura de lidar com a população, prestígio, aceitação moral e social.

Os requisitos foram apresentados sexta-feira pela primeira secretária do MPLA no Huambo, Joana Lina, durante uma assembleia de militantes, destinada a esclarecer os requisitos para candidaturas às autarquias.

Joana Lina apontou ainda como requisitos a capacidade de diálogo e comunicação com a população, criatividade na mobilização política dentro e fora do MPLA, ausência de antecedentes criminais, assim como conhecimento profundo da realidade do município onde vai se candidatar.

Segundo Joana Una, o candidato deverá ter igualmente aceitação, confiança, respeito, admiração, boas referências de gestor por parte dos munícipes, de forma a representar da melhor forma o partido.

A primeira secretária do MPLA informou que as listas de candidaturas deverão respeitar o equilíbrio do género, que não pode ser inferior a 40 por cento. Referiu também que 50 por cento dos concorrentes deverão ser menores de 45 anos de idade. Serão admitidos candidatos seleccionados por grupos de cidadãos.

5.16 UNITA prepara participação no poder local

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2019

Texto: Justino Victorino

A UNITA na província do Huambo espera concluir, até Junho deste ano, todo o processo de preparação para concorrer às eleições autárquicas em 2020.

O secretário provincial do partido, Liberty Chiaka, ao apresentar a agenda política da organização para 2019, garantiu que a UNITA está muito avançada no quadro do processo autárquico, razão pela qual já prepara os futuros candidatos, elaborando propostas de lei sobre a condução do processo.

A participação em debates públicos, com a presença dos potenciais candidatos às autarquias, segundo o político, faz parte da agenda do processo de preparação, em que constam ainda discussões sobre o combate efectivo à corrupção.

Liberty Chiaka, também deputado à Assembleia Nacional, referiu que a inserção do combate à corrupção na agenda para 2019 surge em virtude de se estar a desviar muitos recursos financeiros alocados a sectores como a Educação, Saúde, Agricultura e outros, sem ter uma justificação por parte dos governantes.

“A corrupção desvia recursos que seriam canalizados para a criação de riquezas, satisfazendo uma, duas ou mais pessoas. Por isso, o fenómeno corrupção é um mal a combater”, defendeu o político.

Liberty Chiaka disse que a agenda política reserva ainda acções de combate à exclusão e ao hegemonismo de grupos e revisão da Constituição da República de Angola.

A exigência inclusiva e participativa para o resgate da confiança nas instituições públicas e a realização da prosperidade e dignidade de todas as pessoas, o combate às desigualdades regionais e humanas também constam da agenda política daquele partido.

Segundo Liberty Chiaka, a UNITA vai trabalhar na mobilização dos cidadãos para a defesa do princípio constitucional da igualdade, para a realização das eleições autárquicas em 2020 em todos os municípios.

5.17 APN abre candidaturas independentes nas eleições autárquicas

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2019

Texto: Maria Custódia

O partido político Aliança Patriótica Nacional (APN), liderado por Quintino Moreira, manifesta-se disponível para receber candidaturas independentes no processo de eleições autárquicas agendadas para o ano de 2020.

De acordo com o secretário para a informação daquela agremiação política, José da Cruz, os preparativos da massa militante para este desafio já estão em curso em todo o país, com maior destaque para a formação de formadores. Assegurou também ser uma maior preocupação a reorganização das estruturas de base do partido, pelo que têm estado a manter encontros periódicos de auscultação sobre as autarquias com os seus secretariados provinciais e municipais em todo o país.

Sem lista de candidaturas oficial, em alguns círculos daquela formação política já se cogitam alguns, nomes como o de Edilson Francisco, mandatário da APN nas últimas eleições de 23 de Agosto de 2017, mesmo que este tenha adiantado a OPAIS a sua indisponibilidade. "Nestas eleições não pretendo e nem fui solicitado, dentro e fora do partido, talvez numa outra fase" disse Francisco, quadro afecto ao gabinete do presidente, para quem a lista de candidatos continua em "sigilo". "Até ao momento, ainda não temos uma lista definitiva das pessoas que serão os candidatos para concorrer nas autarquias, mas está a ser feita a selecção do pessoal e a seu tempo podemos divulgar os nomes" acrescentou o secretário para a informação da APN, José Óscar.

Entretanto, o líder Quintino Moreira, que não conseguiu nenhum assento na Assembleia Nacional nas últimas eleições, diz que uma das formas de participação activa na vida política e no aprofundamento da democracia passa pelas eleições autárquicas.

Neste mesmo período, a APN manifestou a vontade das eleições autárquicas serem realizadas em todo o país, uma proposta que vai contra a defendida pelo Governo, favorável ao gradualismo.

A Nova Democracia, a antecessora da APN, foi uma junção de partidos da Oposição e estava representada com dois acentos na Assembleia Nacional (no ano legislativo 2008 a 2012).

5.18 Sociedade civil e poder político

Jornal de Angola

24 De Janeiro de 2019

Texto: Manuel Rui

Os homens só chegam à política por viverem em sociedade. Inventarem regras de convivência até chegarem à figura do Estado, uma abstracção que configura os padrões principais de regras a que ele próprio se deve subordinar. Estamos a falar em poder concretizado pelas pessoas que determinam a execução das normas. O chamado Estado Democrático e de Direito que tanto se propala, tem vários figurinos e máscaras podendo com essa designação configurar até formas de ditadura. Todos querem passar pelo modelo da democracia que agora, cada vez mais se perverte em regimes populistas de extrema-direita. Um dia destes, via na televisão portuguesa a abertura solene do ano judicial com todas as figuras de estilo. A primeira personalidade a falar foi o bastonário da ordem dos advogados que começou logo por atacar a injustiça da justiça numa sociedade onde há justiça para ricos e outra para pobres que nem sequer têm possibilidades económicas para pagar custas judiciais e tão pouco honorários de advogados. Lembrei-me, de bom humor, que um antigo primeiro-ministro português havia mandado fazer uma cadeia para ricos... que acabou habitando a mesma e que, ainda Vara, um artista que correu ministérios, secretarias de Estado e até foi o manda-chuva da maior instituição bancária do Estado, a Caixa Geral de Depósitos, de sua graça Armando Vara, acabou em cana e recentemente foi habitar a "residencial Sócrates" onde não há motins dos presos nem greves dos guardas penitenciários. Este intróito era para lembrar que, entre nós, na abertura do ano judicial não se viu o bastonário da nossa ordem dos advogados na correspondência de um passado-próximo em que o poder folclorizava e adormecia as organizações da sociedade civil e se "blindava," em formas de nomenclatura e agitação e propaganda mascaradas de espontâneas com gasosa, camisola e boné. Esta era a sua "blindagem."

No quadro actual, tendo ainda em vigor uma Constituição escrita para uma pessoa, portanto antidemocrática, é necessário que o poder se fundamente no saber cientificamente organizado e na sociedade civil com voz activa. Mas é o poder que tem que "dar a mão" à sociedade civil? Nada. A sociedade civil votou. Então as ordens como a dos

advogados ou médicos, pelo contrato social devem tomar as suas iniciativas. A ordem dos advogados deve estar atenta a toda a produção legislativa, produzir um boletim que defenda os valores da democracia que queremos, com estudos, teses e similares, congregando a classe indispensável à justiça. Lembremo-nos dos advogados icónicos que defenderam os nacionalistas que foram para o campo de concentração do Tarrafal. A ordem dos médicos deve trazer a público a situação sanitária do país "descomercializando" esse valor público que é a saúde do nosso povo. Também a dos arquitectos, a dos ambientalistas, etc. Depois, é preciso fazer acordar as associações académicas, as eleições de reitores e juizes superiores eleitos pelos seus pares. E não esquecer as organizações sindicais e patronais. Em suma, é preciso transformar um terreno esburacado numa pirâmide.

E é preciso caminhar para a sociedade do mérito, a meritocracia. Mesmo Salazar, fascista, na sua constituição e no que respeitava ao Conselho de Estado, para além das figuras institucionais, acrescentava "dez homens públicos de superior competência... que ia buscar à universidade, casa do saber cientificamente organizado. Quer dizer, cabolas não ia para lá.

Comunicacionalmente falando não podemos perdermos em resgates sem sequer se dizer quais são os valores a resgatar. Devemos olhar para os prejuízos que a nomenclatura hierarquizada trouxe à África do Sul ao mesmo tempo admirando a clareza com que Nzuma foi condenado só por uma ninharia para obras na sua residência. Aqui nem dava para reparar em quatrocentos mil ao que parece. Num tempo em que ainda ontem vi na televisão as fotografias dos vinte e seis homens mais ricos do mundo que têm mais dinheiro do que metade da humanidade, aliás em todos os países, até em Portugal se sabe o nome dos Amorins e outros entre os mais ricos, aqui, ainda não se apresentou uma lista não é dos mais ricos mas dos que enriqueceram sem causa ou dos que colaram os dedos ao dinheiro do povo. Mais uma razão para a sociedade civil ser a base em que assente a pirâmide do poder político. Num momento em que anda no ar, como não podia deixar de ser, a vitimização das bruxas que ninguém caça porque a Ministra do ambiente luta contra os caçadores furtivos, parece ficar claro que cabe à sociedade civil "blindar" o presidente que nos tirou a vergonha de um passado próximo de que ninguém quer vingança mas pura e simplesmente que não se repita, agora que o Congo Democrático parece que vai andar e melhoramos vizinhança e... na Melói, na maior instituição bancária do Estado, passaram anos com auditorias negativas, mesmo assim os

administradores distribuíam prémios a si próprios e agora, após uma grande auditoria vem ao de cima um enorme buraco. Pois é! Lá como cá más bruxas há, erro, onde escrevi bruxas leia-se fadas...

5.19 Deputados começam a discutir autarquias em Fevereiro

Novo Jornal

25 De Janeiro de 2019

Texto: Borralho Ndomba

Os deputados à Assembleia Nacional podem, a partir do mês de Fevereiro, iniciar as discussões sobre a institucionalização das autarquias no país, cujas primeiras eleições estão marcadas para o próximo, apurou o Novo Jornal.

O porta-voz do Parlamento, Raul Lima, anunciou na quarta-feira, 23, durante o início da segunda sessão plenária ordinária da IV Legislatura da Assembleia Nacional que o Pacote Legislativo Autárquico já deu entrada na casa das leis.

Para além da Proposta de Lei sobre a Implementação do Poder Autárquico, de iniciativa do executivo, também está no gabinete do presidente daquele órgão, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o projecto da UNITA, disse a este jornal o deputado e porta-voz do partido do «Galo Negro», Alcides Sakala.

Com o término das últimas plenárias, onde foram aprovados o novo Código Penal, a Lei sobre a Liberdade de Religião, Crença e Culto, Lei sobre o Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros na República, a proposta de lei que aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, bem como a Lei de Autorização Legislativa, que autoriza o Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo, a legislar sobre os Princípios Gerais Relativos à Organização e Aplicação da Estrutura Indiciária das Tabelas Salariais e dos Subsídios ou Suplementos Remuneratórios da Função Pública, a Assembleia está em condições de poder iniciar os debates que vão dominar o ano político, segundo as formações partidárias.

"Penso que, dentro de mais alguns dias, a agenda dos debates será conhecida, quando se for preparar a próxima reunião plenária do mês de Fevereiro teremos a indicação de quando será apreciado este pacote", explicou Alcides Sakala, assegurando que tudo está a depender da agenda de Fernando da Piedade Dias dos Santos.

A UNITA também remeteu a sua Proposta de Lei sobre as Autarquias, mas estas matérias todas vão merecer atenção dos líderes parlamentares depois de ser agendadas. Depende um pouco do programa do presidente [da AG]", disse.

Entretanto, apesar das discussões não começarem no Parlamento, os partidos políticos continuam a trabalhar em prol do poder local.

A preparação para a implementação das autarquias pela primeira vez no país está a ser marcada com a realização de várias conferências sobre o assunto, promovidas pelas academias, organizações da sociedade civil e também do próprio partido.

A UNITA, o maior partido da oposição, está desde os últimos meses do ano passado a formar os seus primeiros autarcas.

Por seu turno, o MPLA, que suporta o governo, está a informar aos militantes os perfis dos candidatos para as eleições autárquicas do próximo ano.

No sábado passado, 19, segundo o site oficial do partido dos «Camaradas», a primeira-secretária do Comité provincial do Huambo do Partido, Joana Lina, anunciou que o candidato "do MPLA às eleições autárquicas de 2020 deverá ser idóneo, ter boa postura para lidar com a população".

5.20 Poder local licencia pequenos negócios

Jornal de Angola

31 De Janeiro, 2019

Texto: Victorino Joaquim

Cerca de mil unidades de produção são licenciadas pela Administração Municipal de Cacuaco, no quadro da transferência de competências do Ministério da Indústria para os Órgãos do Poder Local do Estado, soube ontem o Jornal de Angola.

A informação foi obtida durante uma acção de formação de agentes públicos dos sectores do Comércio, Indústria e Recursos Minerais no domínio da descentralização e desconcentração de competências, onde o director do Comércio de Cacuaco, Cremildo Eduardo, indicou que a perspectiva é a de licenciar mil unidades de produção de pequena dimensão como oficinas de serralharias, carpintaria, alfaiatarias, sapatarias e moagens.

Cremildo Eduardo avançou que a Administração Municipal de Cacuaco também prevê licenciar 200 unidades de média dimensão, "uma vez que já existe

igual número de solicitações, principalmente de panificadoras”.

O director do Comércio de Cacuaco considerou que, com a transferência de competências do Ministério da Indústria para os governos provinciais e administrações municipais, os serviços de licenciamento e de inspecção ficam mais próximos dos cidadãos, facilitando a obtenção do documento.

A acção de formação, disse, é importante por permitir que os agentes do poder local envolvidos desempenhem da melhor maneira a tarefa de licenciamento das actividades económicas.

A transferência de competências do Ministério da Indústria para os governos provinciais e administrações municipais teve início em Outubro, com assinatura de um memorando entre o Ministério e o Governo Provincial de Luanda, no quadro da preparação das primeiras eleições autárquicas em Angola, antes de 2022.

De acordo com o memorando, as administrações municipais passam assumir as responsabilidades de emitir as declarações de exclusividade (isenção de pagamento tributário), inspeccionar e licenciar os estabelecimentos comerciais e unidades de produção de menor dimensão, o que no caso das unidades de produção e estabelecimento comerciais de maior dimensão fica sob a responsabilidade do Ministério da Indústria.

O Governo já apontou o objectivo de descentralizar competências para as administrações municipais, nomeadamente na gestão dos sectores da educação, da saúde e da conservação e manutenção de estradas.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Cobrança de IPU este mês

Jornal Economia e Finanças
4 De Janeiro de 2019

A cobrança 1ª prestação ao Imposto Predial Urbano (IPU) decorre desde o dia 1 deste mês e vai até 31. Esta contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

De acordo com o comunicado da AGT, os contribuintes devem dirigir-se à repartição fiscal da área de localização dos imóveis e caso pretendam pagar em duas prestações, deverão repetir o processo durante o mês de Julho.

"Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à inscrição. Sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente, memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato (promessa) de compra e venda, ou ainda termo de quitação: Porém, a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar posteriormente", lê-se.

A AGT ressalta que imóveis com valor patrimonial até cinco milhões de kwanzas, desde que não arrendados, estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de imposto de (0.5%).

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários determinados factores, nomeadamente, localização, idade do imóvel, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel. Caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

6.2 Predial Urbano pago até ao fim deste mês

Jornal de Angola
4 De Janeiro de 2019

A Administração Geral Tributária anunciou ter iniciado quarta - feira a cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (OPU) de 2019, uma contribuição anual paga até 31 de Janeiro ao Estado pela posse ou usufruto de apartamentos, moradias ou terreno.

Numa nota de imprensa enviada ao Jornal de Angola, a AGT pede que os contribuintes façam o pagamento na Repartição Fiscal das áreas em que estão localizados os imóveis a tributar e que, caso pretendam pagar em duas prestações, devem repetir o processo durante o mês de Julho.

A nota esclarece que o imposto incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento. Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração do Modelo 5 do IPU, para o inscrever.

A nota refere que os imóveis com valor patrimonial até cinco milhões de kwanzas, desde que não arrendados, estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de imposto de 0,5 por cento.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários uma descrição da localização, idade do imóvel, disponibilidade de serviços como a água, luz e saneamento básico e ainda área de construção do imóvel.

Segundo a AGT, a conjugação destes aspectos determina o resultado da avaliação que pode ser acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas. A nota informa que, caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

6.3 Elaboração de planos directores' municipais é a meta

Jornal Economia e Finanças
4 De Janeiro de 2019

Os s governos provinciais deverão elaborar até o final deste alto, pelo menos três Planos Directores Municipais. A orientação está plasmada nas recomendações saídas do 11 Conselho Consultivo do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH), realizado em Dezembro último, na província do Cunene, a que o JE teve acesso.

O evento que teve como lema "Ordenamento do território, factor de desenvolvimento sustentável", recomendou os governos provinciais a orientar as administrações municipais sobre a importância dos instrumentos de ordenamento.

"As administrações municipais que já tenham domínio devem começar a sua implementação", destaca o documento do Minoth.

A fonte adianta que o governo provincial do Cuando Cubango deve priorizar a elaboração do Plano Director Municipal nos quatro municípios que não estão abrangidos pelo plano inter-municipal da região do Okavango. Os governos provinciais do Huambo, Bié, Huíla e Malanje devem submeter os planos de ordenamento já aprovados pelos municípios e províncias, ao Minoth "o mais tardar até o início do mês de Março de 2019".

As províncias cujos pareceres sobre os planos ainda não foram emitidos, devem trocar experiência com a província de Benguela sobre a matéria.

Metas estabelecidas

Os governos provinciais devem estar comprometidos com o alcance das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, referentes ao sector para o ano de 2019.

Foi recomendado ao governo provincial do Bengo aprovar 10 instrumentos a nível municipal e provincial.

Quanto ao governo provincial de Cabinda deverá dar início aos trabalhos preparatórios que visarão a elaboração do Plano Director do Município de Cabinda.

Dado o grau de desenvolvimento do subprograma dos 200 fogos na província do Cunene, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação dará apoio ao processo de infra-estruturação.

O governo provincial da Lunda Norte deverá enviar o Plano Director Municipal do Chitato ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

Para a Lunda Sul, o Minoth recomenda a Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (DNOTU) a trabalhar com o governo local em relação aos planos de ordenamento dos municípios de Saurimo e Dala.

Para a província costeira do Namibe, o encontro recomenda ao governo local para de forma urgente elaborar os Planos Urbanos da zona envolvente das centralidades, ainda que sejam apenas planos de loteamento. Ainda para a província destaca-se a urgência na implementação de um programa de arborização nas centralidades da Praia Amélia e 5 de Abril, além de e incentivar a reflorestação da província para mitigar o problema da desertificação.

Ao secretário de Estado para o Ordenamento do Território foi recomendado trabalhar com o governo provincial do Namibe para elaborar o Plano Director Municipal de Moçamedes.

Ao Uíge foi recomendado a identificação de uma área onde se dará início o projecto-piloto para a construção de habitações e equipamentos sociais com matéria-prima local.

6.4 Catambor, um bairro com vista privilegiada

Jornal de Angola
6 De Janeiro de 2019
Texto: César André

A circunscrição, que surgiu nos anos '30 do século passado, com a construção de umas quantas casas de chapas de tambores e pau -a - pique, foi mais tarde cercada por prédios e vivendas modernas, de tal modo que ficou transformada num pequeno gueto. Reza a história que as primeiras populações que habitaram o bairro eram provenientes das regiões da Kibala e de Calulo, no Kuanza-Sul. Eram gentes que se dedicavam ao trabalho da serração, entre outros ofícios.

"Como naquela altura os brancos vendiam vinho de barril, as populações aproveitavam as madeiras, que se chamavam "aduelas", e construíam as suas casas. Para além desse material aproveitavam os tambores vazios de duzentos litros para construírem as suas residências. Dai veio o nome Catambar", diz Bernardo Alfredo, morador do bairro há 58 anos. A partir dos anos '50 o bairro começou crescer. Naquela altura não havia casas de blocos. As casas

eram mesmo feitas de aduelas, adobe e chapas provenientes dos tambores de duzentos litros.

Bernardo Alfredo conta que houve cidadãos, naquela altura, que com as chapas de tambor de duzentos litros conseguiam construir casas de dois quartos e sala, com quintal vasto.

Nascido nos anos '30, na área onde morou o velho António Kiuma, o bairro foi se alastrando para a zona do Saber Andar, onde se situam os prédios da Escola de Dactilografia Gutemberg. Dividido por duas zonas - Catambor de Cima e Catambor de Baixo - o bairro que invadiu a cidade do asfalto (há quem diga precisamente o contrário), teve sempre os Armazéns Mulembeira como principal referência histórica. Os referidos armazéns dão directamente para a ex-Avenida Lisboa, hoje Revolução de Outubro. A infra-estrutura comercial, que foi propriedade do comerciante português senhor Machado, comercializava nos tempos de outrora bens de primeira necessidade, para benefício das populações locais e dos bairros adjacentes. O empreendimento, que tinha como fiel de vendas o senhor Armando, também de nacionalidade portuguesa, era uma das grandes referências do musseque Prenda.

Existiam no Catambor outros comerciantes influentes, como foram os casos do Mário Carvalho, Coelho, Ferreira, Abílio, Só Manuel, Tomaz e Sapateiro Mais Rápido' que tinham as suas pequenas lojas.

Das referências do Catambor de Cima não é tudo. Havia, no lado oposto aos Armazéns Mulembeira, os velhos António Piçarra (pai do cartoonista Sérgio Piçarra), António Camões e o cota Menezes, vulgo "Tio Fodido", homens ligados ao saber e às artes e que transmitiam bons ensinamentos à juventude.

O velho Cordeiro da Piedade' antigo funcionário da Junta Autónoma de Estradas de Angola (JAEA), pai de Lito Mbunbu, um destacado oficial superior da Polícia Nacional, da Naty e tantos outros, foi também referência na circunscrição.

Só Pinto, português que tinha uma loja no bairro, bem como a família Cabulo, eram igualmente referência. O senhor Tomé, um são-tomense que se instalou na área nos anos' 60 e que ganhou visibilidade e fama devido à grande macieira que tinha no seu quintal, são outras figuras de realce na história do Catambor.

O senhor Vasco, que fabricava anéis de ouro, a Dona Nonó e o senhor Cambinda, este último um dos primeiros e mais influentes enfermeiros da

circunscrição, foram igualmente figuras proeminentes do bairro.

No que concerne ao comércio não é tudo. O bairro tinha também a Dona Boneca, mãe do Justo, uma luso-angolana que comercializava gelados deliciosos. Ela chegou mesmo a ser considerada a "coqueluche" da circunscrição.

Mesmo com uma ferida na perna direita, Dona Boneca tinha tanta paciência que conseguia "aturar" os garotos que iam à sua residência para degustar os gelados competentemente confeccionados por ela. Os adolescentes chegavam mesmo a dizer que os gelados eram bastante deliciosos devido às crostas da ferida da Dona Boneca. Brincadeira de crianças. Havia garotos que saíam propositadamente dos bairros circunvizinhos e se deslocavam ao Catambor para comprar os gelados, com todos os riscos que isso acarretava devido à perigosa travessia da Avenida Lisboa.

Os garotos do bairro, além dos gelados, gostavam de "assaltar" os quintais com gajajeiras e macieiras, estas últimas do tipo que dava as maçãs da Índia.

Soba contestado

Manuel Kiuma, outra das grandes referências do Catambor, viria a tornar-se soba do bairro, título que entretanto foi bastante contestado. "Quem deveria ser soba do bairro é o senhor Benedito ou Milito, que são naturais de Luanda, e não ele que veio de Calulo. O título foi-lhe atribuído por questões políticas", afirma peremptoriamente o cidadão Alfredo Ferreira.

A reportagem deste caderno apurou que a atribuição do título de soba do bairro Catambor a António Kiuma deveu-se à sua participação activa, nos anos '60, na luta de libertação contra o colonialismo português.

Proveniente de Calulo, província do Kuanza-Sul, António Kiuma instalou-se no Catambor nos anos '70, tendo residido na casa do comerciante luso senhor António, que posteriormente passou a ser a cooperativa do bairro. As cooperativas então eram lojas onde os populares faziam as suas compras, através da exibição de um cartão - o cartão de abastecimento. Com o andar do tempo esta infra-estrutura passou a ser pertença da Organização da Mulher Angolana, tendo-lhe sido atribuída a denominação Maria da OMA.

Ainda está em vida a Dona Esperança Teles, 94 anos, uma participante activa na luta de libertação nacional. A anciã é mãe do falecido índio, que foi piloto da Força Área Nacional de Angola, do Mário Ebo, do

Timena e do Zito, este último antigo guarda - redes do Clube Desportivo Os Perdidos.

A memória dos mais velhos ainda guarda muitas histórias ocorridas no bairro. A rapaziada de outrora não se sentia à vontade por causa das rugas que eram efectuadas por homens comandados por um agente muito temido da PIDE/DGS que se chamava Galo.

"Nas nossas brincadeiras aqui em cima, no morro da Maianga, a apreciar o autocarro do munhungo (de primeiro andar) a descer a Avenida Lisboa, éramos sempre surpreendidos pelo Galo em cima do seu jeep, que vinha para nos prender, mas a nossa sorte é que tínhamos sempre protecção", conta Alfredo Ferreira.

Nessas rugas os agentes da polícia portuguesa encontravam muitas dificuldades para prender e levar o cidadão nacional Ernesto Caires, por causa da sua enorme corpulência e resistência. "Uma vez aconteceu que a polícia teve mesmo que pedir reforço para prender e levar o Ernesto Caires, que morava ali na área do Catetão, loja de um comerciante português", acrescentou Alfredo Ferreira.

Nos bailes de quintal era notável a presença da polícia portuguesa, ainda que muitas vezes disfarçada. A rapaziada desconfiava do senhor Mayaya, um exímio jogador de totobola e que era suspeito de colaborar com a polícia. "Com o andar do tempo viu-se afinal que ele não era nada disso, ele não tinha nenhuma influência", destaca o antigo morador.

José Segunda, o primeiro escuteiro negro a nível de Luanda, e João Manuel Melão, estudante destacado, eram as principais referências da juventude no Catambor. Para quem sobe a avenida que é hoje a Revolução de Outubro, no seu lado esquerdo ficavam as lavras das famílias portuguesas que viviam mais acima no bairro. Entre 1973 e 1974, no período que antecedeu a independência, as suas casas viriam a ser invadidas por populações provenientes de Nambuangongo.

"Bri Bri" curandeiro de fama

Esta zona (Catambor de Baixo) tem como principal referência a área do "Bri Bri", uma rua e largo que separa o Catambor e o bairro Alvalade.

"Bri Bri", pseudónimo de Francisco António, era um bakongo que se instalou no Catambor nos anos '60. Era médico tradicional e os seus serviços eram muito solicitados. "Havia pessoas de classe alta que procuravam o velho e que saíam da sua casa feliz, pelo facto de verem resolvida a sua patologia",

testemunha Francisco João, um veterano do bairro Catambor.

Na residência do "Bri Bri", que era Irmão mais velho do conceituado músico Paulino Pinheiro, que cantou o célebre terna "Helena Nangai", tinha uma madeira onde nos tempos livres os adolescentes gostavam de arremessar pedras para se apoderarem das maçãs da Índia. "Como garotos que éramos não unhamos medo de nos saciar com as maçãs deliciosas da árvore do quintal do Bri Bri, mesmo sabendo que ele era curandeiro", conta Conceição Cambundo.

"Bri Bri" deixou 27 filhos e sempre teve uma boa relação com os mesmos, dentre os quais sobressai o Franco, que reside actualmente num dos prédios adjacentes à Clínica Girassol e que herdou o apelido do pai (Bri Bri).

De maçãs da índia não é tudo. Havia também no Catambor de Baixo, próximo a casa do velho Graça Paquete, a gajadeira do velho João Catete, cujos frutos (gaiatas) atraíam muita rapaziada, e não só.

Morro poetizado e cantado

Pelo emblemático bairro situado no morro da Maianga que foi poetizado pelo grande poeta Mário António e musicado por Rui Mingas passaram figuras proeminentes como Bata, Adão Francisco, Carlos Bulíca, Mário Maventa, Sá de Carvalho, Caetano Júnior, Nando Portugal, Sérgio Piçarra, Lito Mbunbu, Jorge, Jesus, irmãos Paquete, Camões, Matuaia, Coraque, Bernardo Alfredo, Ventura João Cambundo, Joaquim Ambriz... Só para mencionar alguns.

João Francisco "Giba", um dos veteranos do bairro, diz guardar boas recordações do antigamente. "Naquela altura havia aqui, para quem vai para a área do Saber Andar, um morro grande de argila onde nós, a garotada, brincava de escorregadinha. Depois de cansado dirigíamo-nos à loja do Manga Curta para comprarmos biscoitos".

No largo do "Bri Bri" havia uma estrada que dava acesso aos Armazéns Mulembeira, onde o carro de pão circulava para deixar o produto no depósito. Esta rua hoje está completamente fechada devido à construção desordenada.

De recordações dos anos '70 não é tudo. Na famosa rua do "Bri Bri" Segundo João Francisco "Giba", os garotos gostavam de andar de trotineta e jogavam à bola de trapos no campo de futebol próximo a casa do velho Alves, um local onde parava muito o senhor Chico Boteça, um indivíduo com notórias perturbações mentais. Para "sobreviver", Chico Boteça passava o dia a pedir esmola aos transeuntes e

gostava de esconder os valores arrecadados num buraco que ele próprio fazia ali bem perto do campo. No entanto, quando os garotos se apercebessem de tal gesto, levavam todo o dinheiro e iam comprar bolo "mata fome", quifufutla e refrigerantes Mission, Pepsi Cola, Kuique e de outras marcas da época.

No centro da diversão

No Catambor de Baixo, quando os garotos entendessem deliciar-se com bróas não hesitavam em "invadir" a casa da Dona Ester, uma famosa profissional de pastelaria que morava no final da rua do "Bri Bri", para quem vai à zona das bananeiras.

Na época havia também, no bairro, influentes funcionários públicos que transmitiam aos seus filhos as boas práticas de convivência. Deles destacam-se os senhores António Neto, António Cassumba, Domingos Matuaia, António Biscoito, João Cambundo, João Catete, Evaristo (pai do Pindó), Graça Paquete ("Fala Barato"), Mayaya, Cardoso de Cima (pai do Coraque), Cardoso de Baixo (pai do Pilili) e tio Simão, pai do jornalista Sá de Carvalho.

"No tempo colonial o bairro tinha apenas uma escola do ensino primário", diz Francisco João "Giba", que foi por duas vezes colega do falecido coraque. Primeiro na escola 284 e depois, já no pós independência, na escola Comandante Nzaji, das ex-TGFA.

No Catambor, quando se tratava de farras todos os caminhos davam para o único salão de festas, denominado Mundo Jovens, local onde os jovens, atraídos pelos sons quentes da música, tinham Adão Francisco (actualmente funcionário da TPA) e Perry, como os seus DJs. A diversão ia até a madrugada.

O Mundo Jovem, propriedade de Adriano João Francisco, era de terra batida e havia vezes que os passistas tinham de ser interrompidos por alguns minutos, para se borrifar o chão devido à poeira levantada na pista de dança. O salão era muito concorrido, razão pela qual recebia boémios de latitudes que fazem fronteira com o bairro, como são os casos do Kassenda, Prenda, Margoso, Chabá e do antigo bairro Salazar, hoje Mártires de Kifangondo.

Durante os bailes no Mundo Jovens registavam-se muitos aconchegos, não poucos dos quais levaram a casamentos que ainda hoje perduram. "Os jovens que viviam no Prenda, e não só, quando frequentavam o salão apaixonavam-se pelas nossas irmãs, chegando mesmo a casar com elas", garante João Francisco "Giba".

No que diz respeito à recreação desportiva o bairro contava com a equipa de futebol "Os Perdidos",

onde despontaram craques da bola como Ernesto Caires, Canhoto, Kinito, Man Zito, e tantos outros.

A equipa dos Perdidos trouxe muitas alegrias aos habitantes da circunscção, sobretudo no confronto directo com as equipas do Prenda, Margoso, Samba Grande e Samba Pequena.

O bairro tem um outro referencial, um monumento construído pelo governo colonial nos anos '50, bem próximo do canal de drenagem de águas pluviais do rio seco. Chama-se Cacimba do Catambor e foi erguido nas imediações da Escola 284. Mas o Catambor nasceu sem licença de construção, sem planos de urbanização, sem sistemas de distribuição de água e luz e sem esgotos. Apesar da ausência de saneamento básico o bairro sempre gozou das facilidades do casco urbano. As puxadas ilegais de energia e água minimizaram sempre as dificuldades dos moradores.

Muitos destes consideram o seu bairro um lugar bom para viver, porque está próximo do centro da cidade. Apesar da existência de apenas três escolas primárias e um posto médico, os moradores, de um modo geral, estão bem com o seu bairro. Lá, quando chove, não se registam águas paradas.

"Infelizmente muitos Jovens locais hoje em dia demonstram falta de Interesse pelos estudos", diz César Paquete, para quem o desemprego e a falta de instrução constituem os grandes factores que condicionam o desenvolvimento do bairro.

A delinquência, essa, tem abalado nos últimos anos os moradores. Dos crimes registados na localidade ficou na memória de muitos o cometido por um grupo de 15 jovens armados que matou a tiro o cidadão de nacionalidade costa-marfinense identificado por Bakari, durante um assalto à sua residência.

Outros crimes, de pequena dimensão, são os roubos de telemóveis e de fios de ouro, feitos na sua maioria num beco próximo de uma casa que comercializa gelo, nas imediações dos Armazéns Mulembelra.

6.5 Construção de moradias sociais está na prioridade do Fundo Habitacional

Jornal de Angola

8 De Janeiro de 2018

Texto: Carla Bumba

O Fundo de Fomento Habitacional (FFH), que, por força de um Decreto Presidencial, substituiu o

extinto Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH), vai trabalhar na resolução das situações de carência habitacional das famílias pertencentes aos segmentos de rendimento baixo.

A informação está no Decreto Presidencial número 297/18, publicado no Diário da República a 14 de Dezembro do ano passado, que aprova o Estatuto Orgânico do Fundo de Fomento Habitacional, extingue o Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional e revoga o Decreto número 54/09, de 28 de Setembro, o Decreto Presidencial número 301111, de 7 de Dezembro, o Decreto Presidencial número 329/14, de 29 de Setembro, e o Decreto Presidencial número 168/15, de 25 de Agosto, e toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

A resolução das situações de carência habitacional das famílias pertencentes aos segmentos de rendimento baixo é uma das cinco alíneas do ponto número dois referente ao artigo 22º, que trata da "Política de aplicações" do Fundo de Fomento Habitacional.

No ponto número um lê-se que, para eficaz prossecução das suas finalidades, a política de aplicação dos recursos do Fundo de Fomento Habitacional deve ser orientada pelos princípios e critérios definidos no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

O Fundo de Fomento Habitacional vai estimular a construção privada, em subordinação ao interesse público, concertar a intervenção do Estado com entidades privadas do sector empresarial, cooperativo e associativo e reinvestir as receitas geradas em acções concretas de promoção da Política Habitacional do Estado. Entre as atribuições do Fundo de Fomento Habitacional estão assegurar, em representação do Estado, a titularidade dos projectos habitacionais ao abrigo do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação ou adquiridos com recurso aos activos do Fundo de Fomento Habitacional, fazer a venda dos imóveis que são colocados à sua disposição pelo Executivo com essa finalidade, sem prejuízo da faculdade de poder terciarizar esse serviço, e assegurar as intervenções de natureza financeira no sector da habitação da competência do Estado, financiando as actividades de promoção, urbanização, construção e gestão das habitações, em especial as habitações de carácter social.

Receitas do Fundo

Coordenar e preparar, em conjunto com o Instituto Nacional de Habitação, as medidas de política financeira do sector; contribuir para o financiamento de programas habitacionais de interesse social,

promovidos pelos sectores públicos, cooperativo e privado, e avaliar os custos do sector público na execução da Política Nacional da Habitação estão também entre as atribuições do Fundo de Fomento Habitacional.

O Fundo de Fomento Habitacional pode realizar todas as operações necessárias à prossecução das finalidades para o qual foi criado, como a aquisição, a título gratuito ou oneroso, de direitos e obrigações' bens móveis e imóveis, assim como participações sociais em sociedades que tenham como objecto a promoção habitacional, a construção ou urbanização ou ainda a gestão de habitação em especial a de carácter social.

As receitas do Fundo de Fomento Habitacional são constituídas pela dotação inicial de capital, pelas receitas provenientes das vendas e do arrendamento do Parque Habitacional do Estado, por dotações, transferência ou subsídios anuais provenientes do Orçamento Geral do Estado, por rendimentos brutos da aplicação dos recursos, por doações de qualquer espécie e por outros recursos que legalmente lhe venham a ser atribuídos. Revertem a favor da Conta Única do Tesouro 30 por cento das receitas provenientes das vendas e do arrendamento do Parque Nacional do Estado.

A estrutura orgânica do Fundo de Fomento Habitacional é integrada por um Conselho de Administração, um Conselho Técnico Consultivo e um Conselho Fiscal. O Fundo de Fomento Habitacional vai durar por tempo indeterminado, sem prejuízo da possibilidade da sua liquidação, sempre que circunstâncias excepcionais o justifiquem. A dissolução do Fundo de Fomento Habitacional opera-se mediante uma lei, que estabelece os termos e as condições em que se deve processar, em especial, quanto à afectação do seu património.

Para cada ano económico, o Fundo de Fomento Habitacional deve preparar o seu plano de actividades e o orçamento' lê-se no Decreto Presidente, cujo documento menciona que os projectos de planos e orçamentos anuais devem ser elaborados com respeito aos pressupostos macroeconómicos e demais directrizes globais ou sectoriais formulados pelo Executivo.

A Execução do orçamento do Fundo de Fomento Habitacional deve respeitar a natureza e o montante das verbas previstas para as actividades, a conta dos fundos públicos, das disponibilidades destinadas pelo Orçamento Geral do Estado e de outras fontes.

Notificados moradores com rendas em atraso

O Fundo de Fomento Habitacional convocou, por via do Jornal de Angola, 76 moradores da Cidade do Kilamba para comparecerem nas suas Instalações, até ao dia 18 deste mês, a fim de regularizarem as rendas em atraso.

Os 76 moradores, cujos nomes estão numa convocatória publicada na edição de ontem do Jornal de Angola, devem comparecer nas Instalações do Fundo de Fomento Habitacional, localizadas na Rua Rainha Ginga, número 73, edifício sede do BCI das 8h00 às 15h30.

Os convocados são beneficiários de habitações atribuídas pelo Fundo de Fomento Habitacional na Centralidade do Kilamba. Quando se dirigirem ao Fundo de Fomento Habitacional devem fazer-se acompanhar do contrato promessa de compra e venda celebrado com o Fundo de Fomento Habitacional, comprovativos de pagamentos efectuados (extracto bancário e outros comprovativos), Bilhete de Identidade e o Número de Identificação Fiscal (NIF).

6.6 Sérgio Luther promete dar mais atenção aos musseques

Jornal de Angola
9 De Janeiro de 2019
Texto: Carla Bumba

O novo governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova Joaquim, prometeu ontem dar mais atenção aos subúrbios, musseques ou zonas periféricas, por concentrarem a maioria da população.

Sérgio Luther, que discursava no acto de passagem de pastas com o ex-governador, Adriano Mendes de Carvalho, defendeu, igualmente, que "o poder real de governar Luanda deve ser entregue aos municípios e distritos".

No acto presidido pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, o novo responsável máximo do "Palácio da Mutamba" instou as administrações municipais a assumirem o papel de estarem, em primeira instância, ao serviço do cidadão.

"É legítimo e normal que o cidadão de Luanda entenda que a solução dos seus problemas está no Governo Provincial ou mesmo no senhor governador provincial", admitiu Sérgio Luther, defendendo no entanto que "temos que trabalhar juntos para inverter, paulatinamente, esta visão consolidada".

O mais novo governador na história de Luanda - tem apenas 38 anos - manifestou confiança aos administradores municipais e distritais e pediu que trabalhem juntos com respeito mútuo, disciplina, humildade, organização, muito sacrifício, sem arrogância, vaidade, intrigas e calúnias, mas com muito diálogo, respeitando a crítica construtiva.

Quem assim não o fizer, avisou, estará a autoexcluir-se do grupo de trabalho. "A população de Luanda merece esta nossa dedicação e vai nos apoiar se agirmos desta forma, com inclusão, isto é, sem olhar para outros factores de diferença social que possam existir", defendeu.

6.7 Buila inicia processo de levantamento dos candidatos à centralidade da Quilemba

Jornal O PAÍS
9 De Janeiro de 2019
Texto: João Katombela

Luís Nuno afirmou que numa primeira fase serão entregues cerca de 800 casas do tipo T3 e T4, das 11 mil que compõem este projecto habitacional.

Recentemente o vice-governador da Huíla para o sector técnico e infra-estrutura, Nuno Mahapi Ndala, em entrevista concedida a O PAÍS, informou que o Governo da Provincial já deu início ao processo de levantamento dos candidatos às habitações da Quilemba.

O governante explicou que o referido processo consiste na catalogação dos funcionários públicos dos vários departamentos ministeriais, com realce para a Saúde, Educação, Defesa e Interior.

Nuno Ndala disse que a prioridade nesta primeira fase recai para os quadros da função pública, sobretudo os que têm as suas residências em locais de risco, acrescentando que até ao momento já foram cadastrados mais de 3 mil candidatos.

"Foi feito um levantamento a nível dos organismos públicos, que era para ver qual era, de facto, o interesse real da função pública, para podermos trabalhar com os indicadores. Concluiu-se que a Educação foi a que mais solicitou, seguida da Saúde, Forças Armadas e a Polícia", disse.

Prioridades

Adiantou que, numa primeira fase, pretende-se atender os funcionários públicos que habitam em zonas de risco.

"Enquanto Governo Provincial, temos a missão de proteger os interesses da função pública no que toca à aquisição de moradias, outras empresas e demais pessoas poderão fazê-lo directamente coma entidade gestora", explicou.

Dilatar prazo de pagamento para reduzir despesa

Um dos principais problemas apontados em alguns debates públicos no que toca às políticas de comercialização das residências nas várias centralidades do país é o prazo de pagamento e a sua renda mensal.

Uma nota distribuída no ano passado pela IMOGESTIM aos órgãos de Comunicação Social dava conta de que os preços variavam de acordo com a tipologia de cada habitação, cujo processo de comercialização teria acontecido ainda o ano passado. Segundo a mesma nota, a que este jornal teve acesso, teriam sido vendidas cerca de 840 habitações, sendo 156 apartamentos e 68 vivendas do tipo T3 isoladas.

No que toca aos preços, os apartamentos do tipo T3 serão comercializados a um preço de 9 milhões e 960 mil Kwanzas, ao passo que as vivendas do tipo T3, isoladas, poderão custar 13 milhões e 280 mil kwanzas.

Manutenção dos preços

Nuno Ndala garantiu que os preços não serão alterados, no entanto, o Governo Provincial da Huíla tem estado a trabalhar no sentido de se alargar o prazo de pagamento de 20 para 30 anos, de forma a se reduzir a despesa mensal de cada família. "Se nós conseguirmos junto do Governo Central alargar os prazos de pagamento destas residências, poderemos também reduzir o valor que cada cidadão poderia pagar num prazo de 20 anos". Acrescentou que o processo de entrega das primeiras 800 moradias, vai ser feito de forma faseada, sendo que até Dezembro serão entregue as 11 mil casas.

6.8 Proibida a circulação de mini autocarros na Centralidade do Kilamba

Jornal Visão

11 De Janeiro de 2019

Texto: João Salvador

Agastados com a decisão, os taxistas sustentam que, estão a ser proibidos de exercerem uma actividade que dura há mais de oito anos naquele local, quando foram autorizados pela administração.

Segundo os cidadãos, no último sábado, 05, foram apanhados com as 'calças nas mãos' quando estavam ser interpelados por agentes de Viação e Trânsito, dos quais receberam a informação que nenhum mini autocarro poderia circular na Centralidade do Kilamba.

Segundo apurou o Jornal Visão, mais de 20 motoristas e cobradores dirigiram-se a vários órgãos de comunicação social, para mostrarem as suas inquietações, pois afirmam não saber qual é o real motivo desta medida.

"Não fomos informados os motivos pelos quais não podemos entrar no Kilamba, e em contrapartida, os nossos carros estão licenciados. O Ministério dos Transportes deu as licenças para podermos exercer a actividade de táxi, e o porque é que não podemos entrar no Kilamba", questionaram os taxistas visivelmente agastados.

Jorge Caçamba, taxista da rota Kilamba / Golf II e vice-versa, garante que está medida vai prejudicar não só os taxistas, mas principalmente a população que frequenta a Centralidade. "O que será destas populações com a proibição da circulação dos mini autocarros que ajudam na locomoção de um lado para outro?", sublinhado que com os seus serviços ajudam os cidadãos ao preço de 100 a 150.00kzs por viagem, sobretudo dos estudantes, solicitando que ao se tomar uma medida deve se pensar também na população que passa muita dificuldade.

Quem já esta a sofrer com a situação é a cidadã Mira de Carvalho, utente " e funcionária da Centralidade do Kilamba. Segundo disse, com os mini autocarros gasta apenas 300.00kzs por dia, mas daqui por diante vai passar a gastar 600.00kzs diariamente.

"Fazendo os cálculos doravante vou passar a gastar mensalmente a kz 18.600.00, só para o meu táxi", sublinhou, para depois garantir que é muito dinheiro a ser gasto numa altura que o que recebe não compensa.

Polícia Nacional sabe do caso

O porta-voz da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, disse em conferência de imprensa que os condutores de mini autocarros que forem encontrados a exercer o serviço de táxi na Centralidade do Kilamba, vão ser responsabilizados civil e criminalmente, adiantando que é uma proibição que decorre da própria lei.

"O transporte remunerado é regulado pelo decreto presidencial, N°154 / 2010, e rege-se no seu artigo 74, do qual prevê as multas para aqueles veículos realizarem transporte remunerado de forma inadequada" garantindo que as cargas podem ser

urbanas, inter-urbanas, inter-municipais ou inter-provinciais.

Mateus Rodrigues sublinha que os mini autocarros estão autorizados a realizar o transporte inter-provincial ou inter-municipal, no caso concreto do Kilamba, seria o transporte inter-urbano no qual os mini autocarros não estão autorizados, mas sim os Hiace, vulgo azul e branco.

6.9 Cidadãos divididos em relação ao pagamento do Imposto Predial

Jornal O PAÍS

13 De Janeiro de 2019

Texto: Iracelma Kaliengue

O Imposto Predial Urbano (IPU) começou a vigorar desde 2016. No entanto, a adesão ainda não é considerável por parte dos cidadãos. As razões são várias, destacando-se a falta de conhecimento, dificuldades financeiras e até obrigatoriedade de o fazer, como é o caso dos habitantes das centralidades que ainda não são, no final das contas, os proprietários das residências que ocupam.

Os imóveis com valor patrimonial até 5 milhões de Kwanzas, desde que não arrendados, estão isentos do pagamento do IPU e acima deste valor, aplica-se uma taxa de imposto de 0,5%.

A falta de pagamentos do IPU pode dar origem à instauração de um processo de execução fiscal e ao Estado resta cobrar de forma coerciva o imposto em falta. Há quem considera as taxas muito altas.

Para muitos, principalmente naqueles casos em que o ocupante é um promitente -comprador (possui um contrato promessa de compra e venda), dever-se-ia imputar ainda ao senhorio o cumprimento desta obrigação.

Essa é a situação das centralidades construídas pelo Estado e, como defendida por muitos, de que se devia deduzir o respectivo imposto às rendas mensais que são cobradas ou ao valor da respectiva renda.

A reportagem do Jornal OPAÍS foi às ruas e ouviu os cidadãos. Os cidadãos resistem ao pagamento desta contribuição fiscal.

A gestora de empresas Fernanda Moura é de opinião que o Estado devia criar medidas menos coercivas para a cobrança desses impostos, visto que muitos que adquiriram uma residência nas centralidades acabaram no desemprego devido à actual situação económica.

Por seu turno, Arminda Filho, moradora da centralidade do Sequele, sente-se "enganada", pois, segundo ela, o contrato com o Estado não exige esse pagamento, tendo afirmado que "até ao pagamento total da casa o Estado continua a ser o proprietário do imóvel". E é o Estado que devia continuar a pagar", defende.

Para Luís Domingos, funcionário bancário, "grande parte dos edifícios e condomínios não estão registado nas Repartições, o que dificulta quando o Estado quer fazer cobranças", disse, ressalvando que os imóveis das centralidades estão na inscrição e na tributação do IPU, situação que ajuda o Estado a fazer a cobrança dos impostos nestas zonas.

Funcionário do sector petrolífero, Leandro Morgado afirma que descobriu da forma mais "amarga" quando teve de pagar-juros avultados em 2018 e que "a falta do pagamento do IPU leva o contribuinte a acumular dívidas fiscais.

Cesaltina Domingos, funcionária pública, disse ser "uma grande inquietação pagar o IPU, visto que à lei do contrato de compra e venda das centralidades estabelecia que deve pagar esse imposto quem é proprietário, da casa", nesse caso o Estado. Para ela, pagar uma casa que, legalmente não é sua, é uma situação nada boa, mas isso ela faz, paga a contribuição fiscal desde 2016.

Entendimento económico

Para o economista João Falcão, o IPU incide sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos ou sobre o seu rendimento quando se encontram arrendados. Lembra que todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, que possui imóveis deve inscrever-los na Repartição Fiscal da área da respectiva localização. "Do mesmo modo, estes devem, todos os anos, durante os meses de Janeiro e Julho, dirigir-se à Repartição Fiscal da área de localização dos imóveis, para liquidar esta obrigação", vincou.

O economista realça ainda que benefício é geral, pois "a manutenção de determinados serviços é garantida por via da receita fiscal", sublinha.

O entendimento jurídico

No entendimento do advogado José Ricardo estão sujeitos ao Imposto Predial Urbano (IPU), todos os proprietários, usufrutuários, detentores, e arrendatários, no que tange aos imóveis arrendados, o imposto incide sobre o valor das rendas. Quanto aos não arrendados, o imposto incide sobre o valor patrimonial do imóvel.

Fez saber que é preciso ter em linha de conta no caso de imóveis arrendados, duas situações: "se o imposto for liquidado por retenção na fonte, o IPU deve ser entregue pelo contribuinte que procedeu à retenção até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita a retenção", explica.

No segundo caso, diz que "se o imposto for liquidado sem que haja lugar à liquidação do imposto por retenção na fonte, o IPU deverá ser entregue em duas prestações, sendo uma em Janeiro e outra em Julho de cada ano", argumentou.

A não retroactividade, de acordo com o advogado, é a qualidade de não retroagir, não ser válido para o passado. As leis e actos normativos em geral, em princípio, são editadas para que passem a valer para o futuro, desde a data da publicação ou a partir de um período fixado, geralmente no final do seu texto.

Acrescenta que a principal razão para isso é que, se o acto passa a ser de cumprimento obrigatório, não poderia ser exigido antes do conhecimento dos que devem cumpri-lo. Isso não impede, todavia, que uma lei que institua um benefício a ser concedido pelo Poder Público, como por exemplo um aumento salarial aos servidores públicos, gere efeitos retroactivos, como excepção à regra geral (A não retroactividade da lei o tempo, para o tratamento mais favorável).

"Nos termos da legislação tributária, a lei só pode ser aplicada a facto pretérito quando tiver natureza expressamente interpretativa, excluindo a aplicação de penalidades", disse.

Segundo o nosso interlocutor, "trata-se do princípio que torna seguro a estabilidade da ordem jurídica. Sem este princípio não existiria a mínima condição de ordem e firmeza nas relações sociais, nem de garantir os direitos dos indivíduos", afirmou.

Sobre o IPU

O IPU é uma contribuição anual que o cidadão nacional ou estrangeiro paga ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno, desde que estes bens imóveis se destinem a quaisquer fins que não sejam a actividade agrícola, silvícola ou pecuária.

O IPU deve ser ainda pago sobre edifícios ou construções móveis assentes no mesmo local por um período superior a seis meses, como, por exemplo, contentores, naves, e estaleiros.

O pagamento do IPU é exigível aos contribuintes sobre os imóveis ou terrenos, cujo valor patrimonial está acima de 5 milhões de Kwanzas. O valor do IPU

varia consoante o valor patrimonial do imóvel e está estabelecido em 0,5 por cento sobre qualquer valor que exceda 5 milhões de Kwanzas.

O IPU: é calculado sobre o valor patrimonial do imóvel deduzido de 5 milhões. Por exemplo, se um imóvel tem o valor patrimonial de 6 milhões de Kwanzas, deve-se subtrair 5 milhões aos 6 milhões do valor patrimonial, do qual resulta um milhão de Kwanzas, valor ao qual incide a taxa de 0,5 por cento de IPU, resultando um imposto de 5 mil Kwanzas.

Para a avaliação fiscal e definição do valor patrimonial são tidas em conta variáveis, tais como a localização do imóvel (província e município), a idade do imóvel, a utilidade que lhe é dada, a disponibilidade de serviços, como água, luz, saneamento básico e a área coberta de construção.

Segundo a AGI, o contribuinte deve dirigir-se à Repartição Fiscal da área de localização do imóvel, para proceder à inscrição na matriz, por meio da apresentação da "Declaração Modelo 5", o que permite avaliar o imóvel e determinar o seu valor patrimonial. A seguir, procede-se à liquidação para determinação do imposto a pagar. O pagamento do IPU é feito na agência bancária instalada junto da Repartição Fiscal.

Já no caso dos imóveis ou terrenos arrendados, sobre o valor da renda incide uma taxa efectiva a pagar correspondente a 15 por cento. Por exemplo, se o valor da renda for de 10 mil Kwanzas, o imposto a pagar é o resultado da multiplicação de 10 mil Kwanzas por 15 por cento, de que resulta o valor de 1.500 Kwanzas de imposto a pagar

Se o imóvel for arrendado a pessoas singulares ou particulares que não estejam obrigados a ter contabilidade organizada, deve ser o dono do imóvel (ou senhorio) a pagar o IPU Renda na Repartição Fiscal da localização do imóvel, nos meses de Janeiro e Julho do ano seguinte ao do recebimento das rendas.

Se o imóvel for arrendado a pessoas colectivas, empresas, profissionais liberais ou comerciantes em nome individual, o valor devido do IPU Renda deve ser retido pelos mesmos no momento do pagamento da renda e entregue à Repartição Fiscal até ao dia 30 do mês seguinte ao efectivo pagamento da renda ao senhorio.

6.10 Mártires de Kifangondo, onde morava certa elite colonial

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2019

Texto: César André

Naquela época, anos '30/'40 do século XX, o asfalto ia tomando conta do areal, e por exemplo, da rua “António Barroso” (hoje Marien Ngouabi) tinha uma picada que subia até aos depósitos de água (hoje EPAL) e desembocava num bairro clandestino, onde se construía em todo o canto e que, curiosamente, se chamava Bairro Salazar, nome atribuído em homenagem ao político fascista português António de Oliveira Salazar.

Reza a história que esse bairro, cujos moradores surgiram há noventa anos (1938), tinha no seu interior muitos cajueiros e imbondeiros, razão pela qual era popularmente chamado Bairro dos Imbondeiros.

Essa era a designação que o bairro tinha até aos anos quarenta. A denominação Bairro Salazar surge muito mais tarde, quando começaram a surgir as primeiras edificações, provavelmente por volta na década de cinquenta.

“A circunscrição passou a ter essa designação por causa daquela atitude oportunista de alguns dos seus moradores, na sua maioria de raça branca, em atribuir o nome para homenagear o líder António de Oliveira Salazar, isto nos princípios da década de sessenta”, diz António Cunha, que vive no bairro há 48 anos.

António Cunha, que na época colonial era leitor assíduo da publicação semanal “Notícia”, a revista fundada por João Charula de Azevedo, conta que havia um projecto da Câmara Municipal para fazer a demolição das poucas casas que havia então no bairro.

No entanto, os moradores foram avisados a tempo por um alto funcionário da Câmara Municipal das intenções dos agentes da fiscalização. Os buldozeres e outra maquinaria estavam preparados e nesse dia os moradores, na sua maioria funcionários públicos, decidiram não ir trabalhar. Os moradores fizeram cartazes, dísticos e um abaixo assinado a dizer e a avisar que o então governo da Província Ultramarina de Angola estava contra Salazar. Revoltosos, os moradores já não queriam saber de Salazar, e então, como diz o ditado popular, quem conta um conto aumenta sempre um ponto, a informação terá chegado distorcida a Portugal. Quando a informação da revolta, por causa da demolição das casas, chegou a Portugal, conta António Cunha, Salazar terá

preferido “deixar ficar o bairro como estava”. Terá sido assim que os moradores se viram livres da demolição.

Moradores militares

Maria Fernanda Baptista, nascida a 12 de Maio de 1938 no bairro e hoje ainda em pleno gozo de saúde, é considerada a munícipe mais antiga e uma das grandes referências da circunscrição. Segundo ela, as primeiras moradias do bairro foram construídas com madeiras compradas na serração. E as poucas casas de tijolos que existiam eram de famílias influentes.

Devido a proximidade aos quartéis, alguns moradores acabaram por ser os antigos militares oriundos de Portugal, que no final das suas missões já não regressavam à terra de origem porque tinham encontrado o “El Dourado”. Muitos formaram as suas famílias, com as quais moravam nas casas construídas na clandestinidade.

Cláudio Arroba, um miliciano português que viveu no antigo Bairro Salazar, conta com alguma nostalgia dos tempos passados na guerra em Angola. “Penso que quem não esteve na guerra não vai conseguir compreender o que foi. O soldado português foi considerado opressor, quando afinal vinha com a convicção de defender a pátria”, disse.

Acesso privilegiado

Situado num local privilegiado da cidade capital, o bairro Salazar era habitado também por gente da alta burguesia, colonos oriundos de proeminentes famílias, tais como Paulo Robalo, os irmãos Oceano e os Borges de Sousa, que participavam em corridas de carro, além de Rui Gomes, Mário Nunes, Manuel Lupi, senhor Lopes, Rui Manuel e tantos outros.

Habitavam também o bairro colonos madeirenses, bem como oficiais da Força Aérea Portuguesa, devido à proximidade ao antigo aeroporto Craveiro Lopes, hoje internacional 4 de Fevereiro.

A circunscrição estava separada do Bairro Rebocho Vaz (hoje Cassequel) pela avenida Dom Moisés Alves de Pinho, e do Bairro Américo Tomaz (hoje Kassenda) pela ex-Avenida Lisboa (hoje Revolução de Outubro). E lá existiam estabelecimentos comerciais e fabris de referência. Uma dessas referências era a fábrica de calçados Águia D’Ouro, cuja proprietária era a Dona Ofélia Carvalho. Hoje a fábrica está transformada num estabelecimento comercial denominado Caluk.

Os calçados produzidos na Águia D’Ouro eram posteriormente comercializados na conhecida Sapataria Águia D’Ouro, uma loja que se situava na

zona do Largo Serpa Pinto, nas imediações do prédio da Oliva de Angola.

Para além desta infra-estrutura (fábrica de sapatos), o Bairro Salazar contava também com o Supermercado OK, local onde hoje está instalado o supermercado Kero, na famosa rua 15.

De referências da circunscrição não é tudo. O bairro tinha ainda as oficinas da Friauto, uma estrutura que montava equipamentos de ar condicionado, geleiras e outros artefactos; e a Fábrica de Móveis Empromóvel, entre outros empreendimentos.

Havia também no bairro Salazar, estamos a falar da época colonial, uma oficina auto para onde os taxistas, na sua maioria de raça branca, se deslocavam com regularidade para proceder à revisão das suas viaturas. O empreendimento tinha como responsáveis os senhores Laranjeira e Campozana.

O restaurante Valongo, que ficava na esquina das ruas 13 e 19, era um ponto de encontro dos habitantes do bairro. Tinha um bar que servia “cerveja tirada” (fino) da boa, que era frequentado por gente fina, como era o caso do José Pinto da Costa, um senhor que não tem nada a ver com o do famoso caso “Apito Dourado”. No Valongo os utentes tinham sempre o prazer de se deliciar com uma boa corvina assada, chegada à mesa com salada e, de preferência, acompanhada com vinho tinto alentejano de treze graus.

O restaurante Valongo também servia do bom uísque, conhaque, gin, bagaço e outras bebidas espirituosas, a preços “descomunais”. Havia nesse estabelecimento um destacado empregado que chamava a atenção dos clientes. Tratava-se de Manuel Vaz, um algarvio que tinha um bigode raso quase invisível e uma postura que dava a impressão de estar no “estado de nervos”, sobretudo nas “viagens” da cozinha para a mesa. A Manuel Vaz tremiam-lhe as mãos ao pousar os pratos cheios e o vinho tinto à mesa do cliente.

Das memórias daquela época destaca-se ainda a Escola de Transmissões do Exército Colonial, que posteriormente, no pós-independência, passou a ser a Companhia de Transmissões Comandante Economia; havia ainda o quartel dos Adidos Militares Portugueses, que depois foi a Unidade de Protecção de Individualidades Protocolares (UPIP) e hoje está a ser construído, no mesmo lugar, o Centro Integrado de Segurança Pública do Ministério do Interior.

Na antiga Escola de Transmissões do Exército Colonial foi, já nos dias de hoje, erguida a infra-estrutura denominada Cidade Desportiva do Clube

Central das Forças Armadas Angolana, o “glorioso” 1º de Agosto.

Outras referências históricas

Outras referências históricas são os casos da Paróquia de São Francisco Xavier, na rua 12, próximo à mui famosa Farmácia Garcia, dos colégios Santa Teresinha, Bom Saber, Rainha Santa Isabel e da Tacabaria Detinha.

No que concerne à recreação e ao desporto, no tempo da “outra senhora” a circunscrição contava com um salão de festas pertencente ao Clube Recreativo do Bairro Salazar, uma formação desportiva que deu muitas alegrias ao bairro.

Constou-nos que foi através da iniciativa e esforços dos sócios do Clube Recreativo do Bairro Salazar que se mandou construir a Paróquia de São Francisco Xavier, instituição pertencente à Igreja Católica. Antes as missas eram realizadas num barracão que ficava defronte à Fábrica de Móveis Empromóvel, debaixo de um alpendre montado pelos fiéis, segundo conta Paulino Baiona, um ancião que vive no bairro há décadas.

Havia também na circunscrição o Banco Pinto Sotto Maior, um estabelecimento situado na rua onde hoje está a funcionar a direcção da Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA).

De memórias não é tudo. Na área onde posteriormente foi construído o Parque da Presidência da República e o Instituto Nacional de Estatística (INE) os colonos instalaram uma Feira Popular, para onde os garotos do bairro, e não só, se deslocavam aos fins-de-semana.

Havia também, claro está, as figuras emblemáticas. Uma delas era o senhor João, um português de Aveiro que se instalou na circunscrição nos anos sessenta e que passava o dia a cuidar do seu rebanho de cabras, levando os animais a pastar por todos os lugares onde havia capim.

Bairro segregado

A circunscrição era um vilarejo onde, sobretudo à noite, os autóctones não tinham acesso. Vieira Kaluanga, antigo morador que testemunhou os factos ocorridos na década de setenta, diz que não era permitido à rapaziada negra deambular pelo bairro. Se o fizessem eram considerados vadios.

“Os negros eram proibidos de andar pelo bairro, a não ser acompanhados por pessoas da sua raça que trabalhavam nas residências dos colonos. Eram os chamados criados e que já estavam bem identificados.

A Polícia de Segurança Pública estava sempre alerta para prender os ‘vadios’”, diz Vieira Kaluanga.

“Para alcançar o bairro Rebocho Vaz, hoje Kassequel do Lourenço, tínhamos que utilizar como ‘escudo’ os garotos que iam ‘biscatar’ nas residências dos colonos, porque eles eram os únicos que tinham acesso à livre circulação, sem nenhuma perturbação da polícia portuguesa”, conta Kaluanga.

Como se vê, nem tudo era um mar de rosas. Moradores menos escrupulosos faziam os mais inesperados, proibitivos e chorudos negócios, tais como a troca de moeda, que implicava câmbios altíssimos, a venda de ouro, hipotecas e outras negociatas, além da transação das lotarias premiadas.

As festas no nobre bairro Salazar, entre os privilegiados moradores, eram realizadas sem grandes constrangimentos. Os foliões, na sua maioria colonos e alguns de raça cigana, divertiam-se até altas horas da noite sem o incómodo da polícia que rondava por perto por causa das instalações do aeroporto Craveiro Lopes.

Das histórias do bairro Salazar não é tudo. Nos tempos de outrora os garotos, para saciar a fome, fígavam os pombos dos vizinhos, mas perdiam a esperança depois de os ver a esvoaçar em redor da Paróquia de São Francisco Xavier.

Arcanjo Jorge, um transmontano que se instalou no bairro nos anos sessenta, diz que vivia num primeiro andar directamente oposto a um terreno vazio que proporcionava uma vista privilegiada do Quartel R20. Num contacto via online com o caderno Fim-de-Semana, disse que os seus pais eram funcionários públicos e que sempre gostou do tempo que esteve cá. “Eu era vizinho de um senhor de que não me recordo o nome, que tinha aquários, fazia criação de peixe que depois fornecia à instituição Aquário Tropical, na zona do Kinaxixi”.

Ocupação de moradias

Em 1973/74, período que antecede a independência, algumas casas foram invadidas e vandalizadas e outras compradas por cidadãos nacionais que tinham boa relação com os proprietários portugueses.

António de Carvalho, residente no bairro há mais de 40 anos, é um desses elementos. Diz ter comprado a sua residência ao colono proprietário no valor de vinte mil escudos. “Como já havia uma certa agitação devido aos movimentos revolucionários, os brancos estavam a ir embora. Entendi negociar o imóvel e tudo deu certo. Tenho toda a documentação que comprova tal facto”, diz peremptoriamente, deixar margem a dúvidas. O seu caso não foi isolado. Revela

António de Carvalho que alguns cidadãos nacionais foram cautelosos, enquanto outros invadiram as casas, resultando alguns casos em mortes.

Carvalho disse ainda que os invasores, na sua maioria, eram provenientes dos musseques Prenda, Cassenda, Cassequel e Calemba, muitos deles imbuídos já do sentimento revolucionário. “As casas ocupadas compulsivamente eram dos colonos, que na sua maioria eram fascistas e tinham uma relação com a UNITA. Na ocupação das casas foi encontrada muita propaganda deste movimento de libertação”.

O luso angolano Mateus Andrade, antigo morador do bairro, estudante da Escola Industrial nos anos sessenta, foi um dos militares destacado no agrupamento de engenharia de Angola. Diz que o bairro sofreu grandes transformações no período pós-independência.

Sportinguista ferrenho e espectador atento do telejornal da RPT-África, Mateus Andrade disse guardar boas recordações do tempo em que esteve na guerra na região de Milunga (ex-Carmona), hoje província do Uíge. Andrade, que nasceu na cidade de Vila Real de Trás-os-Montes, revelou que “no período da guerra, a milhares de quilómetros de casa, as recordações mediam-se em sorrisos. Quando o correio não chegava, o que era frequente, os rostos ficavam carregados, o ânimo caía a pique e as pessoas mudavam”.

Pós-Independência

Com a proclamação da Independência e o conseqüente nascimento da República Popular de Angola, o Governo decidiu homenagear os heróis tombados na Batalha de Kifangondo, passando o antigo Bairro Salazar a chamar-se Mártires do Kifangondo.

A partir dos anos ‘90, cidadãos de outros países começaram a fazer visitas a Angola com muita frequência. Com o alcance da paz, e antes mesmo disso, muitos cidadãos estrangeiros acabaram por se estabelecer em Angola. Alguns de forma legal e outros de modo ilegal. Muitos deles fugiam dos seus países por razões de guerra ou económicas. Assim se pode compreender o elevado número de estrangeiros em Angola, sobretudo do Centro, Este e Oeste de África.

E nesse aspecto o Mártires de Kifangondo era um microcosmo. O bairro passou a ser um destino privilegiado, dado que lá podiam fazer pequenos negócios, tanto lícitos como ilícitos. E havia também o grande chamariz que era a proximidade ao aeroporto 4 de Fevereiro.

A Monique era uma casa nocturna frequentada por jovens, na sua maioria provenientes da RDC. Por lá passaram conceituados músicos daquele país, como foram os casos do General de Fao, Koffi Olomide, Papa Wemba, Pepe Kale e tantos outros. O local também era conhecido por ser um antro de prostituição e de outros negócios escuros.

Um dos negócios que se faziam no bairro era o de compra e venda de diamantes, tanto é assim que alguns moradores proeminentes foram pronunciados no famigerado Processo 105. É o caso da Dona Candondinha, que marcou muito o bairro também por um aspecto trágico: a morte de uma das suas filhas num acidente de carro à saída da Ilha de Luanda, quando vinha de uma festa, abalou completamente os moradores do Mártires de Kifangondo, muitos dos quais ainda hoje se lembram bem do episódio.

Esse é o retrato incompleto de um bairro que passou a ser uma alternativa “natural” à banca, apesar do preço especulativo em que se transacionava a moeda. O negócio da venda de divisas abrandou nos últimos meses, depois do bairro ter sido “sacudido” por uma mega operação por parte dos Serviços de Investigação Criminal.

Dados do Censo Populacional e da Habitação, realizado em 2014, indicam que o bairro tem 15 mil 400 habitantes e duas mil e 700 habitações, num total de cerca de quatro mil agregados familiares. O estudo refere ainda existirem habitações que albergam mais de quatro famílias.

O actual bairro Mártires de Kifangondo, onde se chegou a registar a existência de 15 denominações religiosas e uma mesquita, é constituído por vinte ruas, sete travessas, e quatro becos. No domínio da educação existem três escolas públicas do ensino de base, uma comparticipada e dois colégios.

6.11 Famílias devem aceitar proposta de realojamento

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2019

Texto: Kilsia Ferreira

Oito dias depois de terem recebido ordem de desalojamento do edifício seiscentista, no Baleizão, em Luanda, que se encontra em colapso, os ex - moradores continuam ao relento, defronte ao Largo do mesmo nome, alegadamente porque as condições criadas no bairro da Paz, no Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, no município do Sambizanga, "são desumanas e põem em perigo" as suas vidas.

As declarações foram prestadas ontem, ao Jornal de Angola, por Manuel Vieira, 50 anos, que viveu 37 naquele edifício do centro da cidade de Luanda. Pai de três crianças' disse que o espaço provisório, no Ngola Kiluanje, indicado pela Administração do Distrito Urbano da Ingombota, "não tem condições básicas, principalmente de segurança", tendo salientado: "queremos um lugar digno para as nossas famílias".

Em declarações ao Jornal de Angola, Francisco Alexandre, director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, esclareceu que 16 famílias residiam naquele edifício, ao contrário das "24 ou 30 noticiadas pela imprensa".

Alexandre Francisco disse que neste momento está em curso um processo de negociação com os ex-moradores, mas salientou que é necessário que as famílias entendam que o edifício em causa é privado e o papel do Estado é de salvaguardar as vidas humanas que se encontram em risco.

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda explicou que as condições foram criadas no âmbito de um plano de emergência, "que é retirar as famílias e colocá-las num lugar provisório e seguro, visto que aquele edifício seiscentista pode desabar a qualquer momento".

Alexandre Francisco apelou às famílias no sentido de aceitarem a proposta da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, acentuando que é a única solução para alojá-las de emergência, na medida em que não vai ser possível manter a Polícia

Nacional e a unidade de Protecção Civil e Bombeiros em prontidão, durante muito tempo, devido aos custos.

Quanto às reclamações do grupo de moradores que se deslocou até ao local provisório, Alexandre Francisco esclareceu que as condições já foram melhoradas, sublinhando que "neste momento a prioridade é criar uma cozinha comunitária".

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda garantiu que se está a trabalhar no sentido de encontrar um outro terreno para a auto-construção dirigida, mas frisou que "é um processo que requer algum tempo".

O que se pretende é ceder terrenos em Luanda para que as famílias, até então residentes no edifício seiscentista do Baleizão, possam construir as suas próprias residências", disse o responsável' para quem

o "Estado não tem obrigação de dar casa, porque não tem, mas tem uma responsabilidade social a cumprir junto da população necessitada".

O edifício seiscentista, considerado "Património Histórico do Infante Cultural por decreto número 86, Boletim Oficial número 222 de 23 de Setembro de 1947", não tem energia eléctrica há dez anos.

6.12 País emitiu 1.547 licenças de construção em um ano

Jornal de Angola

16 De Janeiro de 2019

Texto: Graciete Mayer

Angola aprovou, em 2017, um total de 1.547 licenças para a construção de edifícios, 439 para Luanda, 227 para Cabinda, 149 para o Zaire e 126 para Benguela, indicam dados compilados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Num inquérito às licenças aprovadas para a construção de edifícios naquele ano, o INE apurou que 28,4 por cento nos pedidos atendidos foram feitos em Luanda, 14,7 por cento em Cabinda, 9,6 por cento no Zaire e 8,1 por cento em Benguela.

Do grosso de pedidos aprovados, refere o INE na sua "folha de informação rápida" sobre a matéria, 97 por cento corresponde à emissão de licenças novas, 3 por cento à renovação e 1 por cento à alterações de características do documento.

Entre as licenças aprovadas, de acordo com o documento, 68,7 por cento destinam-se à construção de habitações familiares, 9,3 por cento a centros comerciais, 5,4 por cento dos estabelecimentos de comércio tradicional, 3,9 por cento a habitações em convivência e 3,00 por cento a locais de culto e animação.

No global, as licenças inseridas nas categorias acima referidas, foram emitidas para a construção de 1.063 habitações, 144 centros comerciais, 84 estabelecimentos de comércio tradicional, 60 habitações em convivência e 47 espaços de culto e animação.

Em relação à titularidade, o documento dá conta de que 78 por cento das licenças foram solicitadas e atribuídas a pessoas singulares, 15 por cento à empresas privadas, 3,00 por cento à serviços públicos, 2,00 por cento à cooperativas de habitação e 3,00 por cento à instituições sem fins lucrativos. O inquérito teve cobertura nacional, teve abrangência em 65 municípios que representaram 84 por cento da

população, que agrega até 50 por cento do território em cada província, com percentagem de urbanismo superior a 60 por cento e com densidade superior a 20 habitantes per quilómetro quadrado. Esta é a primeira vez que o INE traz a público uma "folha de informação rápida", com dados exclusivos sobre as licenças aprovadas para a construção, num determinado período. A iniciativa, de acordo com a instituição, trás benefícios ao país, uma vez que permite disponibilizar informação estatística para elaboração do plano municipal de ordenamento do território, por parte dos órgãos competentes.

A partir deste ano, segundo o INE, a recolha de informação sobre as licenças vai ser mensal, com divulgações trimestrais' através da chamada folha de informação rápida. A licença de construção é um documento (Alvará) emitido pelos governos provinciais ou administrações municipais, que autoriza a realização de obras de construção de um edifício.

O objectivo do inquérito às licenças aprovadas para construção de edifícios, segundo o INE, é conhecer o potencial da actividade edificadora no país e oferecer um instrumento de controlo administrativo, para ajudar na planificação e ordenamento do crescimento das cidades, assim como velar pela manutenção das normas adoptadas na estrutura de construção, área reservada, embelezamento e construção de vias.

6.13 “A vergonha não está na zunga com certeza”

Jornal O PAÍS

18 De Janeiro de 2019

Texto: Ana Gomes

Entrevista de Mariano Quissola

Entrevista a Cristina Câmara

A entrevista que se segue, Cristina Câmara aborda um conjunto de temas relacionada ao desenvolvimento sustentável, designadamente os desafios do Plano de Desenvolvimento Nacional, combate à corrupção, política interna e externa e os desafios do actual Governo, para a sua materialização.

O que é ordenamento do território e que relação tem como planeamento estratégico urbano?

De uma forma simplista sabemos que o país tem recursos e em diferentes sectores: recursos naturais, financeiros e humanos. Tudo isto deve ser alocado de forma estratégica para o desenvolvimento. É o planeamento estratégico urbano que determina onde

criar cidades, zonas rurais, áreas protegidas para o desenvolvimento turístico e ecológico, centrais hidroeléctricas... todo esse estudo deve ser conjunto para trazer melhoria de vidas das populações. Esse é o trabalho da pessoa que realiza o ordenamento do território. Consiste em aplicar as políticas públicas no território, em função da população que tem. É um jogo interessante, que resulta na distribuição da riqueza, que não se resume nos recursos financeiros. É o acesso à água, luz eléctrica.

E o planeamento estratégico urbano é...

O planeamento estratégico regional é que determina a equação por escala: escala do município, da qual resulta o plano director municipal, onde detalhamos até o tipo de paragem para transportes públicos, onde serão as passadeiras e quantas.

Que avaliação faz dos 18 anos de implementação da Estratégia de Longo Prazo Angola 25 anos, referente ao desenvolvimento económico?

A Estratégia de desenvolvimento de longo prazo - Angola 2025 iniciou-se em 2000. Esta ELP desenvolvida numa base internacional e nacional e assenta numa estratégia de curto prazo (5 anos - 2000- 2005) cujo mote era a Paz e a Reconstrução Nacional e o arranque do crescimento económico. A médio prazo 2005-2015, que gizava a Consolidação da Reconstrução Nacional e Modernização do Desenvolvimento e a longo prazo que seria 2015-2025 sustentabilidade e crescimento. Sem dúvida realizaram-se esforços ao nível da consolidação da Paz e reconstrução, mas não com a eficácia, eficiência e impacto esperado. Gastou-se 120 mil milhões de dólares na reconstrução nacional com resultados visíveis, porém, não com a qualidade desejada e muitas vezes com processos inacabados e derrapagens orçamentais. Este investimento criou um endividamento público na ordem dos 80% - 90% do PIB, cuja fatia maior é de 50% e com o estado chinês e empresas chinesas.

Registou-se crescimento, mas não houve desenvolvimento concorda?

A economia de Angola esteve bem, mas não a maioria do seu povo. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto em Angola, desde 2000 em parte devido ao aumento da produção de petróleo, não foi acompanhado pelo processo de desenvolvimento. A comprovar temos as seguintes medidas comparativas: Em 2002 (Índice de Fome Mundial da ordem dos 57) Angola estava classificada como extremamente alarmante em relação à fome e em 2017 reduziu para a classificação série (32.5). Em termos de pobreza houve também uma redução de

70% de pobres para 51% em 2018, sendo que 36,6% estão abaixo: da linha da pobreza extrema e a taxa de desemprego eleva-se aos 22% da população activa. Embote o IDH tenha subido para 0,581 transferindo Angola para a gama dos países de desenvolvimento médio, particularmente porque a esperança média de vida subiu para os 62 anos e aumentou-se o número da população com a educação de nível superior. Porém, Angola continue a figurar na posição 147 em termos de IDH nos países de desenvolvimento médio, a quatro posições dos países de desenvolvimento baixo.

Cresceu o número de milionários...

De forma mais vertiginosa cresceu, sim, o número de milionários para 82% num total de 6100, sendo que destes 320 são multimilionários (riqueza superior a 10 milhões de dólares). E 4900 situam-se em Luanda aumentando as assimetrias regionais. Assim, pode-se deduzir que houve uma grande produção de riqueza em Angola demonstrada nas taxas de crescimento do PIB desde 2000, porém a distribuição dessa riqueza foi canalizada por meio do rent-seeking em 0,02% da população com relações privilegiais com o poder.

Então foi a distribuição 'inclinada' da riqueza que levou a esse estado de coisa?

Sim. E resume-se que o crescimento com alguma eficácia e muito baixa eficiência levou à canalização do capital para a criação de 6100 milionários com a consequente fraca eficiência na resolução das desigualdades, na distribuição do rendimento nacional e na democratização do acesso às condições e oportunidades de melhoria das condições de vida da maioria da população. Com destaque para a população pobre, no sector informal e no meio rural.

Mas se esperava muito mais porque tal não aconteceu? Porque não houve um maior desenvolvimento?

A explicação é passível de encontrar-se também nas medidas comparativas mundiais: Angola ocupava em 2017, o 167º lugar entre 180 países no Índice de Percepção de Corrupção de 2017 e no estudo Doing Business do 'Banco Mundial, fica em 182 num total de 190 em 2017. Os grandes inimigos do desenvolvimento foram, à base dos factos, os elevados índices de corrupção, a gestão danosa e o clima de impunidade.

Mas pode...

Parece incontestável que, apesar da produção de riqueza que levou ao crescimento este não beneficiou, até ao momento, a generalidade da população, em particular os 36,6% da população que vive com dois

dólares por dia. E não esqueçamos que o salário mínimo nacional é de 16.500 kwanza e a cesta básica orça os 80 mil kwanza, isto é, 24% da cesta básica. O que refere que as famílias que se sustentam do salário mínimo vivem em deficit tendo que se endividar entre 70% a 80% para sobreviver ou buscar outras fontes de rendimento no sector informal. É gritante que sobre estes angolanos pobres que pouco usufruíram pese a herança de 2600 dólares de dívida.

Pode então simplificar esta análise e fazer-nos entender porque há muita certeza de que falhamos catastroficamente e ao mesmo tempo, a certeza até há dois anos de um país de sucesso para muitos?

Esta desinformação assenta nas narrativas populistas e dos "achistas" sobre Angola. Assim, a informação sobre Angola é reduzida a uma bifurcação de "fracasso" e "sucesso", sem recurso à quantificação científica do desenvolvimento económico em Angola. Organizações da sociedade civil e alguma imprensa sustentam uma imagem negativa de Angola, sem realçar as melhorias. Em parte para quebrar e reverter as narrativas dos 'bajuladores' que fugindo ao pragmatismo científico afundam o país com falsas "histórias de sucesso" e propaganda que acabam por escamotear os erros a corrigir, corrupção e a gestão danosa a erradicar/punir. E este desenvolvimento é passível de ser compreendido por todos quando explicado sem partidarismos bajulativos.

O que pressupõe explicar sem partidarismos bajulativos'?

Para tal, eu gostaria de refazer a questão - para os nossos leitores - de maneira a que todos possamos reflectir com objectividade e honestidade intelectual! Será que a vida em Angola está a melhorar desde 2000 até 2018? E faço esta questão porque este é o grande objectivo da ELP de desenvolvimento na visão Angola 2025. Acredito que muitos leitores, claramente, estão a considerar que a qualidade de vida é muito melhor comparativamente ao ano 2000. Talvez confundindo maior facilidade de acesso a bens com qualidade de vida.

Quantas vezes passa fome por dia ou mês? Ganha mais de um dólar por dia?

Creio que muitos há que deixaram os geradores de lado. Outros neste momento já possuem água canalizada, deixando de lado as cisternas e os baldes para acarretar água. Alguns até conseguiram realizar o sonho da casa própria e de formar os filhos em universidades angolanas. Outros até criaram empresas de sucesso que se aproveitam a viária aeroportuária e da melhoria no desalfandegamento. Muitos há que já demoram 30 minutos no trânsito ao

invés das longas 3 horas de um passado recente. Outros já usufruem do transporte público estatal, mas a maioria viaja nos candongueiros.

Você aponta resultados tangíveis dos últimos 18 anos, não é bom?

É. Mas creio que muitos sentem que perderam e perdem familiares pela fraca qualidade dos serviços de saúde e com doenças como malária, febre tifóide, cólera e raiva. Muitos perderam filhos e mulheres em partos supostamente normais. Para alguns o saneamento básico continua inadequado ou inexistente, vivendo em ruas inundadas de esgoto a céu aberto. Outros continuam a perder vidas nas estradas angolanas pela má qualidade das mesmas e pelo uso abusivo de álcool. Outros há que continuam com os filhos sem o Bilhete de Identidade e fora do Sistema de educação. Muitas famílias no desemprego ou com invalidez permanente não possuem qualquer tipo de apoio social. A situação é mais grave nas áreas rurais e afastadas da capital.

É preciso pesar estas melhorias versus as não melhorias. E se as melhorias foram só para uma classe privilegiada residente em Luanda ou nos melhores bairros de Luanda? Ou para a grande maioria? Será que as melhorias enunciadas são para todas as províncias? E destas melhorias quantas poderiam ter sido realizadas há mais tempo e com maior impacto na sociedade? E quantas ficaram por realizar e que impactos negativos criam?

Mas nota-se o esforço do novo Executivo na melhoria do bem-estar das populações, apesar do cenário de crise, não concorda?

É esta reflexão que revela o temos o cálice da vergonha por de trás da zunga que a operação resgate visa combater? A vergonha não está na zunga com toda a certeza, pois é um mero reflexo da corrupção, da impunidade e da gestão danosa da riqueza nacional. O famoso cálice da vergonha está na acumulação da riqueza em 0,02% da população, os 6.100 milionários com ligações privilegiadas ao poder. Esta acumulação no topo asfixia a base que resulta em 51% de pobreza funcional e nos 36.6% pobres que vivem abaixo da linha de pobreza nacional com cerca 1 dólar dia, quando o PIB per capita orça os quatro mil dólares por habitante. O desenvolvimento passa obrigatoriamente pela resolução da desigualdade na distribuição das rendas com total intolerância à gestão danosa e corrupta que impede o desenvolvimento económico e territorial do país. É claro que esta pobreza não esta associada à escassez de bens, mas uma distribuição desigual dos frutos do progresso tecnológico e económico e da exploração petrolífera. Na base deste aprofundamento da

pobreza está a ausência de um sistema de providência social, a presença de um rent-seeking ao invés do profit seeking e a corrupção generalizada.

Que resultados espera da transição política?

Esta transição de liderança governamental com o MPLA a ganhar 62% dos votos tem trazido mudanças na eficácia das instituições angolanas, na mentalidade dos angolanos e na escolha da corrupção como inimigo público número um. A mudança é sentida nos discursos e acções políticas da liderança, na maior inclusão da sociedade civil, na liberdade de expressão e mais importante em alguns serviços públicos e até na justiça e forças policiais. A impunidade parece ter os dias contados. O Presidente João Lourenço e sua esposa Ana Dias Lourenço têm liderado, por exemplo, o que tem contribuído eficazmente para a mudança. As visitas ao interior do país e aos hospitais, o abraço à luta contra a sida, a comunicação à imprensa têm trazido uma maior proximidade do poder político aos cidadãos e mandado a mensagem do serviço público.

Acredita na estratégia adoptada para a diplomacia económica?

João Lourenço teve uma agenda internacional intensiva com o objectivo de buscar parcerias e financiamento privado que apoiem a estratégia capital político e criou uma lavagem da imagem de Angola. Esta é fundamental para conquistar o financiamento dos parceiros internacionais e para continuidade do processo de infra-estruturação que passa pela captação de 18 mil milhões de dólares em financiamento.

Nesta senda, a China continua no topo entre os vários parceiros. Neste sentido, Angola continuará a ter como seu maior aliado a China, já que Angola foi o país africano que recebeu mais investimento da China, em especial para o sector energético - exemplo 4.5 mil milhões de dólares para a barragem de Caculo Cabaça (maior de Angola). Esta ligação de alta prioridade com a China é patente no acordo referente aos vistos entre China e Angola e na abertura de um braço do Banco da China em Luanda. Nesta relação com a China espera-se agora uma linha de crédito de 3 mil milhões de dólares a serem usados na continuidade de projectos já em curso. Nota-se, no entanto, um maior rigor na licitação dos trabalhos e dos materiais importados. Espera-se desta governação uma maior transparência na gestão das verbas.

Será a transparência e o combate à corrupção o trunfo de João Lourenço para atrair investimento externo?

Com toda a certeza foi a grande responsável pela subida de Angola no ranking de ambiente de negócios do Banco Mundial - doing business em 7 posições. Mas esta mudança não se refere apenas ao discurso político e diplomacia, mas a medidas concretas que afectam o investimento directo externo e as fronteiras nacionais: a nova Lei do Investimento Privado que deitou por terra duas requisições que afugentavam investidores. A necessidade de ter um parceiro local que deteria 35% do negócio e o investimento mínimo de um milhão de dólares. E numa mudança de estratégia o investimento acima de um milhão tem vantagens locais. E investimentos acima de 50 milhões com criação de emprego comprovada ainda recebem maiores vantagens fiscais. Por outro lado, criaram-se mecanismos para combater práticas de monopólio e impeditivas da competição saudável nos negócios. Nesta senda foram atacados judicialmente os monopólios instalados dominados por uma elite.

Recentemente, a China comemorou 40 anos com estatísticas que evidenciam um grande sucesso económico e social? O que esteve na base do chamado 'milagre chinês'?

Muito se diz desta "ditadura democrática popular" com uma "economia socialista de mercado". O sucesso da China prende-se com uma política de reformas que a catapultou para a posição de segunda economia mundial que levou 800 milhões a sair da pobreza extrema, criou perto de 300 bilionários. A reforma e abertura da China a partir de 1978 teve quatro eixos de modernização: Agricultura, Indústria, Ciência e Tecnologia e Defesa e uma recusa à democracia. Acredito, porém, que o segredo da China reside na gestão empresarial e tecnocrata dos seus recursos, com destaque super especial para o capital humano. A China utilizou a nata do seu capital humano de forma inteligente e empresarial. Aliás, embora a China seja um país não democrático e gerido por um partido único - Partido Comunista Chinês - imbuíram-se de um espírito empresarial muito forte, gerindo todas as suas actividades com avaliações de desempenho muito exaustivas de todos os integrantes do seu Sistema (todos têm que prestar contas pois ninguém está acima do objectivo comum da Nação).

Quais terão sido os factores-chave?

O mérito, adaptabilidade e legitimidade são chaves para a subida altamente competitiva da escada da liderança. Destaque-se que o Secretariado do Comité Central, onde se inclui o Departamento Central de Organização, foi responsável pela captação de 900 mil profissionais chineses que se destacavam pelo seu desempenho e mérito. É esta instituição que tem

poderes sobre a promoção, despedimento e selecção de quadros do governo e do próprio PCC. De referir que DOC detém dossiês pessoais dos seus quadros. A estrutura decisória do Sistema político chinês é complexa e assente em vários consensos e com uma descentralização de decisões desde o comité central, bureau político e comissão permanente. E ainda com o crivo fiscalizador de uma Assembleia Nacional (ANP). Todo o processo que gere a máquina partidária baseia-se em orientações tecnocratas, com descentralização de decisões, na busca da separação do processo decisório do partido versus do governo. Subentende-se que a estrutura organizacional do Sistema partidário e executivo chinês implementa os modelos ocidentais mais avançados de gestão empresarial com vista ao lucro, eficiência e eficácia.

6.14 "A diversificação é crucial"

Jornal O PAÍS

18 De Janeiro de 2019

E quais seriam as maiores ameaças ao sucesso chinês?

Os seus integrantes reconhecem a corrupção como uma das maiores ameaças à governação e às suas instituições, pelo que, é comum a pena de morte de governantes corruptos. E até a corrupção passiva é punida (obrigatoriedade de denunciar e de agir activamente contra a corrupção). E mais recentemente tem ocorrido prisões por excesso de ambição política, o que considero hilariante, mas percebo que ponha em risco o funcionamento do Sistema. A escala de progressão de carreira é feita com elevado controlo do desempenho e mérito num espaço temporal de 30 a 40 anos para que subam os melhores profissionais e servidores públicos. Portanto, a escalada da subida na liderança é um processo super competitivo com 5 estágios. a processo afunila até aos 40 mil e posteriormente aos 300. Subir esta pirâmide da liderança, como se pode perceber do exemplo de Xi Jinping, o actual presidente da China, pode levar cerca de 30 a 40 anos. Mais ou menos 7 a 10 anos por escalão.

Voltando à vaca fria. Como resumir o cenário macroeconómico angolano actual?

Mas voltando à vaca frica, aquando da transição política de 2017 o país encontrava-se com uma dívida pública superior ao limite de endividamento público permitido de 60% do PIB. Estima-se que a dívida do país possa ter atingido os 110% e que actualmente orça os 71,4% o ou seja cerca de 77,300 mil milhões de dólares. ,6 milhões de barris/dia (620,0 milhões de barris/ano) previstos no OGE 2018 para 1.524,3

milhões de barris / dia (556,3 milhões de barris / ano).

Face a este cenário o que se prevê para 2019?

Prevê-se um crescimento do valor do PIB de 3,6% em 2019, mas que face à taxa média de crescimento anual da população de 3% é pouco. A diversificação da economia é crucial e em especial os sectores com maior possibilidade de empregabilidade como a agricultura devem implicar o maior investimento. O governo do Presidente João Lourenço já deu passos significativos concretos que alavancarão este crescimento e o desenvolvimento: desenvolvimento do sector a retalho de Gás e Petróleo numa parceria entre a PUMA, Sonangol e a Total. Há já investimentos privados, com ênfase no sector das energias renováveis, muito embora dependam drasticamente de garantias do estado/agências que sirvam de colateral para os bancos financiadores, concurso internacional para a concessão do novo Porto de Luanda e outros investimentos.

O que pode ser determinante para a sustentabilidade destas iniciativas até 2022?

Observando a nossa pirâmide demográfica assente no censo de 2014 do INE, nós temos uma média de idades de 20 anos. 65% da população tem menos de 24 anos e 2% da população possui mais de 64 anos. Os restantes 33% estão entre os 24 anos e 64 anos. É nesta faixa que iremos encontrar as lideranças no país sendo que, por exemplo, o conjunto de 30 ministros do executivo actual ronda uma média de 56-58 anos. Anteriormente, creio que as lideranças integravam maioritariamente dos 60 para cima. Embora tenha havido uma redução é preciso caminhar no sentido de maior proximidade da média dos 20 anos.

Quais as medidas que considera fundamentais ao sucesso do Plano de Desenvolvimento Nacional?

O PDN 2018-2022, com seis eixos de intervenção e 25 políticas estratégicas e 83 programas de acção, assume um compromisso sério de desenvolvimento inclusivo com impacto nas pessoas, no seu bem-estar físico e intelectual e que coloca a dignidade da pessoa humana e o combate à pobreza no centro das políticas públicas. Mais desenvolvimento potencia mais investimento e comércio, mais sustentabilidade ambiental e impacto no aumento das oportunidades para o cidadão.

E como pensa que se chega a isso?

Atingir estas metas obrigam a uma gestão planeada, eficaz e eficiente desse orçamento com uso estratégico do melhor capital humano que a nação pode oferecer. Os investimentos embora sectoriais

devem estar sincronizados e relacionados. O combate à "doença holandesa" depende de uma política económica global e bem coordenada pelo Estado - ao contrário, da política económica departamentalizada e onde cada responsável a executa sem sondar os efeitos (positivos e nefastos) sobre outros domínios económicos e sociais. As lideranças políticas podem variar em função de eleições e de objectivos partidários, mas a liderança técnica varia única e exclusivamente em função da competência, mérito e legitimidade da sua obra. Criação de bolsa de capital humano angolano no território e fora com uma gestão autónoma. Garantir a sua inserção em lugares-chaves para o desenvolvimento do país num Sistema de mérito (avaliação de desempenho independente) e de legitimidade em função da obra alcançada e do impacto na vida dos cidadãos.

6.15 Luanda busca soluções para problemas crónicas

Jornal de Angola

25 De Janeiro de 2019

Texto: Luísa Rogério

Num dia como hoje, no remoto ano de 1576, Luanda foi formalmente fundada por Paulo Dias de Novais.

Narra a história que a construção da localidade, que viria a ser baptizada com o nome de São Paulo de Loanda, foi determinada por factores como o porto natural, as águas provenientes dos poços da Maianga e as magníficas condições de defesa.

Com o aumento da população europeia, composta principalmente por degredados que transformaram o território numa colónia penal, a localidade ganhou o estatuto de cidade. Corria o ano de 1605. Datam dessa época a construção da Cidade Alta, o palácio do governador, igrejas e outros edifícios públicos que simbolizavam o poder colonial. Desde então Luanda agigantou-se. Sofreu abalos nas suas estruturas, mas sobrevive a toda a sorte de intempéries.

No dia em que junta mais um ano à sua secular idade, vale a pena visitar aspectos que fazem de Luanda uma cidade única. Embora todas as urbes sejam singulares, as especificidades que compõem a identidade de Luanda fazem dela uma cidade com poucos elementos de comparação. A busca de material bibliográfico para melhor compreender as origens resulta sempre numa fascinante viagem ao passado. Compreende-se por que razão, ao avistar a Baía onde gente oriunda do Reino do Kongo apanhava as conchas chamadas zimbo que eram a moeda de troca do território, Paulo Dias de Novais

tenha decidido ficar na região estratégica. O local, que mais tarde albergou a Fortaleza de São Miguel, tinha a configuração de muralha defensiva natural.

De acordo com os diversos registos históricos, a construção da cidade iniciou-se em Fevereiro de 1575, quando Paulo Dias de Novais se estabeleceu na Ilha, tendo-se mudado posteriormente para terra firme. Trazia na bagagem uma carta datada de Setembro de 1571, que o investia como primeiro governador de Angola.

As cerca de setecentas pessoas, incluindo soldados e padres, bem como vendedores de vinhos e espelhos, entre outras mercadorias que seduziram alguns filhos da terra, constituíram os primeiros habitantes portugueses da cidade. A par dos desterrados, marinheiros, religiosos, pescadores, escravos e representantes da coroa portuguesa foram-se juntando aos habitantes autóctones.

Luanda foi alvo de cobiças por parte de países supostamente mais fortes do que Portugal, do ponto de vista militar e económico. Alemanha, Inglaterra e França envolveram-se em determinados momentos em disputas territoriais, mas a presença da Holanda sugere um prato cheio para pesquisadores e leigos interessados na narrativa sobre Luanda.

Datam de 1624 as primeiras investidas holandesas com vista a conquista do importante ponto estratégico que Luanda representava para os interesses expansionistas das colónias europeias. Em 1641 os holandeses tomaram a cidade, entretanto abandonada pelo governo e população. Coube a Salvador Correia de Sá e Benevides, que tinha acumulado êxitos em terra e mar na sua distinta folha de serviços no Brasil, voltar a assegurar os interesses de Portugal.

Crescimento transversal

Em 1662 Luanda foi elevada ao estatuto de cidade. Documentos da época citados em diferentes pesquisas indicam que no ano de 1800 a população de Luanda era de aproximadamente 6 mil habitantes. A cidade cresceu. O comércio acompanhou o ritmo de crescimento de tal modo que o volume de exportações da Alfândega de Luanda chegou a representar um quarto do volume total das colónias.

Nos cem anos seguintes Luanda continuou a crescer em todas as vertentes. Os escritos perpetuados por quem viveu períodos decisivos para a construção de Luanda reflectem uma cidade vibrante, com monumentos e sítios inspiradores de ensaios ilustrativos sobre a capital angolana.

Cada canto, monumento, igreja ou praça ajuda a narrar a história de Luanda. Os velhos casarões coloniais da Baixa luandense e ruas como a dos Mercadores remetem a capital de todos nós para o período em que começou a florescer. Um passeio breve pela Baixa luandense proporciona uma autêntica viagem ao passado.

A disposição das praças e largos confirmam que Luanda nasceu com o formato de cidade de comerciantes. A Rua dos Mercadores coloca o transeunte num cenário de negócios com a predominância de ricos fazendeiros e vendedores de tudo, desde vinhos e tecidos a quinilhanias.

As igrejas perfazem um conto á parte. Todas elas guardam segredos seculares e histórias nem sempre narradas com fidelidade aos factos. O Largo do Pelourinho evoca o abominável negócio de escravos, também designado por comércio triangular. Durante anos a fio centenas de milhares de angolanos foram levados à força para o outro lado do Atlântico. Despojados de dignidade, foram escravizados e destituídos da própria identidade. A escravatura transformou-se num negócio rentável. Sustentou os cofres do Estado e ajudou a construir Luanda. (Jornal de Angola).

6.16 Plano Metropolitano de Luanda analisado em Conferencia da Rádio Mais

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2019

Texto: Milton Manaça

Os desafios do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) será motivo de uma conferência promovida pela Rádio Mais do grupo Media Nova, na próxima Quarta-feira, 30 na Academia Bai, em que o contributo dos prelectores aparece para enriquecer a implementação efectiva do documento.

Pensar Luanda até 2030 e ajustar o plano à realidade dos bairros, distritos e municípios é o mote da conferência que estará dividida em quatro temas com igual número de prelectores.

A requalificação dos musseques e o modelo habitacional rural para as cidades sustentáveis e inteligentes vão dominar a primeira parte da discussão do PDGML, segundo Angelino Quissonde, membro da organização do evento.

Angelino Quissonde disse que os engenheiros e arquitectos pretendem mostrar que é possível ajustar o plano metropolitano de Luanda à realidade dos nossos bairros, criando, para o efeito, planos distritais e municipais.

"Se as administrações tivessem os seu, planos, sempre que os municípios solicitassem as licenças de construção já se saberia se o espaço está destinado à construção de moradias ou de outras infra-estruturas sociais", referiu.

Com os planos municipais, se evitaria também a construção em linhas de água e estariam acauteladas as dimensões das ruas para que futuramente as redes técnicas fossem implementadas sem problemas. O segundo tema discutirá o modelo de habitação social e rural sustentável para uma cidade inteligente, cujo objectivo é levar ao debate aspectos que permitam utilizar recursos locais para construção desta infra-estrutura.

Um dos grandes problemas de Luanda é a mobilidade urbana, razão pela qual a Rádio da Nova Angola propôs para discussão dos especialistas no terceiro tema as infra-estruturas rodoviárias, que vai olhar para o paradigma das autarquias locais. Este tema aborda ainda o acesso à água e à energia eléctrica, como fazer chegar às populações com menos custos e a questão do desperdício no espaço público e no consumo doméstico.

Micro e macro drenagem, as ravinhas e o seu impacto na qualidade de vida dos municípios, quer nos locais urbanos, como nos bairros periféricos, será o último tema do dia.

"Estas conferências são sempre importantes, mesmo que os avisos não sejam levados em consideração no momento. Os técnicos fazem a sua parte alertando e/ou dando as suas contribuições, mas a aplicação prática envolve outra logística e principalmente o entendimento de quem dirige", disse Quissonde.

Importa referir que este evento é realizado em parceria com a organização Vias do Bem e nele participam técnicos ligados ao Governo Provincial de Luanda (GPL), administrações locais, arquitectos e engenheiros. A entrada livre para outros interessados deverá fazer-se por marcação pelos telefones: 928 006956 e 990 006 956.

6.17 Existe um certo monopólio na fiscalização de empreitadas

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2019

Texto: Graciete Mayer

Entrevista ao Eng^o de Construção Civil António Venâncio

O engenheiro falou da existência de um certo “monopólio” na fiscalização de empreitadas de obras públicas no país...

Sim, há um certo monopólio, principalmente para obras financeiramente mais robustas, porque o processo de contratação das empresas de fiscalização não tem sido transparente. Vou dar um exemplo. Temos cinco empresas que dominam o mercado de fiscalização no país, liderada pela DAR. Depois seguem-se a Soapro, Progest, BDM e GB. A DAR está em quase tudo o que representa grandes contratos financeiros. Isto é visível a olho nu e a mim suscita alguma apreensão. Só com uma investigação profunda nós chegaríamos à conclusão se, de facto, são contratos conquistados por mérito próprio ou não.

E onde está o mérito se o processo de fiscalização de empreitada tem muito a ver com procedimentos que a Lei determina?

Note que temos o Laboratório de Engenharia de Angola, que a Lei 9/16, de modo inequívoco, manda envolver no processo da fiscalização no país e nada é feito a este respeito. A DAR e demais empresas não estão a respeitar os preceitos contidos na Lei 9/16 relativamente a empreitadas de obras públicas. Só fazem controlo de qualidade e não a fiscalização de facto. Por isso, vemos hoje os resultados negativos dessas obras.

Temos instituições que ministram cursos de especialização em fiscalização?

Que eu saiba existem pelo menos dois centros com essa vocação. Um deles encontra-se sob minha coordenação técnica.

Tem conhecimento de alguma empresa que tenha participado num concurso público para fiscalização?

Eu quero ver no Jornal de Angola publicados editais a anunciar concursos públicos para a fiscalização de empreitadas de obras públicas. Vemos concursos para construção, mas para fiscalização é pouco comum. A fiscalização tornou-se num caminho para

o enriquecimento ilícito de uma certa elite, pois não há concorrência.

Não deve haver adjudicação de serviços de fiscalização directamente, deve haver concursos públicos. A fiscalização virou um negócio para os membros da nomenclatura, desde ministros, governadores, vice-governadores, administradores e directores. Todos criaram empresas de fiscalização para o seu enriquecimento. Para eles, a fiscalização é, ou era, dar uma vistoria à obra, fazer o relatório e ponto final. Não é o que nós queremos para o país.

Qual é o papel do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA)?

O Laboratório de Engenharia tem um papel importante no que diz respeito ao controlo de qualidade dos materiais e dos processos de certificação que vão dar à execução da obra. Os materiais a aplicar em obras públicas, para serem submetidos a exame ou ensaios, devem ser apresentados ao LEA, tal como a Lei estabelece, ou, na impossibilidade deste, os laboratórios existentes devem ser previamente certificados pelo próprio LEA ou instituição apropriada. Mas não pode ser o laboratório do empreiteiro a aferir a qualidade dos materiais. Isto seria dar ao jogador o apito para arbitrar o jogo.

E os valores dos contratos da fiscalização das empreitadas de obras públicas estão em conformidade com a Lei?

A prática comum determina que deve ser cobrado, em média, 3 a 10 por cento do valor de uma obra, variando de forma inversamente proporcional ao valor dela. Quanto mais cara, menor é o valor da percentagem. Para obras pequenas, a percentagem é maior e pode ir até 8, 9 ou 10 por cento. Não mais do que isso. Em Angola precisamos de regular isto, porque há quem no passado recente arrebatoou 30 ou 40 por cento num exercício de verdadeira desonestidade, e aproveitando-se da desorganização no sector.

6.18 Moradores do Baleizão à espera de alojamento

Jornal de Angola

29 De Angola de 2019

Texto: Kílsia Ferreira

Antigos moradores do edifício do Baleizão, em Luanda, continuam a pernoitar em frente à antiga residência, um mês depois de serem desalojados pela Administração do Distrito da Ingombota, alegando

que o espaço indicado para acomodação não reúne as mínimas condições de habitabilidade.

Depois de terem sido desalojados em função do estado avançado de degradação do edifício, as 24 famílias lamentam a atitude das autoridades e apelaram a uma maior compreensão, uma vez que as condições criadas para acomodação estão muito aquém das expectativas.

Maria Brígida de Lima considera desumano colocar as pessoas em tendas. "Estivemos por diversas vezes no bairro da Paz, no Distrito Urbano do gola Kiluanje, no município do Sambizanga, onde dizem ter criadas as condições. Não estamos a pedir o melhor, mas aquelas que foram criadas não queremos".

Enquanto persiste o impasse, as crianças correm o risco de perder o ano lectivo, uma vez que as aulas começam a 4 de Fevereiro. Maria Brfgida de Lima não quer acreditar que isso venha a acontecer e não sabe o que fazer para contornar a situação.

"Todos os moradores têm filhos pequenos e em idade escolar e estão bastante preocupados, tendo em conta o início do ano lectivo. Penso que as autoridades não tiveram em conta este aspecto, logo torna-se difícil entender o que será destes garotos", lamentou. O edifício encontra-se vedado com bloco de betão e os pertences dos moradores encontram-se expostos ao sol e à chuva no largo do Baleizão.

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Francisco Alexandre, disse ao Jornal de Angola que não houve qualquer evolução quanto à situação de acomodação dos moradores do edifício do Baleizão e explicou que se está a trabalhar na busca de soluções.

Francisco Alexandre reconhece que o caso dos moradores do Baleizão surgiu de repente, mas, apesar de tudo, garantiu que as autoridades estão a trabalhar para a solução do problema nos próximos dias.

6.19 Programa de 200 fogos habitacionais concluído no Cubal e no Bocoio

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2019
Texto: Sampaio Júnior

No quadro do programa de fomento habitacional foi projectado a construção de fogos habitacionais em toda a província de Benguela, cabendo a cada município 200 unidades, tendo sido concluídos e

entregues apenas aos beneficiários do Cubal e do Bocoio.

Na Baía Farta foram construídas 30 casas, destinadas à juventude, a empreitada esteve a cargo de uma empresa desconhecida, "por não haver no local qualquer elemento de identificação da obra", os imóveis estão completamente abandonados e foram vandalizados pela população.

Na mesma localidade, desta feita na sede do município da Baía Farta, a obra de construção de um hospital também está paralisada e o edifício degradado por desgaste natural.

Nos municípios da Ganda, Balombo, Lobito e Catumbela foram levantadas simples paredes e fruto da paralisação das obras, que culminaram com o abandono por parte dos empreiteiros, "os amigos do alheio tomaram conta de tudo", denunciou o arquitecto.

As obras de construção da escola do I e II Ciclo, no Lobito, estão paralisadas e não há previsão de retomada das empreitadas, enquanto que no Balombo previa-se erguer dez residências para técnicos da saúde e professores, um centro de captação e tratamento de água e residência para o comandante municipal da Polícia Nacional.

Já no Caimbambo, as autoridades projectaram uma unidade de tratamento de tuberculose e 30 residências que seriam repartidas pelas comunas de Kanhamela, Kaiave e Catengue, para alojar os técnicos.

A nível do município do Cubal ficaram por concluir as obras de reabilitação da Delegação Municipal das Finanças, edifício da Igreja Católica, enquanto que na cidade de Benguela estava contemplada uma escola do I e II Ciclo.

6.20 Arrecadações do IPU crescem 15 por cento

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2019
Texto: Natacha Roberto

As receitas do Imposto Predial Urbano (IPU) ascenderam para 4,7 mil milhões de kwanzas, mais 15 por cento do que a arrecadação de Janeiro do ano passado, quando a cobrança se situava em 4,1 mil milhões, revelam dados da Administração Geral Tributária (AGT) obtidos ontem pelo Jornal de Angola.

A cifra corresponde à cobrança de 2,8 mil milhões de kwanzas do IPU sobre o Património e de 1,8 por cento do IPU sobre a Renda, mais 21 e 7,00 por cento que em Janeiro de 2018, quando os valores arrecadados foram, respectivamente, de 2,3 e 1,7 mil milhões de kwanzas.

O pagamento da primeira prestação do IPU teve início dia 1 deste mês e termina hoje. As repartições fiscais registaram ontem enchentes de contribuintes para pagarem o imposto, apesar de a AGT ter instituído um Call Center por onde é possível pagar e obter informações, bem como denunciar e fazer reclamações.

No início da cobrança do IPU de 2019, no começo de Janeiro, a AGT solicitou que os contribuintes fizessem o pagamento na Repartição Fiscal das áreas em que estão localizados os imóveis a tributar e que, caso pretendessem pagar em duas prestações, deveriam repetir o processo durante o mês de Julho.

O imposto incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento. Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração do Modelo 5 do IPU, para o inscrever.

A nota refere que os imóveis com valor patrimonial até cinco milhões de kwanzas, desde que não arrendados, estão isentos do pagamento do Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de imposto de 0,5 por cento.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel, são necessários uma descrição da localização, idade do imóvel, disponibilidade de serviços como a água, luz e saneamento básico e ainda área de construção do imóvel. Segundo a AGT, a conjugação destes aspectos determina o resultado da avaliação que pode ser acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas.

Caso não se proceda à liquidação do Imposto Predial Urbano, os contribuintes acumulam dívidas fiscais que podem dar origem à instauração de processos de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

6.21 Plano Metropolitano de Luanda abordado em conferência

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2019

Assente em quatro eixos, a conferência abordou aspectos a tomar em conta para fazer de Luanda e dos seus moradores uma parcela funcional e pessoas felizes, respectivamente.

A arquitecta Cristina Câmara abordou o tema "Cidades Verdes e Inteligentes" e questionada pela plateia se acreditava na efectivação do Plano Director de Luanda, a especialista anue, desde que todos os cidadãos individualmente e de forma colectiva se engajem a fazer do mesmo uma realidade.

A "Requalificação dos Musseques de Luanda e o seu Impacto Social" foi o tema dissertado pelo engenheiro Eliseu Feliciano que considera que, mais do que requalificar, é preciso incluir as pessoas em todo o processo.

O velho problema da mobilidade em Luanda foi tema abordado pelo engenheiro alívio Fernando, que apresentou propostas que na sua óptica podem tornar o tráfego na capital mais célere e, com isso, influir positivamente na produtividade e bem-estar das pessoas.

Os "Desafios da Micro, Macrodrenagem e das Ravinas e o seu Impacto na Qualidade de Vida dos Municípios de Luanda" foi abordado pelo engenheiro Angelino Quissonde.

A conferência é uma iniciativa da Radio Mais a saudar o 443º aniversário da Cidade da Quianda.

A Rádio Mais juntou -se ao centro de formação profissional Vias do Bem e tomou a iniciativa também no seguimento das comemorações dos seus 10 anos de existência.

7. TERRA

7.1 Benguela prepara emissão de terra para camponeses

Jornal O PAÍS

7 De Janeiro de 2019

Avançou o presidente da União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA), em Benguela, Simão Januário.

Em declarações à Angop, o responsável sustentou que a emissão dos títulos de terra para os camponeses corresponde a um desejo que o Presidente da República, João Lourenço, havia manifestado em Outubro último, na província do Huambo, aquando da abertura do ano agrícola 2018/2019.

Para tal, disse que a Unaca está a sensibilizar os camponeses para a sua mobilização no sentido de facilitar o trabalho dos técnicos do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), do Ministério da Agricultura e da Unaca, nos dez municípios da província de Benguela.

Aquele responsável indicou que cumprimento deste plano interno está por enquanto dependente da alocação de verbas que deverão suportar os encargos com o alojamento e alimentação do pessoal em serviço.

Sem revelar os valores, Simão Januário fez saber que os municípios encontram-se já preparados para a implementação deste plano e que, além destes associados em cooperativas, com ligações à Unaca, o grupo de técnicos vai, igualmente, atribuir títulos aos camponeses que trabalham individualmente.

Destacou a importância do título de terra por ser um documento que deverá provar a titularidade de espaços agrícolas perante qualquer autoridade, particularmente as entidades bancárias, em caso de necessidade de financiamento.

Como condição essencial para obtenção de um título, explicou, o camponês vai precisar do "aval ou prova testemunhal" de um soba que assuma a autenticidade do uso das terras por parte do mesmo.

Sobre as perspectivas de produção no ano agrícola 2018/2019, espera que a actual regularidade das chuvas se mantenham até Março próximo para estimular os homens do campo, enfatizando que os campos hoje apresentam-se verdes, prenúncio de uma boa safra.

Na presente campanha agrícola, foram preparados 256 mil e 383 hectares de terras aráveis com o envolvimento de 108 mil e 750 famílias camponesas, tendo em vista uma colheita de mais de 750 mil toneladas de produtos diversos.

7.2 Os conflitos de terra e o poder das municipalidades

Jornal de Angola

12 De Janeiro de 2019

A natureza escassa dos bens impele os agentes económicos para uma competição que, considerando a natureza humana, tende a resvalar para situações conflitantes que demandam o uso da força para a reposição da paz social. Um dos bens mais escassos, porque, diferentemente de outros, nomeadamente, aqueles cujo consumo passa justamente pela sua destruição, é a TERRA. A terra enquanto bem com valor económico e de utilidade elástica e variável, quer para fins urbanísticos quer para fins agropecuários e industriais, encerra um activo que suscita não só o interesse de pessoas físicas e empresas com propensão para as actividades lucrativas, mas também dos simples cidadãos sem apetência para o mundo dos negócios na medida em que estes têm necessidades habitacionais cuja satisfação não pode contornar a aquisição de parcelas de terreno para construção.

A paz e a estabilidade são elementos que valorizam a terra e por conta da celebração, entre o Governo e a UNITA, a quatro de Abril de 2002, do Memorando complementar ao Protocolo de Paz de Lusaka, que deram ao povo de Angola a oportunidade de iniciar uma nova caminhada, as suas terras, por si só já valiosas, entraram num processo de apreciação que só foi freado pela crise económica, financeira e cambial iniciado no limiar do ano de 2015. A apreciação em questão esteve na base do boom do imobiliário que atraiu um sem número de empreendedores nacionais e estrangeiros que durante um período excepcional da economia nacional fizeram verdadeiras fortunas construindo e vendendo imóveis para os mais diversos fins (habitação, comércio, escritórios e hotelaria). A actividade dos ora referidos empreendedores movida pela expectativa de obtenção de dividendos astronómicos dos seus investimentos, precipitou, como não podia deixar de ser, a subida generalizada dos preços dos terrenos para construção e não só.

A aprovação da Lei n.09/04, de 9 de Novembro (Lei de Terras) e do Decreto n.º58/07, de 13 de Julho (Regulamento Geral de Concessão de Terrenos) vieram munir o Estado-Administração de

instrumentos e poderes para "controlarem" o fenómeno imobiliário, contudo, os desvalores já cristalizados na sociedade angolana como a ganância, a desonestidade, o oportunismo e outros, que associados à morosidade processual que o poder judicial não logra contornar promoveram a criação de verdadeiros submundos que driblaram o Estado e a legislação aprovada e posta a vigorar. Como consequência directa deste fenómeno «protagonizados pelos submundos multiplicaram-se os conflitos de terras e por conseguinte cresceu o volume de litigância nos órgãos de conciliação consagrados na lei de terras e nos tribunais de todo o país.

Aliado ao fenómeno em questão que permitiu o enriquecimento de pessoas de má fé na sequência de apropriações ilícitas e ilegais de terrenos valiosos sucedidos de vendas e revendas a empreendedores imobiliários ávidos dos mesmos para neles erigirem complexos comerciais, habitacionais ou outros activos vendáveis, concorreu a prática da admissão pelas entidades concedentes dos pedidos de concessão de terrenos contra a apresentação de prova documental, testemunhal ou material da ocupação prévia da parcela de terreno que o particular pretende adquirir sob qualquer uma das modalidades previstas na lei, o que, em última instância legitima a sobreposição da razão da força para efeitos de assecuramento da ocupação efectiva de terras.

Como a admissão pelo Estado-Administração do processo de aquisição de direitos sobre terrenos depende da ocupação efectiva, os particulares, quando necessário, parece se sentirem à vontade para usarem da força privada para garantirem a ocupação de terrenos comercialmente valiosos. Refira-se que o requisito da ocupação prévia não decorre expressamente da lei ou do seu regulamento mas sim de procedimentos que pela sua reiteração se tornaram regra. A reiteração que, infelizmente, se tomou regra, revelou-se uma verdadeira pedra basilar para as fundações do negócio ilícito e enriquecedor de ocupantes de terrenos e, negócio esse que, tendo se cristalizado, vem fazendo sombra ao Estado-Administração na medida em que, nalgumas situações tem tido a capacidade de desincentivar os poderes públicos, nomeadamente, as municipalidades de, podendo, nos termos da lei, reporem a legalidade. O mesmo equivale a dizer que a despeito de lei ter criado mecanismos legais para as municipalidades, com o seu poder, diminuirão a pressão sobre o poder judicial, nem sempre esse poder local exerce estes poderes próprios.

É exemplo prático do ora enunciado a consagração do legislador no artigo 413.do Código de Processo Civil que, inequivocamente, confere poderes às

municipalidades para embargarem obras erigidas sobre terrenos alheios, situação muito recorrente em Luanda, onde cidadãos com direitos fundiários legal e licitamente adquiridos, vêm, não raras vezes, usurpadores se instalarem e implantarem, nos seus espaços, construções, sem a oposição do Estado. Se por um lado, os conflitos de terras são precipitados por actos de má fé de cidadãos movidos pelo desejo do lucro fácil por outro lado esta tendência encontra respaldo nos procedimentos administrativos de instrução de processos de aquisição de terrenos que deveriam privilegiar uma intervenção acentuada de entidades concedentes invertendo-se o quadro actual. Face ao exposto, resulta legítimo que a renovação das esperanças do povo angolano num futuro melhor sugeridas pelas reformas vigentes no país deve incluir a criação de expectativas no sentido da adopção pelo Estado-Administração de medidas idóneas para prevenir os conflitos de terras, e com isso a redução do volume de litigância, que em última instância seriam actos tendentes a conservação da paz e de consolidação do processo de reconciliação nacional, muito custaram ao povo angolano

7.3 Famílias devem aceitar proposta de realojamento

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2019

Texto: Kílssia Ferreiro

Oito dias depois de terem recebido ordem de desalojamento do edifício seiscentista, no Baleizão, em Luanda, que se encontra em colapso, os ex - moradores continuam ao relento, defronte ao Largo do mesmo nome, alegadamente porque as condições criadas no bairro da Paz, no Distrito Urbano do Ngola Kiluanje, no município do Sambizanga, "são desumanas e põem em perigo" as suas vidas.

As declarações foram prestadas ontem, ao Jornal de Angola, por Manuel Vieira, 50 anos, que viveu 37 naquele edifício do centro da cidade de Luanda. Pai de três crianças' disse que o espaço provisório, no Ngola Kiluanje, indicado pela Administração do Distrito Urbano da Ingombota, "não tem condições básicas, principalmente de segurança", tendo salientado: "queremos um lugar digno para as nossas famílias".

Em declarações ao Jornal de Angola, Francisco Alexandre, director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, esclareceu que 16 famílias residiam naquele edifício, ao contrário das "24 ou 30 noticiadas pela imprensa".

Alexandre Francisco disse que neste momento está em curso um processo de negociação com os ex-moradores, mas salientou que é necessário que as famílias entendam que o edifício em causa é privado e o papel do Estado é de salvaguardar as vidas humanas que se encontram em risco.

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda explicou que as condições foram criadas no âmbito de um plano de emergência, "que é retirar as famílias e colocá-las num lugar provisório e seguro, visto que aquele edifício seiscentista pode desabar a qualquer momento".

Alexandre Francisco apelou às famílias no sentido de aceitarem a proposta da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, acentuando que é a única solução para alojá-las de emergência, na medida em que não vai ser possível manter a Policia

Nacional e a unidade de Protecção Civil e Bombeiros em prontidão, durante muito tempo, devido aos custos.

Quanto às reclamações do grupo de moradores que se deslocou até ao local provisório, Alexandre Francisco esclareceu que as condições já foram melhoradas, sublinhando que "neste momento a prioridade é criar uma cozinha comunitária".

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda garantiu que se está a trabalhar no sentido de encontrar um outro terreno para a auto-construção dirigida, mas frisou que "é um processo que requer algum tempo".

O que se pretende é ceder terrenos em Luanda para que as famílias, até então residentes no edifício seiscentista do Baleizão, possam construir as suas próprias residências", disse o responsável para quem o "Estado não tem obrigação de dar casa, porque não tem, mas tem uma responsabilidade social a cumprir junto da população necessitada".

O edifício seiscentista, considerado "Património Histórico do Infante Cultural por decreto número 86, Boletim Oficial número 222 de 23 de Setembro de 1947", não tem energia eléctrica há dez anos.

7.4 Administração de Benguela junta-se ao SIC para conter ocupação ilegal de terreno

Jornal O PAÍS

17 De Janeiro de 2019

Texto: Constantino Eduardo

Está instalada uma agitação para a qual a Administração Municipal de Benguela terá de encontrar as melhores fórmulas e estratégia de a resolver rapidamente, sob pena de criar outros contornos, de acordo com as pessoas familiarizadas com o dossier.

Um grupo de cidadãos, com documentos emitidos em 2015 pelo órgão da administração local do Estado, entre os quais títulos de propriedade e croquis de localização, reclama a titularidade de espaços que, supostamente, estariam a ser ocupados de forma "ilegal" por um outro grupo de cidadãos. O segundo grupo defende que os terrenos lhes foram cedidos pelos fiscais da Administração.

Para se ultrapassar tal situação, segundo os titulares dos terrenos, a Administração, encabeçada por Carlos Guardado, emitiu uma nota a convocar os mesmos para uma reunião na última Terça-feira, 15, no Comando Provincial da Polícia Nacional. Porém, postos no local, os cidadãos foram confrontados com a informação de que aquele órgão de segurança interna não tinha conhecimento da aludida reunião.

"Chegámos aqui e o Oficial-Dia disse-nos que a polícia não sabe de nada. Agora já não sabemos mais o que fazer", reclama Alexandre Lourenço, que almejando o sonho da casa própria conta com uma parcela de terreno que hoje está volvida em confusão.

Um outro titular, identificado apenas por João, explica que pagou 400 mil Kz, por um terreno de 20/20m, e tem todos os documentos (título de propriedade e croquis de localização), passados pela Administração Municipal de Benguela, pelo que não entende como é que agora aparecem outros indivíduos alegando a titularidade.

Contactado por este jornal, um responsável da Administração, que não quis ser identificado nem gravar entrevista, confirmou o desconhecimento do encontro por parte do Comando Provincial da Polícia Nacional, justificando que, na altura, o assunto estava a ser articulado pelo Gabinete Jurídico da Administração e que a reunião só não se realizou porque decorria, no mesmo local, um encontro técnico daquele órgão do Ministério do Interior.

Por outro lado, garante que, nos próximos tempos, os mais de 50 titulares dos terrenos em causa deverão proceder à construção das suas moradias sem impedimento nenhum. Para o efeito, a sua instituição envolveu os Serviços de Investigação Criminal, de modo a impedir que outros cidadãos se apropriem destes espaços.

A administração municipal de Benguela, adianta a nossa fonte, oportunamente deverá pronunciar-se sobre o caso, quer por via da Repartição de Ordenamento ou pela Área Jurídica, esta última que está a acompanhar milimetricamente o caso.

Mais do que culpabilizar os cidadãos que ocupam "ilegalmente" os terrenos, o sociólogo Victorino Roque, em entrevista à rádio Benguela, chama a atenção para a necessidade de o Estado cumprir com o seu papel, sustentando que esta acção da população deriva do comportamento do Estado, que muitas vezes é chamado a garantir a habitação à população.

Victorino Roque pede aos cidadãos que se sujeitem às regras impostas: "o cidadão tem de respeitar as instituições do Estado e cumprir a lei," porque, do ponto de vista legal, a terra é propriedade (originária) do Estado.

Entretanto, entende que, para se efectivar tal desiderato, os órgãos do Estado devem funcionar para ajudar a resolver os problemas sociais dos cidadãos, gizando, deste modo, políticas públicas e mecanismos de efectivação dos planos do Governo.

7.5 Jurista acusa Administração de Benguela de envolvimento na ocupação ilegal de terrenos

Jornal O PAÍS

18 De Janeiro de 2019

Texto: Constantino Eduardo

Em causa está o caso de ocupação desenfreada de terrenos que se vai registando um pouco pelo município de Benguela, com maior incidência para a zona B, responsabilidade que a actual administração de Carlos Guardado herdou do anterior consulado de

Leopoldo Muhongo, actual vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas.

Viena disse ser inconcebível o que se está a passar em Benguela, Francisco Viena, advogado onde a Administração é acusada pelos cidadãos de ter cedido terrenos duas vezes e considera o acto de "criminoso", sugerindo a responsabilização dos autores.

Conhecedor dos meandros político e administrativos da urbe, o jurista acredita que a venda ilegal de terrenos tenha enriquecido vários dirigentes, sobretudo os que passaram pela Administração Municipal de Benguela nos últimos anos.

Sublinhou que a questão da venda de terrenos remonta há muito tempo, mas refere que estes problemas de ocupação foram causados pelos administradores que governaram Benguela.

"A sensação que tenho é a de que os administradores fazem de propósito, para enriquecimento ilícito", disse.

No meio do desentendimento, e socorrendo-se da lei, o também secretário da CASA-CE em Benguela diz que os cidadãos que têm a posse material dos terrenos devem ter protecção jurisdicional do Estado.

Para o jurista, os que têm apenas a posse devem reivindicar junto da Administração Municipal, e se a reclamação não for colhida, devem recorrer a um advogado para desencadear as acções competentes, com vista a terem o seu direito protegido, aconselhou.

Dinheiro desembolsado

Vários cidadãos, sobretudo os que desembolsaram 400 mil kwanzas para aquisição de um terreno para construção de residência, armazéns ou afins, cujo espaço é de por 20mx20m, acusam fiscais de os terem vendido de forma ilegal.

Sobre este assunto, Francisco Viena responsabilizou os antigos titulares da Administração como tendo sido os fomentadores desta situação, argumentando que, ante a dimensão da questão, nenhum funcionário de base se atreveria a conceder terrenos.

"Quem pratica os actos da administração do Estado, e fundamentalmente na transmissão de títulos de concessão, não é um funcionário de base, é, conseqüentemente, o administrador municipal, porque é ele que tem prerrogativas, nos termos da lei, para fazer concessão ou não", disse.

Em relação aos cidadãos que adquiriram terrenos por 27 mil kwanzas, no âmbito do programa de auto-construção dirigida, delineado pelo antigo governador Isaac dos Anjos, Viena sugere a responsabilização do Estado, por ter recebido dinheiro do cidadão sem que, em contrapartida, este tivesse benefício do pagamento que fez do terreno que, supostamente, o Estado tinha para vender.

"Penso que aí o Estado está com comportamento que fere o princípio da legalidade da Administração Pública, porque não pode praticar actos contrários à lei. Ou seja, o Estado tem que vender aquilo que tem", elucida.

O antigo administrador de Benguela, hoje vice-governador para a esfera Técnica e Infra-estrutura, um dos visados por Viena, contactado (via telefone), não atendeu a OPAÍS.

7.6 Desapropriação de terras inviabiliza cooperativas

Jornal de Angola
22 De Janeiro de 2019
Texto: Ana Paulo

O esbulho, pelo qual os camponeses são desapossados das suas terras, figura entre as principais dificuldades da legalização de milhares de empreendimentos agrícolas, de acordo com as declarações do presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA).

Albano Lussaty afirmou ao Jornal de Angola, para ilustrar a situação, que entre 2015 e 2018, a Confederação registou 1.983 cooperativas, mas só 1.388 ficaram inscritas à luz da lei, que preceitua a posse de terra.

A UNACA tem, entretanto, 8.129 associações inscritas - a uma média de 50 ou 60 por município -, o que representa 1.031.431 camponeses filiados.

A associação enfrentou esse problema com mais incidência no período de 2015 a 2017, quando a desapropriação de terras criou muitas dificuldades à comunidade camponesa, tendo como protagonistas o que Albano Lussaty chamou "cidadãos de ma-fé, muitos deles grandes oficiais".

"Em algumas situações tivemos de recorrer ao Governo para acudir: respondendo de forma positiva, muitas terras foram devolvidas aos camponeses mas outras ainda têm processos pendentes", frisou.

Em Luanda, avançou, a situação dos camponeses no domínio da posse de terra é muito complexa: devido ao crescimento da cidade, as pequenas lavouras desapareceram para dar lugar a infra-estruturas habitacionais e sociais, como as novas centralidades.

A centralidade do Sequele, apontou, está implantada numa área antes ocupada por cooperativas e associações de camponeses que tiveram de a deixar para beneficiar o programa habitacional do Governo, o qual favorece milhões de cidadãos.

A aposta do Governo na construção de infra-estruturas é benéfica, considerou Albano Lussaty, sublinhando ser necessário que, para cada espaço seleccionado, se negocie com os camponeses para que não haja constrangimentos. "Quando cedemos um espaço, estamos a melhorar um lado, mas, também estamos a criar outros problemas, porque quando é retirada a terra, muitos camponeses não recebem outra em troca", indicou.

Crédito agrícola

O presidente da UNACA manifestou confiança nas opções de política agrícola adoptadas pelo Governo, norteadas, entre 2018 e 2022, pelo Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), qual vai fazer com que o Estado abandone papel de actor da actividade económica, para assumir a função institucional de coordenador e regulador.

"O PRODESI é um projecto de louvar porque vai criar a abertura necessária para o reforço do papel da agricultura familiar", considerou o responsável que, entretanto, apontou deficiências aos programas institucionais de financiamento ao longo dos anos adoptados para o sector agrícola.

"Muitos programas e projectos de financiamento criados para o sector falharam", disse, por terem servido mais os interesses instalados do que os objectivos traçados.

O Programa de micro-crédito, recordou, não beneficiou apenas camponeses, como também cidadãos ligados a outras actividades, o mesmo aconteceu com o Crédito de Campanha, que serviu mais "comerciantes do mato" desconhecidos dos hábitos e das necessidades dos agricultores.

Os prazos de reembolso do Crédito de Campanha - dez meses para a restituição do equivalente a cinco mil dólares - também eram curtos demais, 'absorvendo o valor das colheitas.

Angola Investe, o último desses programas, "também foi mal distribuído": das 1.388 cooperativas legalizadas, apenas uma foi beneficiada pelo financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

"Sempre que se trata de crédito de financiamento, aparecem elementos de cooperativas fantasmas, que perturbam o processo", lamentou.

Lussaty considera que a produção agrícola angolana também deve ser protegida como abandono da exportação de banana, laranja, batata-rena e doce, mandioca, milho e soja, cebola, tomate, repolho, feijão e outras leguminosas.

7.7 Administração acusada de incentivar conflitos de terras em Benguela

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2019

Texto: Constantino Eduardo

Conselho Provincial de Concertação Social, reunido na cidade de Benguela, responsabiliza as instituições públicas pelos recorrentes conflitos de terra, naquilo que considera ser "falha do Estado quanto à sua função e obrigação".

Em declarações à imprensa, depois de ter tomado posse como membro do Conselho Provincial de Concertação Social, nesta Terça-feira, Jaime Azulay disse que "o Estado falha na sua função de soberania, pois o cidadão tem tendência para tomar (ele próprio) as iniciativas e estas, muitas das vezes, afiguram-se à margem da lei (é um livre arbítrio)".

Para aquela entidade, quando a Administração funciona de uma forma irregular e a corrupção campeia na maior parte dos órgãos, o desempenho pode-se traduzir em anarquia total.

Os conflitos de terra que acontecem no município sede de Benguela, com a Administração a prometer avançar com demolições de casas erguidas em zonas consideradas "reservas fundiárias do Estado", são dos exemplos da "falência" dos órgãos da Administração Pública, que, no entender do também jurista, deveriam ser encarados com maior responsabilidade.

"Eu digo isso por experiência própria. Como jurista e advogado, não consigo legalizar um terreno onde está construída uma casa de madeira há mais de 10 anos", disse Jaime Azulay para quem a base desta situação está consubstanciada na excessiva burocracia,

forçando o cidadão, por vezes, a envolver-se em esquemas de corrupção.

"Estamos nessa anarquia a que é preciso pôr cobro, senão o país não avança, vamos ficar a marcar passos daqui a mais 15, 40 anos. É preciso mudar primeiro o nosso comportamento", rematou.

Jaime Azulay chama à atenção de quem dirige o respeito pela legalidade "dos actos praticados pelos próprios órgãos da Administração".

Questionado sobre os conflitos de terra vigentes em Benguela, urna vez que os munícipes visados esperam por uma posição institucional de quem detém a titularidade da acção executiva, o governador de Benguela, Rui Falcão, não comenta o caso, limitando-se apenas a dizer que se criou "o Conselho das Comunidades".

7.8 Fazendas paralisadas preocupam o Governo

Jornal de Angola

23 De Janeiro de 2019

O Governo Provincial de Benguela promete criar pontes para parcerias entre fazendeiros do município da Ganda e empresários estrangeiros, para dinamizar o agro-negócio na circunscrição.

A garantia foi dada pelo director do Gabinete Provincial da Agricultura e Florestas de Benguela, José Gomes Silva, num encontro, na segunda - feira, na Ganda, com agricultores, fazendeiros líderes de movimentos Cooperativos e associações de camponeses.

Das 167 fazendas agrícolas registadas no município, de acordo com o responsável, apenas seis foram reactivadas, até à data, por incapacidade financeira dos actuais proprietários.

A maioria dos fazendeiros, disse, enfrenta grandes dificuldades financeiras, alguns dos quais sem possibilidades mínimas para desenvolver o que quer que seja.

No encontro, os agricultores, fazendeiros, líderes de movimentos cooperativos e associações de camponeses, apontaram, ainda, o mau estado das vias de acesso aos campos agrícolas.

Aos fazendeiros, José Silva recomendou o recurso a créditos bancários e prometeu o engajamento das autoridades no estabelecimento de parcerias com o empresariado estrangeiro. Os apoios do Governo,

prosseguiu, estão agora mais virados para o apoio à agricultura familiar.

No segmento da agricultura familiar, de acordo com a Angop, as preocupações colocadas têm a ver com a falta de motobombas, diques, açudes e chimpacas para irrigação das culturas e bebedouros para o gado. O problema do escoamento dos produtos também foi levantado pelos camponeses.

O director do Gabinete da Agricultura e Florestas em Benguela foi informado do surgimento de uma doença bovina contagiosa no município e lamentou o facto de 33.000 criadores dos 37.000 existentes na circunscrição se furtarem à campanha de vacinação organizada pelas autoridades.

O município da Ganda está há um mês sem chuvas, situação que preocupa as autoridades. O presidente da União das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas (Unaca) na Ganda, Modesto Julião, disse não alimentar grandes esperanças, este ano, nas colheitas de milho e feijão, devido à escassez de chuvas, associada ao início tardio da campanha agrícola na região.

A estiagem, lembrou, é um fenómeno cíclico, que acontece todos anos, e cuja saída passa pela aquisição de motobombas para irrigação, estando os camponeses com dificuldades por falta de meios financeiros. Os camponeses associados em cooperativas deixaram de beneficiar de crédito agrícola há mais de cinco anos, estando muitas motobombas adquiridas no passado avariadas, afirmou.

Com a ausência de chuvas na Ganda, já se faz sentir a escassez de produtos agrícolas nos mercados locais e os poucos que aparecem são adquiridos a preços altos. A título de exemplo, um quilograma de milho, antes vendido a 70 kwanzas, custa agora 150, a mesma quantidade de fuba que era comercializada a 150 kwanzas custa agora 200, enquanto um quilograma de feijão passou de 300 para 400 kwanzas.

Na Ganda, a Unaca controla 14.971 famílias camponesas, incluindo 6.356 mulheres, enquadradas em 20 cooperativas e associações agropecuárias.

7.9 Apenas 25 por cento da população do Huambo possui BI

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2019

A informação foi avançada ontem, à Angop, pelo delegado da Justiça e dos Direitos Humanos do Huambo, Ernesto Estevão Pedro, ao afirmar que os

referidos cidadãos trataram e receberam os seus BI deste a informatização dos Serviços de Identificação Civil e Criminal no país, a 30 de Outubro de 2001 até ao final de 2018.

De acordo com o responsável, a cifra está aquém das expectativas, que era de atingir, nos últimos 17 anos, metade da população da província. Apontou a falta de serviços de identificação civil e criminal em alguns municípios da província, assim como a insuficiência de meios como condicionantes que impossibilitaram a obtenção do documento por mais cidadãos. Informou que dos 11 municípios da província, apenas sete possuem os serviços de identificação, entre os quais, o Huambo, com três repartições, Caála e Bailundo, Longuimbali, Ucuma, Caála e E Cunha, todos com um cada, perfazendo um total de nove postos em toda extensão da região planáltica do país.

Contudo, assegurou que esforços a nível local e ministerial estão a ser envidados para que as localidades que ainda não dispõem de postos de identificação civil sejam abrangidas.

No seu entender, a municipalização dos serviços do sector vai permitir que ali onde os cidadãos estiverem sejam devidamente identificados e obtenham o seu bilhete de identidade, sem necessidade de se deslocarem para outras zonas, muitas vezes com custo de transportação avultados.

7.10 Moradores do Baleizão à espera de alojamento

Jornal de Angola

29 De Angola de 2019

Texto: Kílsia Ferreira

Antigos moradores do edifício do Baleizão, em Luanda, continuam a pernoitar em frente à antiga residência, um mês depois de serem desalojados pela Administração do Distrito da Ingombota, alegando que o espaço indicado para acomodação não reúne as mínimas condições de habitabilidade.

Depois de terem sido desalojados em função do estado avançado de degradação do edifício, as 24 famílias lamentam a atitude das autoridades e apelaram a uma maior compreensão, uma vez que as condições criadas para acomodação estão muito aquém das expectativas.

Maria Brígida de Lima considera desumano colocar as pessoas em tendas. "Estivemos por diversas vezes no bairro da Paz, no Distrito Urbano do gola Kiluanje, no município do Sambizanga, onde dizem

ter criadas as condições. Não estamos a pedir o melhor, mas aquelas que foram criadas não queremos".

Enquanto persiste o impasse, as crianças correm o risco de perder o ano lectivo, uma vez que as aulas começam a 4 de Fevereiro. Maria Brígida de Lima não quer acreditar que isso venha a acontecer e não sabe o que fazer para contornar a situação.

"Todos os moradores têm filhos pequenos e em idade escolar e estão bastante preocupados, tendo em conta o início do ano lectivo. Penso que as autoridades não tiveram em conta este aspecto, logo torna-se difícil entender o que será destes garotos", lamentou. O edifício encontra-se vedado com bloco de betão e os pertences dos moradores encontram-se expostos ao sol e à chuva no largo do Baleizão.

O director do Gabinete de Comunicação e Imagem da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Francisco Alexandre, disse ao Jornal de Angola que não houve qualquer evolução quanto à situação de acomodação dos moradores do edifício do Baleizão e explicou que se está a trabalhar na busca de soluções.

Francisco Alexandre reconhece que o caso dos moradores do Baleizão surgiu de repente, mas, apesar de tudo, garantiu que as autoridades estão a trabalhar para a solução do problema nos próximos dias.

7.11 Terrenos na orla marítima

Jornal de Angola
30 De Novembro de 2019
Texto: Sampaio Júnior

Ao longo do litoral da província de Benguela, o betão armado invadiu as praias devido a ocupação desordenada dos espaços da orla marítima por parte de alguns cidadãos.

A ocupação desenfreada de terrenos ao longo da orla marítima tem estado a diminuir os espaços de diversão para banhistas e turistas e ao mesmo tempo os terrenos com vista ao mar que proporcionam beleza ímpar são muito cobiçados.

Em Benguela, enormes extensões da praia estão cercadas de chapas e paredes de betão, impedindo milhares de pessoas desfrutarem de lazer, principalmente em época de calor tórrido.

Muitas das parcelas de terra cedidas em zonas balneares, a alguns cidadãos, a custo zero, receberam projectos imobiliários de alto rendimento, com financiamentos de bancos e noutros casos com

dinheiros dos contribuintes estão também paralisadas e entregues à sua sorte.

7.12 Reabertura de praias por ora privatizadas requer estudo ambiental preventivo

Jornal O PAÍS
30 De Janeiro de 2019
Texto: Alberto Bambi

A recentes notícias segundo as quais as praias privatizadas ar entidades particulares ou colectivas serão liberadas agradou aos ambientalistas, entretanto os mesmos chamam a atenção para a necessidade de se criarem orientações preventivas, a fim de se salvaguardar a vida nesses espaços.

As zonas de mangais como as do Benfica, popularmente chamada praia dos Morro dos Veados e das proximidades da ADPP, no distrito da Barra do Kwanza, município de Belas, em Luanda e outras com características semelhantes, mereceram a atenção desses especialistas, que aconselharam mesmo o Governo a criar gabinetes científicos desse sector.

Inácio Camati referiu que todo e qualquer movimento frenético e instalação de estruturas que considera anormais provocam introdução de energia, que, do ponto de vista das ciências ambientais, têm a ver com o calor, ruído e lixo provenientes da presença e do elemento humanos, que são prejudiciais aos seres vivos típicos do referido habitat.

"E é preciso explicar a natureza de animais como a garça branca e o flamingo, teoricamente considerados como aves fiéis, por terem tarefas directamente participadas no ciclo de vida, sobretudo no processo de reprodução, no qual, enquanto a fêmea põe ovos, é o macho que os choca, sendo este que procura alimentos para mãe e filhos, enquanto a «parceira» cuida dos novos seres", detalhou o ambientalista, tendo acrescentado que, por essas e outras razões delicadas, no seu habitat, não deve existir barulho.

Inácio Camati esclareceu ainda que a alta frequência dos banhistas, turistas e outros, nas praias próximas dos mangais, põe em risco a manutenção da vida dos animais mais vulneráveis à presença humana, principalmente os caranguejos e espécies do mesmo grupo.

A não frequência desses lugares, além de preservar o estado natural dessas áreas, conserva também a vida dos referidos seres vivos.

Ainda assim, o ambientalista recomendou a abertura guiada dos frequentadores dessas zonas, de modo a que, por via de programas de educação ambiental, os mesmos tenham uma postura de preservação das espécies.

O académico, que defende encerramentos periódicos para salvaguardar ciclos de reprodução e potenciamento das cadeias alimentares, alertou ao Estado angolano para impedir a construção de estruturas definitiva nos mangais, por serem partes naturalmente húmidas.

Reforço da educação ambiental

Para outros ambientalistas ouvidos por O PAÍS, o que preocupa é o facto de essas zonas, quando frequentadas, serem abertas à actividade pesqueira, razão pela qual reforçou a ideia de se criarem gabinetes e centro de estudos afins, de forma a evitar que nem o ecossistema, nem os banhistas fiquem totalmente prejudicados no que toca aos seus interesses.

Os especialistas disseram que a prática da pesca em zonas com mangais também devia ser de forma orientada, porque, quando é feita de modo desregrado, acaba por comprometer a cadeia alimentar e as condições naturalmente criadas para a reprodução das espécies que habitam estas áreas.

Recomendaram igualmente que sejam criados dispositivos para se contrapor às acções de factores climáticos, como ventos, seca e outros, que podem atentar contra a vida saudável nos mangais.

Finalmente, o depósito de águas residuais e fecais em alguns sítios do género, foi tido em conta pelos académicos dessa área científica, para os quais a convivência da água com substâncias tóxicas periga a continuidade dos animais típicos desses habitats.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Capital continua igual a si mesma

Jornal de Angola

3 De Janeiro de 2019

Texto: Luciano Rocha

Luanda chega ao fim de mais um ano praticamente igual, em alguns casos até pior, a como começou, nível de iluminação eléctrica, pública ou domiciliária, tal como a água potável, trânsito automóvel e pedonal, lixo, estado das vias, insegurança.

Estado das vias

Becos, ruas, avenidas, quase tudo o que sejam vias de circulação automóvel, por deficiente construção, idade, mau uso, falta de manutenção e limpeza, continuaram, salva raras excepções, a degradar-se, tal como os passeios, com consequências negativas para viaturas, condutores, transeuntes e imagem da própria capital e do resto da restante província, onde se situa.

Nos últimos meses, algumas artérias foram reparadas' outras apenas remendadas, a dar-lhes o aspecto de cobertor retalhado. Com os passeios passou-se o mesmo. Mas, os buracos e buracões, autênticos alçapões para automobilistas e peões, continuaram a distinguir Luanda. Com os inconvenientes que isso acarreta. A nível da integridade física e monetária.

Os parques de estacionamento automóvel mantiveram - se praticamente inexistentes, com os condutores a "arrumarem" as viaturas em tudo que é espaço vazio: passeios, passadeiras, esquinas, em frente a portões de quintais e garagens particulares. O que contribuiu para o caos do tráfego rodoviário e pedonal.

A juntar a tudo isto, e mais uma quantidade quase infinita de impedimentos à normal circularão de carros e transeuntes, houve a falta de passadeiras, as quase invisíveis devido à tinta desbotada pelo tempo e as que, por distração de quem as pintou ou falta de tinta, se ficaram pela metade das artérias, cabos e tubos, de toda a espécie, a saírem do solo, árvores e candeeiros públicos tombados por terra, falta de semáforos, separadores de vias sem reflectores que os tomassem visíveis a automobilistas e peões na escuridão da noite.

Condutores, cobradores, "lotadores" de táxis colectivos, zungueiras e zungueiros sem zunga,

traficantes ilegais de moeda, que encanaram a pirâmide de ilegalidades visíveis a olho nu, principalmente os últimos, ajudaram, igualmente, a manter o pandemónio em Luanda, numa demonstração que a "Operação Resgate", que acudiu a algumas situações, frise-se, terminou 2018 longe de atingir os objectivos propostos.

Após os primeiros dias, em que se verificou ligeiro desanuviamento na balbúrdia luandense, a confusão regressou. Candongueiros e moto táxis voltaram a parar e estacionarem onde quiseram, não raro, perante a passividade de agentes da Policia, com todo o cenário que os rodeia e provocam. Principalmente os "lotadores" em correrias, constantes, pregões que mais parecem ameaças, discussões entre eles, com eventuais clientes e os próprios motoristas. Muitos dos passeios, devolvidos aos peões nos primeiros dias da "Operação Resgate", em breve se transformaram, outra vez, em amontoados de pequenas kitantas e postos de venda de dinheiro.

Entre artérias restauradas ou remendadas e "resgates" possíveis, houve coisas positivas como o das passadeiras aéreas, agora com a função pela qual foram criadas depois de desimpedidas das "bancas" de "vender tudo" e a boca de esgoto, na Rua da Alfândega, tapada após mais de uma década aberta, num perigo permanente para os milhares de peões e de viaturas automóveis que diariamente circulam por ali.

Água e luz

Os sistemas de electricidade e água potável, tanto a nível domiciliário, como público, sem terem atingido os níveis desejados, melhoraram na parte final do ano que já lá vai.

O manto de escuridão que cobria praticamente Luanda, de uma ponta à outra, mal o sol se punha, deixou de ser tão vasto nos últimos dias de 2018, embora haja zonas, onde se manteve, num convite ao crime, atropelamentos e colisões automóveis. Mas, se há candeeiros públicos que continuaram ininterruptamente apagados, outros, alguns nas mesmas artérias, mantiveram-se acesos noite e dia. Os semáforos é que passaram a ser apenas objectos sem utilidade.

Com a água, a situação foi idêntica. Houve áreas, onde escasseou, enquanto noutras sobrava. Ao ponto de escorrer, pela via pública, durante horas a fio, às vezes dias, em caudais, com várias ramificações.

Lixo e desmamo

Luanda adormeceu em 2018 suja e desmazelada e acordou este ano na mesma devido a uma série de

circunstâncias por demais conhecidas, com consequências nefastas.

A situação, com culpas repartidas, transformou-a num viveiro gigante de doenças trazidas pelos mosquitos, mas também por baratas, ratos, que se passeiam, dia e noite, nas ruas imundas, com contentores sem tampa, alguns, nem fundo, na companhia de cães e gatos vadios.

Luanda continuou a ser em 2018 uma cidade suja e mal cuidada. Com árvores por podar, troncos do que restam de alguma delas, caídos na via pública. Juntamente com postes de iluminação pública e sinais de trânsito derrubados, sarjetas entupidas por falta de limpeza ou propositadamente tapadas, bocas de incêndio sem água, capinzais por cortar, carência de espaços verdes e parques infantis, leitos secos de lagoas de águas da chuva à espera que ela caia para os encher.

Luanda terminou também 2018 com placas toponímicas insultuosas, edifícios patrimoniais abandonados, parte do Museu das Forças Armadas tapado por prédio destinado. a centro de consumo. E transformada, toda ela, num "urinol público a céu aberto".

Notas de realce, pela positiva, a juntar à tampa que, ao fim de anos, foi posta na boca de esgoto da Rua da Alfândega, o combate à condução automóvel sob efeito de álcool, a "Operação Resgate", apesar de deficiências verificadas. Destaque, ainda, para a aprovação, pelo Conselho de Ministros, do novo modelo de recolha de lixo doméstico, e entrar em funcionamento já em 2019. Que, para já, cria expectativas e há -de fazer parte do balanço de 2019.

8.2 Cólera

Jornal 24 Horas

4 De Janeiro de 2019

A cólera geralmente surge em contextos que envolvem superlotação e acesso inadequado à água limpa, coleta de lixo e banheiros. A doença causa diarreia profusa e vômitos, que podem levar à morte por desidratação intensa, por vezes, em questão de horas.

O risco de contracção de cólera é maior logo após emergências, como o terramoto que devastou o Haiti em 2010, mas pode acontecer em qualquer lugar. A situação pode se tornar especialmente problemática durante a estação chuvosa, quando as casas e latrinas inundam e a água contaminada se acumula em poças.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), todos os anos, há de 1,4 a 4,3 milhões de casos de cólera e de 28 mil a 142 mil mortes no mundo devido à doença.

Causa

A cólera é causada por uma infecção no intestino provocada pela bactéria *vibrio cholerae*. A bactéria faz com que as células que revestem o intestino produzam uma grande quantidade de fluidos que causam diarreia e vômitos.

A infecção se espalha quando há ingestão de alimentos ou água contaminada com fezes ou vômito de uma pessoa infectada com a doença.

O suprimento de água ou comida contaminadas pode causar surtos maciços em um curto espaço de tempo, principalmente em áreas superlotadas, como favelas ou campos de refugiados.

Sintomas

Geralmente, os sintomas aparecem de dois a três dias após a infecção, mas podem surgir em algumas horas ou em até cinco ou mais dias. A infecção por cólera é normalmente leve e assintomática, mas, por vezes, pode ser grave, resultando em diarreia aquosa profusa, vômito e câimbras nas pernas. O paciente rapidamente perde fluidos corporais, o que leva à desidratação e ao choque. Sem tratamento, a infecção pode levar à morte em questão de horas

Diagnóstico

A cólera pode ser diagnosticada por meio do exame de amostras de fezes ou do reto, mas, devido à rápida evolução da doença, o tempo para a realização do exame é normalmente curto.

Em meio a uma epidemia, o diagnóstico é geralmente feito com base no histórico do paciente e em um breve exame. O tratamento é iniciado antes mesmo que o laboratório confirme o diagnóstico.

Tratamento

A cólera pode ser tratada de forma simples e efectiva por meio da reposição imediata dos fluidos e sais perdidos devido aos vômitos e diarreia. Com a reidratação imediata, menos de 1 % dos pacientes morrem.

As vítimas da cólera são sempre tratadas com soluções de reidratação oral - soluções pré-embaladas de açúcares e sais misturados com água e ingeridos em grande quantidade. A reposição dos fluidos em caso de estado grave deve ser feita de forma

intravenosa e, por vezes, combinada com antibióticos.

8.3 Abastecimento de água é prioridade para 2019

Jornal de Angola

10 De Janeiro 2019

Texto: Elautério Silipuleni

O governador provincial do Cunene exortou, em Ondjiva, os administradores municipais para um maior engajamento no Programa de Municipalização dos Serviços Integrados de Saúde, Educação e da problemática do abastecimento de água à população e ao gado nos seis municípios da província.

Virgílio Tyova, que falava no acto de tomada de posse dos novos administradores municipais do Cuvelai, Cahama, Cuanhama, Curoca e Namacunde, defendeu “um esforço suplementar para a resolução da problemática da falta de água em várias localidades, implementando-se projectos que no curto espaço de tempo dêem resultados palpáveis”.

De acordo com o governante, a implementação de programas que visam resolver em definitivo o problema da falta de água, com a abertura de represas, furos de água e a revitalização dos sectores da Educação e da Saúde, saneamento básico, e a melhoria das vias de acesso nos municípios, constitui a principal prioridade das administrações municipais.

“As administrações municipais têm orçamentos para a melhoria dos variados serviços, mas é preciso trabalharmos mais”, disse, acrescentando que “o Executivo está a trabalhar para que as políticas públicas correspondam cada vez mais às aspirações do cidadão”.

Foram empossados os administradores municipais do Cuvelai, Germano Nambalo, da Cahama, Maria Oliveira, de Cuanhama, Eugénio Ndamenaposi, de Curoca, Mbambi dos Santos, e de Namacunde, Isabel Ndesafela. Virgílio Tyova conferiu ainda posse ao chefe do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Governo Provincial, Anselmo Sobrinho.

8.4 Contentores de lixo estavam a transbordar

Jornal de Angola

12 De Janeiro de 2019

Contentores a transbordar e com muito lixo no chão foi o cenário dado a ver ontem, ao longo de todo o penado da manhã, em algumas das ruas mais movimentadas da zona urbana de Luanda, constatou o Jornal de Angola.

Embora as equipas de operários afectos à Galvão Queirós, a operadora contratada para recolha de residuais sólidos e limpeza a nível da zona urbana de Luanda, estivessem a varrer as ruas da cidade, a verdade é que esse trabalho contrastava com a enorme quantidade de lixo depositado em contentares, que até ao final da manhã se mantinham intactos, sem serem recolhidos para o aterro sanitário dos Mulenvos de Cima, em Viana.

Até muito próximo do meio dia, todos os contentares de lixo instalados ao longo da Avenida 21 de Janeiro, concretamente do troço do Aeroporto até à zona da Padaria, ao Rocha Pinto, estavam abarrotados e a transbordar, aguardando pela recolha por parte dos camiões.

Paradoxalmente, naquela avenida de Luanda, homens e mulheres da Galvão Queirós, trajados com calça e camisola de cor laranja, rosto coberto com máscara, para evitar a inalação de poeiras, estavam a varrer a areia e outros resíduos sólidos no perímetro.

O cenário observado ao longo da Avenida 21 de Janeiro foi o mesmo na Revolução de Outubro, nos dois sentidos. Do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro até ao viaduto do Prenda (Catambor) havia muitos contentares cheios por recolher, mas a limpeza da rua era feita pelos operários.

Na Avenida Amílcar Cabral, também nos dois sentidos, a partir do Largo da Maianga, até às proximidades do Largo da Mutamba, os contentares mantinham-se cheios à espera dos carros de recolha.

Ontem, na Avenida Deolinda Rodrigues, no sentido Viana/Luanda, a reportagem do Jornal de Angola não viu lixo, nem contentares a transbordar, como tem sido norma. Ao longo do troço, do Grafanil até ao Congolenses, havia muitos montes de areia, por recolher, juntados pelos operários da Nova Ambiental.

Por falta de equipamento apropriado para a recolha da areia, os técnicos da Nova Ambiental varriam a Via Expressa e juntavam os montes num determinado ponto, assim sucessivamente.

Não é a primeira vez que assim procedem (varrer a areia, juntar em dezenas de montes, mas sem serem recolhidos a posteriori) acabando o esforço às vezes inglório, pelo facto de a areia regressar "às origens", por acção do vento ou da velocidade das viaturas que ali circulam diariamente.

Recolha será feita às noites A implementação do novo modelo de recolha de lixo, aprovada a 20 de Dezembro, pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, será gradual e a recolha será feita às noites, devendo nessa altura retirar os contentores da zona urbana e aumentar a sua eficácia no trabalho.

Serão definidas as horas para a recolha de cada tipo de lixo, nomeadamente orgânico e não orgânico (selectivo), devendo levar 12 meses para a implementação e uma fase de sensibilização da população.

O vice-governador para o Sector Económico, Júlio Bessa, disse que o actual modelo tem algumas insuficiências, porque não envolve a população.

O novo modelo traz ainda um serviço para o casco urbano asfaltado, em que a limpeza, higienização, lavagem das ruas, poda de árvores serão feitas com meios mecânicos.

De acordo com o governante, o novo modelo traz ainda um serviço para as zonas urbanizadas, mas não asfaltadas (como Benfica e outras de difícil acesso a meios mecânicos, como Catambor e Rocha Pinto).

O que se pretende é o envolvimento da comunidade, devendo ser contratados pequenos empresários, colectores de lixo, por via de subcontratação por operadoras, disse o vice-governador de Luanda para o Sector Económico.

8.5 Zenza-do-Itombe está sem água há um ano

Jornal de Angola

13 De Janeiro de 2019

Um total de três mil e 39 consumidores de seis aldeias e da sede comunal do Zenza-do-Itombe, na província do Cuanza-Norte, está privado do abastecimento de água potável há um ano, devido a rupturas na conduta principal, localizada na aldeia do Quilómetro 34, na comuna de Massangano.

O responsável da Secção de Energia e Águas da Administração Municipal de Cambambe, José de Oliveira, disse a Angop que a conduta foi danificada pela empresa Elecnor, durante a construção da linha de transporte de energia para a sede da comuna, num troço de 36 quilómetros entre Cassoalala e Zenza-do-Itombe.

José de Oliveira informou que a empreiteira chinesa, que está a reabilitar a Estrada adonal230, está a danificar a conduta, aumentando assim os danos na referida infra-estrutura.

A comuna do Zenza-do-Itombe é abastecida a partir de uma estação de captação e tratamento de água, com capacidade de 720 metros cúbicos por dia, instalada no rio Lucala, na localidade do Quilómetro 34, também conhecida por Nova Cassoalala.

O sistema abastece ainda as localidades de Calengue e Cassoalala, esta última onde está instalada uma estação elevatória de 20 metros de altura, que faz o reenvio ao Zenza-do-Itombe.

Construído no âmbito do programa Água para Todos pelo Governo do Cuanza-Norte, o sistema esta orçado em sete milhões e 500 mil dólares, funciona desde Novembro de 2015.

8.6 Governo garante pagar dívida com operadoras

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2019

Texto: César André

O Governo da Província de Luanda garante que vai pagar, nos próximos meses, a dívida contraída com as empresas operadoras de recolha de resíduos sólidos, avaliada em 66 milhões de kwanzas.

A garantia foi dada ontem, pelo governador Sérgio Rescova, durante um encontro com os responsáveis das seis empresas que cuidam da limpeza e recolha de lixo na capital.

O director provincial do Gabinete de Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários, Tchinho de Sousa, disse que "o Governo Provincial está a dar o tratamento adequado da questão e em tempo oportuno a dívida será ressarcida".

Tchinho de Sousa informou que o encontro teve como principal objectivo a apresentação das empresas de recolha de resíduos ao novo governador de Luanda.

"O governador provincial pretende ter uma aproximação com as empresas que actuam na área da limpeza e recolha dos resíduos sólidos da cidade, para melhor se inteirar dos problemas que as afligem", disse Tchinho de Sousa.

Na província de Luanda operam seis empresas de recolha de lixo, concretamente a Queiroz Galvão, responsável pela limpeza do município de Luanda, Vista Wets que se encarrega dos municípios de Talatona e Belas, a Nova Ambiental, no município de Viana, a Rota Ambiental, em Cacucaco, Elisal, no Cazenga e a Sambiental, no Icolo e Bengo e Kissama.

Miguel Branquinho, director geral da empresa Vista West, disse que "há muito que as empresas de recolha de resíduos precisavam de reuniões do género para se ter uma perspectiva geral sobre como irão evoluir nos próximos tempos".

Durante o encontro, Miguel Branquinho disse que o governador provincial pediu melhoria nos trabalhos por parte das empresas envolvidas na limpeza e recolha de resíduos sólidos da capital.

Falando em nome dos restantes gestores, Miguel Branquinho disse ter recebido garantias do novo governador provincial de Luanda de que o sistema de pagamentos às empresas de recolha de resíduos sólidos irá melhorar.

O director geral da Vista West, informou que as empresas debatem -se com muitas dificuldades para o seu bom desempenho por causa da dívida contraída pelo GPL, tendo referido que para se manterem operacionais algumas delas recorrem à banca comercial para se "manterem firmes e não fechar as portas".

8.7 Água potável chega à comunidade do Ludy

Jornal de Angola

15 De Janeiro de 2019

Texto: Pedra Bica

A localidade do Ludy, município do Dande, província do Bengo, vai, a partir do segundo semestre do ano em curso, contar com um sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água potável com uma capacidade de para 50 metros cúbicos, cujas obras estão em curso.

A informação foi avançada ontem à imprensa pela governadora provincial, Mara Quíosa, durante uma visita às obras. A governante informou que o empreendimento vai beneficiar mais de mil famílias da comunidade.

Na sua jornada de campo, Mara Quíosa visitou ainda as obras de asfaltagem do troço que liga a sede comunal das Mabubas à Estrada Nacional 100, com uma extensão de sete quilómetros. "Esperamos dentro de seis meses beneficiar as populações com estas obras, estarão criadas condições para que a circulação rodoviária e conseqüente a mercantil satisfaçam as necessidades dos habitantes locais e de toda a província," disse.

Relativamente ao Projecto Integrado de Caxito, que consiste na asfaltagem das principais ruas, a governadora disse que "registra-se uma relativa paralisação por falta de pagamentos", adiantando que estão a ser feitas diligências junto dos ministérios da Construção e das Finanças, "por forma a se ultrapassar a situação."

8.8 Andulo está sem água mais de dez dias

Jornal de Angola

16 De Janeiro de 2019

Texto: José Chaves

A cidade do Andulo, na província do Bié, está privada de água há mais de 10 dias, devido a uma ruptura na principal conduta que abastece também os bairros periféricos' informou, ontem, o director municipal do sector de Energia e Águas.

Amílcar Borges disse que os mais de três mil habitantes afectados pela avaria estão a consumir água retirada directamente dos rios, lagoas e cacimbas. "A avaria foi originada por um rompimento brusco no painel electrónico da Estação de Tratamento de Água (ETA) da circunscrição. Entretanto, uma equipa técnica já está a trabalhar, há alguns dias, para superar a avaria", informou sem indicar um horizonte temporal para o fim dos trabalhos.

Segundo Amílcar Borges, os técnicos vão substituir o painel electrónico danificado. "Estamos a trabalhar a um ritmo acelerado, porque a conduta avariada alimenta toda a rede de distribuição da sede municipal", garantiu.

Vandalização de manivelas Cerca de 20 manivelas e pequenos sistemas de abastecimento de água, no município do Andulo, foram vandalizados por desconhecidos, embaraçando, assim, o fornecimento de água às residências com regularidade, disse Amílcar Borges.

"Apelamos aos nossos clientes a denunciarem todos os actos de vandalismo que visam estrangular o sistema de abastecimento de água", exortou o responsável do sector no município.

A criminalidade na cidade do Andulo tem atingido cifras preocupantes nos últimos tempos, segundo dados revelados pela Polícia na província do Bié. Os marginais têm dirigido as acções em infra-estruturas públicas, particularmente no sector da Energia e Águas, onde preferencialmente saqueiam cabos eléctricos, contadores de energia e de água.

8.9 Pode-se fazer dinheiro com o lixo, senhores...

Jornal O PAÍS

17 De Janeiro de 2019

Texto: Bito Manuel

Carta do Leitor

Director do jornal O PAÍS, bom dia e espero que esteja bem nesta Quinta-feira.

Hoje escrevo sobre um assunto que muito polémico na província de Luanda: o lixo.

Sempre que se muda de governador na capital que pertence a todos os angolanos, o lixo volta à berlinda de todos.

Agora, com a saída de Adriano Mendes de Carvalho, e a entrada de Sérgio Luther Rescova, o assunto é o mesmo.

No ano passado, o Governo Provincial de Luanda tinha uma dívida que já rondava os 60 milhões de kwanzas, logo as empresas já apresentavam algumas reticências na recolha e limpeza da cidade de Luanda e arredores.

Como é em qualquer parte do mundo, o lixo é um negócio, mas é preciso educar os cidadãos a separarem o mesmo.

O que se vê em Luanda e um pouco por todo o país é a forma como os cidadãos deitam o lixo. Tudo misturado e os níveis de poluição são maiores.

Esta responsabilidade não é só do Governo Provincial de Luanda. É extensiva. Os outros sectores devem colaborar. Quando há festas ou convívios nos bairros, as senhoras recolhem as garrafas de plástico e outras.

Depois disso, recolhem e dão um destino misterioso, mas é ponto assente que entra sempre algum.

Esse serviço, no meu ponto de vista, devia ser dos serviços municipais, porque ajudaria a contribuir para as receitas. É algo para o Governo de Luanda pensar. Pode-se fazer dinheiro com o lixo. Tenho dito.

Bito Manuel, Viana, Luanda

8.10 O problema da escassez de água

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2019

Foi notícia nas páginas deste jornal, na edição de ontem, o facto de que a cidade' do Andulo, na província do Bié, encontra-se privada de água há mais de 10 dias, devido a uma ruptura na principal conduta que abastece também os bairros periféricos. Segundo a mesma informação, mais de três mil cidadãos que vivem na sede municipal estão a consumir água retirada directamente de rios, lagoas e cacimbas. Na verdade, este é em parte o dia-a-dia de milhares de famílias um pouco por todo o país, numa altura em que urge fazer melhor aproveitamento das bacias hidrográficas que rodeiam as cidades e respectivas periferias com a instalação de centros de captação e tratamento de água.

A escassez de água potável nas várias comunidades um pouco por todo o país, na periferia das grandes cidades, é uma realidade que precisa de ser

acautelada, sob pena dos efeitos pressionarem ainda mais as famílias, os centros de saúde e os hospitais.

Em Luanda, onde habita cerca de um terço de toda a população do país, há escassez de água potável, sobretudo nos bairros periféricos onde o fornecimento é altamente irregular, uma situação que precisa de ser corrigida. A água potável não deve faltar, ao ponto de algumas zonas suburbanas da capital ficarem "reféns" de cisternas e "kupapatas", cujos tanques e bidões são de salubridade questionável.

Há centenas de bairros de Luanda que foram contemplados com a chamada "água do chinês", uma alusão popular aos serviços da canalização, fruto da cooperação entre empresas angolanas e chinesas, mas cujo fornecimento normal continua como uma verdadeira miragem. E o que mais preocupa é a ausência de esclarecimentos sobre esse estado de coisas, resultante da constante escassez de água por que passam os bairros de Luanda, sem que haja da parte da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) as devidas explicações.

Se há dificuldades de natureza técnica para assegurar o fornecimento regular de água nas principais cidades do país e dos seus bairros periféricos, não custa nada informar sobre o que se passa. Se há escassez de produtos que contribuem para o tratamento da água para que esta chegue em condições de salubridade às populações, factor que pode reduzir a distribuição, que se faça um esclarecimento para uma melhor compreensão do actual défice de água. O que não é compreensível é que a escassez de água, algumas vezes até a falta, dificilmente é acompanhada dos devidos esclarecimentos que podem até ser facilmente entendidos e aceites pelos consumidores.

Atendendo à existência de bacias hidrográficas que se encontram próximas de algumas cidades e zonas periféricas, não faz qualquer sentido que estas áreas sejam afectadas por escassez de água, como um problema crónico. O problema da escassez de água potável para o consumo das populações deve ser superado com a urgência e eficiência que a situação exige, por causa da razão directa em que incide sobre a saúde humana e bem-estar das famílias.

8.11 Problema da falta de água fica solucionado este ano

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2019

Texto: Pedro Bica

O secretário de Estado das Águas, Luís da Silva, garantiu, ontem, que o problema da falta de água em algumas zonas da vila de Caxito estará resolvido até ao final do ano.

O governante, que prestou a informação durante uma visita aos sistemas de captação e distribuição de água em Caxito, revelou que o restabelecimento do fornecimento de água está dependente da conclusão das obras de requalificação em curso na região. "Na vila de Caxito a situação está minimamente resolvida, a maior preocupação reside na zona da açucareira, onde grande parte da população ainda consome água bruta retirada directamente de rios", disse.

Na zona da açucareira, segundo Luís da Silva, o problema passa pela reabilitação da estação de tratamento e distribuição de 173 metros cúbicos. "Esta infra-estrutura foi construída em 1938 e apresenta sinais acentuados de degradação. Portanto, a nossa prioridade vai para a conclusão das obras da conduta central que abastece a vila de Caxito", assegurou.

Relativamente ao Panguila, o secretário de Estado disse a região registou um crescimento populacional e a capacidade de fornecimento de água a partir de Kifangondo tornou-se insuficiente, umas vai beneficiar agora da estação do Kapari".

Durante a sua estada em Caxito, Luís Silva visitou a estação de tratamento da açucareira de 173 metros cúbicos que clama por reabilitação urgente, e a do Kapari de 500 metros que atende a centralidade e o centro de toxicodependentes. Visitou ainda o centro de distribuição de água do Panguila, orçado em Três milhões e 789 mil dólares, que vai beneficiar um total de 15 mil famílias.

Pedro Bica | Panguila

8.12 A maka do lixo

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2019

A cidade de Luanda concentra perto de um terço de toda a população de Angola, uma realidade com fortes implicações na produção de resíduos sólidos desde o casco urbano às zonas periféricas. A cidade capital produz milhares de toneladas de lixo por mês, facto que aumenta de forma desafiadora o trabalho das operadoras que intervêm na gestão e recolha do lixo. Se não se faz absolutamente nada com elevadas quantidades de lixo, alguma coisa vai mal, numa altura em que pequenas iniciativas de reciclagem ou reaproveitamento deviam estarem marcha.

Em todo o caso, o que é imediato está mesmo ligado à limpeza e saneamento das ruas, além de campanhas de sensibilização das populações para melhores procedimentos quando se trata do lixo a partir de casa. O lixo é um problema sério hoje na cidade de Luanda, disso não há mínima dúvida.

Essa é uma realidade com a qual a governação em Luanda deverá lidar tendo como estratégia de actuação um maior controlo das operadoras para que estas cumpram rigorosamente com o seu papel que, como se sabe, é pago regularmente com os dinheiros públicos.

Há dias, o governador da província auscultou os representantes das operadoras, responsáveis pelo saneamento na cidade de Luanda para os ouvir, recolher contribuições e eventualmente "cozinhar" novas estratégias de trabalho. Embora a cidade capital conte com várias operadoras, de forma recorrente a questão do lixo apresenta-se em Luanda como um problema aparentemente sem solução, na medida em que se acumulam amontoados de lixo nas ruas da cidade.

Já várias modalidades foram ensaiadas sem que os resultados surtiram no curto e médio prazos, claramente, os efeitos esperados. E embora a cidade de Luanda não conheça um programa eficiente e palpável de recolha de lixo em toda a sua extensão, a dívida do governo da província para com as operadoras prevalece como uma realidade que poucos percebem, a julgar pelos amontoados de lixo.

Há operadoras que se encontram no mercado como empresas em funcionamento que, se por algum motivo o Estado atrasar em um ou dois meses no cumprimento dos pagamentos, elas deixam pura e simplesmente de operar. Não é aceitável que uma operadora não tenha fundos próprios que a permitem "sobreviver" a um ou dois meses de ausência de

pagamentos por parte do Estado, como regularmente sucede e com a contrapartida de amontoados de lixo.

Além da auscultação dos representantes das empresas que são responsáveis pela limpeza da cidade de Luanda, por parte da governação em Luanda, e dos seus bairros periféricos, na verdade, é preciso pôr alguma ordem no circo. Há muita desordem e descoordenação entre as operadoras e a área que ao nível do governo da província responde pela limpeza e saneamento da capital.

A gestão e recolha do lixo pode até ser um negócio envolvendo operadoras e instituições do Governo Provincial de Luanda, masque a cidade esteja livre do lixo em toda a sua extensão como contrapartida, minimamente aceitável.

8.13 Bairro Uíge sem água há nove meses

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2019

Texto: Kemba Sebastião

Carta do Leitor

Ilustre director do Jornal O PAÍS, é com enorme entusiasmo que escrevo pela segunda vez para o vosso órgão de comunicação.

Vivo no bairro Uíge. Está localizado no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda.

Em nome dos moradores do bairro supracitado, venho por meio desta reclamar da falta de água nas torneiras há mais de nove meses. Mães, crianças e até pais percorrem largos quilómetros para conseguirem o líquido precioso. Mas, parece jocoso - os que têm reservatórios de água nos seus quintais são os que não reclamam. Aliás, pedem à Deus para que o líquido não acabe enquanto a água não jorrar nas torneiras.

No bairro, há meninos que já não sabem o que é tomar banho, escovar os dentes tem sido uma raridade entre muitos. Poupar a água está na base desta triste realidade. Parece que não, mas estamos na Estação das Chuvas.

O São Pedro também não está abrir as suas torneiras. O Governo Provincial de Luanda (GPL) , encabeçado por Sérgio Luther Rescova assobia para o lado. Diz à imprensa de peito inflamado que vai resolver os problemas básicos desta capital, com realce para os bairros. Já passaram vários governadores nesta província. Todos diziam a mesma coisa. Acho que este foi mais um daqueles que gosta

de protagonismo, ou seja, que adora fazer marketing pessoal. O administrador do bairro Uíge (Sambizanga), Afonso Antas Miguel, disse em tempos à imprensa pública que a ausência de água nas torneiras deve-se ao facto de a zona de produção estar em reabilitação. Há nove meses? Não sei o que lhe passou pela cabeça, mas é caso para dizer que foi também daqueles que quer ganhar fama na imprensa, já que é novato no círculo político. A população pede ao Governo que olhe para este assunto com alguma sensibilidade, já que nunca tiveram. Vão continuar com os mesmos hábitos do passado? Eu quero saber se eles também gostariam de sentir na carne isto que este povo está a passar. Isso é desumano até.

Kemba Sebastião/bairro Uíge

8.14 Rescova radiografou as valas de drenagem

Jornal de Angola

20 De Janeiro de 2019

Texto: Mazarino da Cunha

As principais valas de drenagem, que se encontram obstruídas por falta de limpeza regular, e o mau estado de algumas Vias secundárias e terciárias, nos municípios do Cazenga, Cacuaco e Kilamba Kiaxi, em Luanda, foram ontem radiografadas pelo governador Sérgio Luther Rescova durante uma visita de campo.

Sérgio Rescova, em companhia de vários directores provinciais, visitou os pontos considerados de risco, com o objectivo de impulsionar os trabalhos de limpeza ao longo das valas de drenagem, por forma a minimizar o impacto negativo das chuvas. A vala de drenagem do Cariango, que se estende do município do Cazenga ao do Kilamba Kiaxi, passando pelos bairros Palanca e Golfe, rua Olímpio Macuéria, Tala-Hady, Madeira, Lagoa da Sucata, Tunga Ngó e Vala da Agromil, em Cacuaco, mereceram a visita do governador, que no local interagiu com os técnicos envolvidos na empreitada.

Segundo o director do Gabinete de Infra-Estruturas de Luanda, Osvaldo Amaral, a vala de drenagem da Agromil, em Cacuaco, foi submetida a urna mega limpeza que vai permitir, nos próximos dias, à empresa de construção realinhar o seu percurso normal. Osvaldo Amaral lamentou o estado actual das valas de drenagem e disse que a inoperacionalidade das mesmas se deve à falta de limpeza regular e às constantes construções anárquicas ao longo dessas infra-estruturas de saneamento básico.

U Ao longo das valas de drenagem vêem-se elevadas quantidades de resíduos sólidos, entre plásticos e sucatas depositados pelos moradores", frisou.

Tito Manuel, do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, referiu que o município de Cacuaco, pela sua densidade populacional e particularidades geográficas, carece de um Quartel dos Bombeiros à altura, para responder com eficácia a todas as calamidades que vierem a ocorrer, em qualquer época do ano.

O membro da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros encorajou a iniciativa do governador provincial de Luanda, apelando aos cidadãos a não construírem em zonas de risco, assim como próximo das linhas de água e em locais com possibilidades de deslizamento de terras.

Ainda em relação a Cacuaco, dada a sua particularidade crítica, o administrador municipal, Augusto José, explicou que o problema da circunscrição tem a ver com o facto de se situar abaixo do nível do mar, que faz com que todas as águas pluviais provenientes de outras zonas de Luanda desagüem em alguns pontos daquela localidade.

8.15 GPL já pagou 28 mil milhões da dívida às operadoras

Novo Jornal

25 De Janeiro de 2019

Há dois anos, o Governo provincial de Luanda (GPL) tem vindo a acumular dívidas com as seis operadoras que efectuam a limpeza na capital, situação que tem dificultado o normal funcionamento das empresas na recolha do lixo e que já resultou em despedimentos de um número elevado de trabalhadores destas.

Para reverter o quadro, recentemente, Ministério das Finanças deu ordem de saque para regularização de parte da dívida que o GPL tem com as operadoras. No total, foram pagos 28,9 mil milhões de kwanzas, correspondentes à dívida de 2017 e 2018, faltando neste caso 31,1 mil milhões para a liquidação do total da dívida avaliada, em 60 mil milhões de kwanzas.

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do MINFIN, Adebayo Vunge, explicou ao NJ que os atrasos nos pagamentos se devem a constrangimentos operacionais na tramitação de processos, resultantes da pressão sobre os Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) na actual conjuntura.

"Na senda da vossa solicitação de esclarecimento sobre o pagamento em atraso às operadoras de lixo da província de Luanda, incumbe-nos dar nota de que os mesmos foram pagos recentemente, nos seguintes montantes: 2017, 11,6 mil milhões de kwanzas e 2018, 17,3 mil milhões de kwanzas", explicou.

O Relatório Económico e Social de Angola, elaborado pela Universidade Católica, edição de 2016, aponta que dos 3,5 milhões de toneladas de lixo que o país produz anualmente Luanda é responsável por 1,3 milhão. A capital, de acordo com o estudo, tem uma taxa diária de 6 mil toneladas de lixo, sendo que cada cidadão produz, em média, 0,65 kg diariamente.

O GPL acredita que a implementação, em breve, do novo modelo de recolha de lixo, aprovado em 2018 pelo executivo, pode mudar o actual cenário. Com o novo sistema de saneamento, a equipa de Luther Rescova pretende igualmente reduzir o custo mensal com a recolha de lixo - de 30 milhões de dólares para 15 milhões USD.

8.16 N'zagi sem água potável há mais de dez anos

Jornal de Angola

26 De Janeiro de 2019

Texto: Armando Sapalo

Mais de cem mil habitantes da vila mineira do N'zagí, município do Cambulo, na província da Lunda - Norte, não têm acesso à água potável há mais de dez anos, por causa da inoperância do Centro de Captação de Água do Satxicuco, destruído na altura dos conflitos armados, apurou quarta-feira o Jornal de Angola, à margem da 1ª Sessão Ordinária do Governo Provincial, realizada naquela localidade.

A população da vila do N'zagí e arredores pede uma intervenção urgente das autoridades locais, pois quer ver solucionado o problema da falta de abastecimento de água potável, com vista à melhoria da qualidade de vida das famílias.

Isaura Mahone, residente no bairro B da vila do N'zagí, disse à nossa reportagem que, todos os dias, mulheres e crianças percorrem longas distâncias em busca de água para o consumo.

"Estamos preocupados, porque há muitos atrasos na implementação de acções que têm impacto directo na vida das famílias, sobretudo naqueles sectores considerados vitais, como é o caso da água potável", disse, acrescentando que a população está agastada

com as promessas feitas pelos governantes da Lunda Norte, que não se reflectem em acções práticas.

Isaura Mahone referiu que já passaram três anos desde que a Administração Municipal do Cambulo e o Governo Provincial informaram sobre a existência de um projecto de reabilitação da captação de água do Satxicuco. Apesar de reconhecer as dificuldades financeiras que o país está a enfrentar, Isaura Mahone defendeu a necessidade de as autoridades locais prestarem esclarecimento à população sobre os motivos que estão a inviabilizar a prossecução do projecto.

"Quando não consegui mos ir ao rio, compramos nas senhoras que vendem uma banheira a 250 kwanzas. Esta água retirada dos rios é imprópria para o consumo, por isso é que aquelas pessoas que têm possibilidades recorrem aos camiões cisternas, que cobram 500 kwanzas por um barril de 50 litros", afirmou Isaura Mahone.

Por seu turno, Victorina Quintas, moradora do centro urbano do N'zagi, é de opinião que o Governo Provincial deve imprimir dinamismo na resolução dos principais problemas que afligem a população, com a implementação de serviços essenciais básicos, principalmente a água potável.

Victorina Quintas salientou que não tem sido fácil a vida das populações da vila do N'zagí, com a falta de abastecimento de água potável, onde milhares de pessoas correm o risco de contrair doenças.

António Domingos, que reside no bairro Catangula, um dos maiores aglomerados populacionais do N'zagi, disse que, a par da água potável, a população enfrenta também o problema da falta do fornecimento de energia eléctrica. Os grupos de gerações da Administração Municipal fornecem energia eléctrica apenas uma vez por semana, disse, sublinhando que a última vez que a população beneficiou de energia da rede pública foi na quadra festiva. O administrador municipal do Cambulo, Silvestre Cheleca, reconheceu que já se passaram muitos anos desde que a captação de Satxicuco deixou de fornecer água potável às populações.

Segundo Silvestre Cheleca, o município do Cambulo foi contemplado com um mega projecto de reabilitação, expansão e aumento da capacidade de produção do sistema de água, a partir da captação do Satxicuco.

A primeira fase do projecto, que se consubstanciou na reabilitação e aumento da capacidade de produção, foi concluída a 50 por cento, em finais de 2017, assegurou o administrador, acrescentando que,

nesse momento, aguarda-se o início da segunda etapa, que tem a ver com as ligações domiciliárias.

Quanto à energia eléctrica: o administrador do Cambulo perspectiva dias melhores, quando forem concluídas, em 2020, as obras do reforço da potência do aproveitamento hidrelétrico do Luachimo, no Dundo, que passará de 8.4 para 34 Megawatts de energia.

"A nossa salvação é a hidroeléctrica do Luachimo, cujas obras estão bem avançadas' pois a sua conclusão vai permitir que a vila do N'zagí tenha também energia eléctrica", disse.

O administrador do Cambulo justificou que existem actualmente dois grupos de geradores sob gestão da Empresa Nacional de Electricidade (ENDE), que, além de os equipamentos se encontrarem em estado obsoleto, não fornecem energia com regularidade, devido a falta de combustível. O administrador disse que está em curso um projecto de instalação de uma mini hídrica no N'zagí, que deve estar concluído em seis meses.

8.17 Cidadãos já são mais amigos do ambiente

Jornal de Angola

27 De Janeiro de 2019

Texto: Manuela Gomes

O presidente do conselho de administração da Agência Nacional de Resíduos, Monteiro Lumbu, reconheceu ser já visível o envolvimento do cidadão na defesa do ambiente.

Em declarações ao Jornal de Angola, Monteiro Lumbu adiantou que as regras do manuseio dos resíduos sólidos são na generalidade respeitadas e o avanço até hoje registado é considerável, facto que concorre para a melhoria da saúde pública.

Os avanços registados, no entender de Monteiro Lumbu, resultam da aprovação de diversos diplomas legais inerentes aos resíduos e tratamento de águas residuais.

"Constata-se uma melhoria no que toca à componente ambiental", acentuou Monteiro Lumbu, defendendo a necessidade da persistência na educação e reeducação do cidadão.

Monteiro Lumbu adiantou que os programas desenvolvidos pelas várias direcções e órgãos do Ministério do Ambiente têm surtido resultados positivos.

O presidente do conselho de administração da Agência Nacional de Resíduos salientou que o combate ao descarte irregular de resíduos é um dos desafios da instituição.

Monteiro Lumbu avançou que algumas empresas de limpeza e saneamento básico têm sido multadas por violarem normas ambientais.

A Agência Nacional de Resíduos realiza vistorias no âmbito do licenciamento, certificação e fiscalização das empresas, para aferir se operam dentro dos trâmites estabelecidos pela lei.

8.18 Administração incentiva limpeza do município

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2019

Texto: Augusto Panço

A Administração Municipal de Cacucaco, em sintonia com outras franjas da sociedade como igrejas, escolas e associações juvenis, incentivou uma campanha de limpeza em todos os distritos do município.

Numa acção dirigida pelo administrador Augusto José, a limpeza contou com a participação de vários grupos e teve início por volta das 8h00 e prolongou-se até às 12h00, com a jornada a começar na zona interior da vila de Cacucaco, concretamente na rua principal, que abarca a área dos bancos.

O primeiro grupo, integrado pelo administrador municipal e seus colaboradores directos, saiu daquela zona para o exterior, dirigindo-se para a Via Expressa, onde se juntou ao outro grupo composto por membros da Igreja Palavra de Deus, que corresponderam ao apelo da administração local.

Uma outra parte ficou encarregada de limpar a orla marítima, que compreende o espaço que vai da zona balneária, junto da capitania local, em direcção à área norte, até à Praça do Mundial. No distrito-sede, a campanha estendeu-se ainda à plantação de árvores, acção desenvolvida na zona que vai da "ponte cinzenta", defronte à entrada das instalações do Instituto de Formação de Finanças Públicas (Inforfip), até à aproximação da área conhecida por "Caterpillar".

De acordo com Francisco Tchilipica, administrador do Distrito-sede de Cacucaco, a campanha vai passar para uma periodicidade quinzenal e insere-se no embelezamento do município.

Alguns municípios louvaram a iniciativa, prometendo dar o seu contributo nas próximas campanhas.

Donos de armazéns que se estendem ao longo da Via Expressa também se mostraram disponíveis em contribuir nas futuras acções do género, para que a vila possa apresentar uma imagem melhor em termos de limpeza e saneamento básico.

8.19 Municípios de Malanje com mais água potável

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2019

Ao todo, 6.400 habitantes das localidades de Kahuce, Micanda e GongaIzambo, dos municípios de Malanje, Cahombo e Kiwaba Nzoji, respectivamente, beneficiam, desde sexta-feira, de água potável, pela primeira vez, no âmbito da segunda fase do programa "Água para Todos". Para tal, foi inaugurado, em cada região, um sistema de captação, tratamento e distribuição, combinados com lavandaria, chuveiro e chafariz, com capacidades para bombear até dez mil litros cúbicos de água por hora.

Os sistemas, orçados em 600 mil dólares norte-americanos cada, foram construídos pela empresa "Owín", do grupo Mitrelli, num período de oito meses, e terão um tempo útil superior a dez anos.

Falando à Angop, à margem das inaugurações, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, salientou que com a segunda fase do projecto "Água Para Todos" o Governo tenciona continuar a facilitar o acesso da população ao produto, sobretudo a do meio rural, por ser a que mais se debate com a sua escassez.

Fez saber que estão ainda em execução na província mais nove projectos do género, nos municípios de Cangandala, Massango, Cahombo, Cacuso, Quirima e Malanje, com vista a beneficiar um total de 20.800 habitantes.

Os habitantes das zonas contempladas mostraram-se satisfeitos com a inauguração dos empreendimentos, na medida em que deixarão de percorrer longas distâncias e de consumir água imprópria, que em muitos casos resultava em doenças. De 2013 a 2017 foram abertos na província 91 furos de água e construídos e montados 53 pequenos sistemas de água e 432 chafarizes.

8.20 País passa a exportar materiais recicláveis

Jornal De Angola

30 De Janeiro de 2019

Texto: Manuela Gomes

Angola inicia, nos próximos tempos, o processo de exportação de materiais recicláveis, como papel de cartões, plásticos, pilhas secas, vidros, equipamentos electrónicos e outros resíduos não perigosos, garantiu ontem, em Luanda, o director do Gabinete Jurídico da Agência Nacional de Resíduos, órgão tutelado pelo Ministério do Ambiente.

Em declarações à imprensa, no quadro do seminário sobre "Os procedimentos administrativos para a transferência de resíduos destinados à reutilização, reciclagem e sua valorização", José Pascoal disse que um dos principais objectivos é reduzir a quantidade de resíduos depositados no aterro sanitário, bem como melhorar a estação.

Segundo o responsável, a exportação foi deliberada recentemente através do Decreto 265/18 de 15 Novembro, que aprova os procedimentos administrativos para a transferência de resíduos, destinados à valorização e reciclagem.

"Reunimos com as empresas vocacionadas para a gestão de resíduos para informarmos sobre os procedimentos a serem observados, bem como dar a conhecer e abrir oportunidades de negócio com uma visão ambiental".

José Pascoal explicou que as empresas em Angola podem fazer a gestão de resíduos com quotas mais reduzidas, "porque só serão transferidos para o exterior os artigos que o nosso país não tem capacidade de transformar".

Referiu que algumas empresas de recolha e tratamento já têm feito a reutilização dos resíduos, no que toca a separação e reciclagem. "Pretendemos que estas acções sejam mais abrangentes e que as empresas vejam isto como uma oportunidade de negócio".

De acordo José Pascoal, algumas empresas fazem a recolha de resíduos e não sabem para quem ou onde enviar.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Polícia quer pôr fim às "cifras negras" no Sequele

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2019

Teto: Roque Silva

A Polícia Nacional no Distrito Urbano do Sequele, município de Cacuaco, está preocupada com a falta de cultura de denúncia e de participação de crimes que ocorrem nos bairros da nova circunscrição da província de Luanda.

A preocupação foi manifestada sábado à tarde, pelos comandantes da Primeira e Segunda esquadras do Distrito Urbano do Sequele, numa reunião que mantiveram com um grupo de moradores da Centralidade do Sequele, no âmbito do reforço do policiamento de proximidade.

Os comandantes Miguel Ricardo, da Primeira Esquadra e Manuel Lourenço "Charrua", da Segunda, pediram à população maior colaboração com o argumento de que a falta de cultura de denúncia e de participação criminal contribuem para a existência de "cifras negras", um jargão policial que significa "casos que não chegam ao conhecimento das autoridades policiais".

O comandante da Segunda esquadra do Distrito Urbano do Sequele, intendente Manuel Lourenço "Charrua", reiterou que, havendo "cifras negras", os casos não chegam ao conhecimento da Polícia e ficam sem esclarecimento.

O intendente adiantou que as esquadras do Distrito urbano do Sequele registam uma média diária de três ocorrências, mas há dias que não recebem denúncias, um problema que, de acordo com oficial superior, é resultante da "passividade dos moradores".

Manuel Lourenço "Charrua" garantiu que o Distrito Urbano do Sequele "é calmo" e não regista crimes violentos. O roubo de viaturas e a venda e consumo de drogas são os crimes mais registados no Distrito Urbano do Sequele, onde a falta de iluminação, em alguns pontos, e a venda de bebidas alcoólicas em moradias até altas horas da noite facilitam os indivíduos que se dedicam ao roubo de acessórios de viaturas.

O intendente Manuel Lourenço "Charrua" pediu ainda à População que denuncie "todos os actos de

transgressão administrativa", um gesto que visa garantir a "sã convivência em comunidade" e facilitar a elaboração, pelos responsáveis pela segurança, ordem e tranquilidade públicas' de estratégias adequadas de policiamento. No encontro, o comandante da primeira esquadra, intendente Miguel Ricardo, explicou que o policiamento é feito apeado e em viaturas, um exercício feito com frequência, apesar de os meios disponíveis serem escassos, "dificultando, às vezes, o policiamento que se quer mais eficaz".

O intendente Miguel Ricardo acentuou que o encontro foi realizado no âmbito do policiamento de proximidade, que visa aumentar o sentimento de segurança nas comunidades.

O comandante Miguel Ricardo assegurou que, embora os meios técnicos sejam escassos, o policiamento vai ser intensificado, porque "queremos que a população sinta que há forças preparadas para neutralizar e reduzir o índice de criminalidade".

O ciclo de encontros com moradores dos bairros do Distrito Urbano do Sequele deve-se à necessidade de a Polícia estar cada vez mais familiarizada com a população, acentuou Miguel Ricardo, para quem "a população tem sempre informações do nosso interesse".

O oficial superior da Polícia Nacional salientou que, nas reuniões, são registadas "todas as preocupações da população" para que sejam encontradas soluções no mais curto espaço de tempo.

Os responsáveis das duas esquadras do Distrito Urbano do Sequele, localizadas na Centralidade do Sequele, estiveram também no sábado com moradores dos bairros Rio Seco e Mayé-Mayé.

O ciclo de encontros começou no dia anterior, com a deslocação a várias áreas residenciais do distrito, entre as quais o Tandí, um bairro de casebres localizado na fronteira entre os municípios de Cacuaco e Viana. Os dois comandantes estão em funções no Sequele há menos de 20 dias.

10. AMBIENTE

10.1 Prevenção da malária em época chuvosa

Jornal de Angola

4 De Janeiro de 2019

Texto: Maximiano Filipe

O Gabinete Provincial da Saúde de Benguela desenvolve um amplo Programa de Ajuda e Controlo em todas as unidades sanitárias da província, no âmbito da prevenção da malária nesta época chuvosa.

De acordo com o responsável do sector, Manuel Cabinda, consta também do referido programa a fumigação nas zonas consideradas como maiores produtores do vector da doença.

A distribuição de mosquiteiros a mulheres grávidas e com crianças menores de 15 anos foi outra das acções que permitiram que, em pouco tempo, o índice da doença baixasse consideravelmente.

Oito mil 507 cidadãos dos municípios da Ganda, Cubal e Catumbela beneficiaram de consultas gratuitas através de uma Feira da Saúde patrocinada pela Unitel, empresa angolana de telefonia.

Proibida a venda de carne A administração municipal do Lobito proibiu, ontem, a comercialização de carne e de peixe em vários mercados informais, entre os quais os de Tchapanguele, Kalumba Compão por falta de condições higiénicas.

Numa nota sobre o assunto, se refere que a comercialização dos referidos produtos só pode ser feita através de carrinhas frigoríficas nas zonas urbanas e suburbanas. "Quem infringir estará sujeito a pagar pesadas multas", lê-se no documento.

A administração municipal tem - se batido contra a falta de higiene nos mercados paralelos, onde os produtos alimentares ficam expostos ao ar livre e susceptíveis de serem contaminados por várias bactérias.

10.2 Exportações de madeira para a Espanha e Rússia

Jornal de Angola

5 De Janeiro de 2019

A produção de madeira na Huíla ascendeu para 4.501 metros cúbicos (m³) em 2017 - acima dos três mil produzidos no ano anterior -, 60 por cento dos quais

foram exportados, em 2018, para países europeus como Espanha e Rússia, declarou o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

Dumbo Kangopito informou que o remanescente foi transformado em unidades de corte e serração daquela província. "Em 2017, referiu, existiam sete empresas que exploravam madeira a nível da província da Huíla e em 2018 não houve produção, porque a campanha não arrancou", afirmou.

Referiu que a produção de madeira na província da Huíla oscila anualmente entre 2.500 e quatro mil metros cúbicos, capacidade que pode aumentar para cinco mil, se forem feitos mais investimentos.

Pedro Estêvão, que explora eucaliptos, disse que a nível da província vende - se o metro cúbico de cada toro a 23 mil kwanzas, um valor que considera "irrisório" para os exploradores, pois o corte, arranjos, serração e transporte até ao local de armazenagem é dispendioso.

Em 2018, a província não licenciou empresas para a exploração devido à abertura tardia da campanha florestal, fazendo com que a tramitação dos processos das requerentes fosse submetida à análise e avaliação dos serviços centrais, em Luanda.

Em 2017, sete empresas exploraram madeira, mas apenas quatro conseguiram transportar e vender. Outras três manifestaram incapacidade de o fazer e acumulam até hoje 2.873 m³.

10.3 Ravina ameaça engolir conduta da Central de Abastecimento de Água

Jornal de Angola

9 De Janeiro de 2019

Uma ravina de grande proporção está a progredir em direcção à conduta da Central de Captação de Água na localidade do Mussungue, distrito da cidade do Dundo, província da Lunda-Norte. Se não for estancada, nos próximos dias, cerca de 20 mil habitantes da Circunscrição poderão ficar sem água.

O governador provincial, Ernesto Muangala, e o presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento da Lunda - Norte, André Camilo, estiveram ontem no local para avaliar os danos que a ravina pode provocar.

André Camilo disse que se não houver intervenção urgente, os danos são incalculáveis, pois além da destruição dos equipamentos da conduta, milhares de

famílias vão ficar sem água por período indeterminado.

"Há premente necessidade de se estancar a progressão desta ravina. Se ignorarmos o perigo que representa vamos passar por enormes constrangimentos. Se a conduta de água for "engolida" milhares de pessoas do distrito urbano do Dundo vão ficar sem água durante muito tempo", alertou, o presidente do Conselho de Administração.

André Camilo disse que a conduta só não foi ainda destruída pela ravina por ter equipamentos de plástico. "Por isso, defendo medidas urgentes", realçou.

Reabilitada em 2011 pelo Ministério de Energia e Águas, a Central de Captação do Mussungue tem dois reservatórios de distribuição ligados ao Distrito Urbano do Dundo, com capacidade para produzir 300 metros cúbicos de água por hora.

O director do Gabinete Provincial dos Serviços Técnicos e Infra-estruturas Noé Chipoiá, disse tratar-se de uma ravina com grandes dimensões em largura e com profundidade ainda incalculável, admitindo que "a situação seja alarmante".

"Calcula-se que existem quatro ou cinco ramificações que estão a provocar a progressão da ravina, face às fortes chuvas que se abatem sobre a capital da Lunda - Norte", disse Noé Chipoiá, "apontando a desmatação desregrada de terras no bairro Samacaca para a construção de residências e outras infra-estruturas como sendo uma das principais causas do surgimento da referida ravina.

"Esta ravina foi provocada pela desmatação em Samacaca, e as águas que saem do centro dos bairros adjacentes, devido à falta de drenagem acabaram por atingir a conduta", disse Noé Chipoiá.

O responsável do Gabinete Técnico e Infra-estruturas garantiu que será feita uma intervenção paliativa para travar a progressão da ravina. "As autoridades locais contactaram duas empresas de construção civil com capacidade técnica para apresentarem propostas para a realização das obras", Vamos avaliar e decidir o arranque dos trabalhos", disse Noé Chipoiá.

De recordar que a via principal que dá acesso à Central de Captação do Mussungue está cortada por uma outra ravina.

10.4 Fraca educação ambiental contribui para a proliferação do lixo plástico

Jornal de Angola

14 De Janeiro de 2019

Texto: Domingos Mucuta

A fraca educação ambiental da população na província da Huíla é uma das principais razões para o depósito desregrado de lixo plástico em locais impróprios, e consequentemente a degradação do ambiente e da imagem das cidades, afirmou, ontem, no Lubango, o director da Associação Cristã Crescer Angola (ACCA).

Moisés Monteiro, que falava durante o lançamento do projecto de "Combate ao Lixo Plástico" na província da Huíla, disse que a população tem de ser educada a preservar o ambiente, através de campanhas de sensibilização.

"Temos de encontrar mecanismos eficazes para evitar amontoados de resíduos sólidos na cidade", disse o responsável.

O director da Associação Cristã Crescer Angola defende a realização sistemática de campanhas de sensibilização e de educação "para a elevação da consciência ambiental dos cidadãos, no sentido de se prestar mais atenção às questões de protecção e de conservação do ambiente".

O Projecto de Combate ao Lixo Plástico visa, essencialmente, inverter o quadro actual do ambiente através de campanhas de sensibilização e actividades de reciclagem manual de plástico, para mostrar à sociedade o processo de reaproveitamento dos materiais de plástico, transformados em utensílios decorativos.

Exposição

Representantes da associação cristã das províncias de Benguela e da Huíla participaram numa exposição, na praça pública adjacente a Universidade Mandume ya Ndemofayo, onde apresentaram materiais como cestos, pastas, vasos, porta-chaves, estojos de lápis e de esferográficas, anéis, reflectores, quadros, bases, pulseiras e outros cascos de plástico.

Os expositores da associação apresentaram ao público várias fórmulas para diminuição do excesso de lixo e conseqüentemente dos danos irreversíveis no clima e no ar. "As cidades estão desfiguradas por causa da enorme quantidade de lixo plástico depositado em sítios inadequados. O plástico prejudica sobremaneira o ecossistema, desfigura cidades e provoca danos incalculáveis", realçou Moisés Monteiro.

"É por esta razão", prosseguiu o responsável, "que a associação que dirijo está a sensibilizar a sociedade huilana para aumentar a consciência ambiental e alertar sobre os perigos do lixo plástico. Membros da associação estão a distribuir cartilhas com mensagens informativas sobre os danos que este tipo de lixo provoca ao ser humano, animais e às plantas".

Para o responsável, o processo de combate à proliferação do lixo plástico em Angola "é ainda muito fraco por falta de medidas concretas", por isso tem de se aumentar os preços dos materiais de plástico que são utilizados no mercado nacional, para desencorajar o seu uso irracional.

A Associação Cristã Crescer Angola (ACCA) é uma associação juvenil sem fins lucrativos, fundada a 22 de Fevereiro de 2003, com o objectivo de cooperar com o Executivo na promoção do desenvolvimento comunitário e educar as populações sobre a protecção e preservação do ambiente. Desde a sua fundação realiza actividades viradas à educação ambiental.

10.5 Governador inspecciona áreas vulneráveis à chuva

Jornal de Angola

11 De Janeiro de 2018

Texto: Mazarino da Cunha

O novo governador da província de Luanda, Sérgio Luther Rescova, visita, hoje de manhã, alguns municípios para constatar, averiguar e deixar orientações que visam eliminar os riscos que possam levar à ocorrência de mortes e à destruição de moradias na sequência das grandes chuvas que se avizinham.

A informação sobre a primeira jornada de campo de Sérgio Luther Rescova, empossado no cargo na terça-feira, foi avançada ontem à comunicação social pelo director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Governo Provincial de Luanda, Sebastião José, depois da realização de uma reunião entre o governador e membros da I Comissão Provincial de Protecção Civil.

Sebastião José informou que a reunião realizada ontem é resultante da preocupação do governador da província de Luanda com as chuvas que se avizinham e o rastro de destruição que podem causar.

"Por esta razão, o governador reuniu ontem os seus parceiros para avaliar o quadro e hoje vai visitar alguns municípios considerados vulneráveis na época das chuvas", acentuou o porta-voz da província de Luanda.

Sebastião José não mencionou os municípios que vão ser visitados pelo novo governador, mas admitiu que os de Viana, Cacuaco e Luanda venham a ser as localidades escolhidas por Sérgio Luther Rescova, por serem os "pontos mais críticos" da província de Luanda.

A uma pergunta sobre se a reunião abordou o esperado realojamento de 24 famílias que viviam num velho edifício do Baleizão, evacuado terça-feira por razões de segurança, o porta-voz Sebastião José respondeu que, embora o Governo da Província de Luanda tenha conhecimento do caso, o encontro de ontem "não tinha nada em agenda sobre o assunto".

"Estamos a tratar de aspectos ligados às calamidades, que podem ser causadas pelas chuvas que se avizinham", acentuou Sebastião José.

O encontro, decorrido à porta fechada, analisou a capacidade da Comissão Provincial de Protecção Civil, para acudir eventuais casos, e os mecanismos adequados para a minimização dos efeitos das chuvas, sobretudo as que vão cair entre Fevereiro e Abril.

As acções de mobilização e educação nas comunidades foram também discutidas na reunião orientada pelo novo governador da província de Luanda.

A Comissão Provincial de Protecção Civil é coordenada pelo governador e tem a missão de efectuar estudos de avaliação das áreas de risco ou expostas a ameaças de calamidade. A comissão trabalha com a ajuda das igrejas, instituições académicas e da sociedade civil.

Na reunião de ontem participaram os vice-governadores da província de Luanda, delegados provinciais e os comandantes da Região Militar de Luanda, Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional e Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

10.6 A seca agudiza crise alimentar a três mil famílias nos Gambos

Jornal O PAÍS

16 De Janeiro de 2019

Texto: João Katombela

A seca que se prolonga há vários anos no município já provocou a morte de muitas centenas de cabeças de gado bovino, deixando os criadores tradicionais sem qualquer recurso para a sua sobrevivência.

Além da morte de gado, mais de três mil famílias das localidades de Tyitongontongo, Fimo, Taka e Tyiku, das tribos Vátua, Himba e Vankhuvale poderão enfrentar uma crise alimentar, caso não chova, nos próximos dias. Esta situação está a preocupar as autoridades tradicionais da região e não só, que vaticinam dias difíceis pela frente, numa altura em que as populações dizem não possuir reservas alimentares suficientes nos seus celeiros.

O padre José Vinte Cordeiro, alerta para que se o governo não tomar uma atitude virada para a mitigação da fome, o sofrimento poderá tomar contornos alarmantes.

"A situação que se vive aqui é lamentável, as famílias recorrem sempre à igreja para pedir alimentos e nós temos de os alimentar enquanto líderes religiosos, mas é preciso que o Governo trace políticas viradas para a mitigação dos efeitos da seca", disse.

Já o Rei dos Gambos, Katyíto Kondjamba, teme por dias pior, por isso, pede a intervenção do Governo. Informou haver muitas famílias a passar fome nos Gambos.

Segundo apurou à nossa reportagem, desde Novembro do ano passado que não chove nesta circunscrição, facto que faz com que o pasto escasseie, obrigando os criadores a optarem pela transumância, percorrendo longas distâncias. O processo de transumância forçou cerca de 76 mil cabeças de gado bovino a ficar concentradas na localidade do Vale do Chimbolelo, onde há ainda reserva de pasto. A presença do gado neste local, segundo apurámos, tem causado conflitos entre os criadores tradicionais e os fazendeiros.

O secretário da Associação dos Criadores Tradicionais de Gado, denominada "Ovathumbi" disse que os conflitos envolvem, também, alguns pastores das províncias do Namibe e do Cunene.

Escassez de serviços básicos

À semelhança da falta de pasto e água para o abeberamento do gado, os habitantes da vila de Chiange, sede do município dos Gambos, estão ainda preocupados com a inexistência dos principais serviços sociais básicos, como a Educação e a Saúde.

No município, não existe uma Estação de Tratamento de Água (ETA) que garanta uma qualidade aceitável para o consumo humano. Por este facto, muitas famílias da sede e sobretudo do interior do município consomem água imprópria. O consumo de água imprópria tem vindo a causar doenças como diarreias, febre tifóide e shistosomiose, o que preocupa as autoridades sanitárias do município, como afirmou o director municipal da Saúde, Domingos Kapenda.

Para além das doenças de fórum hídrico, o responsável do sector da Saúde nos Gambos disse existir ainda outras patologias que necessitam da atenção das autoridades, como o paludismo, tuberculose, sarna e HIV/SIDA.

O responsável informou que a rede sanitária do município é composta por três centros médicos e 15 postos de Saúde, que funcionam com 92 técnicos, entre enfermeiros, médicos e pessoal administrativo.

Mais de 4 mil crianças sem estudar

O sector da Educação é um outro sector que também vive inúmeras dificuldades, desde a falta de escolas, professores e material didáctico. A falta de professores deixou pelo menos quatro mil e 133 crianças em idade escolar fora do sistema normal de ensino, o que preocupa alguns pais e encarregados de educação.

Alguns pais que falaram à nossa reportagem, dizem que já não querem ver os seus educandos no pasto, no entanto, não estudam por falta de escolas e professores.

"Tenho dois filhos, que já poderiam estar a estudar, mas como aqui não temos escola, então eles tem ido comigo até ao Vale do Chimbolelo pastar os bois", disse Manuel Tyitalengue, na localidade de Tyipeio.

O soba da localidade de Tyipeio, a 50 quilómetros de Chiange, Pedro Kakutyua, defende a construção de uma escola definitiva na sua localidade, já que existe apenas uma única construída com material rudimentar. Nos Gambos, a rede escolar é composta

por 67 escolas, sendo 64 do Ensino Primário, duas do Iº ciclo do Ensino Secundário e uma do IIº ciclo. Apesar deste número de escolas para o Ensino Primário, ainda 9 mil crianças estudaram ao relento no ano lectivo passado.

Em 2018, foram matriculados 17 mil e 702 alunos dos três níveis de ensino disponíveis no município. Para o presente ano lectivo, a Direcção Municipal da Educação (DME) prevê matricular 19 mil e 785 crianças.

Entretanto, o governador provincial da Huíla, Luís Nunes, que efectuou recentemente uma visita neste município, garantiu resolver o problema da água ainda no primeiro trimestre deste ano em curso.

10.7 Seca compromete colheita de cereais

Jornal de Angola
17 De Janeiro de 2019

Uma severa seca comprometeu as culturas de milho, massango e massambala lançadas em Outubro, ao longo de 8.812 hectares do município dos Gambos, Huíla, deixando as sementes sem possibilidade de maturação.

A Angop citou ontem o director da Agricultura dos Gambos, João Hiluco, a afirmar que, nesta primeira época da campanha agrícola, estiveram envolvidas 15.892 famílias de camponeses que só aproveitaram 30 por cento dos 29.375 hectares de terra previstos para cultivo. Devido à escassez de chuvas, as culturas de cereais não tiveram o desenvolvimento desejado.

Três mil e cinquenta e cinco famílias das localidades do Tyitongotongo, Fimo, Taca, Tyicu estão sem reservas alimentares e 76.050 cabeças de gado das áreas de transumância, no Vale do Chímbolelo, correm o risco de morrer. João Hiluco disse que, de Outubro até a presente data, registaram - se, nos Gambos, menos de cem mililitros de água por metro quadrado, quantidade insuficiente para sustentar a produção, porquanto seriam necessários entre 400 a 600 mililitros.

A campanha ocorre em três épocas, a primeira das quais decorreu de Outubro de 2018 até à primeira quinzena do mês em curso, sem resultados. As esperanças estão depositadas na segunda fase, que arrancou ontem, e da qual se esperam chuvas com mais regularidade.

O município conta com 24 associações de camponeses dedicadas à agricultura e uma associação de criadores tradicionais de gado, com vontade de

trabalhar, mas impedidos de prosperar por factores climáticos.

10.8 Lançado programa para reduzir efeitos da seca

Jornal de Angola
18 De Janeiro de 2019
Texto: Arão Marfins

O programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional do Executivo, para apoiar às populações de zonas rurais afectadas pela seca na região Sul do país, foi apresentado, ontem, na cidade do Lubango, cujo evento contou com a participação de representantes das províncias abrangidas, concretamente a Huíla, Cunene e Namibe.

Financiado pela União Europeia, no valor de 65 milhões de euros, o programa foi apresentado aos administradores municipais e directores da Agricultura das referidas províncias.

O Programa visa, essencialmente, contribuir para a redução da fome, pobreza e vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, com medidas que garantam a sustentabilidade da Agricultura Familiar

O responsável do programa, pelo Instituto Camões de Portugal, Matteo Tonini, disse, na ocasião, que as alterações climáticas e os fenómenos de degradação de terra estão a provocar a nível global, o aumento repentino das áreas desérticas e a diminuição das produções agrícolas e zootécnicas.

"Na região Sul de Angola, estes fenómenos imperam com muita força e manifestam -se com forte estiagem, seguidos de esporádicas precipitações excepcionais que provocam aluviões, cheias, erosão e morte", disse.

Matteo Tonino revelou que 48,5 milhões de dólares, do montante global do programa é gerido pelo Instituto Camões de Portugal.

"A componente das subvenções representa cerca de 50 por cento do orçamento gerido pelo Instituto Camões, num valor de 24 milhões e 675 mil euros", informou.

"Reduzir à fome e aumentar o nível de segurança alimentar, e a resiliência das comunidades rurais, continua a ser prioridade do Governo de Angola. Portanto, vamos identificar as áreas com maior risco de insegurança alimentar e direccionar às ajudas às comunidades", sublinhou.

10.9 Ravinas avançam na Boa Esperança III

Jornal Manchete

18 De Janeiro de 2019

Texto: Mário Cassanda

Constantes deslizamentos de terra e ravinas continuam a fazer-se sentir no bairro da Boa Esperança III, no município do Cacucaco, pelo que os moradores não se cansam de lançar o seu grito de socorro junto das autoridades locais.

A situação que já se arrasta há anos, enquanto não se resolve o problema, o fenómeno avança gradualmente destruindo mais residências e obrigando os seus moradores a refugiarem-se temporariamente em casas de familiares.

Situado numa zona alta, cercada por montanhas, o bairro também conhecido por Balumuca, apresenta um terreno instável. O Manchete já lá realizou várias reportagens e ouviu os clamores dos moradores que, no entanto, sempre se mostraram a favor de uma mudança para áreas seguras, mais receiam uma alegada transferência de forma provisória para as tendas, o que pode levar a vida inteira. Aliás, já houve uma tentativa de desalojamento das famílias afectadas por parte da administração municipal que atribuiu-lhes terreno numa zona sem condições de habitabilidade no bairro Maiombe, para poderem construir as suas próprias casas. Mas os sinistrados rejeitaram a essa medida da administração exigindo que lhes fossem cedidas casas já construídas, alegadamente por não terem condições financeiras.

No passado dia 11 do corrente, uma comissão da administração de Cacucaco e do Governo Provincial de Luanda efectuou uma visita a zona afectada pelas ravinas, mas a equipa não conversou com os moradores.

10.10 Um milhão de angolanos afectados pela seca no Sul

Jornal O PAÍS

19 De Janeiro de 2019

Mais de um milhão de angolanos estão a ser afectados gravemente pela seca que perdura há quase dois anos no Sul do país, alertou um responsável do Programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN).

Segundo um estudo do FRESAN, a situação de seca nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene afecta pelo menos 1.139.064 pessoas na região.

Os números representam 99% da população rural no Namibe, 97% no Cunene e 12% na Huíla. Dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) indicam que a província da Huíla é habitada por cerca de 2,7 milhões de pessoas, a do Cunene por um milhão e a do Namibe por 470 mil.

Segundo o coordenador do FRESAN, Matteo Tonini, a alteração climática têm afectado, de forma negativa, os meios de subsistência da população rural no país, "aumentando, significativamente, os níveis de vulnerabilidade".

Matteo Tonini afirmou que a seca contribuiu para a redução da produção alimentar e dos rendimentos das famílias afectadas, que viram dificultado o acesso a alimentos e, por conseguinte, agravado o estado nutricional e a prevalência da subnutrição crónica em crianças menores de cinco anos. "A situação é particularmente preocupante se atendermos aos modelos climáticos para os próximos anos, que prevêem mudanças sazonais no regime de precipitação, maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, expansão das regiões áridas e semi-áridas e um aumento da temperatura do ar e do mar", disse.

Confirmando os alertas da FRESAN, a responsável pela área de Pediatria do Hospital Geral de Ondjiva (Cunene), Lúcia de Fátima, indicou que a unidade de saúde registou em 2018 a morte de 38 crianças menores de cinco anos por malnutrição severa entre as 243 assistidas, mais seis do que em 2017.

Lúcia de Fátima indicou que a maior parte das crianças com malnutrição severa é oriunda das zonas rurais e que muitas delas chegam já num estado avançado de malnutrição, uma vez que os pais optam em primeira instância por levar os menores ao tratamento tradicional, acabando assim por debilitar ainda mais o paciente. A pediatra angolana reprovou esta atitude e exigiu dos pais e encarregados de educação maior responsabilidade nos cuidados médicos a terem com os menores.

Lembrou que a malnutrição se caracteriza por emagrecimento progressivo da criança, provocado pelo desmame precoce, diarreia e fraca alimentação, associada a outras "doenças oportunistas", como as respiratórias e infecções.

No estudo, o FRESAN lembra que no ano passado assinou uma convenção de financiamento com a Comissão Europeia (CE), através do Instituto Camões, para mitigar os efeitos da estiagem no seio das populações assoladas pela crise alimentar' num valor de 65 milhões de euros. O financiamento contribuirá para a definição da estratégia para subvenções através de recolha de informação e opiniões sobre os melhores modelos a desenvolver.



10.11 Sequele planta mais de quinhentas árvores

Jornal de Angola

26 De Janeiro de 2019

Texto: Augusto Cuteta

Mais de 500 árvores de diversas espécies estão a ser plantadas, a partir de hoje, em diversas zonas do distrito do Sequele, no quadro da campanha "Luanda Limpa", anunciou ontem o chefe interino da Repartição de Planeamento e Gestão Urbana daquela parcela de Cacucaco.

O arquitecto Daniel Kubanza avançou que a Administração do Distrito do Sequele, nesta campanha, que decorre até a próxima quinta - feira, em todos os municípios da província de Luanda, está a plantar árvores recebidas do Ministério do Ambiente, algumas das quais em plantação, desde Novembro.

Para o êxito da campanha, a administração daquele distrito do município de Cacucaco está a contar com a participação de parceiros, daí distribuir as árvores a moradores, às direcções de escolas e de igrejas, aos lojistas e a outras instituições públicas e privadas ali sedeadas.

Explicou ainda que, durante a campanha, além da plantação, vão decorrer acções de sensibilização da população sobre os cuidados a ter com o ambiente, poda de árvores e retirada de outras que se encontram em locais inapropriados, assim como a desactivação das lavras junto dos edifícios, com o objectivo de substituí-las por plantas decorativas e outras que originem sombras.

O responsável apelou a população para uma maior colaboração com a administração, no sentido de se alcançar os objectivos traçados. Com esse propósito, as autoridades distritais convocaram ontem um grupo de lojistas e outros, num encontro que visou, alertar sobre os perigos da má poda das árvores.

Reclamação da população Quanto às reclamações de alguns moradores ouvidos pelo Jornal Angola sobre a forma como estão podadas as árvores, o arquitecto afirmou que "as mesmas não têm razão de ser, uma vez que o trabalho está a cumprir os padrões técnicos para a execução deste tipo de trabalho".

Daniel Kubanza explicou que, por se tratar de acácias, a poda deve ser feita nesta época do ano tempo chuvoso e os troncos devem sofrer cortes significativos, para que possam revigorar melhor. "É normal que a população reclame, por desconhecer certos conceitos técnicos", disse.

Por causa da má poda e de plantação anárquica, o arquitecto lamentou o facto de muitas árvores estarem a desaparecer, também por influência da seca que se faz sentir por certas alturas. "Temos aqui muitas árvores a mais. Muitas delas nem fazem bem a sua função, por terem sido colocadas em locais inadequados".

Para evitar isso, o director interino da Repartição de Planeamento e Gestão Urbana do Distrito Urbano do Sequele aconselhou os moradores a evitarem o corte de árvores sem o conhecimento da administração, dada a necessidade de se respeitarem alguns aspectos técnicos, próprios para esse exercício.

10.12 Chuva mata cinco pessoas

Jornal de Angola

27 De Janeiro de 2019

Texto: Alberto Coelho

A forte chuva, acompanhada de trovoadas, que se abateu sobre a cidade de Cabinda na madrugada de sábado, causou a morte de cinco pessoas, três das quais da mesma família, na sequência do desabamento das casas onde se encontravam.

Os corpos de Carlos José Capita, 17 anos, Glória Bachi, 28 anos, Gabriel Zau, 8 meses, Isabel Veloso e Simónia Veloso Barros que foram removidos dos escombros sem vida, pelos efectivos do Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, encontram-se na morgue do Hospital Central de Cabinda.

De acordo com o porta-voz da Protecção Civil e Bombeiros c Cabinda. Patrício Brás Capita, além das vítimas mortais, a chuva provocou igualmente o desabamento e inundação de várias residências nos bairros 4 de Fevereiro, A Vitória é Certa, Lombolombo e Primeiro de Maio.

"A chuva causou danos avultados às pessoas, que perderam muitos meios como electrodomésticos, vestuário, mobiliário, deixou as ruas da cidade e bairros periféricos intransitáveis e provocou igualmente o corte no fornecimento de energia eléctrica, durante todo o dia de ontem", acrescentou Patrício Capita.

Várias equipas do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, ainda de acordo com o porta-voz Patrício Capira, estão a percorrer os bairros para avaliar os danos causados pela chuva.

Patrício Capita garantiu que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está preparado e tem meios suficientes para acudir a população sinistrada, bem como resgatar as vítimas em caso de necessidade tendo apelado às pessoas que vivem em zonas de risco a abandoná-las e procurarem áreas mais seguras, uma vez que se prevê que volte a chover com intensidade nos próximos dias.

O Governo Provincial, por intermédio do governador Eugénio Laborinho, lamentou a morte das cinco pessoas e garantiu apoio às famílias afectadas.

10.13 Governo anuncia medidas de emergências contra seca

Jornal de Angola

29 De Janeiro de 2019

Uma delegação multisectorial coordenada pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, está desde ontem na província do Cunene, para avaliar a situação da seca e propor soluções.

Num encontro com a população local, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, disse que o Presidente João

Lourenço está bastante preocupado com a situação de seca no Cunene.

Por causa disso, criou um grupo de trabalho para visitar o Cunene e constatar a dimensão do problema e juntamente com o governo da província encontrar soluções.

"Está garantido o apoio do senhor Presidente da República para algumas soluções rápidas e emergências que vão ser postas imediatamente em aplicação para produzir alguns resultados, e ao mesmo tempo vamos trabalhando com o governo da província e os outros ministérios para buscar urna solução profunda e sustentável para o problema da água no Cunene", disse.

A situação da seca no Cunene é um problema cíclico que afecta 284.780 dos mais de 990 mil habitantes da região.

Integrada pelos secretários de Estado para Acção Social, Lúcio do Amaral, Agricultura e Pecuária, José Carlos Bettencourt e das Águas, Luís Filipe da Silva, a delegação trabalha no município de Ombadja, para constatar a situação na comuna de Ombala yomungo, uma das mais afectadas.

Em Novembro passado, durante a visita do Vice-presidente da República, Bornito de Sousa, à região, o rei da Ombala yomungo, Mário Shatipamba, defendeu a reabilitação dos poços de água, com vista a atenuar a problemática da falta daquele líquido.

Na altura, o Vice-presidente da República deslocou-se à região do Monte Negro, onde, a partir do rio Cunene, se pretende construir canais de água para abastecer o município do Curoca. Foram avançadas duas soluções: A primeira, de curto prazo, aponta para a criação de um canal para abastecer a sede municipal, Oncocua, enquanto a segunda solução, de médio prazo, visa alimentar o rio Curoca (que está seco), e este por sua vez servir as demais áreas do município.

A nível do Governo estão a ser criados projectos para minimizar o impacto da seca na região, segundo o Vice-Presidente da República, para quem "não podemos continuar eternamente a evocar o 'problema de falta de água no Curoca'. "Evocar seca e estiagem neste município é extraordinário, por ser um fenómeno normal na região", disse o Vice-presidente, apelando para a necessidade de preparar e auxiliar as populações com soluções duradoiras.

Na visita ao Monte Negro (a 50 quilómetros de Oncocua, a sede municipal), o Vice-Presidente fez-se acompanhar do governador provincial, Virgílio

Tyova, dos secretários de Estado do Ministério da Agricultura e Florestas e da Energia e Águas.

Alguns responsáveis do governo provincial e membros do Executivo não convergiram em relação a criação do canal para fazer chegar a água ao município de Curoca, a partir do rio Cunene, no Monte Negro. Alguns defenderam a construção de um canal aberto até Oncócuá, enquanto outros alegaram que o mesmo não seria eficaz em termos de garantir maior injeção ou pressão do precioso líquido.

O governador do Cunene sugeriu, por exemplo, que nas zonas não-produtivas o canal de transporte de água seja fechado. Outros entendem que nas zonas de maior concentração populacional sejam construídos grandes reservatórios. A preocupação com as consequências da seca é permanente. Em Janeiro de 2018, o Curoca recebeu a visita de um grupo de deputados do MPLA.

10.14 Governo busca soluções para combate à seca no Cunene

Jornal OPAÍS

29 De Janeiro de 2019

O Governo angolano está a avaliar a seca no Cunene, um problema cíclico que afecta, pelo menos, 284 mil 780 pessoas, numa região que tem 990 mil e 87 habitantes.

Para tomar contacto com a situação e propor soluções' está desde a manhã de ontem, Segunda-feira, no Cunene uma delegação multisectorial coordenada pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

Integrada pelos secretários de Estado para Acção Social, Lúcio do Amaral, Agricultura e Pecuária, José Carlos Bettencourt e das Águas, Luís Filipe da Silva, a delegação vai trabalhar no município de Ombadja, onde deverá constatar a situação na comuna de Ombala yo mungo, uma das mais afectadas.

Em Novembro transacto, rei Mário Shatipamba da Ombalaya Naluheque, também no Cunene, defendeu a necessidade da reabilitação dos poços de água na região, com vista a atenuar a problemática da falta de água junto da população e do gado.

10.15 Vítimas da enxurrada em Cabinda recebem assistência das autoridades

Jornal de Angola

29 De Angola de 2019

Texto: Alberto Coelho

O Governo Provincial de Cabinda criou uma comissão para prestar assistência às famílias que estão ao relento em consequência da forte chuva que caiu na madrugada de sábado em bairros periféricos da capital, causando cinco mortos e a destruição de 85 residências.

A enxurrada, acompanhada de trovoadas, deixou várias ruas inundadas com lixo e lama, o que está a dificultar a circulação de meios rolantes e de pessoas.

As pessoas afectadas pelos estragos da chuva perderam mobílias, electrodomésticos, materiais de construção, vestuário e até bens alimentares. O Comando Provincial de Protecção Civil e Bombeiros destacou diversas equipas para acudir os sinistrados nos bairros mais afectados como o 4 de Fevereiro, Vitória é Certa, Lombolombo, 1º de Maio, Gika e Luta Continua.

O Corpo de Bombeiros preocupou - se inicialmente com a remoção dos corpos sinistrados que se encontravam debaixo dos escombros, encaminhou-os para a morgue do Hospital Central de Cabinda.

Segundo o porta-voz do Comando de Protecção Civil e Bombeiros, os efectivos das equipas de socorro foram incapazes de evitar as mortes, particularmente no bairro do Simulambuco, porque as vítimas estavam soterradas em escombros de casas desabadas.

Patrício Capita disse que a tragédia podia ser evitada se as pessoas obedecessem aos apelos da Protecção Civil e Bombeiros para não construir em zonas de risco. "Em tempo chuvoso as pessoas que vivem nestas áreas correm perigo de morte".

10.16 Entrepósito de Madeira de Luanda começa a dar resultados financeiros

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2019

Pereira Dinis e Roque Silva

Empresários do ramo madeireiro exportaram, em três meses, por via do Entrepósito de Madeira de Luanda, produtos avaliados em 19 milhões de dólares, informou, ontem, em Luanda, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social.

Numa visita de duas horas ao Entrepósito de Madeira de Luanda, localizado na comuna de Calomboloca, município de Icolo e Bengo, Manuel Nunes Júnior, depois de ter sido informado do funcionamento do entreposto, acentuou que, “antes da sua existência, não entrava nada nos cofres do Estado e agora há um resultado financeiro para o país”.

Quando falava de resultados económicos, Manuel Nunes Júnior fez menção à organização da produção e comercialização, além de ter dado ênfase ao facto de o entreposto criar, na sua plenitude, empregos.

“A madeira é um recurso muito importante para qualquer país”, declarou o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, que reconheceu ser a madeira um produto muito procurado por vários empresários para a exportação, devido à sua grande utilidade.

“Os madeireiros vendem o produto nas suas regiões, mas, se quiserem passar para outras regiões, têm o entreposto que recebe a madeira, dá o tratamento necessário e, a partir daí, garante as condições para ser levada aos portos para a exportação e não só”, explicou o secretário de Estado do Desenvolvimento Económico e Social.

Manuel Nunes Júnior afirmou que, por haver no país madeira em abundância, “é importante que cuidemos da organização da produção e comercialização do produto para que possamos tirar o máximo rendimento, não só em valores financeiros, mas também no que diz respeito à criação de empregos, que é outro aspecto muito importante para nós”.

O secretário de Estado do Desenvolvimento Económico e Social lembrou que, embora o Entrepósito de Madeira de Luanda ainda não funcione na sua plenitude, conseguiu, em três meses, “alcançar alguns feitos importantes do ponto de vista de recursos financeiros para o país”.

Na visita ao Entrepósito de Madeira de Luanda, o secretário de Estado do Desenvolvimento Económico e Social esteve acompanhado pelos ministros da Agricultura e Florestas, Marcos Alexandre Nhunga, dos Transportes, Ricardo Viegas de Abreu, e do Comércio, Jofre Van-Dúnem Júnior.

Arrecadação de divisas

O ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Alexandre Nhunga, declarou que, até há um ano, “quase nada era arrecadado porque o sector madeireiro carecia de reestruturação”. O ministro mencionou que, devido ao interesse mundial na exploração da madeira de Angola, o Executivo está a construir entrepostos nas províncias do Bengo, Cuando Cubango, Moxico, Benguela e Cabinda.

O ministro da Agricultura e Florestas prometeu prorrogar, por mais um mês, o período de exportação de madeira, para resolver o problema dos empresários do ramo “que, até ao mês de Novembro, não conseguiram escoar toda a madeira em sua posse”.

O ministro Marcos Nhunga confirmou haver “muita madeira nos entrepostos”, uma realidade que não estava nas previsões do Ministério da Agricultura e Florestas. No seu entender, a madeira tem de sair dos entrepostos para que o país arrecade mais divisas.

O ministro da Agricultura e Florestas garantiu a criação de condições para a próxima campanha florestal funcionar com normalidade. Os entrepostos foram criados para facilitar a fiscalização e comercialização de madeira, sobretudo, a que se destina ao comércio externo. É missão dos entrepostos fazer a avaliação, catalogação, verificação do tipo e origem da madeira e pesagem, antes do envio aos portos para a exportação.

Reformas no sector

Em Janeiro de 2018, o Executivo suspendeu todas as actividades relacionadas com a exploração de madeira.

A medida, que entrou em vigor a 1 de Fevereiro, foi justificada na altura pela necessidade de repor a ordem no sector, face às crescentes denúncias de abate, transporte e comercialização desordeira de madeira, com o envolvimento de estrangeiros.

Por força das reformas introduzidas no sector, a partir deste ano, os exportadores ficam sujeitos à apresentação de carta de crédito irrevogável ou comprovativo de transferência emitida por um banco no estrangeiro a favor da conta do exportador em banco domiciliado em Angola, nos actos de

exportação de produtos florestais, como condição prévia para o seu licenciamento.

10.17 Populações afectadas recebem alimentação

Jornal de Angola

30 De Novembro de 2019

Texto: Elautério Silipuleni

As populações afectadas pela seca na província do Cunene começam a receber bens alimentares nos próximos dias, anunciou ontem, em Ondjiva, o secretário de Estado da Acção Social, Lúcio do Amaral.

"Vamos continuar a mobilizar mais recursos para podermos mitigar a situação, porque são várias pessoas afectadas e que se encontram em situação de risco", disse Lúcio do Amaral, que integra a Comissão Multisectorial que trabalhou no Cunene na segunda e terça - feira.

O secretário de Estado da Saúde, Leonardo Europeu Inocêncio, disse que com a falta de água a população está a consumir água das cacimbas e chimpacas, com grandes riscos de contrair doenças graves, como diarreias, febre tifóide e outras,

O Ministério da Saúde, disse, vai mobilizar reforços de medicamentos e outros meios para o tratamento da água que a população de várias localidades da província está a consumir.

A Comissão Multisectorial criada pelo Presidente da República, coordenada pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, avaliou o impacto da seca na província do Cunene, no sentido de encontrar soluções sustentáveis de mitigação daquele fenómeno cíclico, que afecta milhares de pessoas e já dizimou centenas de cabeças de gado.

A construção de sistemas de retenção das águas das chuvas, abertura de novos furos, reabilitação dos já existentes, assim como o desassoreamento de represas são as soluções de curto e médio prazos apontadas para resolver o problema das constantes estiagens.

Adão de Almeida informou que o objectivo da visita foi O de constatar a dimensão do problema da seca e junto com governo local e com as administrações municipais encontrar soluções de combater o problema cíclico da seca na região.

O ministro disse que existem projectos de construção de barragens para a retenção da água nos seis

municípios do Cunene. "Esta é a solução definitiva para o problema da escassez de água nas localidades mais afectadas da província", sublinhou. Ao fim de dois dias de avaliação, o ministro ordenou a criação de unidades especiais de nutrição em todos os hospitais, destinadas a esclarecer a população sobre a importância de melhorar a qualidade alimentar e da água, para se evitar eventuais doenças provocadas pela má qualidade de alimentos e água consumida.

Os números apurados pela Comissão de Protecção Civil revelam que todos os municípios foram afectados pela insuficiência de chuvas, que provocou bolsas de insegurança alimentar devido às fracas colheitas e falta de água para o consumo da população e dos animais.

O governador do Cunene, Virgílio Tyova, lamentou a situação da população da província, devido à falta de alimentos e água, provocada pela seca prolongada.

"A seca não é um fenómeno novo, nem a resposta aos seus efeitos. Há experiências e iniciativas passadas de instituições governamentais e de organizações da sociedade civil para encontrar estratégias e soluções que ajudem as comunidades a lidar com o problema", lembrou.

A Comissão Multisectorial integra os secretários de Estado para Saúde, Leonardo Europeu Inocêncio, Agricultura e Florestas, José Carlos Bettencourt, da Acção Social, Lúcio do Amaral, da Energia e Águas, Luís Filipe da Silva, e do Comércio, Amadeu Leitão Nunes. A delegação visitou a comuna de Ombalayo Mungo, município de Ombadja, um dos mais afectados pela seca.

A preocupação das autoridades com o fenómeno e consequências da seca e estiagem na região é permanente. Em Janeiro do ano passado, o Curoca recebeu a visita de um grupo de deputados do MPLA, dois meses depois de uma delegação interministerial. Em Novembro do mesmo ano, o Vice-presidente da República, Bornito de Sousa, visitou igualmente a região.

10.18 Negócio da madeira rende USD 19 milhões em três meses

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2019

Texto: Iracelma Kaliengue

Implantado numa área de 26 hectares e com capacidade para acolher 300 mil metros cúbicos de madeira por ano, a actividade do Entrepósito de madeira de Luanda é considerada rentável.

Após a visita efectuada ontem por uma equipa multi-sectorial, Manuel Júnior Nunes disse que a madeira é um recurso importante para o país e um dos produtos mais procurados para exploração, tendo em conta a sua grande utilidade.

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social avançou que "em três meses foi possível a exportação de diferentes espécies de madeira de que resultam 19 milhões de dólares que entraram no país por via dos bancos comerciais".

Manuel Nunes Júnior disse ainda que mesmo que Angola tenha madeira com alguma abundância' é necessário redobrar os cuidados com a organização, produção e a sua comercialização para que se obtenham maiores rendimentos nos processos em termos financeiros e se garanta a componente do emprego dentro daquilo que são o objectivos do Estado.

Afirmou que as estruturas servem de ponto de concentração de produtos para a comercialização, garantem maior segurança e controlo daquilo que é produzido internamente, tanto o que fica para consumo como o que é exportado.

Lembrou que o foco é a diversificação da economia, tendo declarado que "os entrepostos constituem elemento importante na cadeia de valor e vão contribuir para aquilo que é a realização dos programas que visam aumentar a base de produtos exportáveis a nível nacional.

Por seu turno, o ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Alexandre Nhunga, disse que a visita produziu resultados satisfatórios, mas garante que muito ainda há por fazer.

Afirmou que a visita ao entreposto de Luanda, localizado em Maria Teresa, município do Icolo e Bengo, representa um instrumento do sector da agricultura para o comércio, facilita as actividades de fiscalização e inspecção da madeira e outros produtos florestais que os diferentes produtores pretendam exportar.

"Temos muita madeira de qualidade e há um interesse mundial na exploração e na utilização da nossa madeira. É por esse facto que devemos estar organizados", disse

Explicou que a exportação da madeira e de outros produtos florestais deve ser feita através dos Entrepostos de Produtos Florestais tendo confirmado que não está vedada a qualquer empresa de direito angolano, detida quer por cidadãos nacionais ou cidadãos estrangeiros, desde que as empresas exportadoras cumpram os procedimentos

de exportação e as normas técnicas e legais estabelecidas pelo Regulamento Florestal.

Explicou ainda que a gestão dos Entrepostos compete ao Estado, através do Ministério da Agricultura e Floresta e reafirmou o compromisso de trabalhar para o desenvolvimento sustentável do sector florestal de forma eficiente, em benefício da economia, das empresas nacionais e das famílias, sem comprometer a preservação do ambiente para as gerações futuras.

Construção do ramal para o entreposto

Por outro lado, o ministro dos Transportes integrante da equipa que visitou o entreposto, garantiu apoio na melhoria do transporte para facilitar a execução dos trabalhos do entreposto de Luanda.

Com efeito, Ricardo de Abreu anunciou a abertura de um ramal ferroviário que vai ligar as instalações do entreposto. Afirmou que o entreposto está alinhado às estruturas dos transportes, particularmente do caminho-de-ferro.

"Achamos que faz todo sentido aumentar a capacidade de transportação do Caminho-de-ferro de Luanda de forma a garantir também mais receitas para o CFL", enfatizou.

10.19 Reabertura de praias por ora privatizadas requer estudo ambiental preventivo

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2019

Texto: Alberto Bambi

A recentes notícias segundo as quais as praias privatizadas ar entidades particulares ou colectivas serão liberadas agradou aos ambientalistas, entretanto os mesmos chamam a atenção para a necessidade de se criarem orientações preventivas, a fim de se salvaguardar a vida nesses espaços.

As zonas de mangais como as do Benfica, popularmente chamada praia dos Morro dos Veados e das proximidades da ADPP, no distrito da Barra do Kwanza, município de Belas, em Luanda e outras com características semelhantes, mereceram a atenção desses especialistas, que aconselharam mesmo o Governo a criar gabinetes científicos desse sector.

Inácio Camati referiu que todo e qualquer movimento frenético e instalação de estruturas que considera anormais provocam introdução de energia, que, do ponto de vista das ciências ambientais, têm a

ver com o calor, ruído e lixo provenientes da presença e do elemento humanos, que são prejudiciais aos seres vivos típicos do referido habitat.

"E é preciso explicar a natureza de animais como a garça branca e o flamingo, teoricamente considerados como aves fiéis, por terem tarefas directamente participadas no ciclo de vida, sobretudo no processo de reprodução, no qual, enquanto a fêmea põe ovos, é o macho que os choca, sendo este que procura alimentos para mãe e filhos, enquanto a «parceira» cuida dos novos seres", detalhou o ambientalista, tendo acrescentado que, por essas e outras razões delicadas, no seu habitat, não deve existir barulho.

Inácio Camati esclareceu ainda que a alta frequência dos banhistas, turistas e outros, nas praias próximas dos mangais, põe em risco a manutenção da vida dos animais mais vulneráveis à presença humana, principalmente os caranguejos e espécies do mesmo grupo.

A não frequência desses lugares, além de preservar o estado natural dessas áreas, conserva também a vida dos referidos seres vivos.

Ainda assim, o ambientalista recomendou a abertura guiada dos frequentadores dessas zonas, de modo a que, por via de programas de educação ambiental, os mesmos tenham uma postura de preservação das espécies.

O académico, que defende encerramentos periódicos para salvaguardar ciclos de reprodução e potenciamento das cadeias alimentares, alertou ao Estado angolano para impedir a construção de estruturas definitiva nos mangais, por serem partes naturalmente húmidas.

Reforço da educação ambiental

Para outros ambientalistas ouvidos por O PAÍS, o que preocupa é o facto de essas zonas, quando frequentadas, serem abertas à actividade pesqueira, razão pela qual reforçou a ideia de se criarem gabinetes e centro de estudos afins, de forma a evitar que nem o ecossistema, nem os banhistas fiquem totalmente prejudicados no que toca aos seus interesses.

Os especialistas disseram que a prática da pesca em zonas com mangais também devia ser de forma orientada, porque, quando é feita de modo desregrado, acaba por comprometer a cadeia alimentar e as condições naturalmente criadas para a reprodução das espécies que habitam estas áreas.

Recomendaram igualmente que sejam criados dispositivos para se contrapor às acções de factores climáticos, como ventos, seca e outros, que podem atentar contra a vida saudável nos mangais.

Finalmente, o depósito de águas residuais e fecais em alguns sítios do género, foi tido em conta pelos académicos dessa área científica, para os quais a convivência da água com substâncias tóxicas periga a continuidade dos animais típicos desses habitats.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO
MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 China mais próximo dos países de língua portuguesa

Jornal O PAÍS

4 De Janeiro de 2019

O símbolo dos laços cada vez mais próximos e intensos entre a China e os países de língua portuguesa é a ponte de Catembe, inaugurada em Novembro de 2018 pelo Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, uma empreitada avaliada em USD 72S milhões financiadas pela China.

A obra, que inclui a ligação rodoviária entre a margem sul da Baía de Maputo e a Ponta do Ouro, na fronteira com a África do Sul, está na lista das 70 maiores pontes ao nível mundial e é considerada a maior ponte suspensa do continente africano.

Durante a cimeira China - África (FOCAC), em Setembro em Pequim, Filipe Nyusi avistou-se com o presidente Xi Jinping, que lhe rearmou que "a China apoia firmemente Moçambique na escolha de um caminho de desenvolvimento".

Também o presidente angolano João Lourenço, se reuniu durante a FOCAC com Xi Jinping, de quem obteve garantias de apoio à diversificação da economia do país.

Lourenço voltaria a Pequim em Outubro, para negociar apoios financeiros concretos, que o próprio viria a estimar em USD 6 mil milhões "de fontes diversas", de acordo com João Lourenço.

Numa recente entrevista ao semanário português Expresso, o presidente angolano afirmou que "o dono do dinheiro está sempre no direito de impor condições" ao país a quem concede crédito, e também que o novo executivo está "a dar passos para aqui para a frente, evitamos ao máximo a contracção de dívidas com garantia de petróleo", renegociando contratos do género existentes.

Também Cabo Verde se fez representar ao alto nível do FOCAC 2018, tendo como objectivo a obtenção de financiamento para a criação da Zona Económica Especial Marítima (ZEEM) de São Vicente, um centro nacional de congressos, entre outros projectos.

Enquanto Cabo Verde se posiciona para a Nova Rota da Seda, também Portugal deu no ano passado um importante passo para integrar esta estratégia chinesa,

através da assinatura' durante a visita a Portugal de Xi Jinping em Dezembro, de um memorando de entendimento bilateral.

No documento, que saúda e apoia a Nova Rota da Seda, Portugal e China declaram a sua vontade de "promover a conectividade global em sectores de interesse comum de forma harmoniosa, equilibrada e respeitosa.

13.2 População carenciada recebe apoio de chineses voluntários

Novo Jornal

4 De Janeiro de 2019

Texto: António Paulo

Municípios do Cazenga - residentes no distrito urbano do Kalawenda - que enfrentam situações de vulnerabilidades social beneficiaram, recentemente, de um apoio logístico de cerca de duas toneladas de bens diversos, entre alimentos, roupas, calçados e brinquedos, num gesto caridoso da Associação de Chineses Voluntários em Angola, que realizou igualmente consultas médicas gratuitas para aquelas populações.

O apoio dos chineses voluntários estendeu-se ainda a um grupo de mulheres viúvas, na sua maioria acima dos 60 anos de idade, que foram contempladas com 20 mil kwanzas cada uma, com objectivo de serem aplicados em pequenos negócios para criar sustentabilidade e independência financeira àquelas mulheres cujos maridos faleceram de causas diversas.

Joana Adão, uma das beneficiárias, congratulou-se com o gesto e disse que os valores vão ajudar na recuperação do seu pequeno negócio à porta de casa. "Vendo pão. Compro a caixa a 2500 kwanzas. Mas já faz um mês que não vou à padaria porque o negócio foi abaixo. Com este valor, vou poder retomar às minhas vendas", atestou.

Outra beneficiária, Francisca Álvaro, fez saber que os valores vão ajudar igualmente na recuperação do pequeno negócio que desenvolve para sustentar os seus sete filhos. "Vendo verduras à porta de casa. Com os valores que recebi, vou poder melhorar ainda mais o meu negócio".

Duzentas crianças órfãs daquele bairro, com idades compreendidas entre os 5 e 15 anos, também não foram esquecidas pelos cidadãos asiáticos voluntários, que doaram uma gama de brinquedos e matérias escolares.

A saúde dos munícipes foi também uma das preocupações dos benfeitores chineses, que ofereceram às populações do Kalawenda consultas médicas gratuitas, realizadas por 10 médicos de diversas especialidades que, durante horas, prestaram assistência a 160 doentes nas áreas de oftalmologia, pediatria, ortopedia, cardiologia e clínica geral.

Os pacientes receberam ainda fármacos e os doentes mais graves foram transferidos para diversas clínicas privadas sob gestão chinesa.

O presidente da Associação dos Chineses Voluntários, João Shang, disse que o gesto visou "simbolizar o espírito de solidariedade e de amizade" existente entre Angola e China. "Reconhecemos que não vamos acabar com a vida difícil destas pessoas, mas podemos criar um novo modelo de vida", disse.

13.3 Dois chineses suspeitos da morte de compatriota

Jornal de Angola
5 De Janeiro de 2019

Um chinês, de 28 anos, foi assassinado, no final de Dezembro, na aldeia de Luchazes, província do Moxico, presumivelmente por dois compatriotas, que o tiraram à força de uma viatura em andamento.

A informação consta de um documento do Comando Provincial do Moxico da Polícia Nacional com o balanço das ocorrências dos últimos sete dias.

No documento, a Polícia informa que os suspeitos estão detidos numa esquadra da cidade do Luena e o móbil do crime foi a falta de pagamento de salário de um mês que a vítima devia aos dois compatriotas. Depois de ter sido empurrado violentamente da viatura, a vítima teve morte imediata.

Os suspeitos, de acordo com o documento, são ainda acusados de retirarem uma máquina de marca "Caterpillar" do estaleiro da vítima como forma de reivindicação pelo atraso salarial.

No período em análise, a Polícia registou no total 53 crimes de natureza diversa e a detenção de 58 suspeitos nos municípios do Moxico, Luchazes, Cameia e Bundas. No rol de crimes estão homicídio voluntário, violência doméstica, ofensas corporais voluntárias, roubo, furto, posse ilegal de arma de fogo, burla e falsificação de documentos. Os delitos foram praticados, na sua maioria, por cidadãos dos 17 aos 48 anos.

No mesmo período, a polícia registou 12 acidentes de viação, mais seis em relação ao período homólogo,

que provocaram ferimentos a 14 pessoas. O excesso de velocidade e a condução sob efeito de álcool foram as principais causas dos desastres rodoviários.

13.4 China elogia as reformas levadas a cabo por Angola

Jornal de Angola
11 De Janeiro de 2019
Texto: Bernardino Manje

O embaixador da China em Angola, Cui Aimin, elogiou ontem, em Luanda, as medidas de reformas levadas a cabo pelo Executivo angolano, pois, na sua opinião, as mesmas vão contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

O diplomata chinês, que falava durante um almoço com jornalistas angolanos, considerou que as relações entre Angola e a China conheceram um novo impulso no ano passado, com a participação do Presidente João Lourenço, em Pequim, no Fórum de Cooperação China - África (FOCAC, em inglês) e com a sua primeira visita de Estado ao "Gigante Asiático".

Cui Aimin admitiu que, durante o ano passado, os investimentos chineses em Angola conheceram uma ligeira diminuição, mas, no cômputo, fez uma avaliação positiva. "Muitos dirão que, durante o ano passado, houve uma diminuição dos investimentos. Isso é verdade, mas não quer dizer que a cooperação retrocedeu! Foi um ano muito bom para o incremento das relações bilaterais", disse.

Sem enumerar, o embaixador informou que muitas empresas chinesas estão a ser incentivadas a investir em Angola nas áreas da agricultura e da indústria. Mas Cui Aimin foi cauteloso relativamente aos resultados dos investimentos feitos recentemente ou os que venham a ser feitos. "Precisamos de algum tempo para que estes resultados se manifestem porque os investimentos têm um ciclo de (pelo menos) cinco anos para se manifestarem", disse Cui Aimin, adiantando que já se sentem alguns resultados positivos. "Esperamos que a estabilidade continue em Angola para que os investimentos aumentem e o povo angolano possa viver melhor", defendeu.

Cooperação cultural

A China defende o reforço da cooperação com Angola no domínio cultural. O embaixador Cui Aimin realçou o facto de, actualmente, as relações entre os cidadãos dos dois países serem, na sua maioria, por questões de trabalho.

"Esperamos que a estabilidade continue em Angola para que o povo angolano possa viver melhor"

"Este ano vamos convidar mais artistas angolanos a visitarem a China para o estreitamento das relações entre os dois países e povos. Espero também que mais turistas chineses possam visitar Angola. Precisamos mais contactos na área cultural. Essa área será o nosso foco", prometeu o diplomata chinês, para quem sem o intercâmbio entre pessoas não há o conhecimento e entendimento mútuos, nem "cooperação fantástica".

Com efeito, Cui Aimin defendeu, também, o retomo da ligação aérea directa entre Luanda e Pequim e vice-versa, para facilitar a circulação. O embaixador previu um ano de 2019 próspero para os dois países. "Desejo pleno sucesso não só ao povo chinês, mas também ao angolano", afirmou.

"Conflito" com os EUA Durante o almoço, o embaixador chinês referiu -se igualmente ao conflito comercial que opõe o seu país aos Estados Unidos da América (EUA).

Cui Aimin lamentou a atitude dos EUA, pois, segundo ele, os países estão condenados a viver unidos. A China, segundo o diplomata chinês, defende o respeito mútuo entre os Estados e a resolução dos problemas pela via do diálogo.

Segundo o embaixador chinês, o recente encontro entre os Presidentes Donald Trump e Xi Jínping, à margem da Cimeira do G20, realizada em Novembro último, em Buenos Aires, Argentina, foi produtiva relativamente ao fim do diferendo entre Washington e Pequim.

"Acho que vamos encontrar boas soluções para os problemas comerciais (que nos opõem) e (com isso) EUA e a China poderão cooperar", perspectivou Cui Aimin.

O diplomata lembrou que o mundo precisa do poderio económico dos EUA e da China porque são a primeira e segunda economias mundiais, respectivamente. "Os países devem respeitar as regras internacionais na área do comércio, ao invés de olharem simplesmente para os seus interesses", defendeu.

13.5 "Relações Angola China estão na fase de consolidação"

Jornal OPAÍS

11 De Janeiro de 2019

Texto: Milton Manaça

As relações entre Angola e a China estão na fase de consolidação, segundo o embaixador chinês em Angola, Cui Aimin, frisando que a cooperação entre os dois países não diminui, nem está estagnada. Cui Aimin entende que o número de investimentos feitos em Angola demonstra que o seu país está a cumprir os acordos rubricados em diferentes áreas e sublinha que nos próximos anos a parte angolana começará a sentir os ganhos, particularmente na agropecuária e manufacturação.

"Os investimentos Chinês em Angola não estão a diminuir, estamos a incentivar as nossas empresas a fazer investimentos nas áreas da agricultura e indústria em Angola, para se ter um desenvolvimento sem dependência", disse o diplomata.

O embaixador do gigante asiático disse que o seu país continuará a fornecer financiamento em diversas áreas para o desenvolvimento angolano, e, apesar de pedir tempo para que as acções vantajosas se manifestem, assegurou que os resultados positivos iniciais são já conhecidos.

Nova era

Para a nova era que o país atravessa' cinco a seis anos é tempo que Cui Aimin prevê para que os investimentos chineses comecem a dar os frutos desejados. Todavia, julga que a paciência e a calma devem dominar neste período de espera.

Cui Aimin destacou ainda que as oito acções do intercâmbio entre a China e Angola abrangem áreas como a agricultura, cultura, infra-estruturas, educação, saúde e indústria, sendo que nesta última muitas são as fábricas instaladas nos últimos anos de cooperação, cujo número acredita estar em posse do Executivo Angolano.

Sobre a governação de João Lourenço, Cui Aimin disse que algumas medidas de reformas que têm vindo a ser implementadas já se fazem sentir, sendo que outras serão consolidadas gradualmente, mostrando o seu optimismo sobre o ano económico 2019.

O diplomata acredita que esta é também a expectativa da população angolana que anseia por melhorias, pois que "o êxito do país significa a satisfação do seu povo", destacando o 35º aniversário das relações entre os dois povos, assinalado no ano passado.

Questionado pelos jornalistas sobre a inexistência de voos comerciais entre Beijing e Luanda, Cui Aimin reconheceu que esta situação tem criado constrangimentos, mas realçou que a falta de divisas é um dos aspectos que contribui para a situação.

Entretanto, disse haver disponibilidade de empresas chinesas do ramo para a ligação semanal entre os dois países.

Estima-se que em Angola vivem mais 100 mil chineses, destacados na área da construção civil, indústria e agricultura

13.6 USD 10 milhões da China a caminho de Angola

Jornal OPAÍS

11 De Janeiro de 2019

Os sectores para investir já foram identificados pelos empresários chinês que pretendem apostar no mercado angolano, onde muitos cidadãos daquela potência asiática encontraram oportunidade de negócio.

Investidores da China dispõem de USD 10 mil milhões para investir na indústria, agricultura e investigação científica em Angola, informou Quarta-feira no Lubango, província da Huíla, o ministro conselheiro da Embaixada da China, Li Bin.

Ao intervir no acto que marcou a inauguração de uma exposição fotográfica para assinalar o 36.º aniversário de relações diplomáticas entre Angola e a China, na Universidade Mandume, na cidade do Lubango, província da Huíla, o diplomata referiu que caso os valores sejam investidos poderão melhorar o desenvolvimento económico e social de Angola.

Li Bin, que representou nesta cerimónia o embaixador chinês, Cui Aimin, salientou a importância desses investimentos no processo de recuperação da economia angolana e reafirmou o

compromisso da China em reforçar as relações bilaterais com Angola.

Citado pela agência noticiosa Angop, Li sublinhou que nos últimos dez anos empresas chinesas reconstruíram 2800 quilómetros de linha férrea, 20 mil quilómetros de estradas e construíram mais de 100 mil habitações.

Os investimentos chineses na agricultura, sublinhou, ronda os cinco mil milhões de dólares apenas, isso só em Luanda.

13.7 Os investidores chineses têm USD 10 mil milhões para o mercado nacional

Jornal Económico e Finanças

11 De Janeiro de 2019

Investidores chineses têm disponíveis dez mil milhões de dólares norte-americanos, para aplicar nos sectores da Indústria, Agricultura e investigação, revelou na passada quarta-feira, no Lubango, província da Huíla, o ministro conselheiro da embaixada chinesa, Li Bin.

Ao falar no acto que marcou a inauguração de uma exposição fotográfica, para assinalar os 36 anos de relações entre Angola e China, patente no auditório da Universidade Mandume, o diplomata referiu que caso os valores sejam investidos, poderão melhorar o desenvolvimento económico e social em Angola.

Segundo a Angop, Li Bin, que representou nesta actividade o embaixador chinês, Cui Aimin, enfatizou a importância desses investimentos no processo de recuperação da economia angolana.

Compromisso

Reafirmou o compromisso daquele país asiático em reforçar sempre as relações bilaterais com Angola.

"A China vive momentos de grande impulso nas relações bilaterais com Angola, o que permitiu ao Presidente João Lourenço visitar o país por duas vezes em 2018, sendo a primeira para participar no fórum de cooperação (China-África) e a outra na visita de Estado, pelo que tem uma maior confiança nos acordos rubricados", disse.

"Se olhar para as reformas e abertura de um governo determinado a desenvolver o país a todos os níveis, digo que Angola tem melhores condições de o fazer", continuou.

Sublinhou que nos últimos dez anos as empresas chinesas reabilitaram 2.800 quilómetros de linha férrea, 20 mil quilómetros de estrada e mais de 100 mil residências construídas, no âmbito das relações com Angola no capítulo da construção civil.

"Só em Luanda, os investimentos no Sector da Agricultura atingem cinco mil milhões de dólares, e a China quer reafirmar a sua disposição em crescer 'com a comunidade angolana e vai continuar a persuadir investidores seus a apostar em nas potencialidades angolanas"; realçou.

Em relação à exposição de quadros, que contempla 53 fotografias, afirmou que a mesma está dividida em cinco capítulos, nomeadamente o de intercâmbio político, económico e comercial, assim como o turismo e os resultados das reformas que a China fez nos últimos 40 anos.

A actividade, testemunhada pela vice-governadora da Huíla para o sector político, social e económico, Maria João Chipalavela, juntou à comunidade chinesa, académicos e convidados.

Cooperação

Na região, a cooperação entre os dois países é assinalada com a reabilitação e modernização do Caminho-de-ferro de Moçâmedes (CFM), infra-estrutura que em Outubro de 2017, a empresa China Hai Wayway Lda procedeu, no Lubango (Huíla), a entrega definitiva.

13.8 Trocas com a China crescem 21 por cento

Jornal de Angola

17 De Janeiro de 2019

Texto: Ana Paulo

As trocas comerciais entre Angola e a China ascenderam a 2S, 6 mil milhões de dólares de Janeiro a Novembro de 2018, mais 21 por cento que no mesmo período do ano anterior, anunciou terça-feira à imprensa o embaixador do país oriental.

Cui Aimin afirmou à margem de uma Conferência de Promoção de Negócios em RMB (ou iuane, a moeda daquele país), organizada pela sucursal do Banco da China de Luanda, que há entre 60 e 80 mil residentes chineses em Angola, geralmente integrados em actividades dos sectores das infra-estruturas, agricultura, indústria e telecomunicações.

Os fornecimentos chineses estão ligados a esses mesmos sectores de actividade económica e também ao financiamento' com o diplomata a considerar que

a parceria económica e comercial bilateral é "positiva".

A introdução da moeda chinesa nas transacções comerciais em Angola pode ser justificada pelo volume das trocas entre empresas e instituições, o número de residentes chineses no país - onde desempenham um papel activo no domínio do consumo e da formação de rendimentos - e o potencial do RMB de servir as operações, apontou Cui Aimin.

O embaixador adiantou que há um número crescente de países a pretender utilizar o RMB nos pagamentos, em particular os países africanos, algo que é impulsionado por a China ser a segunda maior economia do Mundo e pela tendência de internacionalização das moedas.

Em Angola, o RMB vai facilitar os pagamentos e elevar a eficiência nos negócios, ajudando os empresários a negociarem directamente com a China, sem necessitarem da conversão em dólares norte-americanos, declarou o embaixador, lembrando que Luanda é o segundo maior parceiro comercial de Pequim em África e o maior entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

13.9 China doa dinheiro a projectos agrícolas

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2019

O Governo chinês vai conceder um apoio de 100 milhões de yuans (35.370 milhões de kwanzas) a fundo perdido para o desenvolvimento de projectos agrícolas em Angola, segundo um Decreto Presidencial de segunda-feira.

De acordo com o documento' que torna efectivo o acordo de cooperação de final de 2018, o valor é parte de um montante global destinado à implementação de vários projectos, entre os quais um de Assistência Técnica do Centro de Demonstração da Tecnologia Agrícola.

O acordo de cooperação foi assinado em Pequim, a 9 de Outubro, durante a visita do Chefe de Estado ao país asiático, refere o diploma.

O documento indica ainda que o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco Nacional de Angola "devem abrir um livro em nome das respectivas partes" em renminbi - a moeda oficial chinesa - sem juros, para registar "todos os pagamentos referentes às despesas resultantes da doação". Ao longo da última década, a China

alcançou uma posição proeminente na economia angolana, com as relações sino - angolanas a caracterizarem -se por uma crescente procura chinesa por petróleo e pela necessidade de reconstrução do país.

A cooperação oficial da China com Angola, e com África em geral, é dominada por empréstimos financeiros disponibilizados pelos seus principais bancos para a construção ou reabilitação de infra-estruturas.

O Governo chinês estendeu oficialmente linhas de crédito a Angola através de vários dos seus bancos estatais de investimento. A primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola data de 2002.

O primeiro empréstimo suportado pelo petróleo foi assinado com o Exim Bank em 2004. Este tipo de assistência financeira levou à compra de bens e à participação de empreiteiros chineses no país. Outras importantes linhas de crédito chinesas para Angola foram canalizadas através do Fundo Internacional da China (CIF). Entre outros projectos, o CIF esteve envolvido na reabilitação das três linhas ferroviárias nacionais e do novo aeroporto de Luanda.

No sector petrolífero, a participação tem sido conduzida principalmente pelo investimento directo das companhias petrolíferas nacionais chinesas.

13.10 Comércio entre China e CPLP rende mais de USD 134 milhões em 2018

Jornal O PAÍS

24 De Janeiro de 2019

O valor das trocas comerciais entre a China e os oito países de língua portuguesa ascendeu a 134 981 milhões de dólares no período de Janeiro a Novembro de 2018, um aumento em relação ao período homólogo de 25,27%, segundo dados oficiais chineses divulgados pela Fórum Macau.

Nos primeiros II meses do ano, a China exportou bens no valor de 38 311 milhões de dólares (um aumento homólogo de 16,10%) e importou mercadorias cujo valor atingiu 96669 milhões de dólares (+29,31%), assumindo um défice comercial de 58 358 milhões de dólares.

O Brasil, principal parceiro comercial mundial da China e que no caso dos países de língua portuguesa representou no período em análise 75% das trocas comerciais do total, vendeu à China produtos no valor de 70 666 milhões de dólares (+31,40%) e

comprou bens no montante de 30 887 milhões de dólares (+17,65%).

O comércio bilateral entre a China e o Brasil ao longo dos primeiros II meses do ano apresentou um crescimento homólogo de 26,89%, segundo os números oficiais chineses.

Angola surge em segundo lugar por ordem de valor, com trocas comerciais no montante de 25 362 milhões de dólares (+22,78%), com a China a ter vendido bens no montante de 2046 milhões de dólares (-2,36%) e a ter comprado produtos no valor de 23 315 milhões de dólares (+25,62%).

Portugal aparece em terceiro lugar com um comércio bilateral no valor de 5535 milhões de dólares (+7,49%), resultado de exportações chinesas no montante de 3447 milhões de dólares (+7,05%) e exportações portuguesas que atingiram 2088 milhões de dólares (+8,23%).

O comércio bilateral da China com Moçambique atingiu no período em análise 2324 milhões de dólares (+37,66%), com a China a ter vendido bens no valor de 1734 milhões de dólares (+43,89%) e a ter comprado produtos no valor de 589 milhões de dólares (+22,11%).

As trocas comerciais da China com os restantes países de língua portuguesa - Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - atingiram 205 milhões de dólares.

13.11 China disponível para formar quadros

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2019

Texto: Edna Dala

O secretário-geral do MPLA, Boavida Neto, e o embaixador da China em Angola, Cui Aimin, passaram ontem em revista os laços de cooperação entre os dois países, com destaque para a formação de quadros angolanos e visitas diplomáticas.

Em declarações à imprensa, no final do encontro, Cui Aimin disse que o mesmo serviu para a partilha de ideias sobre o nível de cooperação, porque tanto o MPLA como o Partido Comunista da China são partidos que estão no poder nos respectivos países.

O diplomata sublinhou que durante o encontro tiveram também a oportunidade de abordar questões sobre visitas mútuas, organização de ciclos de formação para os angolanos e fortalecer cada vez mais os laços de cooperação. O embaixador frisou

que trocaram experiências e ideias sobre a governação. Considerou que os dois Governos têm a oportunidade de fortalecer as relações entre os dois partidos.